

IDENTIDADE E ESCOLA EM CONTEXTO DE MUDANÇA

**Um estudo sobre a identidade dos imigrantes de Leste Europeu e a sua
integração em Portugal**

Viktoría Livovna Mirotshnik

**Tese de Doutoramento em Ciências da Educação
na Especialidade Educação e Desenvolvimento**

AGOSTO, 2012

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de
Doutor em Ciências da Educação, Especialidade Educação e Desenvolvimento,
realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Rui Santos

Apoio financeiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia

(Bolsa de Doutoramento SFRH/BD/34490/2006)

Declaro que esta Dissertação é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

A candidata

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Liliana Barros', written over a horizontal line.

Lisboa, 1 de Agosto de 2012

Declaro que esta Dissertação se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a designar

O orientador

A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized 'A' followed by a horizontal line, written over a horizontal line.

Lisboa, 1 de Agosto de 2012

À Memória do António Candeias

AGRADECIMENTOS

Postumamente - Ao meu orientador e amigo, Professor Doutor António Candeias, pelo incentivo, pelo precioso e insubstituível apoio, pelo privilégio da sua amizade e do convívio intelectual. Este trabalho é o último projecto feito sob a sua orientação, e apesar de seu estado físico não lhe possibilitar um envolvimento empenhado nele, como era habitual com todas as teses que orientou, o seu desejo de o ver concretizado, seguramente, foi o que mais me motivou a terminá-lo.

De modo especial, ao meu orientador Professor Doutor Rui Santos, pela disponibilidade e pelo rigor crítico com que acompanhou esta dissertação, bem como pelas muitas sugestões e conselhos dados.

À minha família no sentido alargado, pela disponibilidade, apoio e incentivo constante.

Ao meu colega Duarte, cuja “orientação *on-line*” assim como palavras de motivação, foram essenciais para a realização deste trabalho.

À Ana Luísa pela revisão dos textos e pela amizade.

À Directora e funcionários da Primeira Escola Eslava de Lisboa, pela disponibilidade e apoio.

A todos, o meu muito obrigada

RESUMO

IDENTIDADE E ESCOLA EM CONTEXTO DE MUDANÇA

Um estudo sobre a identidade dos imigrantes de Leste Europeu e a sua integração em Portugal

Viktoria Mirotshnik

Esta dissertação aborda a problemática das identidades, da sua formação, da sua produção e das suas dinâmicas históricas. Partindo do reconhecimento da complexidade dos factores e dos domínios da vida social que contribuem para a construção da identidade do indivíduo, procura-se compreender e interpretar as mudanças que se produziram no núcleo identitário dos imigrantes em Portugal nascidos na antiga União Soviética e socializados no seu sistema educativo. Este trabalho centra-se na hipótese da existência de uma mudança em consequência de uma profunda alteração produzida pelo colapso do sistema soviético, a deslegitimação dos seus princípios e objectivos e uma posterior emigração para Portugal, e que essa alteração incidiu sobre as relações entre indivíduo e o social, pondo em causa os valores, preferências e orientações adquiridos durante os processos de socialização socialista.

O trabalho foi realizado em duas etapas: a primeira, por meio da análise dos manuais de história em vigor na época da escolarização dos imigrantes, procurou identificar e delinear os principais aspectos da proposta identitária oficial promovida pelo sistema escolar soviético; na segunda etapa, esses resultados foram testados a partir de um inquérito por questionário aplicado a uma amostra de imigrantes provenientes de países saídos da desagregação da antiga União Soviética, com o propósito de entender a mudança ocorrida nas identificações dessas pessoas e o seu sentido, face à adaptação em Portugal. Constatou-se, por um lado, a presença de características identitárias típicas da educação colectivista e patriótica de matriz soviética, mas por outro a emergência de mudanças nas preferências axiológicas na direcção do individualismo, particularmente nos casos do maior sucesso de adaptação à sociedade de acolhimento.

Palavras-chave: Socialização escolar, União Soviética, identidade, imigrantes de Leste Europeu, mudança.

ABSTRACT

IDENTITY AND SCHOOL IN CONTEXT OF CHANGE

a study about the Eastern European immigrant's identity and their integration in Portugal

This dissertation addresses the problem of identity, its formation, its production and its historical dynamics. Acknowledging the complexity of the factors and domains of social life that contribute to the construction of an individual's identity, it seeks to understand and interpret changes in the core identity of immigrants from Eastern Europe in Portugal, who were born in the former Soviet Union and socialized under its educational system. The research focuses on the hypothesis that such changes were a consequence of the overhaul produced by the collapse of the Soviet system, the delegitimation of its principles and objectives, and the subsequent emigration to Portugal; and that it affected the relationship between the individual and society, calling into question values, preferences, and orientations that were acquired during the socialist socialization process.

Research was carried out in two stages. Firstly, the analysis of history textbooks in force at the time of the immigrants' schooling aimed to identify and outline the main aspects of the official Soviet identity promoted by the school system. In a second step, these results were tested on a sample survey, seeking to understand shifts in the identifications of these people and their meanings. On the one hand, identity characteristics typical of the collectivistic and patriotic education of the soviet array were found to be present, while on the other hand we could discern changes in axiological preferences towards individualism, particularly in the more successful cases in terms of adaptation to the host society.

Keywords: School's socialization, Soviet Union, identity, immigrants from Eastern Europe, change.

Índice

Introdução	1
Capítulo I.....	8
A Identidade Soviética.....	8
1.1. Principais Abordagens da Identidade Colectiva da URSS.....	8
1.2. Projecto Identitário “Homem Soviético”	19
1.2.1. A personalidade de base socialista e suas propriedades	19
1.2.2. Memória social e identidade soviética.....	40
1.2.2.1. A União Soviética e a sua política de memória	49
1.2.3. A identidade soviética como identidade supra-étnica.....	56
1.3. Identidade Pós-Soviética – Continuidades e Rupturas.....	73
Capítulo II.....	83
Educação e Inculcação da Identidade Colectiva Soviética.....	83
2.1. Sistema de Educação e de Instrução.	83
2.2. A História Ensinada. A Evolução dos Manuais de História da URSS.....	86
2.2.1. I Período 1917- 1934	93
2.2.2. II Período 1934 - 1953	97
2.2.3. III Período 1953 - 1964.....	100
2.2.4. IV Período 1964 - 1985	103
2.2.5. V Período 1985 até ao presente	105
2.2.6. Reinterpretação da História e o tratamento da era soviética.....	112
2.3. Balanço Final.....	114
Capítulo III	116
Metodologia e Instrumentos de Análise	116
3.1. Opções Metodológicas	116
3.2. Objectivos e Problemática.....	117

3.3. Procedimentos	118
3.4. Materiais Empíricos e Instrumentos de Análise.....	120
3.4.1. Manuais escolares de História: caracterização e análise.....	120
3.4.2. Inquérito: amostra, questionário e tratamento dos dados.....	125
Capítulo IV	131
Análise dos Manuais de História da URSS	131
4.1. A Apresentação Formal dos Manuais de História.....	132
4.2. Manual de “Historia da URSS”, 8º ano, 1973 - Livro A	138
4.3. Manual de “História da URSS”, 9º ano, 1979 - Livro B.....	151
4.4. Manual de História da URSS, 10º ano, 1978 - Livro C	173
4.4.1. Modelo de narrativa esquemática – Guerra contra os inimigos estrangeiros.....	173
a) Situação inicial.....	174
b) Todos contra a URSS. Os inimigos atacam a URSS, começa a II Guerra Mundial.	176
c) A URSS vence a Guerra, salva o mundo e consegue eliminar o inimigo estrangeiro, confirmando assim, perante o mundo inteiro, que é uma grande nação.....	178
4.5. Síntese da Análise dos Manuais de História da URSS.....	188
Capítulo V	190
Análise dos Questionários	190
5.1. Elementos de caracterização geral	192
a) Idade e sexo	192
b) Nível de Instrução	195
c) Profissão pré-migratória	196
d) Nacionalidade	197
e) Cidade onde vivia	198

f) Número de anos em Portugal como imigrante.....	198
5.2. Relação com o Poder.....	199
5.3. Preferências valorativas.....	221
5.4. Capacidade de adaptação	236
5.4.1. A mobilidade ocupacional	240
5.4.2. A adaptação dos imigrantes	246
5.5. Conclusão	261
Capítulo VI.....	268
Conclusões.....	268
Bibliografia.....	276
Anexo	308

Introdução

Os acontecimentos históricos que tiveram lugar no final do Século XX, com particular relevo para o colapso da União Soviética (URSS) com o progressivo desmantelamento desta parte do “mundo comunista”, abrindo lugar ao aparecimento de novas sociedades inspiradas nos modelos políticos e económicos do capitalismo ocidental – onde tendem a predominar gradualmente os conceitos de propriedade e riqueza privadas, a destruição das redes tradicionais de protecção, o individualismo e a estratificação social baseada no sucesso individual, os mercados auto-regulados e os valores culturais associados a estes sistemas – voltaram a colocar a problemática da identidade dos povos num lugar de relevo no campo da investigação das Ciências Sociais em todo o mundo.

O processo de desintegração da União Soviética inaugurou uma nova época na história de países que dela faziam parte. Embora por vezes haja uma certa desvalorização da importância da história vivida sob o conceito do *comunismo*, o fim daquele mundo abriu um período de grande instabilidade e de profundas mutações em todas as esferas dessas sociedades, nomeadamente ao nível dos paradigmas políticos, das estruturas sociais, das referências culturais, das tradições nacionais e dos padrões comportamentais, gerando crises duradouras de identidade¹.

Em 1989, cerca de 90 milhões de cidadãos da URSS, incluindo a autora deste trabalho, tinham idades compreendidas entre os 15 e os 34 anos, ou seja, pertenciam ao que se pode designar de última geração com uma socialização de base soviética². Embora a forma como essas pessoas entendiam o socialismo diferísse muito, como é natural, dependendo do seu estatuto social, da escolaridade, da etnia, da profissão, do local de residência, etc., o facto de terem crescido nos anos 70-80 do século XX significou para todas elas partilhar uma experiência de vida comum na sociedade

¹ Este último fenómeno tem afectado a população de muitos países em todos os continentes, em sociedades de tipos e níveis de desenvolvimento diferenciados – desde tradicionais até pós-industriais. Desde os anos 70 do século XX começaram a delinear-se processos na comunidade mundial motivados pelo desejo de preservação de identidades (Beck, 1999; Hall, 2000). Apesar da globalização e unificação da cultura em aspectos materiais e espirituais, o renascimento da singularidade de certos povos e países actua como uma das principais características da dinâmica sociocultural actual, que se manifesta de diferentes formas: desde a reanimação dos antigos hábitos e tradições, à procura da “enigmática alma do povo” até ao desejo de restauração dos estados e países há muito inexistentes (Sokolov, 2006).

² A população total da URSS era então de 281 milhões (Censo da URSS, 1989).

soviética, frequentar o mesmo sistema de ensino, ser sujeito a um processo de socialização semelhante, compartilhar os valores defendidos pelo Estado e consequentemente pela escola.

Os processos de mudança radical da antiga URSS nos anos 90, que deram origem à renúncia dos princípios ideológicos do seu modelo de desenvolvimento socioeconómico e da sua organização política, provocaram modificações substanciais no plano institucional, bem como na consciência colectiva dos cidadãos da antiga União Soviética, que se reflectiram na sua auto-percepção e auto-identificação. A decepção de uma sociedade socialista desvanecida, a destituição do poder político na URSS, a crise da ideia nacional e a fragmentação da identidade cultural e colectiva na Rússia contemporânea, assim como noutros países recém-independentes – consequências directas da transformação do que fora uma identidade soviética supra-étnica – levaram à ruptura no sistema tradicional de referências, puseram em causa os valores fundamentais que estiveram mais de 70 anos na base da construção e da reprodução desta sociedade.

Perante este cenário, parece legítimo falar da identidade em mudança, num processo de grandes alterações estruturais e numa conjuntura de transição, em que os indivíduos passam a adoptar novas regras e valores, por pressões de grupos sociais que reivindicam formas concordantes com as novas circunstâncias, a construir gradualmente padrões de vida diferentes dos do passado e, ao mesmo tempo, a manter certos padrões sustentados nas velhas certezas não esgotadas por completo, e por isso não completamente desaparecidos.

A emergência de novas formas identitárias é considerada neste estudo como o resultado involuntário de processos que modificaram os modos de identificação, individual e social, dos indivíduos em consequência das transformações da organização económica, política e simbólica, das relações sociais em que estão envolvidos. Todos estes grandes processos e consequências por eles geradas são susceptíveis de alterar em profundidade os processos de identificação. A identificação individual e colectiva apresenta-se, assim, como um dos problemas mais controversos dentro da rede destes novos acontecimentos.

Este trabalho lida com a contribuição da socialização escolar para um processo de identidade em mudança. Como tal, insere-se no quadro da problemática cultural e

política, histórica e social, por isso integra contributos de diversos estudos cujo denominador comum é a perspectiva sistémica que obriga a ter em conta a complexidade do social e as interacções que se estabelecem em torno dos fenómenos sociais estudados, situando-os no seu contexto histórico. Este contexto é relevante na medida em que permite evidenciar algumas noções-chave, alguns problemas essenciais, que são ainda problemas contemporâneos, e mostrá-los na sua origem, na sua articulação com as forças principais responsáveis pelos grandes acontecimentos da época, com os factos históricos, com os seus agentes e as suas características identitárias. Tenta-se, assim, neste trabalho, entrecruzar uma concepção ideológica e uma construção sociopolítica com um itinerário histórico de um país e dos seus cidadãos, porque se aceita como verdadeiro não ser possível apreender a complexidade da identidade de um indivíduo sem tomar simultaneamente em conta o meio que o envolve e a sua organização, a sua história, o seu percurso e experiência quotidiana. Ao concentrar-se nos processos políticos e socioeconómicos faz-se um esforço, todavia, para não negligenciar o impacto – fundamental na problemática desta tese – do discurso dominante, da ideologia, a (re)construção da memória e a (re)invenção das tradições.

Do ponto de vista empírico, este trabalho desenvolve-se em torno de dois pólos. Por um lado, o de um grupo de imigrantes da ex-URSS em Portugal colocados perante a necessidade de adaptação ao meio cultural, político e economicamente diferente que os forçou certamente a uma mudança das atitudes e comportamentos, ao questionamento dos valores e preferências resultantes dos processos da sua socialização e da sua experiência prática quotidiana nos países de origem. O segundo pólo empírico é constituído pelos programas e manuais didácticos da disciplina de História vigentes na União Soviética, enquanto fonte privilegiada para a análise dos modelos identitários vinculados pela socialização escolar nesses sujeitos. A preocupação de clarificar a formação da identidade destas pessoas exige que seja realizada uma revisão prévia de alguns conceitos da perspectiva conceptual socialista, nomeadamente os que mais contribuíram para a formação do núcleo identitário dos cidadãos da URSS. Assume-se assim, a identidade soviética como uma construção identitária que emerge de uma vontade colectiva, que adquire a forma do projecto, assente numa lógica e hierarquia de valores própria, consagrado pelos postulados ideológicos, pelo passado histórico comum, pelo processo da socialização assegurado particularmente pelas instituições

educativas, mas também pela cultura e pelas tradições que aquelas seleccionam e reinterpretam.

Ao acentuar o carácter mutável dos valores e das preferências, coloca-se em relevo uma inevitável influência da experiência prática quotidiana dos imigrantes no país do destino que os obriga a recorrer a alterações nas referências que guiam, fundamentam e justificam a sua acção, que servem para contextualizar e tornar prioritárias metas e finalidades, e para as modificar em função do todo o tipo de mudanças da realidade. Estas razões fizeram emergir uma dupla vontade: questionar a inércia dos valores “tradicionais”, adquiridos durante o processo de socialização socialista e experiência de vida na União Soviética, constituintes de uma *identidade herdada*³ e testar as alterações e seus vectores, nas preferências axiológicas exigidas pela mudança do país.

O interesse aqui manifestado pelas alterações identitárias dos imigrantes de Leste Europeu em Portugal surge na sequência de uma dissertação de mestrado dedicada ao processo da integração dos imigrantes da ex-URSS no respectivo país de acolhimento (Mirotshnik, 2008). Os resultados dessa análise conduziram à procura e identificação, por detrás das estratégias de integração por eles adoptadas, dos valores e crenças na base das características identitárias desses imigrantes, obtidas durante o seu processo de socialização escolar e que persistem, ou que terão servido de alicerce à emergência de alterações ao nível dos seus valores e preferências.

Assim, o estudo da identidade soviética, assente na *personalidade socialista*, uma manifestação de *universalismo explícito do internacionalismo proletário* (Todd, 1996), apesar de o próprio “fenómeno” estar cada vez mais longe no tempo, parece conter em si ainda algum interesse, não só pelo seu carácter original e em certa medida singular, mas também por constituir um quadro de referência onde residem as raízes da construção histórica da identidade dos indivíduos dos países de Leste Europeu no momento crucial do seu desenvolvimento, e onde o facto de se tratar de um projecto de Estado torna particularmente relevante o estudo dos modelos identitários veiculados pelo sistema educativo oficial.

³ Expressão é de Dubar, (1997, p. 235).

Outros motivos que tornaram especialmente oportuna esta investigação estão ligados às experiências de vida da autora deste estudo, que suscitaram um interesse especial em compreender não tanto o que tinha acontecido na URSS, como perceber o impacto desta experiência que moldou e preencheu o seu imaginário e o de várias gerações de cidadãos da URSS. Procurou-se, contudo, não esquecer que a importância atribuída aos acontecimentos tem relação com a identidade das pessoas (Todorov, 2002), com a construção da sua memória social e individual (Halbwachs, 1990) e que “o que se observa num lugar e de um lugar pode ser observado de outro modo noutros lugares e de outros lugares” (Innerarity, 2010, p. 148). Cumpre, todavia, referir que a sensibilidade com a temática, ao contrário daquilo que se possa pensar, talvez não proporcione à autora a partida uma clareza sobre o tema ou até mesmo dificulte o seu papel, por isso o presente estudo não se pode qualificar nem de exaustivo nem terminado, apenas correspondente a uma visão particular que nele procurou alguma objectivação.

Nesta perspectiva, e assumindo uma elevada sensibilidade para a temática, propõe-se, como problema central deste trabalho, estudar a identidade dos imigrantes da ex-URSS, reflectindo sobre os efeitos da mudança social e cultural na sua dinâmica, face à sua adaptação a Portugal como país de acolhimento. Desta forma o problema da identidade individual e colectiva coloca-se no centro do presente estudo e será analisado nas suas duas vertentes que são largamente convergentes.

A primeira, enraizada no contexto político, social e cultural da União Soviética, versa a construção da identidade colectiva através dos processos de socialização diversos por meio de interiorização de um código simbólico, foi “reconstruída” a partir dos documentos oficiais, obras dos fundadores e teóricos do projecto soviético, combinada com uma tentativa de “reconstruir” a hierarquia de valores em que esta identidade se baseava por meio do estudo da proposta oficial identitária definida nos manuais da disciplina de História ensinada na escola, nos seus textos: modelos, ideias, símbolos e heróis.

A segunda, interpreta as opiniões dos imigrantes que tinham sido “alunos” nas escolas da União Soviética com apoio desses mesmos manuais, formadas como resultado da confrontação com os percursos das suas vidas e as exigências do meio sociocultural e político português. O intento aqui terá sido o de não cair na tentação de estudar as características identitárias referentes a um período histórico de um povo de

fora, sem levar em conta as *intenções dos actores* ou as suas avaliações e opiniões (Burke, 1990).

Assim sendo, antes de mais procurou-se conhecer a população da amostra. Tal procedimento implicou estudar a sua mobilidade ocupacional articulada com a profissão anterior à emigração, conhecer as suas preferências sobre o desejável individual e social, sobre as crenças e valores, fazendo o esforço para relacioná-los com as componentes da estrutura etária dos indivíduos da amostra. Ao mesmo tempo houve um interesse em compreender até que ponto os resultados obtidos no estudo das preferências valorativas constituem, para além de uma resposta à necessidade de adaptação à sociedade portuguesa, um reflexo das experiências pré-migratórias relacionadas com períodos específicos da sua socialização na sociedade soviética.

Foi também uma preocupação claramente manifestada estudar e perceber se a migração levou os indivíduos da amostra a uma continuidade entre identidade herdada do legado soviético nos seus contornos principais e as suas identificações actuais, ou a uma ruptura e um afastamento entre a definição da sua identificação oriunda do contexto e experiência anteriores e a projecção desta no contexto português.

É com a intenção de responder a estas perguntas centrais, e a outras questões delas derivadas que são explicitadas no decurso da exposição, que o trabalho aqui apresentado se encontra elaborado e organizado em seis capítulos:

- O Capítulo I é centrado no enquadramento teórico do estudo e na análise dos conceitos fundamentais que sustentam a investigação. Por isso, a primeira parte deste capítulo, concebida como iniciação, é consagrada à apresentação sucinta de algumas das abordagens que visam a análise da identidade soviética. A segunda parte tem como propósito examinar o projecto identitário “homem soviético”, desde as suas raízes, as ideias nucleares, a natureza e o ideal até as formas institucionais da sua concretização. Esta estratégia é ilustrada mediante os exemplos extraídos dos documentos oficiais e de obras dos fundadores do socialismo soviético. A terceira parte tenta questionar o tipo de relação que se estabelece entre o núcleo da identidade soviética e as identidades em construção dos países da ex-URSS, procurando confirmações das rupturas ou continuidades nas suas preferências valorativas, nas perspectivas e opções políticas. Termina-se o capítulo com algumas considerações que funcionam como postulados de

partida para a análise dos livros didáticos de História da época da URSS e, subsequentemente, como linhas-chave dos inquéritos aos imigrantes da amostra.

- O Capítulo II ocupa-se do panorama histórico da evolução dos livros didáticos de História na URSS, desde a Revolução de 1917 até aos tempos pós-soviéticos, procurando ver o estabelecimento de uma política do Estado para os manuais de História, evidenciar a função estratégica destes na difusão da ideologia comunista, o seu papel como veículos de inculcação da imagem do povo soviético como uma totalidade harmoniosa com uma identidade muito própria, com uma territorialidade fixa e tradições consolidadas, composta de comunidades tratadas de maneira uniforme e que adquiriram um modo de vida igual.

- No Capítulo III são mais precisamente delineados os objectivos e as questões da investigação, tentando transmitir uma lógica condutora de todo o trabalho empírico. Também são descritas as opções metodológicas, é realizada uma caracterização do material didáctico analisado, da amostra empírica do estudo e são definidos os instrumentos utilizados e procedimentos adaptados.

- No Capítulo IV é traçada uma análise dos três livros didáticos de História editados na época soviética, em função de algumas temáticas centrais que têm ocupado o discurso oficial educativo no âmbito do saber histórico escolar, com o propósito de identificar e delinear crenças, valores, normas e formas de pensar, modelos de comportamento e de conduta, e fundamentalmente a proposta da identidade soviética definida nestes manuais.

- No Capítulo V são apresentados os dados obtidos através do inquérito realizado junto da amostra da população imigrantes de Leste Europeu e discutidos os seus resultados, fazendo referências às questões e às características da proposta identitária dos manuais de História evidenciadas no processo da análise dos seus conteúdos realizado no Capítulo IV.

- No Capítulo VI são apresentadas as principais conclusões relativamente ao trabalho de investigação realizado e levantadas algumas pistas sobre futuras investigações, resultantes de dúvidas e incertezas que surgiram e que exigiriam um mais aprofundado trabalho de análise e estudo, particularmente dentro da temática das mudanças identitárias dos imigrantes da Europa de Leste e em especial a relacionada com os seus descendentes, a frequentarem o sistema educativo português.

Capítulo I

A Identidade Soviética

1.1. Principais Abordagens da Identidade Colectiva da URSS

A história da União Soviética sempre foi um assunto controverso dentro e fora do país, gerando, em consequência, uma ampla e fecunda historiografia.

[...] Para praticamente todos os seres humanos em idade adulta hoje, a existência desafiadora do ‘campo socialista’ foi um dos pontos fixos de referência para a construção da sua visão do mundo [...] (Fernandes, 2000, p. 13).

A imagem da União Soviética no Ocidente foi sempre a de um mundo muito particular, radicalmente diferente do mundo ocidental. Durante o período soviético, as avaliações realizadas pelos investigadores ocidentais sempre foram contrastantes, reflectindo muitas das vezes o confronto ideológico entre os dois grandes blocos político-económicos, gerando um dualismo de posições pouco enriquecedor do esforço de obtenção de conhecimento sobre esse novo tipo de sociedade.

O mundo moderno não era visto a partir dos seus valores históricos ou universais, mas no contexto do sistema mundial de relações, entendido como um conjunto ordenado de ligações e dependências, com os grandes pólos hegemónicos e com as suas estratégias e políticas. Neste contexto, tudo o que dizia respeito à URSS era um tema não só extremamente polémico, que envolvia um posicionamento político-ideológico dos investigadores diante das opções teóricas, como um tema abordado muitas vezes com uma grande dose de subjectividade. De um lado, os cépticos e os que se apresentavam como opositores percepcionavam o sistema soviético como um sistema periférico, fraco e dependente, sem hipótese de sobrevivência nessa correlação de forças por causa da artificialidade de sua natureza. Para o outro lado, o dos apoiantes e admiradores, era o centro das grandes e fundamentais realizações culturais e políticas do mundo, um sistema justo, eficaz e duradouro. Nem as sucessivas derrotas das suas propostas afastaram a curiosidade e o interesse dos estudiosos dos problemas da URSS. Proliferaram os estudos sobre o seu sistema político e as suas principais deficiências – limitação dos direitos humanos fundamentais, centralização e concentração do poder político-económico (Adorno, 1990, Arendt, 1978, Aron, 1966; Bauman, 2000, Boffa,

1995; Dahrendorf, 1990, Domenach, 1997, Malia, 1990, 1994, Mannheim, 1976; Morin, 1984; Pipes, 1981, 1993, entre muitos outros), sobre as falhas do seu sistema económico – resistência à inovação, direcção burocrática da economia, ausência do impulso competitivo para modernizar e sobreviver no mercado mundial, etc. (Hayek, 1977, Galbraith, 1995, Kivinen, 2002, Murteira, 1997; Polanyi, 2000, entre outros), contribuindo assim para consolidar todo um quadro a respeito do socialismo soviético.

Inversamente, a identidade soviética sempre foi menos conhecida e debatida, embora a sua relevância, em termos históricos, dificilmente possa ser questionada. Mas, apesar das dificuldades que apresentava o seu estudo⁴ e consequentemente o relativo desinteresse com que foi tratada pelos cientistas sociais, tudo indica que a sua configuração teve um impacto bastante considerável durante muito tempo.

A ideia da “construção” de um “Homem Novo”, diferente, melhor do que o tradicional, não é nova⁵, mas o fenómeno da tentativa da sua real “construção” apresenta-se como uma novidade factual. Era um produto de uma sociedade histórica que procurou a garantia de uma continuidade na construção da personalidade do tipo socialista e na valorização dos aspectos ideológicos, a par dos mecanismos da sua propaganda, inculcação dos seus postulados através dos processos da socialização e de outros métodos discutíveis e mesmo inaceitáveis. Durante algum tempo, houve a convicção de que tal intento se conseguiria alcançar, mas acabou por não se realizar. Contudo, avaliar a construção da identidade soviética apenas no que diz respeito ao

⁴ “Geralmente, o regime soviético não permitia a realização de pesquisas, pelo menos antes da *Glasnost*, e os resultados das que foram realizadas não estiveram disponíveis para os investigadores ocidentais durante a maior parte do período soviético” (Reisinger, Miller, 1994, p. 186). De facto, no pensamento filosófico soviético, até aos anos 60 do século XX, o desenvolvimento da categoria dos valores era proibido, e a axiologia considerava-se como pseudociência burguesa. A partir dessa altura, no contexto de um clima de “degelo”, começou o estudo deste conceito dentro do paradigma marxista e a reflexão crítica das teorias ocidentais. Na abordagem marxista é possível distinguir três posições diferentes: na primeira, o valor é definido em função da importância que os objectos da realidade têm para o indivíduo, a capacidade destes para satisfazerem as suas necessidades. Desta forma, o conceito de valor identifica-se com a categoria de utilidade. Na segunda posição, o valor é compreendido como ideal social mais alto. Segundo esta posição, os valores são um meio e não o objectivo da sociedade, não é algo existente, mas sim uma obrigação. A terceira posição é um compromisso, o valor é definido como um fenómeno duplo: como orientação pragmática e como um ideal (Prokudina, 2004).

⁵ Muito particularmente na filosofia alemã. No entanto, é preciso distinguir o conceito de Homem Soviético do conceito de “super-homem” de Nietzsche, que “não visa a alcançar nenhuma vitória, ou mais além, procurando antes algo próximo...a ascensão à alegria pura, à fruição ligeira” (Delruelle, 2009, p. 261). A China comunista – que fez um esforço, talvez o mais amplo da história, para transmitir as mensagens e para transformar uma nação, mudando o carácter do seu povo – não teve, contudo, necessidade de inventar um Homem Novo, pois reelaborou a sua herança do passado – o “Homem com moral muito elevada”, um dos pilares da educação confucionista (Sheridan, 1968).

fracasso final não representaria uma época de 70 anos de um percurso identitário, nem os termos e etapas que o distinguiram e os propósitos, formas e valores que o constituíram. Nesta secção não vamos ainda aprofundar analiticamente a identidade soviética, limitamo-nos a realizar uma revisão da literatura, numa leitura crítica dos trabalhos que nos parecem mais relevantes, visando colocar a questão à luz da conjuntura teórica actual.

Não existe uma perspectiva única quanto à identidade soviética entre os estudiosos sociais e políticos. No entanto, as tendências actuais apontam para que a prática da investigação terá ultrapassado os limites do conhecimento centrado somente na crítica dos meios e métodos de *produção* do “Homem Soviético”. Em vez disso, a *origem* e a *natureza* do sistema soviético são consideradas como a pedra de toque do fenómeno da construção de um “Homem Novo”.

No que se refere à *origem*, os estudos partem da análise das situações que serviram de referência para a emergência do sistema social e político soviético – nomeadamente a Revolução de Outubro de 1917 – a fim de distinguir os dois tipos de origens do sistema e identificar as características das identidades sociais subjacentes. Na base da discussão sobre a identidade soviética está a tensão entre duas perspectivas, que podemos designar como *acidental* e *não-acidental*, sobre a origem do sistema soviético.

Na versão *não-acidental*, as experiências passadas do povo russo estariam na origem de acções futuras desencadeadas pelos soviéticos. Na outra versão, a *acidental*, os indivíduos soviéticos estariam desprovidos de um passado russo, constrangidos apenas pela lógica da sua situação presente.

O paradigma *acidental* está radicado na observação da realidade soviética desde os primeiros anos após a Revolução de Outubro e dá origem a uma abordagem geralmente negativa, expressa pelos críticos do regime comunista durante a sua vigência. Os seus apoiantes tendem a mostrar a ausência de uma relação entre o passado imperial e o período soviético (Groppo, 2008). Partindo da ideia de que a Revolução de 1917 foi um acidente histórico e a construção da URSS o seu resultado, estes autores argumentam que não existe nenhum fio condutor capaz de juntar as duas épocas – imperial e soviética - numa continuidade histórica, como não existe nenhuma ligação interna entre o sentido das transformações radicais realizadas pela Revolução Socialista e o Império Russo. A época soviética teve historicamente um começo e um fim, mas

não existe um princípio determinante, ao qual este projecto possa ser remontado, nem um “agente empírico de transmissão” que nos levaria de Pedro o Grande a Lenine e a Estaline (Malia, 1994, p. 52-53). Esta visão da origem pressupõe o reconhecimento da arbitrariedade na construção da identidade soviética, cujo surgimento e implantação social poderão de facto ser considerados como não tendo dependido de factores objectivos preexistentes, mas sim de toda a força social que foi usada para a impor como legítima. O colapso do comunismo e a desintegração da União Soviética são assim vistos como a conclusão da experiência comunista (a construção de um sistema alternativo ao capitalista) e da existência de um Estado totalitário. O conteúdo básico da história soviética é definido como “a grande aventura utópica do nosso século”, uma tentativa de construir um “socialismo completo ou integral” (*Ibidem*).

O outro paradigma da história soviética, o *não-acidental*, surge na sequência de debates nas ciências socioeconómicas sob a influência do período conhecido como “degelo”⁶, na União Soviética. Os investigadores que trabalham no âmbito deste paradigma, baseando-se na herança sociológica de Weber, distanciam-se dos principais postulados da tradição intelectual marxista, mantendo contudo algo do seu aparato analítico para o estudo da mudança social (dialéctica evolutiva e transformadora, mas sem luta de classes). A principal realização deste paradigma pode ser considerada a tentativa de relacionar a história da União Soviética com o processo global de modernização: o de refazer o mundo à medida das necessidades e capacidades humanas, visando estabelecer metas que davam sentido à luta travada, ou seja, a industrialização, a urbanização, a difusão da educação, a criação de um Estado social, o surgimento do tipo de família moderna e a profissionalização das práticas socialmente importantes, como a saúde, o ensino, etc. (Bauman, 2000; Kharkhordin, 1999; Kotkin, 1995; Zaher, 1994).

A discussão sobre a *natureza* do sistema soviético tem sido guiada por duas perspectivas diferentes mas não incompatíveis. De acordo com a primeira, a natureza da URSS é totalitária. Os estudos teóricos sobre totalitarismo que surgiram nas décadas de

⁶ “Degelo”, termo introduzido pelo escritor e jornalista soviético Ehrenburg ao publicar um pequeno romance com este título, em 1954. Em sentido estrito, por “degelo” entendem-se os primeiros anos de liberalização do regime comunista soviético, quando a competição latente entre os líderes partidários os encorajava a agirem como reformadores, ou seja, de 1953 a 1956 (Suny, 2003)

1940-1950, influenciados pelo clima ideológico da Guerra Fria⁷, pela actividade intelectual da emigração russa no Ocidente e por uma tradição secular de percepção da Europa de Leste pelo Ocidente, como algo de diferente cultural e politicamente (Shlapentoch, 1989), tendem a sistematizar conceptualmente a natureza deste tipo de Estados, integrando o estalinismo e nazismo nesta tipologia. Os seus autores definem estes regimes, em oposição aos democrático-liberais, comuns nos países ocidentais, como sistemas que tentam conformar e mobilizar os cidadãos dentro de uma ideologia única, fazendo uso para isso de mecanismos de controlo e coacção (Jesse, 1996), como Estados que representam uma organização “da totalidade da sociedade e dos seus recursos em função de um único fim”, que se recusam “a reconhecer domínios autónomos nos quais os objectivos do individuo são soberanos” e adoptam métodos que ameaçam os valores individuais (Hayek, 1977, p. 105). Neste mesmo período foi realizada sem, no entanto, encontrar um apoio considerável no meio académico, uma das primeiras tentativas de distinguir os dois regimes totalitários, soviético e nazi, concretizada por Aron, cujo argumento central se baseou na ideia de que o divórcio entre a vontade revolucionária de criar um homem novo, inspirado por um ideal de humanidade, e os obstáculos militares, económicos e sociais efectivos, teria coagido o regime a endurecer-se e a utilizar os meios mais violentos para construir, na opinião deste autor, “o regime mais humano que a história jamais conheceu” (Aron, 1966, p. 294).

Dentro desta perspectiva sobre a natureza do regime soviético, a URSS é apresentada como uma sociedade e um Estado construídos sob princípios considerados errados, totalitários, cujas raízes se encontram na acção e organização dos primeiros bolcheviques que se ligam ao totalitarismo e campos de trabalhos forçados. Fausto (2008) escreveu:

⁷ A eclosão da Guerra Fria e a criação de um mundo bipolar centrado nos EUA e na União Soviética tiveram importantes consequências ideológicas sobre os estudos da realidade soviética. Um forte anticomunismo marcou a geração dos grandes historiadores ocidentais dos anos 1950 e 1960. Devido à influência da teoria do totalitarismo, a União Soviética era descrita apenas como um estado monolítico em que a sociedade atomizada era controlada por um Estado policial opressor. A característica prevalecente nessa literatura, influenciada pelo estalinismo, era a ênfase na análise do papel dos indivíduos e líderes, uma espécie de “história vista a partir de cima” (Segrillo, 2010). Também as pesquisas sociológicas sobre a cultura e a personalidade soviéticas acabaram por sofrer uma influência negativa devido à falta de conhecimento directo e à informação fornecida pelos meios de comunicação de massa que faziam com que traços psicológicos de orientação ideológica e da política externa do regime soviético interferissem na descrição da personalidade soviética (Peabody, Shmelyov, 1996).

[...] afirmo sim que o totalitarismo estalinista é impensável sem o bolchevismo, e que há linhas reais de continuidade entre os dois[...] (Fausto, 2008, p. 153)⁸

Os argumentos a favor deste vínculo normalmente procuram-se na obra de Lenine – *O que fazer?* – vista “como um projecto embrionário da ditadura, desenvolvido muito antes da revolução” (Murphy, 2008, p. 48), em que Lenine manifesta “uma vontade de construir um regime e talvez um outro homem através de qualquer meio” (Aron, 1966, p. 203) para chegar à afirmação de que uma minoria conspiratória de bolcheviques tomou o poder em 1917 por meio de um golpe de Estado⁹, monopolizou o poder estatal para seu próprio benefício e por meio da força bruta e do recurso ao terror, criou o partido-Estado totalitário (Cohen, 1985).

O recurso à ideia da existência de uma relação entre a dominação e as características específicas da população a quem esta é aplicada, desenvolvida no âmbito “da psicologia dos povos” de W. Wundt complementa esta perspectiva totalitária da natureza da URSS com a teoria de “personalidade totalitária” ou da “consciência totalitária” dos povos do Império Russo, cujos traços são procurados na identidade do povo soviético, formada pelo projecto socialista na União Soviética. As marcas desta predisposição para o totalitarismo detectam-se na história e na natureza do absolutismo russo, nas particularidades da formação da mentalidade do povo, do núcleo valorativo da sua identidade, nas formas de estar no mundo e de orientar intencionalmente a sua vida prática, para explicar a emergência e a natureza do regime totalitário soviético (Hosking, 1987)¹⁰.

⁸ Malia (2006), na mesma linha de ideias, também defende que um final totalitário era inevitável para aquilo que conhecemos como Revolução bolchevique.

⁹ Por exemplo na opinião de Groppo: “Na verdade, a “revolução” de 7 de Novembro havia sido essencialmente um golpe de Estado executado por uma audaz minoria armada, decidida a tomar o poder à força, e que os bolcheviques conseguiram fazer avalizar no II Congresso Pan-Russo dos Sovietes, realizado justamente naqueles dias. A Revolução Russa, que havia posto fim à autocracia czarista, iniciara-se em Fevereiro de 1917 e desenvolvera-se de forma espontânea, sem que nenhum membro dos partidos russos pudesse exercer sobre ela uma influência determinante. No contexto dessa agitação geral, o Outubro bolchevista foi apenas um episódio, que, no entanto, retrospectivamente, aparece como momento culminante, precisamente por ter aberto caminho à instauração de um novo sistema político e social, destinado a perdurar. Nesse sentido, pode-se efectivamente falar da revolução bolchevique como um momento da Revolução Russa. Se os bolcheviques não tivessem conseguido manter-se no poder, ela seria certamente recordada de uma forma muito diversa, como um episódio de menor importância” (Groppo, 2008).

¹⁰ Na origem da consciência totalitária estão, segundo Hosking (1987), diferentes determinantes estruturais (naturais, sociais, espirituais) e funcionais – a sacralização dos detentores do poder, uma longa preservação da comunidade colectiva agrária, a fraqueza da Igreja Ortodoxa desde tempos de Pedro o

Neste modelo totalitário, a sua orientação utópica adquire um relevo particular. Uma utopia atraente¹¹, ou messiânica, seja a do “Reich secular” ou do “Comunismo mundial”, identifica-se com a verdade absoluta¹² e apresenta-se na forma de ideologia, que justifica a finalidade da acção colectiva. Na opinião de Arendt “a tentativa de Marx de reescrever a história do Mundo em termos de luta de classes fascinou até mesmo aqueles que não acreditavam na correcção da sua tese, dada a intenção original de encontrar um meio de introduzir à força na posteridade os destinos daqueles que haviam sido excluídos da história” (Arendt, 2006, p. 440), assim como de dar uma interpretação definitiva e logicamente coerente do mundo (Bauman, 2000).

Esta visão utópica global da sociedade combina-se com uma concepção do indivíduo como um objecto passível de ser exteriormente moldado e transformado. Usando uma estrutura forte de diferentes instituições políticas, sociais e educacionais, um Estado “total” exerce vários tipos de força e de pressão: para controlar a ordem social e unificação ideológica, para moldar a sua população conforme as suas exigências, “organizar as massas numa unidade colectiva” (Arendt, 2006, p. 441), para “inspirar a lealdade total, na vida e na morte” à ideia, ao poder, ao líder, que lhe oferecem como meta uma felicidade no futuro distante (*Idem*). Esta “Estado-dependência” transforma, segundo Arendt, os indivíduos “num único homem” (p. 618), em pessoas *isoladas e solitárias* que “perdem o próprio eu, porque a sua “identidade só é confirmada pela companhia confiante e fidedigna dos ...iguais” (p. 632) sem qualquer sentimento claro de integração em grupo, partido ou classe que não escapam por isso à coerência fictícia de uma ideologia (Arendt, 2006). A identidade do Homem Soviético, tendo sido moldada numa cultura totalitária, caracteriza-se assim pela existência da imagem de um líder, infalível e onisciente; pela existência de uma imagem do inimigo; pelo medo da ambiguidade; pela fuga de escolhas pessoais em situações críticas e pela dificuldade de adaptação à liberdade (Hosking, 1987; Hulewat, 1991; Mastayeva 1994; Zinoviev, 1980).

Grande – que teriam sido uma base fértil para a reprodução de formas alienadas da existência social que influenciaram o processo da construção da identidade nacional.

¹¹ Esta atracção da utopia, segundo Popper, “nasce da incapacidade de compreender que nós não podemos criar um paraíso na Terra (Popper, 2003, p. 482).

¹² E quando os “conceitos-força” não se encaixam no projecto totalitário, são refeitos de modo a se tornarem compatíveis, como aconteceu com a ideia de liberdade, tendo o totalitarismo inventado a sua própria concepção de liberdade (Fausto, 2008, p. 156).

A segunda concepção sobre a *natureza* do Estado soviético começou a formar-se com o fim da era estalinista, momento em que, como Arendt reconhece, ocorre um processo de “destotalitarização” da União Soviética (Arendt, 2006). Os autores que estudaram este processo argumentam que as tentativas de criar uma teoria do totalitarismo, construída na base de factos reais e verificáveis, não foram bem-sucedidas, porque com o fim do nazismo, e à medida que o socialismo dos países de Leste se liberalizava, as demonstrações dos sistemas políticos mais odiosos do século XX se tornavam cada vez mais em desacordo com a realidade, nem reflectiam as diferenças fundamentais entre os vários sistemas totalitários. A concepção do totalitarismo, na opinião de Traverso (2001), revelou-se um modelo analítico demasiado simplificado, adequado apenas ao período mais violento do estalinismo.

A concepção da natureza da URSS, que aqui se apresenta, rejeita alguns dos pressupostos, explícitos e implícitos, do totalitarismo formulados pelos pioneiros dos estudos sobre esta matéria - Arendt (2006), Friedrich e Brzezinski (1965), Hayek (1977) – como dizendo respeito apenas ao nazismo¹³ e não à realidade soviética. Contudo, sem negar o facto de o regime soviético ser um sistema totalitário, a concepção não equaciona necessariamente o totalitarismo soviético com valores específicos da teoria marxista. Nesta perspectiva, o totalitarismo livra-se da base filosófica da qual emergiu historicamente e é encarado como um modo específico de funcionamento da sociedade e uma forma pragmática de a gerir, num caminho alternativo de modernização radical (Zaher, 1994). Corroborando, de certa forma esta ideia, Eisenstadt, (1991) escreveu:

[...] a modernização da Rússia sob o regime soviético – ainda que tenha sido [...] uma modernização deformada – processou-se através de vários tipos de organizações políticas e económicas que diferiam muito das do Ocidente. Essas organizações revelaram um grau muito maior não só de centralização, mas também do que poderá considerar-se uma fusão de funções (políticas e económicas) nas mesmas unidades colectivas [...] (Eisenstadt, 1991, p. 165).

Esta perspectiva contraria alguns dos pressupostos da tradição científica clássica¹⁴ que assenta num quadro teórico ligado “a um certo evolucionismo [...] que descreve o aparecimento das sociedades modernas como um processo natural construído

¹³ Fausto (2008), ao referir aos regimes nazis e estalinista, afirma que “uma análise como a de Hannah Arendt, no clássico *As origens do totalitarismo*, nos fornece a génese do totalitarismo “de direita”, mas não nos dá a do totalitarismo “de esquerda” (p. 145).

¹⁴ Há que notar que o marxismo, apesar da reconhecida complexidade da sua visão, não escapa a este tipo de abordagem.

por etapas...” (Dubet, 1996, p. 42-43) no caminho para a modernidade, que se identifica com “[...] o programa cultural da modernidade, tal como se desenvolveu na Europa moderna” e que “acabaria, em conjunto com as constelações institucionais básicas que ali emergiam, por prevalecer em todo o mundo[...]” (Eisenstadt, 2007, p. 49).

A perspectiva, que é adaptada neste trabalho, obriga a ter em conta a complexidade do social,

[...] onde a realidade dinâmica rejeita a existência de uma única visão [...] dando lugar a um pensamento integrador que reconheça a realidade pela heterogeneidade dos seus princípios constituintes [...] (Mirotshnik, 2008, p. 18).

Esta visão do mundo faz emergir outros princípios de identificação da modernidade, ideia que Eisenstadt (2007) desenvolve introduzindo o conceito de *múltiplas modernidades*, assente na convicção de que:

[...] o melhor modo de compreender o mundo contemporâneo – e, com efeito, de explicar a história da humanidade – é vê-lo como produto [...] de processos de reconstrução de múltiplos padrões institucionais e culturais, [...] programas de modernidade alternativos [...] (Eisenstadt, 2007, p. 50).

Os argumentos apurados por Eisenstadt sugerem, de forma muito clara, que:

[...] modernidade e ocidentalização não são sinónimos; os padrões ocidentais de modernidade não são as únicas modernidades “autênticas”, embora usufruam do precedente histórico e não deixem de ser um ponto de referência básico para as restantes [...] (*Idem*, p. 51).

A partir deste fundamento, vários aspectos da natureza da URSS poderão ser aqui sublinhados. Em primeiro lugar, a natureza específica do regime soviético não aparece como um produto de uma cultura totalitária, mas sim como um resultado natural, e ao mesmo tempo temporário, de um projecto socialista que consistia numa tentativa de modernizar um país social e economicamente atrasado, com características identitárias muito próprias, como era a Rússia, no início do século XX (Maidanik, 1998). Na opinião de Latsisse, sob o pretexto da construção do socialismo, estava a ser resolvido o desafio de encontrar um caminho adaptado às condições russas para a transição de um país agrário para um país industrial e da construção de uma civilização industrial (Latsisse, 1995). Da mesma maneira, Bauman realça a ligação do socialismo soviético à modernidade, quando diz que o próprio programa socialista era uma versão do projecto da modernidade, porque “o socialismo não tinha outros objectivos senão aqueles a que sociedade moderna como um todo, pelo menos em público, prestava tributo” (Bauman, 2007, p. 273). Porém, de uma forma geral, os estudiosos concordam

em afirmar que, no final, este trabalho civilizacional acabou por ser inconclusivo e que o processo liberalizante não resultou e alguns aspectos do funcionamento da sociedade socialista tiveram efeitos deturpadores na mente dos cidadãos.

A modernização na versão soviética correspondeu a uma modernização segmentar, tecnológica e mobilizadora, ou seja, a um desenvolvimento direccionado e forçado em determinadas áreas, como por exemplo, o complexo industrial/militar e, consequentemente, noutras áreas determinadas pelas necessidades deste último, como foi o caso da educação. (Zaslavskaja, 2003). Esta forma da modernização atrasada ou “em recuperação” (*catch-up*) passa pela adaptação das formas “modernas” alcançadas pelos países desenvolvidos para conseguir um salto no desenvolvimento, sem, contudo, o país possuir capacidades para manter as altas taxas de crescimento durante muito tempo, devido à limitação do “aproveitamento” forçado¹⁵. Na prática, as expectativas do desenvolvimento rápido e a defesa dos princípios ideológicos colocavam problemas de ordem e de controlo. A lógica desta modernização exigia a existência de um Estado forte que representasse e fosse movido pelos interesses comuns¹⁶, levando a cabo as políticas destinadas a beneficiar o povo, entendido como uma entidade única. Face a estas garantias, a sociedade organizava-se em torno de uma procura infinita de protecção e de forte aspiração à segurança (Castel, 2003). Os objectivos definidos realizavam-se por meio de uma planificação social e económica, que necessitava de uma garantia de realização dos planos – poder forte e apoio da população – assegurados com a ajuda de um número considerável de instituições de poder e de controlo social, assim como por meio de um trabalho de socialização que é responsável pela interiorização das normas e das disposições dominantes, por harmonizar as condutas e as expectativas, funcionando como o fundamento da ordem social e política (Dubet, Martuccelli, 1997).

¹⁵ É tentador traçar um paralelo com o início do século, quando Weber, ao avaliar as Revoluções Russas, avisava sobre uma eventual explosão, causada, entre outros factores, pela tensão entre formas “importadas e direccionadas de modernização” e aquilo que Amaro (1992) denomina de “inovação social”, compreendida como emergência de novos comportamentos e atitudes dos agentes sociais e económicos que permitam enquadrar e determinar a própria modernização, absorver os seus efeitos e implicações. Apesar de toda a simpatia que Weber demonstrava para com as forças democráticas russas, este não acreditava na aplicação bem-sucedida de uma “modernização forçada” nas circunstâncias das comunidades arcaicas camponesas russas (Weber, 2004a).

¹⁶ Os interesses comuns, os bens comuns são tipos da categoria colectivista que “ultrapassam os indivíduos e não podem ser considerados como derivando da sua vontade” (Candeias, 2005, p. 480).

Em segundo lugar, o projecto soviético, ditado, segundo os seus grandes responsáveis, pelos objectivos supremos da justiça e da igualdade, foi um programa amplo de incorporação dos princípios de ideologia comunista e surgiu no contexto de um movimento que se orgulhava da sua ideologia qualificada como científica e de uma visão mais moderna do mundo. O projecto forneceu critérios, meios e mecanismos a aplicar e estava empenhado em realizar um plano de *engenharia social* para moldar o homem - a principal força da acção - de acordo com as suas necessidades. Nesta perspectiva, a construção da identidade soviética surge como o resultado de um exercício dessa *engenharia*, um produto do funcionamento dos diferentes meios da homogeneização ideológica e social que o regime conseguiu produzir.

Criados nesta operação forçada de ordenamento social e de harmonia ideológica, os indivíduos não tentam conquistar a liberdade, pelo contrário, ajudam a eliminar a própria possibilidade de desafio à ordem estabelecida (Bauman, 1989). Neste modelo, a estrutura legal da sociedade, a convicção de que esta se baseia em leis que proclamam o indivíduo como detentor de direitos, é pouco partilhada, ao passo que predomina a construção de relações de poder verticais, baseadas na autoridade; o papel da lei tem menos importância do que a força das circunstâncias, do dogma ideológico ou dos arranjos sociais que podem levar à legitimação do uso da violência, de pressões e da coerção (Tikhonova, 2010).

Em terceiro lugar, a disposição do Estado para cuidar das necessidades dos seus cidadãos e a sua realização de facto é a base de todo o sistema de relações que se estabelecem na sociedade soviética, da legitimidade do poder do Estado, da vontade dos cidadãos para cumprir as suas exigências, das relações paternalistas que se estabelecem entre representantes do poder e seus subordinados. Esta Estado-dependência, na opinião de diversos estudiosos, traduziu-se numa justificação *a priori* das ações do poder repressivo, do seu reconhecimento como justo, dissolvido no conformismo colectivo (Gudkov, 2004) e na subordinação incondicional dos indivíduos aos interesses da macro comunidade – sociedade, povo, país – que se encontram acima dos interesses dos indivíduos, compensados pelas utopias de construção de uma sociedade nova e de um Homem Novo – factores-chave da construção da identidade soviética (Heller, 1988).

1.2. Projecto Identitário “Homem Soviético”

1.2.1. A personalidade de base socialista e suas propriedades

Em primeiro lugar, considera-se conveniente referir que o que a seguir vem exposto corresponde a um esforço teórico para lançar as bases de uma interrogação sistemática sobre as mudanças identitárias operadas nos cidadãos da ex-URSS fruto das experiências sociais a que estiveram submetidos durante parte da sua vida.

Uma pesquisa que tenha por objectivo analisar e avaliar a influência da experiência de vida e da socialização – designadamente, da socialização escolar – sob o domínio comunista, entre os imigrantes da ex-União Soviética em Portugal não pode ser desenvolvida sem que, primeiramente, noções como “personalidade socialista” e “valores, atitudes e comportamentos socialistas” sejam problematizadas. Para dar conta da perspectiva do projecto identitário soviético, que enfatizou a construção de um Homem Novo, temos de voltar ao ponto inicial, a ideia fundamental da personalidade de tipo novo, ou seja da personalidade socialista.

Entendeu-se como prioritário um esclarecimento tão completo quanto possível sobre o conceito de personalidade de base e as interpretações que este produziu. O conceito de personalidade possui uma história próxima da do conceito de cultura. Na literatura académica sobre o assunto, transparece a ideia que a cultura e a personalidade, são fenómenos com alguma afinidade, pois orientam-se para a regulação do funcionamento de outros dois fenómenos: a sociedade, no caso da cultura e a pessoa humana no caso da personalidade (Oliven, 2009). Nomeadamente, aceita-se a ideia de que a cultura exerce um papel no condicionamento da personalidade, e que esta influencia as apropriações e interpretações pessoais da primeira. Para questionar este inter-relacionamento e outras interacções, estabelecidas em torno da personalidade, serão analisadas e discutidas algumas posições de pensadores que se ocuparam deste assunto, realçando-se as que de entre as diversas correntes de pensamento valorizam sobretudo os factores socioculturais em detrimento das forças biológicas primárias, acentuando o papel da cultura, em vez dos instintos, na explicação do comportamento humano.

Durand (1982) observa:

[...] enquanto a acção de englobar integralmente a individualidade biológica no ser social conduzia, no prolongamento de Comte e de Durkheim, ao ‘sociologismo’, a

modelação da quase totalidade da conduta sobre o ‘padrão’ cultural, tende para aquilo a que se chama o ‘culturalismo’ [...] (Durand, 1982, p. 94).

Com representantes na antropologia e na psicanálise, a corrente designada de culturalismo estuda as relações entre a cultura e a personalidade dos membros de uma sociedade, dando a ênfase a um retorno à psicologia individual, desenvolvendo o conceito de "personalidade" como a unidade primária, que determina a estrutura do todo e demonstrando um interesse especial no processo de formação da identidade (Tokareff, citado por Stephanenko, 2004).

Benedict (2000), partindo da convecção que

[...]“toda a sociedade humana” realiza uma “escolha nas suas instituições culturais. Cada uma delas, do ponto de vista de qualquer outra, ignora o que é essencial e explora o que é irrelevante” (Benedict, 2000, p. 36),

desenvolveu a ideia de que a cultura constitui um conjunto de padrões ou configurações cuja realidade objectiva é interiorizada pelos indivíduos através da socialização. Assim, a cultura e a personalidade são parte da mesma totalidade social. A partir desta ideia procurou estudar a relação dos tipos de comportamentos e padrões de cultura, pondo em relevo que

[...] nem todas as culturas são definidas por um carácter dominante, mas parece provável que quanto mais íntimo é o nosso conhecimento dos impulsos culturais que determinam o comportamento do indivíduo, tanto mais reconheceremos que nelas dominam certos refreamentos da emoção, certos ideais de conduta, que explicam atitudes que a nós se nos apresentam como anormais quando vistas do ponto de vista da nossa civilização[...] (Boas, na Introdução de Benedict, 2000, p. 10).

É, todavia, importante referir que a linha desenvolvida por Benedict, tem sido criticada até pelos defensores da corrente culturalista, uma vez que consideram que ela terá efectuado “uma redução dos comportamentos humanos aos "tipos". Para alguns dos seus críticos, os resultados destas análises seriam muito mais “resultado da sua intuição do que da revelação e análise de dados empíricos” (Neto, 2004, p. 6).

Um posterior desenvolvimento da teoria culturalista registava um afastamento relativamente à criação de tipologias de culturas, seguindo o caminho da tentativa de descoberta de onde e como se realiza a interacção entre cultura e personalidade.

O trabalho de Linton teve fundamental importância para o desenvolvimento da teoria da personalidade que definiu a cultura como modelo com base no qual se molda, através da educação e da aprendizagem, a mentalidade de cada indivíduo de uma determinada área cultural (Linton, 1959). Porém, a cultura também é considerada como

um resultado constituído por todos os comportamentos, instrumentos e produtos que decorrem da sua modelagem e que são representados no indivíduo por estados psicológicos: as atitudes, os sistemas de valores, o conhecimento, etc. Por isso, quando

[...] o indivíduo defronta uma situação nova, reage não só conforme a realidade objectiva desta mas também conforme as atitudes, os valores, os conhecimentos que adquiriu e que resultam da sua experiência passada [...] (Linton, 1959, p. 34).

Para Linton, “tomada como um todo, uma cultura é uma resposta às necessidades totais da sociedade que a produziu” (Linton, 1962, p. 330). Para este autor, o desenvolvimento da personalidade sofre dois tipos de influências: um, que opera desde o nascimento, com origem na conduta culturalmente padronizada das pessoas que estão em contacto com a criança; outro, com origem na instrução e na aprendizagem dos padrões de conduta característicos da sociedade em que vive. Apesar de o indivíduo não ter consciência da existência desses padrões, as suas reacções às várias situações são modeladas em conformidade com eles durante toda a vida (Linton, 1967).

Nesta via de colaboração entre antropólogos e psicanalistas, a teoria da personalidade foi desenvolvida no trabalho de Kardiner (1961) que formulou a concepção da relação entre indivíduo e cultura. No ponto de partida do seu raciocínio estão as instituições primárias – pais, família, escola, etc., que se associam mais com o processo de tornar as crianças disciplinadas, de incentivar o seu comportamento desejado, suprimindo os eventuais desvios em relação a este último. Para atender às necessidades resultantes das acções das instituições primárias, surgem instituições secundárias – mitologia, religião, tabus, rituais.

A grande parte do percurso das instituições primárias para as secundárias (o caminho da educação e da influência) não ocorre directamente, mas através de uma terceira instância – designada por constelação básica, que é um sistema formado na base do irracional e inconsciente, ou seja, na base do sistema de valores e motivações formado na primeira infância. Estas constelações inconscientes formam o núcleo das tendências projectadas sobre a área psicológica dos indivíduos e constituem a estrutura da personalidade básica do indivíduo sendo integrante da estrutura da personalidade psíquica de todos os indivíduos, especialmente manifestada na personalidade do tipo principal (tipo básico de personalidade). Aqueles indivíduos que estão mais próximos deste padrão formam, na realidade, personalidades típicas. Os elementos constituintes da construção da personalidade são os mesmos em diferentes nações, mas as normas de

formação da personalidade são diferentes. A personalidade principal, personalidade básica, é um tipo médio psíquico da sociedade, a base da sua cultura¹⁷. Assim, o centro do estudo de Kardiner é movido da cultura para as suas características psicológicas, e as suas raízes encontram-se na psicologia individual, formada na primeira infância. As características das instituições primárias são pouco claras neste estudo, parecendo que o autor se inclina a acreditar que elas não mudam. Para Kardiner, por exemplo, existe uma personalidade básica do homem ocidental e as personagens do Antigo Testamento, dos dramas de Sófocles e Shakespeare, dos romances de James Joyce são moldados numa mesma e única matriz (Kardiner, 1961).

Com base neste ponto de vista, Linton e Kardiner elaboraram a noção de *personalidade de base*, como sendo a configuração da personalidade compartilhada pela maioria dos membros da sociedade em consequência das primeiras experiências que tiveram em comum, ou seja, “a configuração psicológica (personalidade) própria aos membros de uma dada sociedade e que se manifesta por um certo estilo de vida” (Dufrenne, 1966, p. 123). Esta “configuração dota os membros da sociedade de modos de compreensão e de valores comuns, e permite-lhes responder efectivamente e de forma unificada às situações que dizem respeito aos seus valores comuns” (Linton, 1959, p. 115). No interior da sociedade hierarquizada, Linton distinguia subsistemas ligados ao estatuto social que se traduziam nas “diferenças semelhantes nas respostas características dos indivíduos que pertencem a níveis sociais diferentes: nobres, burgueses e escravos” (*Idem*, p. 116). Linton denominou estas configurações de respostas ligadas ao estatuto, de *personalidades estatutárias*.

Entretanto, novos dados etnográficos e a necessidade de ultrapassar a incoerência do conceito de “personalidade básica” de Kardiner e Linton com a existência de profundas diferenças internas que os membros da mesma cultura são portadores levaram Du Bois (1961) a substituir a *personalidade de base* de Kardiner pela *personalidade modal* e o seu domínio (bem como o grau de domínio) começou a ser determinado estatisticamente. A personalidade modal é o tipo psicológico mais comum de uma dada sociedade, e não o de pessoas com características médias de uma

¹⁷ O ponto de vista Kardiner sobre a função fundamental da personalidade de base praticamente coincide com a definição de “carácter social” de Fromm (1983). Para este autor, carácter social é um produto das condições socioeconómicas da sociedade, uma base de socialização nesta última, politicamente determinado por vários agentes sociais, como a escola, a família, a comunicação de massa, entre outros.

população. Admite-se, nesta perspectiva, que a população pode ter vários tipos modais, sem que algum deles seja dominante, ou seja, a população pode ser multimodal.

Quando o foco de atenção dos investigadores se deslocou da relação personalidade-cultura para as propriedades psicológicas de uma população étnica, o estudo da personalidade modal evoluiu para o estudo do *carácter nacional*, que se define pelos vários tipos de personalidades modais. Assim, segundo Inkeles e Levinson (1969), a cada tipo de personalidade identificado atribuíam-se 10 a 30% da população nacional.

Depois da II Guerra Mundial surgiram trabalhos sobre o carácter nacional dos *inimigos*, entre os quais o de Benedict, (2005), sobre os inimigos japoneses e o de Gorer, (1964) sobre o povo americano.¹⁸ Neste último livro, o autor descreve algumas características típicas dos norte-americanos, em particular o papel crescente das mulheres (autoridade da mãe na educação dos filhos, mulher-professora, clubes de mulheres, a imagem da mulher na publicidade). A Guerra Fria veio estimular os estudos sobre os “soviéticos” e russos: Mead (1979) publicou um livro sobre a atitude da população soviética perante a autoridade e o poder e o mesmo Gorer (1963) publicou um estudo sobre o carácter nacional dos russos, analisando os depoimentos de três mil imigrantes e refugiados, bem como as obras da literatura clássica russa. A partir da primeira fonte, o autor concluiu que os russos necessitam mais de comunicação e de interacção e menos de realização pessoal do que os americanos; que os russos mostram uma atitude menos positiva e mais medo das autoridades, e que se importam menos com as regras da etiqueta formal. Observou a existência de uma vitalidade emocional, uma expressividade e espontaneidade russas, e sublinhou a sua dependência da autoridade e do poder. Todas estas características foram atribuídas à personalidade russa, sem pôr em causa o facto de se tratar de pessoas que tinham sido expulsas ou fugiram do poder soviético. Através do estudo da *alma russa* nas obras de Dostoievski e Tolstoi, encontrou as características da obediência às autoridades e do sentimento constante de culpa – bons suportes para regimes opressivos. Os russos, de acordo com as conclusões retiradas desta mistura da realidade com a ficção, são do tipo de personalidade instável,

¹⁸ Neste período também foi publicado um estudo de Jorge Dias, a figura dominante da antropologia em Portugal na primeira metade do século XX. No seu trabalho realizado no âmbito da antropologia cultural, faz uma definição da personalidade base do povo português (Cardoso, 2006, p. 14-15).

em que a obediência alterna com a compulsão destrutiva. Em conformidade com as teorias de Kardiner e Mead, e fiel a Freud, autor atribuiu a causa deste tipo de personalidade à maneira habitual de apertar fortemente a fralda dos bebés russos, que provocaria nestes um sentimento de culpa inexplicável, levando-os a acostumarem-se ao sofrimento, a aprender a conter a raiva e finalmente, a sentirem-se impotentes perante a autoridade.

A maioria dos trabalhos de carácter nacional neste âmbito passou a aplicar o quadro, anteriormente descrito, da percepção da cultura e do comportamento do indivíduo determinado pela cultura, conduzindo a uma situação em que "os estudos do carácter nacional transformaram-se em estudos da cultura nacional a partir de um ponto de vista psicológico" (Duijker, Frijda, citados por Lurie, 2005, p. 67). Nesta via, por sua vez, é possível ainda distinguir duas abordagens diferentes: uma centrada na personalidade e outra centrada na cultura. A primeira teve como objectivo estudar as características comportamentais da cultura: a especificidade nacional de mecanismos adaptativos, atitudes emocionais, instituições sociais e de comportamento institucionalizado, de folclore, de rituais, etc. A segunda – a abordagem centrada na cultura – tem sido relacionada principalmente com o estudo das normas e dos valores, isto é, representações do mundo inerentes a uma cultura em particular.

Embora os cientistas tenham concluído que numa nação moderna podem ser encontradas não uma, mas várias personalidades modais, verificou-se, no entanto, a sua insuficiência interpretativa, levando os cientistas a duvidar de que alguma das populações nacionais existentes pudesse ser descrita por "um número limitado de personalidades modais" (Inkeles, Levinson, 1969, p. 427). Além disso, por um lado, a clivagem social numa nação muito frequentemente superava as diferenças manifestadas no seu seio, por outro, estudos empíricos não conseguiram provar que uma nação possua um carácter nacional, que possa ser descrito através do conceito de personalidade modal. Estes resultados mostravam cada vez mais a fraqueza da base teórica do culturalismo e das teorias da personalidade, colocando a questão da necessidade de repensar as abordagens do carácter nacional existentes, manifestando-se, deste modo, uma crise e estagnação nas pesquisas empíricas.

Assim, nos anos 60 do século XX, termina a era da antropologia designada por Bennett (1998) como clássica, e da corrente culturalista da psicologia ocidental¹⁹. Aproximadamente nesta altura, registou-se um interesse crescente pelos problemas da personalidade da filosofia marxista na União Soviética e pró-marxista nos países ocidentais, entre os quais se destacou o trabalho de Adorno (et al., 1950).

Adorno analisa a personalidade de base a partir da perspectiva do materialismo histórico e dialéctico, em que a personalidade é vista numa interacção entre as condições sociais e políticas da sociedade e a vida do indivíduo. Um grupo de psicólogos e filósofos sob a sua direcção tentaram encontrar uma correspondência entre a personalidade de base e o estabelecimento de uma determinada ordem social e política. O objectivo era tentar identificar traços de uma *personalidade autoritária*, de um indivíduo com predisposições psicossociais para o fascismo.

Adorno segue uma das principais disposições do freudismo – a crença numa predeterminação fatal da experiência do adulto na sua infância – e integra-a no seu esquema conceptual. Segundo o autor, a personalidade autoritária é originada pelo processo de socialização a que a criança foi sujeita, pelas formas duras e rígidas de disciplina praticada pelos pais na infância e adolescência, que provocam na criança frustrações e um comportamento de submissão às figuras autoritárias e ao mesmo tempo uma hostilidade para com outros, sendo esses, muitas vezes, pessoas de um estatuto social mais baixo. A este padrão da percepção do mundo, dos valores e dos comportamentos, Adorno dá o nome de *personalidade autoritária*. De acordo com esta teoria, os diversos factores presentes do meio social moldam a personalidade, e os seus efeitos são tanto maiores quanto mais tempo se vive sob a sua influência. As principais influências sobre o desenvolvimento da personalidade surgem no seio familiar, que educa a criança de acordo com as normas dos grupos sociais, étnicos, religiosos e ideológicos a que pertencem, e em função dos factores económicos que afectam a família.

Durante os 50 anos subsequentes à publicação deste trabalho, este tipo de estudos foi estendido a várias culturas não-ocidentais, incluindo o Japão, África do Sul e Índia. Entretanto, a União Soviética sempre afirmou que continuava a concretização da

¹⁹ A partir dos anos 80 começaram a registar-se alterações na forma e nos agentes que interferem na formação da personalidade, particularmente, a tecnologia e a comunicação. O papel da família e da escola na moldagem do indivíduo na sociedade teria vindo sistematicamente a perder influência relativa face a esses novos meios e ambientes de socialização.

sua intenção de criar um “homem novo”, que não poderia ser comparado com as personalidades ocidentais; portanto, os conceitos como autoritarismo seriam, por definição, inaplicáveis à realidade socialista soviética (McFarland, 1992).

Mesmo que aceitemos a ideia que este tipo de personalidade tenha sido típico nas fases iniciais dos diferentes regimes totalitários conhecidos, logo à partida parecem lógicas as diferenças significativas que encontra neles Gudkov (2008): nem no caso da Alemanha nazi, nem no caso da Itália fascista, provavelmente por causa da relativa brevidade desses regimes (12 e 20 anos) que acabaram por ser destruídos em consequência de derrotas militares, se pode falar da questão da reprodução dessa personalidade, na forma socializada, pelos próprios regimes. Pelo contrário, ao longo do período que medeia entre os anos 20 e os anos 80, ou seja, durante mais ou menos três gerações, a construção política da União Soviética identificou-se com a tentativa de formação e de desenvolvimento de uma personalidade de tipo novo, a socialista, um “homem soviético”, um cidadão da URSS.

As teorias da personalidade de base acima referidas estabelecem uma relação estreita entre a personalidade e cultura, ou seja, entre os modos comuns de sentir, pensar e agir dos indivíduos e os padrões de cultura de uma sociedade, e defendem que o comportamento colectivo predominante, de algum modo, influencia, motiva, coage, regula e guia as condutas individuais. De modo diverso, a posição que é desenvolvida neste trabalho sustenta que o conceito de ideologia é determinante para uma percepção mais completa da personalidade socialista. Assim, a análise desta personalidade é direccionada para um campo mais geral, como parte integrante de um processo de reprodução do sistema social e político que a originou. Assim, discutir a personalidade socialista, as suas características e o seu sistema valorativo só é possível mediante dois pressupostos: primeiro, situando o fenómeno no quadro geral da sociedade soviética que o proferiu, tomando em conta a ideologia, as suas relações sociais, as formas básicas da cultura e as políticas e práticas educativas específicas; em segundo lugar, relacionando o fenómeno com todo o processo de reprodução social organizado pelo Estado e legitimado pela ideologia. A hipótese que se levanta e cuja argumentação se tentará sustentar, é que para perceber a ideia e os contornos principais da personalidade soviética deve-se mudar o foco da análise e elaborar um referencial teórico que possibilite compreender as características singulares da personalidade de base socialista

e o curso específico do seu desenvolvimento. A chave deste marco referencial está na compreensão do conceito de ideologia.

Tomando como base a abordagem de Geertz (1989), a cultura é entendida como um sistema *de símbolos e de sentidos*, partilhados pelos indivíduos de um mesmo grupo. O conceito de cultura é aqui usado referindo-se ao carácter simbólico da vida social, aos padrões de significados incorporados e compartilhados no processo de integração social. Para Geertz, para se poder compreender a cultura é preciso identificar esses sentidos na vida e, sobretudo, em determinados fenómenos relacionados com o grupo, interpretando ao mesmo tempo os símbolos partilhados pelos indivíduos portadores dessa cultura. Ao colocar no centro do seu discurso o carácter simbólico da cultura, ele vê os fenómenos culturais como formas simbólicas e compreende a análise da cultura como uma interpretação dos padrões de significados existentes nessas formas que se apresentam inseridas em contextos sociais estruturados, que envolvem relações de poder e projectos político-sociais. Por isso, só podemos tomar estas formas simbólicas como fenómenos contextualizados produzidas por pessoas situadas em contextos sócio-históricos específicos. O autor define, assim, a cultura como um sistema cultural de organização e de controlo baseado num mecanismo de apreensão do poder por meio da posse dos símbolos desse poder e da submissão dos membros de uma comunidade política a tais símbolos. Este mecanismo funciona porque, segundo Geertz, o conceito de cultura é sujeito a uma transformação num “padrão de significados transmitidos historicamente, incorporado em símbolos e materializado em comportamentos” (Geertz, 1989, p. 89). Deste modo, a cultura é em parte controladora do comportamento em sociedade e, ao mesmo tempo, produz e reproduz este comportamento, devido ao seu conteúdo ideológico.

Em convergência com esta interpretação, é útil recordar o trabalho de Lotman (1981) no âmbito da semiótica soviética. Na sua visão sistémica da cultura, os textos não são peças isoladas, mas partes de um todo. O texto é um conceito bastante amplo: por exemplo, podem ser documentos e discursos históricos, literatura, peças musicais, obras de arte e produções cinematográficas; tudo o que é produzido pela mente, sintetizado e codificado e que trata da condição humana constitui-se num texto cultural. Nesta perspectiva a ênfase é dada ao carácter orgânico-estrutural da cultura. Devido à interacção entre os textos “as partes não entram no todo como detalhes mecânicos, mas como órgãos de um organismo” (Lotman, citado por Dorneles, 2007, p. 4). Assim, o

discurso do líder partidário soviético, a literatura soviética, a produção cinematográfica, o discurso jornalístico e o conteúdo dos manuais de história mantêm elementos comuns porque estão interligados como partes do sistema cultural.

Percorrendo os autores que mais têm contribuído para a progressão do conhecimento sobre as ideologias, como Marx, para quem a ideologia é uma “distorção”, isto é, o contraste “entre as coisas tal como surgem e tal como são na realidade, entre representações e praxis” (Ricoeur, 1991, p. 23), ou Parsons, para quem o “problema da ideologia surge quando existe uma discrepância entre o que se acredita e o que pode ser [estabelecido como] cientificamente correcto” (citado por Geertz, 1989, p. 110), Geertz, por sua vez, integra as definições de ideologia em três grupos que a consideram, ou “*doutrinária* pelo facto de reclamar a posse completa e exclusiva da verdade política e abominar o diálogo”, ou *totalitarista* porque visa “ordenar toda a vida social e cultural à imagem dos seus ideais”, ou ainda “*futurista* pelo facto de trabalhar por um fim utópico da história”²⁰ (Geertz, 1989, p. 168).

Juntamente com a “distorção”, que é, o processo da criação e da existência de formas ideológicas, realiza-se um processo mais profundo de integração do mundo num todo, através de formas simbólicas. A abordagem semiótica de Geertz demonstra como as formas ideológicas geradas se tornam matrizes de sentido que organizam processos sociais e mentais. Além disso, a ideologia é a “fonte externa de informação” que permite aos indivíduos compreender e disponibilizarem-se para a percepção de um espaço político e cultural desconhecido, e fornece significados sociais e políticos aos modelos de acção política. Para Geertz (1989) a eficácia da ideologia reside na correlação de sucesso entre os símbolos e a semântica. A dimensão semântica, na sua abordagem, permite à ideologia realizar um trabalho de marcação simbólica do espaço sociopolítico e a sua exploração pelos indivíduos. As formas ideológicas tendem a universalizar o espaço simbólico existente, e por isso podem ser considerados como um sistema de símbolos, entendido aqui não apenas como um sistema que define um quadro

²⁰ Mannheim (1976), em *Ideologia e Utopia*, ao classificar as bases temporais das construções utópicas, distingue a ideologia conservadora que remete para os momentos utópicos do passado, de ideologia radical que apela às utopias do futuro. Platt (2011) encontra no discurso sobre a modernização da nação russa uma combinação paradoxal de ambas as variantes: que, por exemplo coincidem na figura do czar-reformador que aplica métodos arcaicos para alcançar os objectivos progressivos. Para confirmar a ideia, Platt cita Lenine que descreveu Pedro o Grande como sendo o homem que não tinha medo de usar métodos bárbaros contra bárbaros.

de compreensão, mas também um sistema que define modelos e padrões de comportamento e de acção sociopolítica. De facto, não é mais que uma transmissão de práticas simbólicas no contexto de uma determinada construção ideológica. Contudo, a definição de ideologia como sistema simbólico subentende um determinado contexto, que envolve as relações de dominação, poder e influência. Porque “[...] o poder político precisa de dominar o imaginário e o simbólico para se impor” (Chartier, 1990, p. 17), para atingir as qualidades essenciais do presente do passado e do futuro com que se identifica um povo.

Para especificar esta percepção da ideologia, os autores que trabalham nesta área destacam o seu núcleo estrutural, que, na opinião de alguns, não é o conhecimento científico conceptualizado, mas o mito político²¹, que, sendo "característica codificada dos principais valores da sociedade" (Vyzovik, 2008, p. 38), contém as indicações para o seu desenvolvimento e meios para o alcançar, guiando o indivíduo na realidade sociopolítica. O mito político, como núcleo da ideologia, é uma imagem do mundo que legitima o poder e a ordem, organiza a vida colectiva da sociedade e contribui para a sua reprodução. A imagem do mundo como mito político afigura-se lógico a conceptualizar com o conceito de Weber de “imagem do mundo”. Ao defini-lo, que resultou da análise do processo histórico do ponto de vista de acção social, Weber escreveu:

[...] Não são as ideias, mas os interesses (materiais e ideais) que dominam directamente a acção dos homens. O mais das vezes, as ‘imagens do mundo’ criadas pelas ‘ideias’ determinaram [...] os trilhos nos quais a acção se vê empurrada pela dinâmica dos interesses. (Weber, citado por Gigante, 2009, p. 6).

Assim, as ideias e representações, exteriorizadas na acção social tornam-se comuns e aceites por todos sob a forma de uma “imagem do mundo”. Este conceito, que se pode considerar como genérico, só pode exprimir a sua especificidade quando se apresenta desenvolvido num processo de racionalização concreto, num contexto específico histórico e social. Um destes contextos pode ser o da sociedade soviética, com a sua modernização, imagem do mundo e lógicas de acção próprias.

Colocando o conceito da racionalidade no centro da tese aqui defendida, conforme Weber o fez para explicar o desenvolvimento da sociedade ocidental no contexto da modernidade, podemos tentar ver a experiência soviética como um processo

²¹ Por exemplo, para Barthes (1979, p. 162): “[...] Se a nossa sociedade é objetivamente o campo privilegiado das significações míticas, é porque o mito é formalmente o instrumento mais apropriado para a inversão ideológica.”

contínuo de racionalização que produziu estruturas de consciência próprias, neste contexto de modernidade *forçada* (a expressão é de Eisenstadt, 2007). A aplicação do pensamento de Weber a este outro fenómeno parece-nos válida por várias razões: 1) como o próprio sociólogo sublinha, sendo a racionalidade sempre relativa, qualquer fenómeno social poderá sempre ser entendido dentro de uma lógica de racionalidade, quaisquer que sejam os comportamentos adoptados. Assim, nenhuma lógica de acção social ao nível macro pode ser considerada irracional. Sendo apenas um ponto de vista, ambos os conceitos – racional e irracional – são misturas de diferentes graus de racionalidade e irracionalidade. A racionalidade na versão soviética foi submetida ao seu modelo específico da modernidade; 2) sendo a racionalização um processo que consiste num progressivo domínio do homem sobre a natureza e uma crescente intervenção deste em todas as esferas da realidade, também podemos encontrar estas características assumidas pelo processo de modernização realizado na época soviética.

Partindo da interpretação da concepção de Weber, feita por Habermas (citado por Gomes, Magalhães, 2008) em que ele distingue duas dimensões que expressam a racionalização – cultural e social – podemos tentar relacionar a primeira com a racionalização das imagens do mundo, que é realizada pela doutrina socialista e a segunda com o desenvolvimento económico e organizacional, que passa pela economia planificada e o Estado socialista. Em relação à segunda, que designamos por o racionalismo da colectividade, parece possível ter conhecido a sua forma na experiência soviética. O percurso da sociedade soviética demonstra como este tipo de racionalismo, aspirando atingir um avanço incompatível a outros contextos e a *outras modernidades* (Eisenstadt), criou um sistema económico e político específico, favoreceu o desenvolvimento da ciência, racionalizados todos eles na base de um plano e cálculo, criando também um hábito de comportamento colectivo caracterizado pelo predomínio da atitude mobilizadora.

Centramos a nossa atenção na dimensão cultural da racionalidade. Tomando como base o aspecto multiforme da racionalidade, a partir do próprio Weber, e seguindo a sua lógica, podemos procurar identificar as forças dessa racionalidade que transmitiram um carácter decisivo à cultura da sociedade soviética. Parece nos lógico considerar que foi a visão marxista do socialismo com a sua ideia fundamental de abolição da propriedade privada, juntamente com a ideia da construção da sociedade de

trabalhadores iguais movidos pela perspectiva de uma vida nova, de uma sociedade justa e de uma concepção de moral elevada baseada neste espírito ambicioso, que tornaram possível a superação da conduta tradicional. Esta doutrina como fonte de percepção do mundo desenvolveu um papel fundamental no racionalismo especificamente soviético, papel este que pode ser comparável ao da religião no processo de racionalização do ocidente²², por ter tentado integrar o modo de pensar e a vida do homem novo, como verdade central e como força modeladora da existência²³.

A ideia fundamental do socialismo, defendida na época pelos seus seguidores, é a da construção de uma nova sociedade, sob princípios diferentes dos de todas as outras sociedades conhecidas – justiça social e igualdade – em que todas as pessoas iriam poder desenvolver as suas capacidades, ter condições para uma realização plena como indivíduos, que tenderiam para a criação de um novo tipo de Homem. Deste modo, a construção desta sociedade funcionava como garantia do bem-estar de todos, sendo do interesse de cada um a prosperidade desta sociedade, restando apenas a dedicação das suas vidas a esta causa para garantir, ao mesmo tempo, a prosperidade individual e colectiva. O empenho no trabalho (para alcançar o bem-estar completo e não a riqueza) e a lealdade à causa (ao ideal) e aos que os guiam em direcção ao futuro, eis a fórmula de sucesso. A vida humana desenha-se como objecto de uma reavaliação em que a luta por um futuro brilhante se tivesse convertido na área mais importante da vida. É uma espécie de novo encantamento (parafraseando Weber) do futuro, uma concepção mágica do mundo, mas assente na racionalidade.

A doutrina indicava a direcção e o tipo de acção a desenvolver pelas pessoas, assim como uma forma de pensamento concordante com os objectivos definidos. Na “imagem do mundo produzida, um desejo (interesse) inerente *a priori* ao indivíduo

²² Matz (1986), ao escrever sobre a ideologia, salienta a sua natureza “quase sacral”. Em particular, analisando a ideologia, aparentemente secular, dos tempos modernos, ele escreveu que esta é “[...] em princípio, um sistema de orientações de motivação religiosa, mas de conteúdo secular”, pelo qual “as políticas ideológicas não têm apoio numa sociedade cuja estrutura e cujos valores emergem das suas tradições, mas num princípio transcendental de relação para com a sociedade, que é imposto a essa sociedade; político, portanto, – não é representante da sociedade, mas de um princípio transcendente (ideologia)” [...] cuja função pode ter [...] “caracter ditatorial” (Matz, 1986, p. 83).

²³ Porém, na opinião de alguns estudiosos da sociedade soviética, nos anos 60, a racionalização na versão soviética realizada dentro dos moldes de imagem do mundo chegou à sua finalidade lógica e exigia a mudança de imagem – o socialismo deveria transformar-se numa democracia parlamentar. Como isto não aconteceu, “a História Soviética perdeu sentido: as conquistas de Outubro tornaram-se desnecessárias, o Partido Comunista transformou-se no maior obstáculo para construção do comunismo” (Vail, Geniss, 2001, p. 171).

enche-se de conteúdo concreto: “fazer o quê”, “para quê”, e “de que maneira”²⁴. Ao mesmo tempo, a sua estrutura inclui ideias, representações, valores e normas que são o produto final da racionalização, realizada no quadro e na base deste modelo de vida que está ligado ao conceito de cultura, entendida

[...] não como complexos de padrões concretos de comportamento – costumes, usos, tradições, feixes de hábitos, como tem sido o caso até agora, mas como um conjunto de mecanismos de controle planos, receitas, regras, instruções (o que os engenheiros da computação chamam de "programas") para governar o comportamento [...] (Geertz, 1989, p. 56).

A transformação realizada no plano macrosocial, que resultou numa sociedade radicalmente alterada pelo socialismo, só podia ocorrer se modificassem todas as estruturas sociais e mudassem todas as condutas das pessoas. O essencial para este processo *pioneiro* de racionalização terá sido a crença no poder da motivação do socialismo, que tornaria possível que as pessoas sacrificassem o seu próprio interesse em nome do grupo, sem procurar recompensas ou sem coacção pelo medo²⁵. Mas se a direcção geral dessa racionalização foi determinada pelos fins - uma modernização específica –, a substancialidade reflectida no produto final deste processo contém em si a marca dos interesses das forças sociais que “co-determinam” o processo da racionalização (Risebrodt, citado por Mckinnon, 2010) e que integram toda a estrutura das relações de dominação. Este tipo de “imagem do mundo” é a ideologia, que se baseia na especificidade da representação do mundo e na maneira praticamente única de executar a comunicação do poder, de o legitimar e assim, estabelecer as bases para a sua reprodução, enredando o indivíduo num conjunto complexo de múltiplas trocas, directas e indirectas, e de interacções que o levam agir confiantemente.

Segundo Althusser, (1980, p. 83), apesar de reflectir algo imaterial, “a ideologia tem uma existência material”. Também Bakhtin acredita que tudo que o é criado pela ideologia é “material”, no sentido em que faz parte da realidade objectiva, materializando-se sob a forma de linguagem ou acção; por exemplo: obras de arte, trabalhos científicos, mitos, símbolos, rituais e instituições. Por outras palavras, a

²⁴ As expressões são de Risebrodt, citado por Mckinnon, 2010, p. 436.

²⁵ De acordo com a teoria da acção colectiva de Olson (1999), os problemas desta última, dado a escolha racional que cada indivíduo faz, podem apenas ser resolvidos através da coerção. Qualquer indivíduo racional sabendo que nenhuma sanções podem ser aplicadas contra si e que não existem nenhuma recompensas especiais, vai ponderar a sua participação e adoptar estratégias de *free riding* se puder obter os ganhos da acção colectiva sem incorrer nos seus custos.

ideologia é materializada sob a forma de signos que fazem referência, por um lado às ideias e por outro à realidade social.

[...] O domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes. Ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico. *Tudo que é ideológico possui um valor semiótico* [...] (Bakhtin, 1997, p. 34).

A partir desta perspectiva, a ideologia é apresentada de duas formas – a ideologia como um discurso e a ideologia como um sistema de princípios que organizam as práticas sociais dos indivíduos. Num nível – o da luta pelo poder entre grupos – é uma ideologia discursiva, mas ao nível da realização do poder: para além da ideologia discursiva, os princípios da sua organização desempenham o papel decisivo na legitimação e reprodução do regime político. As estruturas simbólicas, “materializadas” na linguagem, gerem o discurso ideológico, inserido, junto com os seus significados, nas situações e estruturas sociais. Mas essas estruturas sociais, como observa Dijk, (1999), constituem-se, constroem-se frequentemente, validam-se, normalizam-se, avaliam-se e legitimam-se, no e pelo texto do discurso.

No funcionamento das ideologias discursivas, o Estado ocupa um lugar especial. “É no domínio da produção simbólica que a força de apreensão do Estado se faz particularmente sentir” (Bourdieu, 2001, p. 72). Esta força, é o poder simbólico – a capacidade de criar a realidade com palavras, cuja eficácia depende de “facto as suas estruturas cognitivas [...] serem [...] coerentes e sistemáticas e concordarem concretamente com as estruturas objectivas do mundo social” (Bourdieu, 2001, p. 88). O universo simbólico será um código disponível para todos, com o qual o poder expressa os seus interesses e os do público.

No entanto, não se deve reduzir toda a análise da ideologia à análise do discurso – a ideologia é expressa e reproduzida, não só através de textos e do discurso (Dijk, 1998), mas também pelas instituições sociais, que operam com base nos princípios que são componentes do sistema ideológico de valores. As crianças e os adultos passam pelas instituições onde estão sujeitas a assimilar os valores, normas e comportamentos correctos. As instituições sociais codificam a informação, estabelecem princípios selectivos que evidenciam alguns tipos de acontecimentos e ocultam outros, operam sobre as mentes dos indivíduos, padronizam a acção social tornando-a reciprocamente previsível, enformam a tomada de decisões de rotina e a resolução problemas de quotidiano, e como que “pensam” em nome dos indivíduos (Douglas, 2004).

Então, juntamente com as ideologias do discurso em cada sistema estatal há uma ideologia que representa a estrutura de valor normativo simbólico, "objectivado" no sistema de instituições públicas que definem o regime político. De acordo com Gramsci, (1991) “as normas de comportamento não só estão ligadas por uma ideia comum, mas também "se generalizam" na própria realidade social” (Gramsci, 1991, p. 264).

É nesta perspectiva que se deve compreender a socialização. Percheron, (citada por Dubar, 1997, p. 30) propõe uma definição da socialização entendida como aquisição de um código simbólico resultante de “transacções” entre o indivíduo e a sociedade. Assim, a socialização não é apenas um processo de transmissão de valores, normas e regras, mas desenvolvimento nas pessoas de uma representação do mundo que a ideologia considera verdadeira. Apesar de ser imposta, a socialização não se reduz ao resultado de aprendizagens formalizadas, mas é o produto de construção de um código simbólico, pelos próprios indivíduos, constituído por um “sistema de referências e de avaliação do real” que lhes permite ter certos comportamentos em determinadas situações (*Idem*, p. 31) e baseado num conjunto de crenças e de valores, conforme defende Durkheim.

Nos Estados modernos, a ideologia privilegia a educação, porque a escola, “como aparelho ideológico do Estado funciona pela ideologia” (Althusser, 1980, p. 46). Ela exige que a sociedade tenha um “[...] sistema de educação que se impõe aos indivíduos com uma força geralmente irresistível” (Durkheim, 2007, p. 47), que através da construção do “saber” transmitido confere segurança ao regime e através do controlo por via do “saber” destinado à população assegura que este seja fiel ao Estado e à doutrina.

Tradicionalmente, na Rússia há duas palavras para a educação: *obrazovanie* que se preocupa com a instrução e a transmissão de conhecimentos e *vospitanie*, que apela ao padrão, às normas socialmente aceites e cuja função é o desenvolvimento de valores e atitudes. Ambos os domínios têm um papel importante na formação da identidade, mas a segunda é especialmente orientada para isso (Zajda, 1980). A União Soviética nunca representou a escola “como um meio neutro, desprovido de ideologia, nem na sua doutrina fundamental nem nas suas práticas” (Althusser, 1980, p. 67), nem reduziu a

educação e escolarização apenas à transmissão de conhecimentos e saberes²⁶; a sua aquisição devia ser feita através de uma motivação ideológica, à qual era atribuída muita importância, não menos do que às próprias aquisições cognitivas.

Desde a Revolução de Outubro, *vospitanie* passou a visar uma série de objectivos relacionados com a educação comunista, incluindo moldagem do carácter e o desenvolvimento tanto da disposição, como da vontade de agir de acordo com os valores do Estado²⁷, uma espécie de “fusão da ideologia com a moral marxista-leninista” (Halstead, 1994, p. 425). Na União Soviética, *vospitanie* realizava-se também através das organizações da juventude, que viam como uma das suas principais funções a de inculcar os valores do patriotismo como forma de promover o comunismo (Morison, 1987; Zajda, 1980). O *Komsomol*, ou a Juventude Comunista, era uma parte importante da vida de cada criança soviética. Todos os jovens da URSS passaram por uma hierarquia de *Outubristas*, Jovens Pioneiros e, finalmente, os alunos mais velhos eram aceites no *Komsomol*. As crianças aprendiam essa hierarquia de forma rápida e “[...] lutando pelas boas notas e comportamento exemplar” (Markowitz, 2000, p. 48).

[...] Não há povo onde não exista um certo número de ideias, de sentimentos e de práticas que a educação inculca a todas as crianças indistintamente, seja qual for a categoria social a que pertençam [...] (Durkheim, 2007, p. 51).

O factor determinante na ideologia socialista sempre foi o grande objectivo deste movimento e da sua concepção – construção do Novo Mundo, radicalmente diferente: justo, racional, lugar de felicidade total. O significado deste Novo Mundo, entre outras coisas, é encontrado na construção de um Homem Novo em confronto com o tradicional pobre de espírito, oprimido e explorado. De acordo com Durkheim (2007)

[...] cada sociedade tem um certo ideal de homem, do que ele deve ser tanto do ponto de vista intelectual, como físico ou moral; que este ideal é, em certa medida, o mesmo para todos os cidadãos; que a partir de um certo ponto se diferencia consoante os meios particulares que cada sociedade compreende no seu seio. É este ideal [...] que é o polo da educação. [...] Assim, é a sociedade, no seu conjunto, e cada meio social particular, que determinam este ideal que a educação realiza. A sociedade só pode subsistir se existir entre os seus membros uma homogeneidade fixando com antecedência na alma da criança as similitudes essenciais que a vida colectiva exige” (p. 52).

²⁶ Ao discursar no Iº Congresso Pan-Russo de Educação em 1918, Lenine, desenvolvendo a ideia de que a educação é uma componente da luta pelo socialismo, afirma que a escola fora da vida e da política é uma hipocrisia (Lenine, 1986).

²⁷ Porém, temos que admitir que esta atitude, de alguma forma, pode ser encontrada em todos os sistemas de educação que tentam ajudar a criança moldando o seu pensamento e as suas acções.

Mas a visão utópica socialista, no seu entusiasmo aplicado à construção do “paraíso” da nova sociedade, sempre se baseou na “perfectibilidade ilimitada do homem [...] um ser sem raízes, sem duração interior, numa palavra, moldável, plástico, adaptável, *logo melhorável*” (Bessa, 1997, p. 33). Arendt chamava a atenção para que

[...] o papel desempenhado pela educação em todas as utopias políticas, a partir dos tempos antigos, mostra o quanto parece natural iniciar um novo mundo com aqueles que são por nascimento e por natureza novos[...] (Arendt, 2005, p. 223).

Na União Soviética, a atenção dada à educação das crianças, desde a infância até estarem prontas para ingressarem na comunidade dos adultos, mostra que esta estava a ser usada como um instrumento da política. O sucesso da aliança entre o sistema ideológico soviético e a educação, devia-se a dois aspectos: em primeiro lugar, à crença, afirmada com muita convicção, de que a ideologia comunista tem uma base científica. Este factor intervinha com muita força na motivação do comportamento da criança que se pretendia levar a assimilar a essência da ideologia. Ou seja, o ideal que devia mover as personalidades em formação era concebido de forma científica, na base do raciocínio lógico e não apenas na base dos factores afectivos ou coercivos. O segundo aspecto a considerar é o da globalidade da educação, que consistia em simultâneo na interacção entre a sua forma e o seu conteúdo, os seus métodos e as suas finalidades²⁸, todos estes elementos subordinados ao objectivo de formação de um homem novo.

As primeiras tentativas para testemunhar o que na realidade era uma pessoa na sociedade socialista e a existência empírica de um homem de tipo fundamentalmente diferente do que até agora era conhecido na história, aconteceram no final dos anos 50. Em 1958, foi publicado um livro do cientista, escritor e assessor de Adenauer, K. Mehnert, intitulado *Homem Soviético*, que teve alguma ressonância na Europa Ocidental. Um pouco mais tarde, surgiu um trabalho teórico com o mesmo nome de um dos ideólogos oficiais soviéticos, Smirnov (1978), e inúmeros trabalhos que desenvolviam as suas principais mensagens. Esses trabalhos, assim como os escritos de Marx, Engels e Lenine sobre o assunto, os documentos oficiais do Partido Comunista da

²⁸ Segundo este raciocínio, há muitas diferenças entre a educação nazi e educação soviética. Na opinião de Hannoun, o que caracterizava a educação nazi era, primeiro, a aposta nos factores afectivos; “...o formando é levado a agir...essencialmente, porque tem vontade”; segundo, levando em consideração o conteúdo do “ideal” que se reduzia à *preservação da pureza da raça*, ignorava-se a valorização dos conteúdos transmitidos (Hannoun, 1997, p. 190).

URSS, nomeadamente, relatórios do Comité Central do PCUS ao XXIV e XXV Congressos, a Coletânea de documentos do centenário do nascimento de Lenine, os documentos comemorativos dos 50 anos da URSS e os trabalhos de diversos sociólogos soviéticos, serviram como base para esta parte da pesquisa que visa delinear as características da personalidade socialista vista como base da conduta do “Homem Soviético”.

Partindo da bibliografia estudada, o primeiro grupo das características do Homem Novo insere-se no domínio da ideologia comunista: a convicção de que, na sociedade comunista, tudo o que se relacionava com os interesses da sociedade correspondia igualmente aos interesses das massas trabalhadoras e ao desenvolvimento da ideia de que as necessidades e os interesses de ordem pessoal se encontravam ligados organicamente na consciência dos homens aos interesses sociais e aos interesses políticos e ideológicos de toda a sociedade. A propriedade social era o elemento de referência na formulação dos interesses dos cidadãos. Verificando-se que a consolidação e o desenvolvimento dessa ordem social representavam a realização da política do partido comunista, pode-se retirar daí que a luta pelo fortalecimento do socialismo e a defesa da ideologia comunista era definida como uma questão de interesse superior, um ideal para todos os indivíduos. Parece pois que a personalidade socialista se caracterizava, antes de mais, pelo elevado sentido ideológico que posicionava o interesse social prioritariamente em relação ao interesse individual.

Daqui decorre a idealização da atitude para com os outros. Contrariamente à sociedade capitalista, onde, segundo a análise marxista, a natureza social da riqueza dos capitalistas e o antagonismo de interesses entre os grupos sociais levavam inevitavelmente a um conflito de classes e entre os interesses particulares e os interesses da sociedade em geral, na sociedade comunista, doutrinariamente, o interesse comum de todos os indivíduos na prosperidade do conjunto da sociedade levaria ao estabelecimento e fortalecimento das relações baseadas na fraternidade e no colectivismo, que abrangiam também as relações entre nações e se exprimiam na consciência internacionalista dos soviéticos. Esta consciência internacionalista era a principal forma de expressão do patriotismo socialista, ou seja, para o homem novo, ser patriota e internacionalista deveria significar a defesa, antes de tudo, dos interesses comuns dos trabalhadores de todas as nacionalidades.

Outro grupo de características apresenta-se relacionado com a atitude para com a sua própria actividade profissional, para com o trabalho. O regime partia do argumento-base de que a propriedade era social. Acreditava, em consequência, que o trabalho numa empresa socialista era considerado pelo indivíduo como um serviço para o bem do povo. Como Lenine escreveu nos primeiros anos após a Revolução:

Trabalharemos para abolir o malfadado princípio de cada um por si e Deus por todos; o hábito de se considerar o trabalho apenas como uma obrigação penosa e somente pago de acordo com determinada norma. Trabalharemos para infundir na consciência, nos costumes e nos hábitos diários das massas o seguinte princípio de um por todos e todos por um, e o princípio de cada um segundo sua capacidade e a cada um segundo suas necessidades, a fim de introduzir gradualmente, mas de maneira inflexível, a disciplina comunista e o trabalho comunista (Lenine, 1986, t. 1, p. 26).

Qualquer actividade profissional era vista como um serviço para o bem geral, justificando-se deste modo uma mudança de atitude para com o trabalho. Com a mudança do carácter do trabalho e da atitude do trabalhador para com este, é visível a preocupação por parte das autoridades relativamente à necessidade de uma mudança de atitude para com a cultura e a instrução. Na lógica deste raciocínio, o prestígio do conhecimento, do Homem culto em geral passou a ser encarado pelo povo como uma referência; a educação e o ensino tornaram-se numa importante exigência para toda a sociedade, tornando-se uma característica inseparável da nova personalidade.

Resumindo, pode assim concluir-se que, no entender dos grandes mentores teóricos do regime, a personalidade socialista nos seus traços essenciais se pode resumir da seguinte forma:

- Reconhecimento dos fins e dos princípios da ideologia comunista e a prioridade dos interesses públicos sobre os privados;
- Adopção de normas fundamentais de relacionamento com os outros elementos da sociedade, pela evocação dos princípios da fraternidade, do colectivismo e do internacionalismo;
- Conceção do trabalho em benefício da sociedade como a razão suprema da vida, assim como o meio para desenvolver as capacidades e competências profissionais dos cidadãos (Smirnov, 1978).

Assim, o modo como a concepção socialista parecia responder à questão sobre a natureza da integração da personalidade e sobre as manifestações da sua individualidade resume-se na afirmação referida insistentemente de que, no socialismo, cada pessoa

partilha dos interesses de todo o povo. Pode dizer-se que esta resposta era apresentada pelos órgãos políticos superiores destas sociedades de forma dogmática. Talvez por isso, as preocupações do indivíduo não se limitariam ao seu círculo estreito de relações, mas sim ao vasto mundo das vivências sociais. A participação na obra comum contribuiria para o enriquecimento da espiritualidade do Homem soviético, que se definia como “[...] o homem no qual a perspectiva colectiva prevalece sobre a pessoal é já um homem de tipo soviético” (Makarenko, 1978, p. 23). Transparece portanto, que a orientação para os interesses sociais seria o traço característico da tendência socialista da personalidade.

Um outro aspecto do problema da combinação do individual com o social, do geral e do individual desenvolvido na bibliografia analisada é o da liberdade e da responsabilidade individuais. A chave para compreender o conteúdo da liberdade e da responsabilidade procura-se no regime social, nos interesses e nos grupos sociais: nesta lógica, a liberdade da personalidade seria limitada, na medida em que os interesses individuais estivessem em conflito com os interesses da sociedade ou de grupos sociais. Afirmar-se com convicção que a liberdade nunca é abstracta e ilimitada; uma actividade autenticamente livre seria sempre orientada num sentido e transcorreria dentro de limites determinados. Por conseguinte, retira-se daí que realmente livre seria toda a actividade que se desenvolvesse de acordo com a necessidade histórica do colectivo. A responsabilidade e a liberdade estão numa interacção: a liberdade individual implica responsabilidade pelo colectivo e esta última, por sua vez, é a condição da liberdade.

Na definição da responsabilidade, os ideólogos do regime partem do argumento de que o socialismo emancipou os indivíduos e criou um Estado socialista “que não tem outros interesses que não sejam os do povo” (Smirnov, 1978, p. 270), para chegar à conclusão que ele passaria a ser responsável perante o Estado, o que implica assumir a responsabilidade “tanto pelo trabalho e comportamento próprios, como pelos assuntos do colectivo, da empresa e de todo país” (*Idem*, p. 271). O trabalho de inculcação destas qualidades seria uma tarefa do partido na sequência lógica do que este já tinha feito; o trabalho de “inculcar nos trabalhadores a fidelidade à causa do socialismo, o colectivismo e o sentimento de serem donos do seu país” (Brejnev, 1970, p. 17).

Daqui decorre uma convicção que partiu de Marx, sobre a relação entre a riqueza material e espiritual do Homem no socialismo. Segundo Marx, a pessoa

verdadeiramente “rica” não é a possuidora da riqueza material (que implica estar envolvido no processo de exploração, como apropriação de mais-valia), mas a da riqueza espiritual, que se adquire através do processo em que “[...] todo o homem em que está adormecido um Rafael se possa desenvolver sem entraves” (Marx, 1975, p. 18). Assim, o objectivo do regime socialista, no que diz respeito à personalidade, reside no pleno desenvolvimento das possibilidades deste Homem Novo no mundo dos verdadeiros valores humanos, dos valores espirituais e intelectuais que constituem a base do modo de vida socialista, em que o prestígio é determinado pelo valor pessoal e pela personalidade, não pelo valor do seu capital e dos seus bens (Andreiev, 1980).

1.2.2. Memória social e identidade soviética

Propomo-nos, nesta parte do trabalho, reflectir de modo conciso sobre alguns aspectos teóricos do estudo da memória social, vista na sua relação com a identidade, articulando esta relação com um conjunto de transformações e mudanças por que passaram as sociedades no século XX, para introduzir uma questão mais focalizada: a da especificidade da construção da memória colectiva na sociedade soviética, enfatizando a época da vivência dos imigrantes da amostra.

A primeira linha de abordagem prende-se com a ideia da memória colectiva lançada por Halbwachs (1990), influenciado por Durkheim, e desenvolvida e actualizada por muitos outros estudiosos. A segunda centra-se na percepção da memória colectiva como uma construção social, objecto de uma política de memória por parte do poder, sublinhando o carácter instrumental das memórias colectivas. A terceira linha, sem rejeitar a influência do poder na construção da memória, entende-a como um sistema de significados padronizados que se criam ao longo do tempo.

Tradicionalmente, a memória humana foi estudada na psicologia, no seu aspecto individual, como parte das funções mentais e da capacidade individual do homem (e.g. Freud), ou associava-se intimamente à filosofia (e.g. Bergson), que procurava todo o passado no inconsciente do indivíduo. O interesse pelo estudo das dimensões sociais e culturais presentes na memória tem-se desenvolvido desde o início do século XX. Uma linha de trabalhos no campo da memória surge nos anos 20, após a Primeira Guerra Mundial, no momento em que uma boa parte dos países estava a passar por uma crise de identidade provocada pela guerra e acompanhada pela perda do sentido e a falta de visão no presente, que procuravam estender ao futuro, através da memória (Nora, 2010).

Foram desenvolvidos na mesma época, mas em países diferentes, estudos no âmbito da Sociologia e da História por Halbwachs (1990) e da Psicologia social por Bartlett (1995).

Halbwachs (1990), seguidor de Durkheim²⁹, preocupado em explicar o comportamento individual pelo social, propôs que toda a memória individual poderia ser explicada através da memória colectiva. De forma abreviada, o seu raciocínio fundamenta-se, segundo Barros, (1989) em três argumentos: toda a memória é social porque o seu *conteúdo* o é também, porque é compartilhada de *forma* social, e porque o seu *meio envolvente*, em que a memória se apoia, é um conjunto de quadros *sociais* de referência.

Portanto, Halbwachs define a memória como imagens do passado, dadas em forma de texto, arte, música, ritual ou monumentos, partilhados por quadros sociais – famílias, grupos étnicos ou nações – que contêm informação que o indivíduo assimila do mundo, extrínseca à experiência pessoal; ou seja, a memória colectiva incorpora aquilo que o indivíduo relembra como membro de um grupo (Halbwachs, 1990). Na perspectiva deste autor, as principais funções da memória colectiva são, simultaneamente, a de promover uma conexão entre os membros de um grupo com base no seu passado colectivo, e ao mesmo tempo, a de preservar os valores e as interpretações predominantes do grupo ao qual a memória se refere. A memória colectiva apresenta-se como uma função da identidade dos grupos sociais, uma vez que serve para a integração e a continuidade destes, para o surgimento dos sentimentos de pertença nos seus componentes, bem como a reconstrução do passado segundo interesses particulares destes conjuntos. Assim, a memória colectiva é considerada um *locus* de ancoragem da identidade do grupo, assegurando a sua continuidade no espaço e no tempo (Peralta, 2007).

Na sua concepção da relação entre indivíduo e a sociedade, Halbwachs parte do condicionamento a que o indivíduo está sujeito pelo facto de pertencer a uma sociedade. Ao abranger também aquilo que se recorda, este condicionamento faz com que a

²⁹ Fentress e Wickham (1994), analisando o trabalho de Halbwachs, sublinham que este sujeitou o indivíduo a um determinismo pronunciado, característico de Durkheim, que concebe aquele como “uma espécie de autómato, passivamente obediente a uma vontade colectiva interiorizada” (p. 7). Esta análise levou Fentress e Wickham a optarem pela designação de “memória social” a categoria “memória colectiva” caracterizada por Halbwachs.

memória individual dependa dos padrões socialmente aceites pela sociedade, e que o indivíduo que recorda o faça na interacção com a sociedade, com os grupos e as instituições: “É na sociedade que as pessoas adquirem normalmente as suas memórias. É também na sociedade que recordam, reconhecem e localizam as suas memórias” (Halbwachs, 1990, p. 41). Portanto, a memória individual existe sempre a partir de uma memória colectiva, que também é selectiva. A memória colectiva pode assim ser considerada como uma forma de poder social, sendo que a sua expressão varia conforme as características da realidade social; há sempre selecção, síntese e reconstrução da memória colectiva em função dos interesses do presente (Tedesco, 2009).

É fundamental o papel que, para a memória do passado, desempenham as noções de tempo e de espaço, “na medida em que as localizações espaciais e temporais das lembranças são a essência da memória” (Barros, 1989, p. 30). A arte, os textos, os monumentos, o espaço que dão suporte à memória social (Nora, 1997), bem como o tempo, concebido não de forma absoluta mas como “um quadro social que permite aos indivíduos e aos grupos sociais constituírem sua memória” (Viaud, citado por Naiff, Sá, 2008, p. 128), são responsáveis pela assimilação de imagens de episódios do passado em estruturas semânticas da memória, cuja assimilação faz parte constituinte daquilo que os indivíduos relembram colectivamente.

Halbwachs diferencia a memória colectiva da memória histórica que é construída com base em factos históricos, que resultam de um conjunto de acontecimentos marcantes para a memória humana, que foram seleccionadas de acordo com as necessidades e intenções de cada grupo (Halbwachs, 1990). A memória histórica, sendo um resultado de selecção, é artificial, ao contrário da colectiva...

[...] é uma corrente de pensamento contínuo cuja continuidade não é de todo artificial, por isso retém do passado somente o que continua vivo e é capaz de viver na consciência dos grupos, mantendo a memória viva [...]” (Halbwachs, 1990, p. 79).

A história é um conjunto de factos que ocupam grande parte da memória dos indivíduos, cujo surgimento está relacionado com a necessidade de preservar esses factos que tendem a ser esquecidos na medida em que os detentores dessas memórias também desaparecem. A identidade colectiva, determinante para o conteúdo da memória, é considerada por Halbwachs como estável. Assim, toda a natureza e dimensão conflitual da identidade e da memória, assim como as guerras pelo poder, as

disputas e conflitos e antagonismos de interesses que fazem parte da construção social do passado, estão ausentes da análise de Halbwachs, “como se o conflito e a divergência não existissem” (Burke, 1992, p. 28).

Contudo, o conceito de memória colectiva, apesar de continuar a ser um recurso teórico útil para explicar a formação, a manutenção e o eventual desaparecimento das recordações do passado de um grupo, defrontou-se, na forma como tinha sido proposto, com dificuldades geradas pelas transformações das sociedades. Trata-se das dificuldades de delimitar um grupo de forma precisa que obrigam a uma certa flexibilidade na sua consideração e da influência, cada vez maior, da comunicação de massa que toma o lugar da comunicação intra-grupal. Na expectativa de ultrapassar esta situação e actualizar o pensamento de Halbwachs, Jedlowski (2000) propôs o uso de várias subcategorias, entre as quais se destaca a de *memória comum*. Esta categoria designa as recordações que são comuns a um conjunto amplo de pessoas que...

[...] por força da sua participação comum em dado período histórico, em dada configuração cultural ou em dado estrato social, tais pessoas teriam sido expostas aos mesmos factos, às mesmas informações, aos mesmos gostos, etc., e deles guardariam aproximadamente as mesmas lembranças [...] (Sá, 2007, p. 293).

Uma variante deste conceito é a categoria de *memória geracional* que define as memórias partilhadas por uma geração e que confere a esse conjunto de pessoas uma identidade singular (Mannheim, 1982). Nesta perspectiva, a educação desempenha uma função fundamental nesse processo de construção da identidade *geracional*, nomeadamente o ensino de história, que junta, numa relação lógica as várias gerações, funcionando como um elo de continuidade entre antepassados e os seus descendentes.

No seguimento destas actualizações, o âmbito da memória histórica também se expandiu além dos limites propostos por Halbwachs, passando a incluir novas modalidades, como por exemplo, a de *memória histórica documental* (Sá, 2007): uma memória elaborada a partir dos variados registos e fontes distintos de informação sobre o passado, usados ou referidos por pessoas ou grupos sociais. Fazem parte destes recursos os manuais escolares de história, que têm sido responsáveis pela transformação de factos não vividos em memórias comuns, principalmente geracionais e colectivas (Sá, Castro, 2005). Segundo Nora (1997) todos estes *lugares de memória* – bibliotecas, museus, comemorações, discursos, as datas e personagens históricas, etc. – constituem uma forma de realização do desejo de cultivar uma memória que está ameaçada; sem serem utilizados, lidos, apreciados, seriam esquecidos rapidamente. Por isso, conclui o

autor, os verdadeiros lugares de memória são os Estados, os meios políticos e sociais que mantêm viva a memória. São eles que fornecem um discurso colectivo, as narrações, símbolos e códigos de percepção comuns para que o indivíduo possa guiar-se na realidade social passada e presente. “Nesse sentido, a memória é a componente essencial para a identidade do indivíduo e sua integração social” (Tedesco, 2009, p. 261).

Assim, a memória torna-se, por um lado “um instrumento poderoso” (Hacking, 2000, p. 11), por outro, um recurso “vulnerável a todas as utilizações e manipulações” (Nora, 1997, p. xviii), que nos faz acreditar que “as imagens de acontecimentos passados dizem respeito a acontecimentos passados” (Russel, 1958, p. 163) e que a nossa memória é uma *verdade única*, usando a expressão de Foucault. Estas questões não foram, como mostra Connerton (1993), desenvolvidas por Halbwachs, que se limitou a afirmar que “a sociedade tende a eliminar da sua memória tudo o que possa desunir os indivíduos” (Halbwachs, 1990, p. 389) e que esta pode ser “obrigada a ligar-se a novos valores, isto é, a confiar noutras tradições que estão mais de acordo com as suas necessidades e tendências atuais” (*Idem*, p. 354).

Esta abordagem ao estudo da memória, centrada na sua construção política encenada pelos aparelhos ideológicos, começou a desenvolver-se a partir do final da II Guerra Mundial, provocando “uma verdadeira revolução da memória” (Le Goff, 1984, p. 40) e inaugurou uma linha de investigação concentrada na instrumentalização da memória pelos diferentes regimes políticos, através do sistema de ensino, dos meios de comunicação, das práticas celebrativas, movimentos e museus. Mas foi a partir da década de 60 do século XX, com os processos de descolonização, com os movimentos sociais, debates e eventos ocorridos na Europa e nos Estados Unidos em torno das memórias traumáticas do Holocausto, que o Ocidente moderno começou a reavaliar as interpretações do passado. Dada a importância atribuída à dimensão política na formação da memória, os estudos das *ideologias-memórias*, que asseguravam a passagem regular do passado para o futuro, ou indicavam o que se deveria reter do passado para preparar o futuro, quer se trate da reacção, do progresso ou mesmo da revolução (Nora, 1993) são designados como “teoria das políticas da memória” (Misztal, 2003). Como esta abordagem assume que as imagens do passado são inventadas e manipuladas por forças dominantes com a finalidade de servir as suas

necessidades no presente, também é conhecida como “*presentista*”, por salientar o facto de a memória ser uma construção do presente ou ainda “teoria da invenção das tradições”³⁰ (*Idem*), por mostrar que as tradições são deliberadamente inventadas e difundidas pelo poder, através da imposição de uma memória oficial.

A teoria das políticas da memória tem evoluído a partir dos exemplos das sociedades totalitárias, nomeadamente da Alemanha nazi e dos países do bloco soviético. Dentro do primeiro conjunto, destaca-se o estudo (testemunhado e descrito nos anos 60) de Adorno (1995), relativamente ao passado recente da Alemanha associado ao nacional-socialismo e ao Holocausto, em que o autor relata que os vinte anos de *desnazificação* não só não encerraram o acesso de ex-nazis aos cargos importantes no governo e nas grandes empresas, como também provocaram uma contra-reacção da consciência de massa dos alemães. A essência dessa reacção, para o autor, encontrava-se no conceito de *Vergangenheitsbewältigung*, “lidar com passado”, num gesto *de tudo esquecer e perdoar* que consistia num esforço para esquecer o passado, para encontrar nele um lado bom, atribuindo as culpas ao horror geral da guerra. Para Adorno, as pessoas tendem a transferir o trabalho de “elaboração do passado” para os outros – para historiadores profissionais, instituições sociais, e especialmente para o Estado. Como resultado, abre-se como que um abismo entre a memória de comunicação (ou seja, a memória dos que testemunharam, do indivíduo ou seus familiares) e a memória cultural, em que condensa a identidade colectiva. O primeiro tipo de memória amortiza o trauma do passado, fechando a memória dentro dos limites familiares e das biografias pessoais. O segundo é delegado no Estado e nas suas instituições (as escolas e a comunicação). Em vez de permitir um *tratamento* do passado, que é um processo complicado e dispendioso, os indivíduos são convidados a *formatar* a memória como um conjunto de conceitos do passado facilmente digeríveis.

Entretanto, esta problemática tornou-se muito mais complexa na medida em que o indivíduo moderno passou a referir-se a uma multiplicidade de âmbitos sociais que o tornam “dotado de um sistema de interpretação da experiência particularmente diferente; a sua versão do passado é exposta de forma continuada a diferentes versões” (Jedlowski, 2003, p. 220). Assim, esta relação com o passado pode representar uma fonte de incerteza para a identidade.

³⁰ Esta designação faz uma referência a Hobsbawm e Ranger e ao seu livro *Invenção das tradições*, 1984.

Desde os anos 90 e paralelamente ao *boom* da memória sobre os acontecimentos da II Guerra Mundial na Alemanha reunificada após o colapso do comunismo soviético, o conceito de memória colectiva de Halbwachs foi desenvolvido a partir das pesquisas empíricas sobre as atitudes de diferentes gerações realizadas por Assmann (2005). Foi-lhe possível estudar três gerações que mantêm os acontecimentos dramáticos na memória social e que transmitem oralmente as lembranças baseadas na sua memória individual. A primeira geração, a dos participantes da Guerra, tende a enfatizar o seu sofrimento, contudo, tentando não mencionar a memória dos actos da sua responsabilidade, à partida condenáveis. A segunda geração, a dos filhos, apesar de não negar a culpa dos pais, tende a distanciar-se moralmente deles, inclinando a sua identificação para o lado das vítimas. Agora, a terceira geração, a dos netos, que tanto podem assumir a herança da responsabilidade como admitir o sofrimento da falta de opção da geração dos avós, evolui, na opinião de Assmann, numa das direcções mediante a influência das várias instituições sociais, como a escola, os meios de comunicação ou a política de memória do Estado.

A função principal da memória colectiva, como já observava Halbwachs, é favorecer a união de um grupo social ou de uma nação e garantir a sua identidade. Nos países que surgiram do colapso da União Soviética, as identidades encontram-se em processo de reconstrução e a definição dos conteúdos da memória colectiva é uma arena de conflitos. Atribuindo ao passado um valor político, as forças que competem entre si pelo poder promovem estratégias diferentes. Um dos discursos predominantes na arena política visa identificar os responsáveis pelos acontecimentos dramáticos, para serem castigados, e as vítimas, para lhes proporcionarem uma indemnização. Segundo Giensen (citado por Cordeiro, 2009), estamos perante uma tendência geral no mundo ocidental, que a partir das últimas décadas do século XX assiste a uma importante transformação da memória colectiva: “[...] em vez de louvar os heróis fundadores de uma comunidade, os monumentos e rituais públicos, hoje recordam o sofrimento e as vítimas, os crimes e os perpetradores” (p. 3). Todorov (2000), no seu livro sobre *Os abusos da memória*, também observa com preocupação o processo de “vitimização” das diversas comunidades no passado, que sofreram o assassinato em massa. Este apelo à memória de crimes em massa mostra, segundo o autor, o desejo de adquirir o estatuto de vítima, social e simbolicamente vantajoso.

A tendência de “vitimização” caracteriza também a política de memória dos ex-países do bloco comunista. É incontestável o facto de todos estes países de Leste terem provas convincentes de massacres realizados pelo regime comunista em todos os períodos do seu domínio. O problema é o de como usar estes dados e gerir esta situação para não provocar os efeitos de destabilização no palco nacional.

Seja qual for a forma escolhida por um novo sistema político para lidar com os crimes do seu antecessor – pôr simplesmente a nu os factos e deixar que os outros façam o julgamento, ou levar ao cabo as acções de castigo – a história e a memória serão centrais para o processo, assim como para uma reconstrução de identidade nacional. Os movimentos que aspiravam e contribuíram para a queda do regime soviético sempre criticaram as manipulações da memória e da história praticadas pelo poder na União Soviética, que usava todos estes métodos para garantir a integração e a união do país em torno dos postulados ideológicos. É natural, por isso, que o fim do regime tenha provocado uma verdadeira reimpressão do passado³¹ – foram reabilitados os dissidentes do regime, mudados os nomes de cidades, das ruas, retiradas as estátuas dos *profetas* do comunismo, editadas novas versões dos manuais de história. Porém, as memórias nacionais escritas para sustentar a independência dos países recém-libertados, ao caírem nas mãos de novas elites “nacionais” em competição, que utilizam este passado para os seus próprios fins, tendem a fomentar o processo de desintegração e a dificultar a construção de uma identidade nacional, provocando um clima de instabilidade.

Apesar da popularidade desta abordagem à política de memória e da indiscutível validade dos seus estudos e das conclusões apresentadas, é criticada alguma fraqueza dos seus postulados. O principal motivo prende-se com a premissa simplificadora a partir da qual a teoria se constrói, a qual desvaloriza todo o universo de variáveis do real social que concorrem para a construção da memória social a favor da dimensão política. Schwartz (2000) sustenta esta crítica mostrando como, sob a influência dos diversos factores não só políticos, mas também sociais da história dos EUA, gradualmente se “democratizou” a memória do líder político, militar e anti-democrático George Washington.

³¹ Burke chama este cenário de “síndrome de Enciclopédia Soviética”, referindo-se ao facto de esta ter sofrido revisões sempre que mudava o rumo político na União Soviética, apesar de acrescentar que esta não era uma invenção exclusiva de regimes totalitários (Burke, 1992)

Outros estudos abordam a multiplicidade da invenção das tradições. Assim, Furet (1988) desconstruiu a natureza “monumental” da história nacional francesa, mostrando em particular que os mitos cultivados pela historiografia ignoraram o passado como este realmente era vivido. O autor fez ver que o processo de criação de uma história nacional em França era acompanhado por uma idealização do Estado e que toda a memória colectiva tem sido organizada em torno do Estado e da Nação. Segundo este autor, a memória é importante devido à sua capacidade de definir e de formar as representações dos historiadores sobre o passado. O autor mostra que a historiografia da Revolução Francesa e da tradição revolucionária dos séculos XIX e XX foi em grande parte determinada pela retórica revolucionária. Este facto resultou, na modernidade, numa imortalização e recordação não dos factos, mas sim das ideias da Revolução Francesa, que serviram de base para uma tradição política correspondente.

Outros autores, tomando por referência a visão simbólica de cultura (Geertz, 1989), deixaram de colocar o acento no estudo dos sistemas normativos e passaram a ver a relação entre o passado e o presente sob o prisma do processo cultural de atribuição de significados tal como este decorre ao longo do tempo. Assim, Wertsch (2002) entende a memória colectiva como a memória formada por todos os tipos de “recursos textuais”, especialmente as narrativas. De acordo com esta perspectiva, as narrativas históricas são consideradas ferramentas culturais que promovem um relembrar colectivo. Certas propriedades das narrativas dão forma a este processo. Wertsch identificou uma destas propriedades como uma forma abstracta e generalizada da narrativa que constitui a base das diversas narrativas, o que ele denominou de “modelo de narrativa esquemática”. Estes padrões diferem de um enquadramento cultural para outro e requerem uma análise especial para revelar o seu papel como um modelo básico para construir linhas de enredo para grandes eventos históricos, incluindo eventos que podem não encaixar particularmente neste esquema. De qualquer forma, esses padrões são responsáveis pelas formas de memória colectiva e consequentemente por algumas características da identidade colectiva. Garagozov, (2005), desenvolvendo a teoria de Wertsch, (2002), afirma que os modelos de narrativa esquemática servem como fundamento para as narrativas históricas e são inseridos na memória colectiva através do sistema educativo, principalmente, nas aulas de história. Deste modo, estes modelos passam de meros factos da memória colectiva para uma força com efeito estruturante e regulador sobre a percepção dos alunos sobre eles

próprios, sobre a história, sobre os motivos das suas personagens e heróis e sobre os motivos dos outros. Por outras palavras, desenvolve-se aquilo que se pode chamar *padrão de memória colectiva*, entendido este último como uma certa configuração da experiência colectiva, responsável pela formação das ideias dos indivíduos sobre os eventos históricos, motivações e heróis.

1.2.2.1. A União Soviética e a sua política de memória

O problema da construção da memória colectiva na União Soviética surgiu logo após a Revolução de Outubro, quando, ao destruir o regime anterior, se procurou fazer desaparecer, juntamente com ele, as formas antigas de identificação e os grupos sociais depositários da memória e da identidade colectiva. A nova realidade que se instalou foi o resultado de acção de novos protagonistas – revolucionários, operários e camponeses – mas ao mesmo tempo, foi a cena onde se iria desencadear uma nova história e construir uma nova memória colectiva.

O trabalho da memória, como escreve Todorov (2000), submete-se a duas exigências principais: fidelidade para com o passado e utilidade no presente. O projecto soviético foi uma ruptura decisiva com o passado imperial e capitalista³². A história foi refeita em torno dos acontecimentos que se desenrolaram a partir da Revolução e que assumiram um valor simbólico, e do culto dos grandes homens que imaginaram, pensaram e afirmaram a sociedade socialista. Foi este passado que passou a ser recordado pela memória colectiva, não só pelos valores que defendia no presente, mas principalmente pela importância que representava para o futuro, que iria ser concebido como a continuação do passado recente glorioso. Foi por isso que a questão da memória, que se procurou construir da forma mais fiel à história oficial, se transformou na União Soviética numa importante “política de memória”. Aliás, a política de memória tinha sido, igualmente, um elemento importante da política oficial do império russo, como provam as atitudes do governo czarista com o intuito de varrer da memória do povo os acontecimentos revolucionários de 1905. Por exemplo, os nomes conhecidos dos navios de guerra envolvidos na actividade revolucionária de 1905 foram imediatamente substituídos (Kolonitskii, 2009).

³² Hobsbawn e Ranger (1984), afirmam que este facto é próprio das revoluções - “...as revoluções...por definição rompem com passado” (p. 10).

Como observa Baczko (1986): “Nada há de mais sério do que inventar uma representação da sociedade, especialmente uma representação da melhor sociedade possível, isto é, a comunidade da felicidade realizada” (p. 344). O sistema ideológico comunista realizou um trabalho que fez com que os valores defendidos pelo poder político, os acontecimentos fundadores do regime e os seus protagonistas, se tornassem o objecto da confiança e da lembrança do povo, assim como se tornassem acontecimentos e valores constitutivos da memória colectiva e de identidade nacional. Procurou-se que a memória colectiva, constituída desta maneira, se fixasse à história oficial, aos acontecimentos, às tradições, às figuras emblemáticas, aos sucessos e aos inimigos, e se tornasse um recurso importante para estruturar e orientar a visão comunista do mundo e unir a população da União Soviética em volta desta. Assim, o passado colectivo soviético, desde os primeiros momentos da existência da sociedade, teria que desempenhar duas funções cruciais: uma, a legitimação de uma comunidade nova, outra, ainda mais importante, a integração em torno dos postulados ideológicos desta.

Um vasto conjunto de objectos simbólicos e tradições inventadas – monumentos, relíquias locais das batalhas da revolução e da guerra³³, cerimónias comemorativas de datas importantes, folclore, mártires, heróis e heroínas soviéticas, soldados mortos em batalhas – e todo o passado soviético foram simbolicamente usados com o objectivo de criar e fortificar a identidade soviética; “a História e a memória colectiva na União Soviética foram sempre percebidas como campo de batalha pela identidade” (Kappeler, Kohut, 2003, p. 31). A intenção foi a produção de um colectivo que se alimentasse das ideias, dos valores e dos símbolos do socialismo, que as imagens do passado ordenassem os sonhos colectivos e orientassem os indivíduos na construção da sua nova realidade e nas suas lutas (Baczko, 1986). A memória colectiva envolvia, assim, símbolos, ideias e representações novas, e permitia desta forma que os indivíduos se identificassem com a sociedade, as suas crenças, os seus valores e modelos de comportamento³⁴.

³³ Na União Soviética, quando se falava de guerra sem mais, referia-se sempre à Guerra, que era Grande Guerra Patriótica de 1941-1945 (Gudkov, 2005).

³⁴ Um exemplo notório destas atitudes do poder foi o caso do “Camarada Pavlik Morozov”. Era história de um jovem pioneiro, cuja dedicação á causa era tão grande que ele denunciou o próprio pai, líder de uma aldeia soviética, quando desconfiou da sua conduta imprópria para um comunista. Foi assassinado,

Vários acontecimentos do passado soviético foram considerados importantes para a construção da memória colectiva e a divulgação dos símbolos da sociedade nova. Entre os objectos de orgulho dos cidadãos soviéticos distinguiram-se: a Revolução Socialista, a construção de uma nova sociedade, a formação do “homem novo”, a industrialização soviética, o poder militar de superpotência, e ligados a esta, a ciência e tecnologia, o voo de Gagarin, a vitória na II Guerra Mundial e a herança cultural da era capitalista – a grande literatura russa (Gudkov, 2005).

Para o propósito deste trabalho, interessa reflectir sobre um dos eventos que deixaram marcas profundas na memória soviética – a II Guerra Mundial, procurando perceber por quem, quando, através de que material simbólico e de que forma foi construída a imagem da guerra, através de que canais e mecanismos esta foi transmitida e reproduzida. A escolha deste evento deveu-se a várias razões: ao facto de grande parte dos imigrantes da amostra ser composta por filhos de uma geração que presenciou a guerra ou o período logo após; devido à persistência do seu impacto emocional e ao facto de o problema da Grande Guerra Patriótica ter sido o primeiro e, ao mesmo tempo, o mais difícil tema nos debates históricos após o colapso da URSS (Hösler, 2005).

O interesse em preservar a memória da guerra foi manifestado logo após o seu início, aquando duma circular dirigida aos funcionários dos museus que lhes explicava a necessidade de recolha dos materiais da guerra. Foi-lhes pedido para procurarem e guardarem pinturas, desenhos, esculturas, cartas, fotos e outros materiais relacionados com a guerra (Konradova, 2005). Talvez este interesse em preservar os artefactos memoráveis esteja relacionado com a percepção do potencial ideológico de guerra ou com a prática já estabelecida desde a Revolução de Outubro³⁵. De qualquer maneira, o trabalho com a “memória colectiva” ao longo dos anos do domínio soviético passou a ser uma das principais direcções da actividade ideológica.

supostamente para vingar a sua denúncia. Várias gerações de cidadãos soviéticos cresceram com a história de Pavlik. “A biografia ilustrada de Pavlik foi escrita para crianças, foram compostas poemas e canções, e feitos muitos filmes – para inserir as imagens icónicas do menino no subconsciente nacional” (Kelly, 2005, p.xii). Após a II Guerra Mundial, estátuas de Pavlik foram erguidas em todo o país, e parques, ruas e escolas foram nomeados com o seu nome. Pavlik e a sua imagem só morreram de facto nos anos 80 do século XX (Kelly, 2005).

³⁵ Um dos principais decretos assinados por Lenine, que lançaram as bases do sistema estatal soviético, estava o decreto de preservação da memória da revolução em museus, arte e formas comemorativas (Konradova, 2005).

A memória da Grande Guerra Patriótica no pós guerra, nos anos 50, não era propriamente a “memória histórica”, até porque a guerra vivida estava presente na experiência quotidiana dos participantes e suas famílias. Na imagem desses anos havia muito pouco de heróico – em primeiro plano estava o trabalho árduo, a fome e o sofrimento (Gudkov, 2005), o que contrastava com a imagem oficial triunfante, que sempre foi transmitida pelos canais do Estado. À medida que a vida quotidiana expulsava a realidade da experiência militar dos participantes da guerra, mais forte se tornava o processo de mitificação desta.

Nesse mesmo período, iniciou-se a colocação das esculturas-memórias, que tinham, regra geral, a figura de um soldado com uma arma e de uma mulher com flores. Estes monumentos eram erguidos em muitas cidades e aldeias de forma idêntica, em lugares tradicionalmente associados à memória – cemitérios e praças centrais (Konradova, 2005). Na mesma época apareceram placas comemorativas em escolas, universidades, fábricas e hospitais, sempre por *iniciativa* das próprias instituições, que informavam o número e os nomes das pessoas que tinham ido para a guerra deixando esse local. Foram dados os nomes dessas pessoas às ruas, às escolas, as suas biografias foram estudadas nas aulas de história, as suas vidas e atitudes passaram a ser objecto de admiração e de imitação (Darsavelidze, 2007).

Mas passados 15 anos – quando a geração de pessoas que não participaram na guerra substituiu a anterior nas posições sociais e políticas importantes – tornou-se notável a intensa modelação/codificação das memórias da guerra. Iniciou-se um processo demonstrativo de adoração dos “veteranos”, passou a ser usado um tom de certa forma lírico nas descrições da guerra (em primeiro lugar, nas recordações) e nos rituais públicos. Este processo unia a experiência colectiva estereotipada, devido à produção e ao uso de fórmulas verbais aprovadas socialmente – uma linguagem oficial própria usada nos discursos públicos sobre a guerra, que se fixou na cultura popular – com a concepção oficial da história, da cultura nacional e dos valores morais da vida privada. Desta forma, a interpretação do pós-guerra distanciava-se da percepção afectiva da experiência militar particular, numa recusa constante de discussão das páginas trágicas e ambíguas da história soviética. Merridale (1999) fala de deliberada selectividade da “comemoração” soviética, ou das técnicas que suportam a memória colectiva:

[...] A repetição excessiva de algumas memórias e a exclusão propositada de todas as outras é uma forma de censura e é tão poderosa como uma negação oficial. Certos tipos de dor, incluindo, por exemplo, a sensação das crianças de *desnaturalidade* das famílias de acolhimento, ou o luto dos judeus sobreviventes do Holocausto, foram excluídos do debate público [...] (Merridale, 1999, p. 76).

Nos anos 60, a geração dos veteranos de guerra começou a dar lugar à geração seguinte. A “memorização” assumiu uma escala nacional; começou a construção dos complexos memoriais grandiosos nas cidades de importância estratégica na história da II Guerra Mundial: Moscovo, Estalinegrado, entre outras. Foi durante esse período que se formou o ritual oficial soviético associado à percepção e transmissão de significados ideológicos da guerra e da vitória, com a justificação das vítimas e a orientação para o futuro desenvolvimento pacífico, juntamente com a restauração em 1965 da celebração do Dia da Vitória no 9 de Maio como um feriado e o direito de usar condecorações e medalhas por parte dos veteranos, medalhas estas anteriormente nubladas pela presença do perfil de Estaline (Konradova, 2005).

Sem dúvida, a vitória na guerra criou novas condições para a legitimidade do regime comunista. A guerra, com o seu heroísmo real e mítico e com uma grande dose de sacrifício, fornecia um material único para criação dos símbolos patrióticos e de padrões de memória colectiva. Além disso, a luta geral do povo soviético contra o inimigo tornou possível, sem ignorar a especificidade das repúblicas e das etnias, criar um modelo geral de patriotismo – uma identidade comum Soviética. Assim, o mito da Grande Guerra Patriótica, como base estrutural na unidade moral e política da sociedade soviética, na liderança do Partido Comunista, na unidade do Partido e do povo, no patriotismo internacional e heroísmo, na amizade dos povos da URSS e assim por diante, realizou uma missão particular para com a unidade e a integração identitárias da sociedade soviética.

Compreende-se assim, que durante a permanência do regime, tudo o que era relacionado com a guerra estivesse sujeito a uma forte sacralização e a um bloqueio de qualquer tentativa da sua racionalização. Assim, qualquer versão que divergisse da versão oficial, qualquer análise dos acontecimentos da guerra que se desviasse do oficialmente aprovado, durante muito tempo era entendida como um ataque contra o santuário, como uma afronta à memória dos mortos, como uma blasfémia contra os mais altos valores nacionais.

A interpretação oficial da vitória não foi simplesmente uma justificação do regime soviético no passado e no futuro. Segundo Ferretti (2007), a memória triunfante da guerra, cultivada pelo poder, foi estruturada em torno de três elementos-chave, bem definidos em termos de valores. O primeiro era o retorno ao nacionalismo, que já tinha começado nos anos 30 e atingido o seu apogeu durante a guerra. Deste ponto de vista, foi simbólica a adopção do novo hino nacional que substituiu a Internacional e demonstrou uma mudança nas fontes de legitimação do regime: da Revolução, já desvanecida na memória, para a ideia da celebração do poder da URSS, o primeiro Estado Socialista do mundo. O simbolismo da vitória compensava, durante muito tempo, as falhas do regime de mobilização permanente, justificava as necessidades de um vasto exército (que se tornou um modelo para outras instituições sociais e políticas) e alimentava a expectativa de uma competição com o Ocidente.

O segundo elemento-chave, como já foi referido, prende-se com a glorificação do heroísmo do povo soviético, apresentado como uma unidade homogénea, indivisível, sem classes e divergências entre etnias.

O terceiro elemento-chave diz respeito à percepção do inimigo. Visando a integração da população da URSS numa comunidade histórica designada e conhecida como o *povo soviético*, o mito da guerra criou os inimigos e heróis comuns, contudo permitindo a cada república nacional e a cada grupo étnico criar os seus próprios pequenos mitos, complementando harmoniosamente a construção ideológica geral. O inimigo, na época de Estaline na URSS, era o nazismo, que, como repetia continuamente a propaganda desde a década de 30, não era mais do que o mais elevado estágio do capitalismo e da ditadura do capital. Era o mesmo capitalismo cujo novo ataque vinha a ser anunciado desde a Guerra Civil, quando a Revolução de Outubro rompeu o sistema socioeconómico do capitalismo, dando esperança aos oprimidos e incentivando-os a revoltarem-se. Esta ideia da inevitabilidade de uma nova guerra mundial, desta vez dirigida contra o Estado do socialismo vitorioso, a URSS, e que deu origem à síndrome de uma “mentalidade de cerco”, iria desempenhar um papel significativo na história do país. Depois da morte de Estaline, a interpretação oficial da vitória permitiu às autoridades explorar o antifascismo como uma espécie de antítese do capitalismo e do liberalismo, mesmo nas suas formas políticas democráticas.

A importância central atribuída aos sucessos, às vitórias e realizações da URSS, que ganhou a força nos anos 60 a 80, durante o governo de Brejnev, materializava a ideia da necessidade de um Estado forte, forçado a defender e fazer valer os seus direitos, face aos fortes inimigos externos, da prioridade dos interesses do Estado e da virtude de suportar sacrifícios necessários. A referência à experiência militar anterior servia para explicar e justificar as realidades actuais através dos modelos explicativos característicos da Guerra Fria (Günther, 2009). Foi um período da afirmação do mito soviético da guerra; a juventude, educada dentro do espírito do patriotismo soviético que silenciava o cepticismo da geração-participante da guerra, foi gradualmente ficando presa a este mito brilhante (Hösler, 2005).

A imagem da guerra na União Soviética não se assemelha à imagem construída no Ocidente. Com efeito, vários estudiosos da memória colectiva referente à II Guerra Mundial, assim como os cientistas sociais que trabalharam com meios específicos da construção da memória documental, como os manuais escolares (Foster, Nicholls, 2004) ou a literatura (Günther, 2009), afirmam que a distância que separa a memória da guerra no Ocidente da memória na URSS parece às vezes tão grande que se poderia pensar que se trata de duas guerras diferentes. A grande diferença entre estas duas memórias consiste precisamente na forma como a identidade colectiva foi moldada e como os valores foram transmitidos. Se, falando-se esquematicamente, na Europa Ocidental a memória da guerra tinha sido construída e colocada como base da identidade nacional em diferentes países, de forma a transmitir e reforçar nas pessoas a importância dos valores de liberdade e de democracia, alimentando estes valores com o antifascismo, em nome dos quais este último lutou, no caso da URSS tudo aconteceu de forma diferente. As memórias da guerra tinham sido construídas de modo a que, em primeiro plano, fosse colocada não a luta pela liberdade, mas o heroísmo do povo soviético. Por outras palavras, a memória da guerra na União Soviética não foi o portador dos valores democráticos do antifascismo, mas o detentor de valores tradicionais nacionalistas, que, tecidos no enredo da retórica socialista (por exemplo, o mito de Moscovo – Terceira Roma foi transformada no mito da missão salvadora da URSS em relação a toda a humanidade), tendo estes valores gradualmente formado a espinha dorsal do regime ideológico (Ferretti, 2007).

Assim, sempre que se fala de vitória, refere-se um símbolo que representa, para a maioria do povo, para a sociedade como um todo, um elemento essencial da

identidade colectiva, um ponto de referência, na medida em que define a avaliação específica do passado e, de certa forma a percepção do presente e do futuro. A vitória em 1945 não foi apenas o nó central da história soviética que começou com a Revolução e terminou com colapso da URSS; na verdade, é o principal, se não o único ponto de referência positivo da identidade nacional pós-soviética (Gudkov, 2005).

1.2.3. A identidade soviética como identidade supra-étnica

O colapso da União Soviética não assinalou unicamente o fim do “sovietismo como projecto social distinto do capitalista” (Amin, 2000, p. 209) – um projecto que se baseava na propriedade estatal dos meios de produção, no regime autoritário de um único partido político e num Estado poderoso assente sobre o monopólio político e económico e na unidade ideológica, em busca da rápida transformação social e económica. Foi também o fracasso do Estado fundado numa ambiciosa ideia nacional³⁶ – uma federação soviética de “estados nacionais *na forma* e socialistas *no conteúdo*” (Lenine) que acabou como uma “comunidade de Estados impossíveis” (Castells, 2003, p. 36). O fim do comunismo foi acompanhado por manifestações e movimentos nacionalistas e as disputas sobre a definição de nação, da sua ideia nacional, que têm continuado até hoje em muitos dos Estados que surgiram da desagregação do bloco soviético. Como refere Bunce (2005), o comunismo que, em teoria, “deveria superar todo o tipo de nacionalismo, acabou por ser substituído por ele” (p. 407).

No seguimento do que foi referido anteriormente, o objectivo desta parte do trabalho é abordar a construção da identidade colectiva soviética sob a perspectiva nacional do projecto soviético, identificando esta identidade como identidade macrossocial, na sua forma supra-étnica. Entender assim a identidade implica compreender o conjunto de pressupostos que constituiu a essência da ideia nacional soviética, dado que o projecto soviético encontrou nela um dos seus fundamentos edificadores.

No entanto, a aplicação do conceito de ideia nacional tem de ser feita com algumas reservas no plano metodológico (Torgal, Homem, 1982; Dragunsky, 2006). Em primeiro lugar, a história dos países (e não apenas dos autoritários e totalitários)

³⁶ A ideia é compreendida aqui no sentido weberiano, para designar a concepção que ganha validade supra-pessoal e em que são articulados aspectos fundamentais da relação de homem com a sociedade.

mostra que as ideias nacionais não têm sido fenómenos com origem no povo; pelo contrário, apresentam-se sobretudo como projectos das elites. Não se pretende com isto dizer que a ideia não pode ser partilhada pelo conjunto da população, principalmente nas épocas de grandes movimentos populares e grandes “atribulações”, como os chamava Mills (1984); contudo, é sempre questionável até que ponto, realmente, a ideia *domina as massas populares*, usando a expressão de Marx³⁷ sobre o poder da ideia. Sabemos que a manipulação da opinião popular, com vista à legitimação de uma acção ou de uma política, tem uma longa tradição, e não somente na União Soviética.

Uma segunda observação a fazer está relacionada com a importância da ideia nacional. Tendo um valor mais explicativo do que preditivo, a potencialidade dessa explicação depende, em boa parte, de por quem e em que âmbito é usada. Portanto, perceber a ideia nacional significa também não ignorar a sua concretização, de forma articulada, pelos que exerciam o poder ou lutavam por ele a partir de um quadro institucional integrado no projecto real de uma sociedade e num determinado período do tempo. Com este intuito será realizada, em primeiro lugar, uma descrição de algumas teorias sobre nação, etnia e nacionalismo. Não com um propósito de exaustividade nem de aprofundamento, mas sim o de dar uma ideia geral, expor os conceitos fundamentais e as suas limitações para, partindo desta breve análise e reflexão sobre a política nacional soviética, enquadrar o objecto desta parte do trabalho – a percepção da identidade soviética como supra-étnica.

Os termos nação, nacionalismo e etnia ocupam hoje um lugar importante nos debates científicos e políticos. Um dos objectos de discussão científica, já há alguns anos, tem sido o problema da dicotomia entre nacionalismo cívico (inerente, principalmente, à Europa Ocidental e à América do Norte), e nacionalismo étnico (comum, de acordo com esta visão, na Europa Central e de Leste), uma percepção de nacionalismo formada a partir das ideias formuladas, no seu tempo, por Kohn (1962-63)³⁸.

³⁷ No original: “... a teoria em si torna-se também uma força material quando se apodera das massas” (Marx, 2008, p. 14).

³⁸ Smith (1997, p. 22) indica Meinecke como homem que “... em 1908, fez a distinção entre...a comunidade cultural largamente positiva, e a ...nação política, activa e independente”, posteriormente desenvolvida por Kohn. No entanto, a disputa do território de Alsácia-Lorena entre França e Alemanha foi um acontecimento que, há mais de 200 anos, despertou uma “dicotomia” na percepção da nação entre visão francesa e alemã. Na versão francesa, a ideia da nação estava ligada a uma comunidade de pessoas

Kohn não só apresentou uma tese sobre a existência de diferenças fundamentais entre as nações predominantemente políticas (civis) e culturais (étnicas), como desenvolveu, a partir dessa dicotomia, uma tipologia de nacionalismos, que incluía o modelo ocidental/político e o modelo oriental/étnico; explicou a principal diferença entre estes tipos através da composição social dos movimentos nacionalistas. Nos países onde o Terceiro Estado se tornou uma força poderosa ainda no século XVIII, as reivindicações nacionais foram principalmente de cariz económico e político. Naqueles onde no século XIX os estratos burgueses eram fracos, os movimentos nacionalistas focalizaram-se na cultura.

Assim, os países como o Reino Unido, a França, a Holanda, a Suíça e os EUA foram associados ao tipo político de nacionalismo. Nestes países, a ideia da nação e do tipo condizente de nacionalismo ter-se-iam formado dentro de uma estrutura pré-existente do Estado, o que contribuiu para o processo da relativa homogeneização cultural da sociedade. O modelo ocidental de nacionalismo surgiu “a partir da nossa interpretação da igualdade do homem e da igualdade dos povos em liberdade” (Kohn, 1962-1963, p. 4) e adoptou essas ideias de liberdade e igualdade na luta contra o domínio das dinastias, pela cidadania, compreendida como união de indivíduos com estatuto político igual, movidos pela vontade de pertencer a uma nação. Neste modelo ocidental, o Estado teria precedido o desenvolvimento da nação. Neste modelo de nacionalismo, é fundamental o objectivo político comum que a nação visa, e não os aspectos culturais particulares das minorias que incorpora. Por isso, a importância das instituições, das normas e regras, que estabelecem e fortalecem a ordem e sustentam o funcionamento do sistema como um todo, é extremamente elevada neste caso (Tostes, 2006).

livres, baseada na escolha política, e vinha do tempo da Revolução Francesa, quando o Terceiro Estado derrubou o Antigo Regime e se proclamou como a Nação Francesa. A abordagem alemã, que remonta ao romantismo alemão, parte da crença que a nação é o “espírito do povo” e é baseada na cultura e na origem comuns. Esta discussão, projectada para a realidade geopolítica, traduziu-se no facto de os historiadores alemães acreditarem que os tais territórios deveriam fazer parte do Estado alemão, uma vez que a população dessas regiões estava ligada à história, à língua e à cultura alemãs. Enquanto os franceses, nomeadamente, Renan, argumentavam o oposto, dizendo que os factores etno-culturais por si só não determinam, para a população, a sua pertença a um determinado Estado-nação (Greenfeld, 1998).

As zonas social e politicamente mais atrasadas, a Alemanha, os países da Europa Central e de Leste, assim como a Ásia, teriam dado a origem ao tipo de nacionalismo que, segundo Kohn, coincidiu com fronteiras culturais ou étnicas (por exemplo, os Impérios Russo, Austro-Húngaro e Otomano). Este modelo defende que a cultura, a tradição, a língua, a religião, uma história social e um território comuns, definem uma identidade destas nações, com uma forte carga emocional nas ideias nacionais geradas. O nacionalismo ter-se-ia aqui orientado no sentido de harmonizar os processos políticos e as instituições em conformidade com as exigências étnicas. Assim, no modelo oriental, a formação da nação e do nacionalismo não teria sido precedida pelo Estado, antes tendo sido a identidade nacional a procurar criar o Estado. A consolidação nacional no modelo oriental seria assim baseada na ideia de povo, e não no conceito de cidadania. Contudo,

[...] os países da Europa Central e de Leste desejam recuperar o atraso com o Ocidente, que ganhou a sua força a partir do sentimento de organização nacional, da participação do povo ou do seu sentimento de participação no governo ou de dirigir o destino do seu país, da sua nação. Agora, o mesmo sentimento está crescendo lá. Certamente eles imitam o padrão de organização ocidental [...] esse poder de nacionalismo, este desejo de ser organizado e viver segundo o padrão evoluído do ocidente moderno (Kohn, 1962-1963: 4).

Posteriormente, vários investigadores sociais contribuíram, com as suas interpretações, para desenvolver esta tipologia de nacionalismo. Greenfeld (1998) desenvolveu a afirmação de Kohn, segundo a qual o nacionalismo de uma determinada sociedade seria uma reacção à interacção com uma sociedade mais desenvolvida e a ideia de nação desta, com efeitos contraditórios: o desejo de imitar as suas realizações combinar-se-ia com a recusa dos valores trazidos por ela.

Partindo de duas questões básicas – como se define a nação e quais são os critérios de adesão a essa ideia –, Greenfeld distingue dois tipos de nacionalismo. Para esta autora, a nação pode ser definida como uma unidade composta, formada por indivíduos que a integram, ou como um todo unitário, uma espécie de indivíduo colectivo. No primeiro caso, que teria tido origem em Inglaterra, emergiu o princípio nacional *individualista*. Assim entendida, a nação é uma comunidade soberana, cujos membros são vistos como iguais, consequentemente, a liberdade da nação é determinada pelas liberdades básicas dos indivíduos que a constituem. A liberdade materializa-se nas instituições políticas, por isso, os princípios subjacentes ao nacionalismo individual são, no fundo, os princípios da democracia liberal.

Num segundo tipo, a nação seria considerada como um indivíduo colectivo, assim, o seu princípio nacional é *colectivista*. Segundo Greenfeld, “[...] as ideologias colectivistas são inerentemente autoritárias, porque quando a colectividade é vista em termos unitários, tende a assumir o carácter de um indivíduo colectivo possuído por uma vontade única, e alguém tem tendência para ser o seu intérprete” (Greenfeld, 1998, p. 20). Desta forma, muda-se o princípio da representatividade: a elite não representa o povo, mas sim a ideia nacional, da qual é a intérprete legítima e que faz baixar ao povo. Este entendimento da superioridade da nação entra em conflito com a igualdade de membros da comunidade. A interpretação de soberania do povo também sofre alterações, tornando-se um atributo da nação, separada dos indivíduos que a constituem. O resultado é que a soberania já não é definida a partir das liberdades individuais, mas sim como liberdade colectiva face a uma eventual dominação estrangeira.

De acordo com critérios de participação na colectividade nacional, o nacionalismo, segundo Greenfeld, pode ser cívico ou étnico. No primeiro caso, a nacionalidade seria idêntica à cidadania e considerada como uma categoria política que, sendo uma questão de escolha (pelo menos em teoria), pode ser adquirida ou perdida. Quando a nacionalidade é determinada em termos étnicos, tornar-se-ia um sinónimo de etnicidade e, “[...] a identidade nacional é muitas vezes percebida como um reflexo ou consciência da posse de características de grupo ‘primordiais’ ou herdadas [...]” (Greenfeld, 1998, p. 22).

O nacionalismo individualista é sempre cívico. As nações cujo princípio nacional é individualista orgulham-se, antes de tudo, dos seus direitos constitucionais e acreditam que é nessa característica que reside a sua peculiaridade. Todas as outras características que possam partilhar – língua, território, tipo físico, história, religião – são secundárias, não susceptíveis de constituir a base da identidade nacional.

O nacionalismo colectivista, pelo seu lado, teria duas vertentes: a étnica e a cívica, dependendo da forma como a singularidade da nação é argumentada: quando se trata do sentimento de auto-confiança cultural e política, a nacionalidade define-se em termos civis (como no caso francês); o nacionalismo étnico, pelo contrário, é enraizado num profundo complexo de inferioridade que incentiva a crença de que a singularidade da nação deve ser procurada não nas suas realizações, mas sim na sua essência, expressa em propriedades intrínsecas e inacessíveis a uma verificação objectiva. A tipologia de

Greenfeld está rigorosamente ligada a países específicos; o nacionalismo colectivista/étnico é identificado de modo óbvio na Rússia e na Alemanha.³⁹

Smith (1986, 1997, 1999) também descreveu diferenças entre o nacionalismo étnico e o nacionalismo territorial (civil), mas fê-lo em abstracto, como diferença entre dois tipos ideais, não relacionados com um determinado país, o que lhe permitiu avaliar a experiência de diferentes países com os critérios estabelecidos no modelo. Essa abordagem também lhe permitiu captar a natureza dinâmica e complexa de identidade nacional, para mostrar que, de facto, “[...] cada nação tem as características de ambos [os modelos] – étnico e territorial” (Smith, 1986, p. 149).

Convicto da importância “[...] do carácter desta ou daquela nação específica por si tornado num absoluto”, assim como “[...] de contextos históricos e culturais específicos, [...] e grupos étnicos pré-existentes [...]”, (Smith, 1999, p. xiv) desenvolveu um sistema mais complexo da percepção da identidade nacional, que no seu modelo civil ou ocidental inclui os seguintes componentes: o território (no sentido de “terra histórica”, o “berço”); a ideia de uma pátria, leis e instituições historicamente comuns; uma consciência de igualdade política dos cidadãos, expressa no sistema de valores, direitos e responsabilidades; uma cultura civil e uma ideologia comuns.

O quadro do modelo étnico da identidade nacional, ainda segundo Smith, é caracterizado pela importância dada “a uma comunidade de nascimento”, deixando o indivíduo sem a possibilidade de escolher: continua a ser sempre membro da sua comunidade de origem, “para sempre por ela marcado” (Smith, 1997, p. 25). Neste modelo, torna-se mais importante a questão da descendência, das gerações, do que propriamente a questão territorial; “[...] a nação é vista como uma ‘superfamília’ imaginária” (Smith, 1997, p. 25), e os seus membros como irmãos. O conceito de “povo” desempenha um papel mais importante neste modelo, sendo o “objecto das aspirações nacionalistas e o tribunal retórico de última instância”, e serve muitas vezes para “justificar as acções do poder em nome de “vontade do povo” (Smith, 1997, p. 26).

Não estando enraizadas na natureza e na história humana, as identidades étnicas, os seus significados e conteúdos, “tendem a alterar-se com as culturas, os períodos, as

³⁹ Igualmente óbvia é a posição da autora: o nacionalismo mais atraente para ela é o individualista, e o menos atraente é o colectivismo étnico. Brubaker (1998) critica esta abordagem maniqueísta, em que o nacionalismo cívico é considerado bom e o étnico é mau.

circunstâncias económicas e políticas [...]” (Smith, 1991, p. 26). Na opinião de Smith, o sistema simbólico e organizacional é importante na constituição da comunidade étnica, na definição das suas fronteiras, na mobilização de recursos para a obtenção de objectivos comuns, mas sendo flexível, tem sido objecto de influência de interesses de grupos, das circunstâncias e de indivíduos.

As posições defendidas por Smith correspondem às principais teses da teoria etnosimbólica, segundo a qual as modernas teorias do nacionalismo sobrevalorizam a componente política do mesmo em detrimento da cultura, e em consequência, dão pouca importância à continuidade do passado, à tradição, aos elementos simbólicos nacionais que uma vez formados são passíveis de transformação apenas de forma limitada. Por isso, Smith (2004) prefere falar não de processos de construção das tradições e outros atributos simbólicos da nação, mas sim dos processos da sua reconstrução, selecção e reinterpretação. Os etnosimbologistas prestam uma especial atenção às questões relacionadas com a memória colectiva das comunidades, uma vez que a força dos factos sociais se deve às representações colectivas, que incluem a memória do passado, nacional ou étnica, mitos e lugares históricos. Portanto, para que um projecto nacional provoque uma resposta emocional e mobilizadora da população, este projecto tem de corresponder, pelo menos aproximadamente, a concepções que existem na memória colectiva desta população (Meylakhs, 2006)

Nos anos 90 do século XX, o problema da conceptualização e classificação do nacionalismo nas sociedades modernas passou a ser visto a partir de outras abordagens. Assim, Brubaker (1992) estudou os tipos do nacionalismo na perspectiva da sua relação com o Estado e as suas instituições, e mostrou como os dois modelos – étnico (na Alemanha) e cívico (em França) – se sobrepõem um ao outro e, eventualmente, alteram reciprocamente o seu sentido. Mais tarde, aplicou esta abordagem à análise da construção da identidade nacional na União Soviética, que caracteriza como “[...] um Estado em condição de multinacionalidade institucionalizada”, em que a nação e a nacionalidade eram “suportadas pelo Estado como seus elementos constituintes, enquanto a nível nacional não se tentava, de facto, criar uma nação soviética” (Brubaker, 1994, p. 56).

Analisando o nacionalismo na nova Europa pós-socialista, Brubaker (1996) apresenta a tese da persistência, da predominância do aspecto etnocultural e da falta de

condições necessárias para a interiorização dos padrões de identidade nacional cívica, nas identidades nacionais dos países da Europa Central e de Leste em transição. Este autor chega à conclusão de que, nesses países, o movimento nacionalista precedeu a criação do próprio novo Estado e este foi criado conforme os interesses de determinados grupos étnicos e políticos. Por isso, as hipóteses de disseminação dos modelos da identidade cívica nas novas democracias da Europa continuariam a ser muito reduzidas. Segundo ele, o que ocorre nessas novas democracias é a institucionalização da concepção etnocultural da identidade nacional, que se distanciou da ideia de cidadania e tem sido focada na transferência da responsabilidade social para estruturas de poder.

Skopflin (1995, 1996), partilhando grande parte das interpretações das identidades nacionais e da legitimidade do Estado na região Central e Leste da Europa como principalmente étnicos na sua natureza e essência, chama a atenção para um aspecto particular do nacionalismo destas democracias em transição: a ligação entre o nacionalismo étnico e o modelo histórico de ideologia comunista. Considera que a experiência comunista foi um factor determinante para o predomínio na região do tipo étnico da identidade nacional, dando as seguintes razões: primeiro, a natureza universalista do modelo ideológico do comunismo, associada em alguns países desta região com a pressão e o perigo externos, terá contribuído para a promoção, não de projectos de carácter civil e cosmopolita, mas dos que se centravam na sobrevivência e preservação da forma étnica específica. Em tais circunstâncias, teria sido difícil a emergência de uma cidadania como uma dimensão importante da identidade nacional. Em segundo lugar, Skopflin (1996) está convicto de que a ideologia comunista levou à destruição da sociedade civil nos países desta região, criando comunidades atomizadas baseadas em relações de desconfiança mútua e isolamento. Em terceiro lugar, a ideologia comunista, ao remover todas as outras ideias e valores concorrentes aos dominantes, teria feito com que a etnia se preservasse, de uma forma ou de outra, na estrutura da identidade nacional na região.

Antes da queda da URSS, poucos especialistas ocidentais pareciam ter a consciência da importância fundamental de que aí se revestia o problema das “etnias/nacionalidades”, não dando a devida atenção a essa questão. Os primeiros estudos, que só começaram a surgir, segundo Smith (2004), a partir dos anos 50, baseavam-se essencialmente em duas fontes: a principal, a doutrina de Lenine, formulada ainda quando os bolcheviques aspiravam ao poder, rejeitando todas as formas

imperiais e capitalistas de gestão das etnias e acreditando na “auto-determinação nacional de todas as nações, povos e grupos étnicos”.⁴⁰ Apesar de ser a única posição claramente expressa sobre a questão nacional, (*Idem*), provocou debates e divergências entre os revolucionários europeus e dentro do Partido Comunista da URSS, nos primeiros anos do seu domínio⁴¹. Outra fonte refere-se à política nacional da URSS, já formada depois da Guerra Civil, quando a doutrina de Lenine tinha perdido relevância e qualquer ideia de debate era rejeitada pelos dirigentes soviéticos. A ideologia comunista proclamava que as identidades étnicas e nacionais acabariam por se dissolver na solidariedade da classe trabalhadora. No entanto, o poder concentrava os seus esforços na criação de uma nova nação, baseada na comunidade soviética. O “Homem Novo soviético” teria que emergir dos muitos grupos étnicos existentes no seu território, unidos numa única nação – a do *povo soviético* (Smirnova, 2001).

O projecto nacional sempre foi sustentado numa retórica democrática – criar-se-ia uma nação única, cujos membros eram considerados homens livres, que garantia o desenvolvimento das etnias mais atrasadas, sem que estas perdessem a sua soberania. Na prática, a construção física da União Soviética como um país que unia etnias diferentes numa nação, significava a reconstrução e até mesmo, a reinvenção das etnias e sua reestruturação administrativa interna. A União Soviética foi composta por “estados-segmentos” (a expressão é de Roeder, 2007), muitos dos quais formados dentro das fronteiras modernas somente no período soviético. O exemplo mais significativo a esse respeito é o da criação das repúblicas soviéticas da Ásia Central, cujas fronteiras foram estabelecidas de forma arbitrária – mas ainda assim, ao contrário da divisão administrativo-territorial do continente africano, foram levados em consideração os critérios linguísticos, a viabilidade económica da região, pertenças aos clãs, etc. (Slezkine, 1994). Por exemplo, a formação da república do Tajiquistão foi realizada através de um processo que visava forçar um agrupamento étnico, tradicionalmente nómada, a circunscrever-se e identificar-se, política e culturalmente,

⁴⁰ Nas primeiras semanas do poder, talvez movido não só pelo desejo de romper com a política nacional praticada pelo regime anterior mas também para preservar e aproveitar as vantagens de um Estado centenário e de um espaço económico único, Lenine publicou a declaração em que afirmava a igualdade de todos os povos da Rússia e o seu direito à auto-determinação e reconhecia a independência da Finlândia, da Polónia e dos países Bálticos.

⁴¹ As discussões de Lenine com Rosa Luxemburgo e com Kautsky, nos artigos escritos por Lenine entre 1912 e 1916, serviram para explicar os princípios da futura política nacional dos bolcheviques.

como uma população definida num território fixo, com uma ideologia e visão do mundo. Assim, “das mais de 100 etnias, somente 53 foram identificadas com um território específico e receberam o estatuto de nacionalidades titulares e, destas 53 nacionalidades titulares, apenas 15 foram designadas pelo mais alto estatuto de Repúblicas Socialistas Soviéticas” (Vianna, 2004, s.p.).

À medida que o sistema avançava para o totalitarismo, maior era o interesse assumido pela questão nacional: a sua importância era elevada em épocas críticas (como, por exemplo, a Guerra), mas esteve sempre presente no conjunto da argumentação política, pela relação estreita que manteve com o problema central da construção da identidade e da própria sobrevivência do projecto soviético. Como afirma Suny, “[...] às vezes as considerações nacionais cediam o lugar aos interesses mais importantes, como a economia ou a defesa, mas o governo soviético nunca renunciou a um compromisso formal de construção de uma nação” (Suny, 2003, p. 6).

Pode-se observar que os autores que escreveram sobre política nacional da URSS, partindo de posições opostas no espectro político, chegavam, como seria de esperar, a conclusões contraditórias. Assim, era possível encontrar duas respostas relativamente à questão da reincorporação dos territórios e povos “não-russos” do antigo Império Russo no novo Estado Soviético. Um grupo de investigadores sociais, partindo da convicção de que os movimentos nacionais procuravam a independência e tinham uma posição irreconciliável perante o bolchevismo, viam a formação da URSS como resultado das conquistas do Exército Vermelho e todo o período soviético como o da inclusão forçada dessas nações no Estado, ideologicamente alheio aos interesses do desenvolvimento nacional. Assim, a União Soviética, pela sua natureza colonial e imperial, foi considerada capaz de conter as aspirações nacionais apenas pela repressão constante e os esforços de russificação, que, em última análise, não sendo sustentados por uma política sistemática, não foram bem-sucedidos (Blank, 1994; Conquest, 1986, 1993; O’Connor, 2006; Pipes, 1997). Hosking (1985) defende a posição de que a política do Estado durante o período soviético, na procura da construção da identidade colectiva, permaneceu sempre hostil a qualquer manifestação da identidade nacional das minorias não russas.

Um outro grupo de investigadores da política nacional soviética, partindo na sua análise da existência histórica de um conjunto de laços socioeconómicos, culturais e

linguísticos entre os povos do antigo império, questionou a presença de aspirações fortes de independência nas nações incorporadas na URSS. Por exemplo, Carr (citado por Smith, 2004) no seu estudo sobre as primeiras décadas da URSS, concluiu que esta união foi baseada mais na confiança no novo governo do que na coerção. Para este autor, a essência da doutrina bolchevique de auto-determinação nacional, de forma imperceptível, passou da ideia de liberdade para a de igualdade, esta última alcançada por “fornecer mais assistência às nações atrasadas, que lhes permita superar o fosso que os separa dos seus companheiros mais avançados. Incluiu um investimento físico, a educação em todas as suas formas, formação dos especialistas e consultores, etc.” (*Idem*, p. 355).

Martin (2001), num estudo bem documentado (contudo, referente apenas às duas primeiras décadas da existência da URSS) analisa as contradições da política nacional soviética, caracterizando a URSS como um “império de ação afirmativa (*affirmative action empire*)”. Este autor argumenta que na União Soviética, o primeiro império deste tipo, os grupos étnicos tinham sido sujeitos aos processos de consolidação através da implementação das instituições estatais e culturais⁴², da criação de estruturas dos quadros nacionais e de apoio forte dado às elites nacionais⁴³. Na opinião de Martin, Lenine e Estaline usaram esta estratégia como uma ideologia política de mobilização das massas em oposição ao nacionalismo, uma vez que o nacionalismo era considerado a causa do colapso de vários impérios durante a Primeira Guerra Mundial. Os anos 20 foram marcados pela política de “nativização”, ou seja, “discriminação positiva da população não-russa”, para mostrar que, na sua política nacional, a URSS não era herdeira do Império Russo. No entanto, desde o início da industrialização e da colectivização massiva, a “nativização” teria passado para segundo plano e sido substituída pela reabilitação do nacionalismo russo, que atingiu o seu apogeu no final e

⁴² Nos anos 20 foi lançada uma discussão que visava a preservação dos alfabetos das minorias incorporadas na URSS existentes antes da Revolução – baseados no latim (povos católicos) e no árabe (povos muçulmanos). A discussão terminou com a derrota dos apoiantes das opções tradicionais. Este debate foi a última tentativa de resistência à política cultural do regime comunista e ao mesmo tempo uma demonstração da vontade do poder de alcançar um dos objectivos nacionais – o de uma língua comum (Zajęzkowski 1991).

⁴³ Num trabalho sobre a ideia nacional dos países da Europa de Leste, Bunce (2005) defende que, apesar de ser um império, a União Soviética se distinguia muito dos impérios anteriores, porque permitiu “[...] às nações dentro dos estados etno-federais adoptarem algumas das características de um estado [...]”, ou seja, foi um império “composto por unidades semi-soberanas nacionalmente definidas” (Bunce, 2005, p. 427).

logo após o fim da II Guerra Mundial⁴⁴. O modelo de Martin explica as variações da política nacional soviética através das contradições geradas pela tensão entre duas tendências principais da política nacional: o apoio ao desenvolvimento nacional e a necessidade de centralização. O autor tende a explicar a política nacional da URSS, não tanto pelas viragens da ideologia, mas pela alteração de prioridades, quando as questões da política nacional foram substituídas pelas necessidades do projecto em si – defesa, industrialização e colectivização.

Edgar (2006), num estudo sobre a modernização dos povos muçulmanos da Ásia Central pelo *império soviético*, avalia a criação da URSS em 1922 como um passo significativo no processo de aprofundamento e ampliação do socialismo que se pretendia atingir através do fortalecimento da união política, de uma integração económica e uma política nacional que colocava a meta na criação de uma comunidade nova – um povo soviético e uma cidadania soviética. O autor mostra que os processos de incorporação de etnias, desde o início, revelaram o descontentamento popular⁴⁵ e um significativo grau de resistência quanto ao modelo de união que avançava, mudando o quotidiano social e cultural. Contudo, afirma que, nos anos 20-30, a política soviética de início da modernização da população muçulmana da Ásia Central não era muito diferente da política civilizacional praticada por ingleses ou franceses nas suas colónias. Para argumentar esta tese, o autor baseia-se nos factos que confirmam a luta travada por soviéticos contra a escravidão das mulheres asiáticas. A diferença, diz Edgar, consiste no facto de que o governo soviético deliberadamente prosseguiu com a sua política, visando mudanças sociais, e interferiu, com essa finalidade, na esfera do direito

⁴⁴ Este período foi acompanhado por uma dura política nacional praticada por Estaline, que reprimiu várias etnias com violência, especialmente durante a Segunda Guerra Mundial, deportando povos inteiros acusados de “fazer o jogo do inimigo”. Em função disso, no Ocidente a URSS estalinista chamava-se “Prisão dos Povos” (Rodrigues, 2006).

⁴⁵ Na literatura científica sobre a incorporação das etnias, prevalece a opinião de que, de todos os povos que habitavam a União Soviética, foi o povo russo que mais sinceramente abraçou a ideia da identidade soviética. Em contraste com outras repúblicas soviéticas, a Federação da Rússia quase não tinha estruturas institucionais independentes que não estivessem associadas com União Soviética como um todo. Por exemplo, não tinha a sua própria capital, uma vez que Moscovo era a capital da URSS (Smirnova, 2001). Na opinião de Kuzio (2002) da Rússia foi a única república soviética das 15 repúblicas, que nunca foi descrita como a “pátria” para a sua nação titular. A pátria para os russos sempre foi a URSS, graças a uma política que deliberadamente confundia a identidade russa e soviética. Também foi, por ironia do destino, que foi a única república soviética a não declarar a independência da URSS. Esta ideia corroborada por Castells, (2003) que acrescenta que a “Federação Russa foi única república desprovida de um partido comunista autónomo...tendo as instituições republicanas menos desenvolvidas” (p. 40).

consuetudinário e da vida familiar, esferas em que outras potências imperiais preferiam não tocar.

A URSS herdou, com algumas alterações, o território do Império Russo, ou seja, as etnias que historicamente coexistiam desde há muitos anos, sob o mesmo domínio, sujeitos à mesma influência cultural, à pressão da mesma língua e filosofia de vida. Deste ponto de vista, o modelo de nacionalismo étnico de Kohn (1962-1963) parece aplicável à URSS. Mas ao mesmo tempo, trata-se de povos com uma diversidade de características considerável – religiosa (católicos, muçulmanos e ortodoxos), estilos de vida (de europeu ocidental a nómadas), de desenvolvimento (muitos dos povos da Ásia só tiveram as suas línguas codificadas após se terem sido integrados na URSS⁴⁶) que não poderiam ser unidos senão por um denominador comum “externo”, de natureza política.

Assim, no contexto da URSS, com a heterogeneidade, a diferenciação e a desigualdade sociocultural das etnias constituintes, a esfera do poder teve um papel proeminente, não só porque era fundamental para identificar e mobilizar recursos para a realização de projectos nacionais e étnicos, articular todas as redes de distribuição de recursos materiais e simbólicos, mas também porque a construção identitária correspondeu a um projecto político específico, produto e causa de uma sociedade que perseguiu um objectivo universal para todos os membros, como cidadãos de uma mesma nação, independentemente das suas particularidades culturais e sociais, cuja superação se justificou pela superioridade dos interesses nacionais em relação aos étnicos. Visto assim, o modelo soviético pode ser considerado de nacionalismo “civil”, pela incorporação política dos povos em busca da liberdade e da prosperidade para todos, pela fidelidade a uma doutrina carregada de simbologia de universalidade. Estes argumentos enfatizam o facto de que a identidade soviética pressuponha a comunhão de valores políticos de forma que os indivíduos, de todas as etnias, se sentissem como uma parte de uma mesma comunidade histórica, o povo soviético. Nesta linha de raciocínio, Gellner escreveu:

O Poder Soviético, como os seus dirigentes o pensavam, construía etno-nações soviéticas, cujos representantes deveriam também desempenhar o papel de cidadãos obedientes a uma só nação, comum a todos, a União Soviética. O que de facto, era uma

⁴⁶ Rodrigues, 2006.

versão do nacionalismo civil que se sobrepunha ao projecto de construção de etno-nações (Gellner, 1994, p. 126).

Poderá assim considerar-se que a ideia integradora da nação cívica encontrou a sua concretização, por intermédio de todo o conjunto coerente de postulados ideológicos, na ideia de *povo soviético – uma nova comunidade histórica*, entendida como uma comunidade social de pessoas de diferentes etnias que possuem em comum um território, uma economia, uma visão do mundo e aspiram a uma finalidade comum – a construção do comunismo (XXII congresso do Partido Comunista, 1961). Na opinião de Castells, (2003)

[...] a União Soviética foi construída em torno de uma dupla identidade: de um lado, as identidades étnico-culturais (incluindo a russa); do outro, a identidade soviética como alicerce da nova sociedade: *sovetskii narod* (o povo soviético) seria a nova identidade cultural a ser conquistada no horizonte histórico da construção comunista [...] (Castells, 2003, p. 39)

Construir a identidade colectiva, – afirma Cerri, (2001) – é uma preocupação essencial de qualquer comunidade que tenha em vista a sua continuidade. Considerando essa necessidade como universal, as formas da sua produção e de fortalecimento, apesar de serem adaptadas às condições concretas dessa comunidade, não podem variar muito em diferentes sociedades, são sempre direccionadas para responder à questão – “quem somos nós?”. Como nota Heller, citado por Cerri (2001), o esquema da pergunta identitária não muda, o que varia são as respostas à mesma, que correspondem às diferentes situações em que se encontram os fundamentos da identidade de cada grupo: mudam as ideias, os valores, as imagens, os mitos que legitimam a existência da comunidade, os conceitos teóricos que fundamentam essas práticas.

Procurando compreender a identidade soviética, importa tentar definir esta através duma breve reflexão teórica. A estratégia que se emprega para clarificar os seus significados é a de aplicação de micro e macro níveis de análise (David, Bar-Tal, 2009, Yadov, 1994). Centra-se a atenção na natureza macrossocial da identidade colectiva, nos seus componentes e características e na sua forma específica de identidade supra-étnica.

De acordo com David e Bar-Tal (2009), o nível macro da identidade colectiva baseia-se em dois pilares: um consiste nos factores genéricos, universais e aplicáveis a todos os macro níveis colectivos e inclui um sentido de destino comum; a percepção da singularidade do colectivo e da sua distinção dos outros; a coordenação da actividade comum; a comunhão de normas, valores e atitudes; a preocupação com o bem-estar da

colectividade; uma continuidade e sucessividade no tempo. O outro pilar é um conjunto específico de conteúdos característicos que fornecem factores únicos a uma dada identidade colectiva.

Defende-se aqui que o conteúdo que constitui a base cognitiva particular da identidade soviética é o seu tipo único de identidade supra-étnica que inclui: os valores e as crenças da ideologia comunista; a memória colectiva particular; a língua russa como língua comum; o território da URSS; a cultura soviética e o processo de socialização comum. Nenhum destes componentes corresponde aos atributos das comunidades étnicas. Pelo contrário, mostra que a condição da existência e da integração do colectivo, na versão soviética, é um sistema de instituições políticas, culturais, sociais, discursivas e simbólicas da comunidade supra-étnica. A identidade supra-étnica emergiu assim de forma intencional como resultado de um projecto, da actividade direccionada para um fim concreto e prático. Sendo assim, a identidade soviética é vista como um tipo único, institucional por natureza, da identidade supra-étnica macrossocial.

Esta definição tenta sublinhar a ideia de que a identidade e o projecto soviéticos não podem ser separados. Como escreveu Guerra (2006), “identidade e projecto são noções indissolúveis, sendo que a primeira é tributária” (p. 25). As identidades diferentes tornam-se coerentes num determinado momento, através da construção de um projecto assente numa lógica, sustentado por um sistema de valores, que permite unificar as condutas pela perspectiva efectuada em função do objectivo, que lhes dá um novo significado (*Idem*). A identidade soviética definida desta forma só se pode compreender se a relacionarmos com o *social*, definido como a aceitação das instituições, a obediência às regras, os processos de comunicação e cooperação colectivas, inspiradas no projecto colectivo da construção de socialismo. Aliás, a premissa básica do socialismo era que a actividade humana – em toda a sua variedade – se desenvolve numa realidade social constituída por um sistema complexo de instituições lideradas pelo Estado. Este não só organiza e regula a actividade humana, como produz e reproduz o modelo colectivo constituído pelas estruturas e regras socialmente definidas que asseguram a manutenção das instituições políticas, administrativas e económicas que moldam o contexto das condições para o exercício do poder. Por isso, a tónica desta percepção da identidade supra-étnica é posta no carácter determinante das instituições que regem o sistema e que estão indissolivelmente ligadas ao poder do Estado, procurando preservar a situação do poder existente.

No contexto do socialismo, as instituições são particularmente importantes por, no mínimo, duas razões: primeiro, porque as instituições garantem uma coordenação social e dos interesses dos indivíduos na aquisição dos objectivos comuns, sejam estes os bens materiais ou valores, comportamentos e atitudes, ou ideais de comunismo. Eles motivam a valorização da pertença ao social que leva ao desenvolvimento do sentimento de partilha com os outros membros da sociedade, inseridos em grupos e instituições. Estas instituições proporcionam aos indivíduos oportunidades de interagirem e fornecem normas no processo de construção da identidade. Em segundo lugar, porque as instituições, com os seus sistemas de regras e modos de organização e coordenação, eram importantes nas circunstâncias concretas em que o socialismo soviético foi instalado, uma vez que permitiam a mobilização de esforços suficientes para executar vários tipos de trabalhos de dimensão gigantesca: produzir rapidamente grande quantidade de bens, alfabetizar a população, industrializar, organizar estrategicamente forças militares defensivas, etc.

No contexto do socialismo, a construção da identidade supra-étnica é “institucional” porque representa interesses colectivos. Sendo formalmente representante do todo, é, neste contexto, a base de uma organização estruturada em função de uma intervenção concreta. Esta identidade colectiva não tem existência prévia e surge da necessidade de elaborar um grande projecto, executar um programa e gerir uma política correspondente. Este aspecto “institucional” alargado da identidade supra-étnica pressupõe a ampliação e especificação dos processos formais de socialização, incluindo a escolar. Por um lado,

[...] o indivíduo é convidado a adoptar interiormente as unidades de sentido e de valor preestabelecidos, graças ao mecanismo de identificação: processo fundamental pelo qual ele assimila, na construção do seu eu, elementos do exterior [...]. Identifica-se como variante duma personalidade típica, que Kardiner propôs chamar de “personalidade de base” (Camilleri, 1989, p. 46);

Por outro, a sua identidade é condicionada e circunscrita pelas instituições de controlo e de regulação que definem as condições, as formas de realização e os objectivos do projecto colectivo. Pode-se dizer que, por esta via dinâmica, se pretendia gerar uma identidade supra-étnica e se esperava que esta evoluísse no sentido que o projecto exigia.

Este tipo de identidade, neste sentido, incorpora diferentes dimensões, de que se destacam:

- a legitimação do projecto soviético constitui a base da legitimidade de cada um dos elementos do sistema que o realizava;
- este fundamento pressupõe uma forma de regulação societária particular, com as suas lógicas de interacções concretas entre etnias, grupos, instituições, indivíduos, poder, etc.;
- as etnias são vistas como unidades, com seus projectos complexos e diferentes, mas nunca contraditórios, cuja viabilidade é definida pela interacção com o projecto soviético;
- os projectos individuais são definidos, determinados e finalizados pela construção social e colectiva delimitados pelo projecto comum.

Uma vez que a construção da identidade social ocorre sempre num contexto determinado por relações de poder, usando a terminologia de Castells (2003), podemos definir a identidade supra-étnica soviética como *identidade legitimadora* introduzida pelas instituições com o intuito de expandir e racionalizar a sua dominação. Por isso, assim definida, ela dá origem a uma sociedade civil estruturada e organizada pelos aparelhos do Estado e as suas ramificações. Ao mesmo tempo, podemos definir este tipo de identidade como *identidade de projecto*, quando, servindo-se de todo o material que existia ao seu alcance – memória construída, história comum, língua comum, ideologia e processos de socialização comuns – o Estado o aplicou para tentar construir uma nova identidade capaz de corresponder à inovação social aspirada pelo socialismo soviético e provocar a transformação de toda a estrutura social. Nesse caso, a construção da identidade soviética consistiu num projecto de uma vida diferente, com base numa perspectiva bastante distinta, a da conciliação de todos os indivíduos, como fiéis, de acordo com uma doutrina e uma crença. Consequentemente, acreditava-se que a partilha da mesma visão do mundo e dos mesmos objectivos implicaria necessariamente uma adesão a o projecto comum – o do socialismo soviético – e a aquisição de uma identidade, construída em função de uma ordem de valores, de opções e escolhas.

Porém, o desenrolar histórico demonstrou que o projecto nacional de construção de uma identidade supra-étnica durante 74 anos de esforço não foi bem-sucedido, dividindo as opiniões sobre o seu impacto: para alguns, nunca passou de um mito (Carrère d'Encausse, citada por Castells, 2003); para outros, não foi um fracasso total, pois teve uma certa realização real “nas mentalidades e nas vidas de gerações nascidas

na União Soviética” mas foi um projecto que se desintegrou “antes mesmo de se estabelecer em definitivo nas mentalidades e nas vidas dos povos da União Soviética” (Castells, 2003, p. 44-45).

1.3. Identidade Pós-Soviética – Continuidades e Rupturas

No decorrer dos anos 90 do século XX, surgiram quinze países provenientes da dissolução da URSS que, desta forma, saíram do período extenso de dominação soviética. O desaparecimento da União Soviética, a formação de novos Estados com novas ordens internas e externas provocaram mudanças não só no mapa geográfico e político da Europa, como também na vida quotidiana das populações desses Estados, afectando a sua identidade tanto colectiva como individual. Perceber a essência das mudanças, únicas na sua natureza, ocorridas nos países do bloco soviético continua a ser, ainda hoje, passadas duas décadas desde o seu colapso, um desafio no plano analítico para os cientistas sociais quer naqueles países, quer noutros países europeus, nos EUA e no Canadá. As mudanças mencionadas têm sido estudadas através de sondagens de opinião, assim como sob a forma de investigação sistemática, dando origem a várias discussões sobre diversos problemas relativos a essa transição, entre quais se destaca o problema de identidade pós-soviética, chamada muitas vezes de *pós-socialista*⁴⁷.

Esta secção do Capítulo I pretende dar conta de alguns dos resultados destas investigações com o propósito de identificar as alterações observadas nos aspectos identitários da população destes países que surgiram no contexto da radical mudança social e política. A preocupação é a de perceber se, em que medida e de que forma as identificações da população ex-soviética estão em sintonia com os processos de mudança decorrentes do colapso do sistema socialista. Neste contexto, os valores tradicionalmente associados ao socialismo soviético aparecem inevitavelmente como um critério de comparação.

⁴⁷ Na base desta abordagem está a assunção de que a variável mais importante para explicar o curso do desenvolvimento dos países de Leste é a natureza do regime. Assim, para a análise tem-se de partir do facto de que estes países são, antes de mais, “pós-comunistas” (Linz, Stepan, 1996) ou “pós-totalitários” (Machkuv, 2000).

A reflexão sobre o tema das alterações identitárias aprofundou-se muito nos últimos anos. Diversos autores, apesar das suas diferenças no campo dos objectivos, das hipóteses, das abordagens teóricas e dos métodos de investigação, têm sublinhado a presença de algumas tendências principais, não raro contraditórias, na transformação das identidades. Por um lado, os estudos evidenciam as mudanças significativas que não dizem apenas respeito às categorias sociais com que as pessoas se identificam, mas também à essência dos processos de identificação, ao seu sentido e finalidade. Assim, foi possível encontrar, por detrás dessas mudanças, as alterações no próprio sistema dos valores, como por exemplo, uma avaliação dos fenómenos sociais (grupos e suas características, povos e nações) que não se baseia simplesmente na polarização – o bom e o mau, o positivo e o negativo – mas aceita os fenómenos como intrinsecamente ambivalentes (Sekulic, et. al, 1994) e a diminuição da importância das categorias sociais mais globais como as classes sociais ou a ideologia, a favor de categorias mais concretas e tangíveis – género, idade, formação, profissão (Holly, 1996; Titarenko, 2007).

Por outro lado, outros estudos testemunham o renascimento na população de algumas categorias sociais tributárias dos antigos valores e estereótipos, mas com uma mudança da sua direcção, como por exemplo, a velha ideia de “imagem do inimigo” que tem em mira um inimigo novo, ou as expectativas do “futuro brilhante” – num outro futuro, não socialista, porém apoiado, de novo, em outras crenças, em soluções simples e rápidas (Atchasov, 2001). Algumas destas investigações também referem que, apesar de a URSS já não existir, ainda se manifesta, por parte dos cidadãos, uma visível identificação com ela, com os seus valores base e com os processos e práticas que aí eram utilizados (Levada, 2008; Moravska, 2008, Timofeev, 2010). Os trabalhos no âmbito da identidade pós-socialista também deparam com o aparecimento de grandes grupos de pessoas com valores, tradições e normas destruídos, inúteis perante a nova ordem social e política, marcados por uma grande incapacidade de satisfazer as suas necessidades básicas, fazendo-os sentir um sentimento agudo de inutilidade para o país no seu novo estado. Esta perda do seu lugar na sociedade, está na origem, muitas vezes, da intenção de a abandonar e procurar um outro país de acolhimento⁴⁸.

⁴⁸ Com o advento da liberdade de escolha individual, a falta de ordem e de estabilidade enfraquecem a crença da comunidade civil (nação, país), nas suas instituições tradicionais e na necessidade permanecer

De qualquer maneira, todos estes países passaram pela renúncia aos anteriores princípios ideológicos, à sua organização política e socioeconómica, que se reflecte na auto-percepção e auto-identificação dos seus cidadãos, provocando uma crise da sua identidade. Segundo Hösle e Nora (2003),

[...] A essência da crise de identidade colectiva é a desagregação das comunidades tradicionais, dos estatutos, relacionamentos, grupos de referência, mecanismos de socialização, das formas de vida habituais, da memória colectiva, a perda de fé no futuro [...] (p. 123).

Esta situação de certa forma condena as pessoas a uma sensação de abandono, levando-as a procurar novas (e / ou restaurar as tradicionais) formas de colectividade, contribuindo para conflitos entre diferentes formas de identificação e para o desenvolvimento de tensões sociais.

Apesar de se tratar de uma categoria académica, a noção de *pós-socialismo* contém em si certas características, valores, interesses, preferências e orientações que convém explicitar. Uma das características importantes do pós-socialismo é a fragmentação territorial que corresponde ao aparecimento de novos pequenos Estados⁴⁹. Este processo é inevitavelmente acompanhado pelo surgimento de novos problemas relacionados com a sustentabilidade económica, com o funcionamento das instituições sociais e políticas, com a segurança, entre outras.

As primeiras décadas dessa mudança/transição são consideradas pelos investigadores, em função da teoria aplicada no estudo, como um período *transitório* ou de *transformação*. Segundo a teoria da transição, a identidade nacional dos países que surgiram neste período pode ser definida como num estado transitório, caracterizado pela crise da identidade preexistente e pela necessidade de escolha de uma concepção qualitativamente nova da sociedade e do Estado, baseada noutros princípios e valores que, logicamente, seriam os da economia de mercado e do desenvolvimento político

parte dela. As estratégias racionais individuais reinventam uma “pátria histórica”, ou simplesmente procuram um país de acolhimento com melhores condições sociais de existência (Birman, Trickett, 2001). Ironicamente, numerosos estudos empíricos sobre a integração dos imigrantes, da ainda URSS e depois do seu desmoronamento, nas sociedades de acolhimento mostram a orientação de diversos grupos desses imigrantes e seus descendentes de não se fundirem nas sociedades capitalistas de destino, e de preservarem as suas identidades de origem (Retz, 1980; Richin, Livingston, 1991; Mirotshnik, 2008), contrariando a convicção dos adeptos da teoria pós-socialista de que as características identitárias inerentes aos valores socialistas desapareceriam quando a geração que cresceu e se socializou com eles fosse substituída (Humphrey, 2002).

⁴⁹ O bloco comunista contava com 11 países (incluindo a URSS), após o colapso, só na zona europeia passaram a existir 20 países novos (sem contar com os da Ásia e do Cáucaso), com naturais, nesses casos, problemas da cidadania.

democrático. Assim, o período de transição deveria ser seguido pela formação de instituições que caracterizam o sistema capitalista e pela adaptação da sociedade a estas (Timofeev, 2010).

Contudo, a emergência, nos países que surgiram após o colapso da URSS, de regimes que tendem para o autoritarismo levou à revisão da teoria de transição e dos seus postulados. Alguns analistas, ao examinarem os processos e as instituições emergentes nos novos países do bloco soviético, preferem o uso do termo de transformação, que apenas indica um processo de mudança, cujo carácter progressivo é considerado só como uma hipótese. Esta abordagem, porém, não parece fazer mais sentido, se se tomar em consideração o facto de alguns desses novos países não terem experiência e uma existência democrática como Estado independente, soberano, ou de essa experiência ter sido limitada no tempo⁵⁰.

Todavia, os processos sociais podem cruzar-se ou ocorrer em paralelo, agindo em uníssono ou contradizendo-se (Sztompka, 1996, p. 139). Machkuv (2000) chama a esta situação, inerente aos países ex-soviéticos, de terem diferentes (e até opostos) processos sociais a correr em paralelo, de *dilema de simultaneidade* e justifica o surgimento desta tendência pela natureza totalitária do Estado socialista soviético. Este Estado, durante décadas, através do controlo sobre a economia, a política e a cultura, teria feito um esforço considerável para garantir que o povo soviético reconhecesse apenas um país, um partido, uma juventude, uma organização infantil, uma orientação valorativa, uma língua, etc. (Ioffe, 2003), esforço cujas consequências institucionais, sociais e psicológicas iriam ser difíceis de superar. A principal dificuldade, na opinião de Gudkov, (et al. 2008) está relacionada com a subestimação da extensão e da natureza da ligação do indivíduo à sociedade no regime totalitário. É bom lembrar que a identidade soviética foi o objecto da actividade política, social e cultural durante os anos do domínio comunista. Neste sentido, pode-se falar de uma política de identidade exercida pelo Estado, uma prática social e dinâmica de mobilizações de massa e de movimentos para a legitimação da identidade soviética. Esta política pressupunha – como se verá – um sistema coerente e logicamente consistente de interpretação do

⁵⁰ Por exemplo, no caso de Eslováquia, que antes de 1993 apenas existira como um Estado independente, na forma de um Estado marioneta durante a Segunda Guerra Mundial, sob o governo do regime de Tiso, ou algumas Repúblicas Soviéticas que se haviam transformado em Estados apenas no contexto da União Soviética (Golovatina, 1989).

passado do país, expresso no discurso científico e político, no sistema educacional em todos os níveis, na comunicação, na cultura popular, nos monumentos e memoriais e na cultura festiva.

Nos primeiros anos após o colapso do sistema soviético, uma das ideias mais partilhadas no meio académico foi a crença de que a nova geração, socializada noutras condições políticas, sociais e psicológicas, se tornaria portadora de valores completamente diferentes, com uma outra ética e motivação diversa das dos seus pais e avós. Os estudos empíricos testemunhavam que os jovens, não só eram mais instruídos e formados, e orientados para outros padrões de consumo, como enfrentavam sem medo as circunstâncias de uma nova realidade, ao contrário das gerações mais velhas (Levada, 2004). No entanto, segundo Gudkov (et al., 2008), estes pressupostos revelaram-se como um conjunto de ilusões e não um prognóstico real: a sociedade não foi capaz de fazer acompanhar a destruição do modelo antigo por um trabalho de compreensão da natureza da sociedade soviética e do lugar do homem nela, nem da elaboração dos objectivos e ideais sociais novos. Como resultado, prevaleceram tendências ecléticas de imitação das estruturas simbólicas anteriores: a nostalgia da antiga grandeza, a idealização do passado recente, antes de mais a mitificação da vitória na Segunda Guerra Mundial.

As possibilidades de resposta às mudanças radicais nas sociedades pós-socialista, apesar das diferentes condições de transformação em alguns regiões do espaço pós-soviético, situam-se entre dois extremos de associação identitária. Uma primeira tendência está ligada a uma *reprodução* (usando a terminologia de Sztompka, 1996) de traços fundamentais da identidade soviética. Os indivíduos deste grupo continuam a olhar para a realidade através do prisma da nostalgia do sistema soviético com toda a sua grandeza. Sob esta óptica,

[...] a política de retorno à Europa dependia do reconhecimento por parte desta da Rússia como um actor central no sistema político europeu, só que a Europa via a Rússia em decadência [...] (Gonçalves, 2006, p. 107)

Os estudos mostram que durante anos após o colapso da União Soviética, apesar de todas as alterações aparentes na vida social e política, de facto, não foi consumada a separação entre o Estado e a sociedade, nem o estabelecimento autónomo das instituições sociais. O sistema institucional vigente não só não garante – aos olhos desta camada da população – uma existência digna, como funciona como factor de

arbitrariedade, uma ameaça ao bem-estar dos indivíduos. Esta tendência caracteriza-se por um distanciamento definitivo do Ocidente e pelo renascimento da ideia da auto-determinação nacional, com a nostalgia dos mitos do passado: o do funcionamento das estruturas sociais, o da estabilidade geral e da situação da segurança, o da confiança nos significados e propósitos sociais (Boym, 2001; Nadkarni, Shevchenko, 2004). As pessoas que partilham os valores socialistas soviéticos não aprovam a orientação da sociedade para a esfera da iniciativa privada e a tendência para a minimização de funções do Estado; pelo contrário, dominados pelo aspecto paternalista das relações indivíduo/Estado, aspiram à maximização das suas funções. Assim, na cultura política dos ex-soviéticos, ainda dominam características inerentes ao “tipo ideal” de poder que Almond e Verba chamaram de *cultura de subordinação* (Almond, Verba, 1989). Os cidadãos continuam a ver-se a si mesmos como um objecto da acção do Estado, ao invés de participantes reais do processo político, e a imagem do Estado ideal mantém traços pronunciadamente paternalistas (Gudkov, et al., 2008).

Nas representações destes indivíduos, o papel do Estado e as expectativas correspondentes reduzem-se à crença do que as autoridades deveriam cuidar da população, fornecendo respostas para todas as suas necessidades básicas: trabalho, habitação, salário mínimo, segurança social, educação, etc. A população, por sua vez, deve apoiar o poder, trabalhar, defender os “interesses do Estado”, aceitando “conscientemente” o que o Estado exige como um “desempenho do seu dever patriótico” ou das obrigações civis. Os valores fundamentais declarados por estas pessoas estão relacionados, regra geral, com representações ideais de uma vida tranquila e próspera, limitada ao círculo das pessoas mais próximas em que se pode confiar e com cuja ajuda e apoio pode contar (Yurchak, 2006).

Face à ineficácia óbvia das instituições formais do Estado, o indivíduo pós-soviético procura compensar a falta de confiança generalizada por um sistema estável de relações informais entre os mais próximos: família, amigos e – em menor grau – colegas de trabalho e vizinhos (Levada, 2008). Os resultados enfatizam que os valores dominantes, básicos, desta população dos novos países têm um carácter tradicional e adaptativo. Em comparação com o período soviético, continuam a dominar as orientações adaptativas: “os valores dominantes são valores de sobrevivência, de uma adaptação meramente passiva à mudança social” (Tikhonova, 2006, p. 39); e não os

valores que possam guiar o indivíduo para uma actividade social que visa a mudança da sua posição, para uma auto-afirmação através do seu reconhecimento pelos outros, pelo desenvolvimento profissional ou a manifestação da iniciativa (Zaslavskaia, 2003).

A segunda tendência é a oposta da primeira, porque visa uma radical transformação, baseia-se na rejeição do passado soviético e no desejo de “voltar” ao Ocidente. Neste caso aspira-se a um estilo da vida “ocidental” no âmbito político e económico que geralmente simboliza, para esta população, prosperidade e progresso. Para além da atractividade económica e política, o “caminho para a Europa” associa-se ao retorno à civilização, da qual alguns dos países da região foram privados após a Segunda Guerra. Nesta perspectiva, a hegemonia antiga da URSS, e a da Rússia como sua herdeira, é geralmente considerada como um passo atrás e um obstáculo ao desenvolvimento e à independência. Hopf (2002) chama este posicionamento *New Western Russian* ⁵¹. Dentro desta perspectiva, alterou-se o esquema tradicional de identificação baseado na contraposição do “nós” aos “outros”. Como afirma Silva (2000), no seu estudo sobre identidade e diferença, apoiando-se em J. Derrida:

[...] A mais importante forma de classificação é aquela que se estrutura em torno de oposições binárias, isto é, em torno de duas classes polarizadas [...] as oposições binárias não expressam uma simples divisão do mundo em duas classes simétricas: em uma oposição binária, um dos termos é sempre privilegiado, recebendo um valor positivo, enquanto o outro recebe uma carga negativa [...] (Silva, 2000, p. 80).

No sistema socialista, obviamente esta dicotomia estava construída sobre a oposição do mundo socialista ao capitalismo mundial. Alguns autores argumentam que, sendo um esquema da dicotomia familiar e característico da fase anterior, esta percepção do mundo pode permanecer, ou pelo menos influenciar a percepção dos novos Estados (Billig, 1996; Bukh, 2009); a diferença muitas vezes encontra-se apenas na mudança dos pólos e na transferência dos rótulos “nós” e “outros” para outros campos. O Ocidente passa a fazer parte do “nós” e o esforço das novas nações concentra-se na luta contra “outro” interno, escreve Hopf (2002), referindo-se à ex-Jugoslávia e à ex-URSS.

Esta alternativa identitária, chamada por vezes de “liberal”, apresenta-se como uma *identidade negativa* (Gudkov, 2004), construída principalmente sobre a negação do passado soviético, e não se formou ainda como uma política identitária sistémica no

⁵¹ O que pode ser dito da mesma maneira de um ucraniano, ou de cidadão de outras ex-repúblicas soviéticas.

contexto concreto dos países pós-socialistas. Em geral, a exposição teórica e as práticas concretas que visam a legitimação da identidade nacional dos Estados pós-soviéticos baseiam-se num discurso de “luta contra a herança soviética”, contra a “opressão nacional”, para o “retorno às raízes históricas”, embora o processo de reconstrução da identidade pós-soviética ainda esteja em curso. (Miller, 2003; Titarenko, 2007).

Gradualmente, a euforia relacionada com a abertura ao capitalismo diminuiu devido às crises políticas e económicas e à persistência da tensão social nos países pós-soviéticos, provocando o retorno do pêndulo. Em vários países começaram a formar-se movimentos chamados de *terceira via*, uma alternativa qualitativamente diferente, uma síntese de elementos da identidade soviética, pré-soviética e pós-soviética, que tenta adaptar estes elementos às novas realidades nacionais. Nesta visão, exige-se um reconhecimento especial dos países da Europa de Leste como portadores de uma missão de construção de uma ponte entre Oriente e Ocidente. Depois do colapso do bloco comunista, sublinha Neumann, o apelo à Europa e a necessidade da procura do seu próprio lugar na Europa desempenha um papel importante na formação das identidades dos novos países. Por exemplo, Gombrowicz, citado por Neumann, (1999) quando fala da Polónia, afirma que:

Não nos podemos considerar uma nação verdadeiramente europeia enquanto não nos separarmos da Europa, porque o nosso europeísmo não significa que nos devemos fundir com a Europa [...] nós devemos fazer parte dela e, além disso, uma parte especial, que não pode ser substituída por um “outro” qualquer [...] (Neumann, 1999, p. 213).

A opção por uma terceira via também está relacionada com a ideia que se formou nestes países sobre a democracia. Não acreditando na viabilidade das instituições democráticas que surgiram, os cidadãos simplesmente ignoram-nas, ou tendem a “pensar que os princípios da democracia ocidental não são compatíveis com a tradição política do seu povo” (Sedov, 1995, p. 194). Assim, a democracia é considerada um valor convencional que personifica algo positivo que existe no Ocidente, mas que é quase impossível, inatingível para a população dos países pós-comunistas.

Apesar de existirem diferenças claras entre estas tendências, verificam-se também bastantes pontos em comum, que se tornam evidentes quando se discute o passado soviético. As reinterpretações do passado soviético começaram logo no período de *perestroika*, mas foi o colapso da URSS que mudou radicalmente a atitude das

peçoas para com a interpretação do passado, provocando discussões acesas no espaço político, na comunicação e na educação. No entanto, as novas interpretações do passado não são comparáveis, nem pela sua importância para a consciência social, nem pelo nível de sistematização, nem de expressão na política estatal de identidade, com o sistema de interpretação do passado na estrutura da identidade soviética. Como escreveu Timofeev (2010):

A restauração da continuidade com o império czarista e o surgimento de novos personagens não poderiam servir de compensação pela perda de uma identidade bem estabelecida, que tinha sido formada e evoluída durante mais de 70 anos [...] (p. 55).

A situação foi agravada pelo facto de que, apesar da atitude relativamente tolerante para com os símbolos soviéticos, uma nova política de identidade tendeu a ser construída, originalmente, pela negação do passado soviético. Mas embora, *de jure*, a sociedade já fosse diferente, ao nível das representações colectivas a linha entre passado e presente mantinha-se extremamente esbatida; por isso, a política de identidade construída sobre a negação do passado soviético não obteve o apoio social que se esperava (Hagen, 2004). Talvez por isso um certo número de elementos de identidade soviética foi inserido na estrutura de uma nova identidade. Esta última perdeu rapidamente o conteúdo ideológico do modelo soviético; os símbolos ideológicos, os artefactos, as interpretações tornaram-se rapidamente anacrónicos. Mas uma componente identitária – o patriotismo, que foi na União Soviética “um envolvimento unanimemente activo” (Halstead, 1994, p. 426) –, permaneceu praticamente inalterada e até aumentou a sua importância. Ironicamente, o patriotismo, fortalecido na época soviética, tem permitido estabelecer uma relação de continuidade entre os períodos, soviético, pré-soviético e pós-soviético.

Um exemplo disto é a representação da Grande Guerra Patriótica (II Guerra Mundial), uma vitória que tende a tornar-se um dos principais componentes de uma nova identidade pós-socialista (Timofeev, 2010). Durante o período soviético, foi gerado um conjunto substancial de interpretações da guerra, que, através dos diversos mecanismos de socialização, se tornaram importantes para o cidadão soviético e que não se revelaram incompatíveis com o problema actual da integração da sociedade. Este conjunto de interpretações enquadra actualmente a guerra no contexto da história do país, logicamente ligando-a às outras guerras e agressões do passado. A guerra, portanto, passa a ser vista como um evento enraizado nas tradições da sociedade, um

acontecimento que sublinha a sua continuidade histórica, e não como a vitória de um projecto socialista.

O significado da guerra para a identidade pós-soviética não se esgota apenas no seu conteúdo funcional e racional. Também é importante do ponto de vista do regresso do Estado à política de identidade. A guerra ocupa, nessa política, um lugar fundamental como um facto histórico diante do qual só pode ser tomada uma posição – socialmente aceite e recomendada. Também constitui aquele momento histórico em relação ao qual a política de identidade consegue obter, em primeiro lugar, um carácter afirmativo, e não o de negação de símbolos e valores anteriores, e em segundo lugar, em relação ao qual se realiza uma actividade intencional para a preservação da herança do passado e para a integração da população no contexto actual (Gudkov, 2004).

Capítulo II

Educação e Inculcação da Identidade Colectiva Soviética

2.1. *Sistema de Educação e de Instrução.*

O Estado soviético, organizado na base da ideologia marxista-leninista, procurou a perpetuação e a reprodução do seu sistema através de variados meios, recorrendo às mais diversas estratégias. Quando o poder foi conquistado, era preciso estabelecer de alguma forma a ordem social nas condições da instabilidade, apelando as formas *extra-racionais*⁵², que se baseiam no uso da força e na ameaça⁵³. Após esta fase, a maneira que permite manter o sistema prende-se com o processo de socialização: os adultos e as crianças passam pelas instituições onde estão sujeitas a assimilar os valores, as normas e os comportamentos considerados correctos.

Um dos objectivos desse processo foi a construção de uma cultura nacional e de uma identidade colectiva que desse unidade a um novo Estado com uma configuração territorial fixa, unindo na base dos objectivos políticos muitos povos de etnias bastante diversas, com um passado, uma história, costumes, valores e línguas característicos e diferenciados, como já se referiu anteriormente. A ideia do “Homem Soviético” apresenta-se, nesta visão, como a resposta à necessidade de promover o processo de criação de uma identidade comum, desenvolvida através de um esforço de socialização acompanhado pela propaganda em grande escala, recheada dos novos valores e princípios. A educação aparecia assim com uma dupla função, a saber, a da inculcação dos novos valores, princípios e regras modeladoras da nova sociedade em construção, e a de perpetuação desses valores e princípios como garantia da sua perenidade; tarefa no fundo comum aos mais diversos sistemas educativos conhecidos.

A política no âmbito da educação, elaborada conforme a perspectiva ideológica dominante, determinava a construção e o funcionamento do sistema educativo. Este

⁵² Expressão é de Douglas (2004).

⁵³ Segundo Werth (2008), os bolcheviques eram, como ninguém, defensores de uma ideologia que fazia da violência das massas o motor da História e de um projecto político forte fundado no terror como instrumento eficaz de construção de uma sociedade nova.

atribuía distintos objectivos à educação, por sua vez, determinando a selecção do corpo de conhecimentos a ser transmitido e os conteúdos programáticos a serem aprendidos, adoptando os métodos e as técnicas de ensino e aprendizagem que mais adequadamente servissem para trabalhar sobre e com o material previamente seleccionado e atingir assim os objectivos visados (Estrela, 1992). A educação aparece pois como uma instituição, “[...] isto é, um conjunto de ideias, princípios, crenças, regras e normas de comportamento propostas e muitas vezes impostos aos indivíduos em dada sociedade” (Petit, 2000, p, 21). A escola, com as suas práticas, alimenta-se da educação como instituição conferindo-lhe uma base concreta de existência (Tedesco, 1999). Esta estreita relação entre a sociedade e a educação justifica a sugestão de Marshall, segundo a qual uma das formas mais rápidas de se compreender a sociedade moderna é através de conhecimento de discurso político dessa mesma sociedade sobre a educação (Marshall, citado por Crawford, 2000).

De um ponto de vista puramente lógico, o modelo educativo soviético pode ser representado de seguinte maneira:

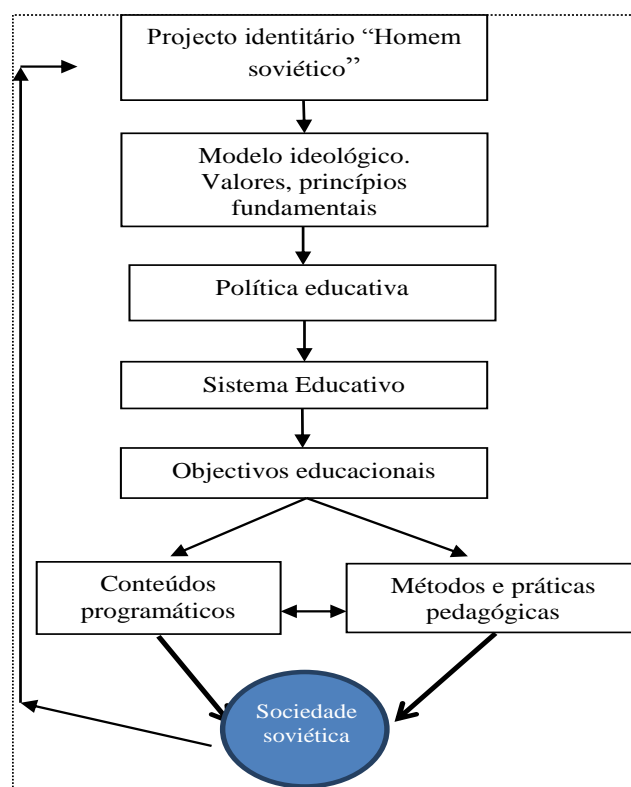


Fig. 2.1. Modelo educativo-ideológico da URSS

Convém explicitar um ponto fundamental deste esquema: a ambiguidade do “sistema educativo” como elemento do sistema-sociedade. Segundo a lógica de análise

das ciências sociais da autoria de Sedas Nunes (1991) qualquer sistema educativo designa duas realidades distintas:

- é um produto de um determinado modelo ideológico e social, fundado na base de certos princípios, fundamentos, valores e crenças;
- é um sistema de produção desse modelo, ou seja um sistema que implica as condições concretas em que se exerce e se reproduz esse modelo ideológico e social, ou seja, estruturas, instituições, tradições, etc.

A caracterização do sistema educativo como produto, teoricamente depende do que ele é como sistema de produção, isto é, depende:

- de quem são os professores, educadores, administradores, como se formaram, quais as suas posições e atitudes relativamente à dinâmica política e cultural;
- dos meios que eles manipulam: conceitos e teorias disponíveis, livros didácticos, técnicas e materiais, fontes de informação, meios de comunicação, recursos materiais e financeiros, etc.
- de como se encontram estruturadas as instituições educativas no seio da sociedade, ou seja, qual é o seu grau de dependência em relação ao poder dominante.

No caso da URSS, o sistema educativo era inseparável do projecto político que lhe servia de suporte e base de desenvolvimento (Young, citado por Mónica, 1981), contribuindo a própria educação para a sua realização, associando-se aos valores, fundamentos e decisões que o determinavam e garantindo vias através das quais podiam ser alcançados os seus objectivos. Aliás, as características políticas principais a URSS e seus objectivos económicos estavam ligadas ao facto de haver um forte mandato para a educação, sendo esta sujeita a uma exclusiva governação centrada no Estado (Fitzpatrick, 1979).

As iniciativas educacionais no âmbito da política educativa centralizada e as circunstâncias locais da sua realização dependiam das instruções exteriores daqueles que decidiam sobre os mecanismos, procedimentos e opções de que essa iniciativa era objecto, ou seja, dependia sempre do sistema de decisões políticas que lhe asseguravam os seus recursos. A margem de liberdade que o sistema educativo possuía não lhe permitia definir as suas próprias linhas de evolução nem criticar as estruturas sociais e políticas no meio das quais o sistema funcionava (Bereday, 1960; Kharkhordin, 1999).

Portanto, a educação apresentava-se, ao mesmo tempo, como instrumento de conhecimento e como instrumento de acção, não só na gestão quotidiana da sociedade, mas também na preparação de políticas de longo prazo. Aparece assim, como perfeitamente compreensível que o poder dominante se interessava pelo seu desenvolvimento e o promovia, sobretudo porque o seu controlo estava sempre assegurado. Nessa época, na URSS, o sistema de ideias, crenças, práticas e tradições que sustentava o exercício do poder dominante e o controlo social da população era um elemento estruturante do modelo educativo, que moldava a identidade de todos aqueles que nasceram e viviam lá.

Segundo Bauman (1989), este controlo social, ou seja, a orientação e a vigilância da conduta humana, pode ser exercido de duas maneiras: colocando “[...] as pessoas numa situação que as impeça de fazer coisas que não queremos que façam ou colocá-las numa situação que as encoraje a fazer coisas que queremos que façam” (p. 23). Em ambos os casos, os indivíduos são convidados, incentivados e forçados a adoptar as normas, regras e valores sociais preestabelecidos graças a mecanismos de identificação: processo pelo qual os indivíduos os assimilam na construção do seu eu.

Assim, o cidadão da comunidade socialista estava “sempre submetido à colectividade, moldado por ela, incapaz de se desprender, trespassado [...] pelo rigor dos códigos, e desprovido de um espaço de iniciativa individual “ (Dubet, Martuccelli, 1997, p. 243). Esperava-se, como resultado deste processo de socialização, que os indivíduos se identificassem com a personalidade típica socialista, um modelo de sujeito colectivo constituído por meio de configurações simbólicas da realidade social e política pré-definidas, com uma única lógica de comportamentos. Nesse contexto a escola soviética, com o conhecimento que transmitia, com as actividades que desenvolvia, com os valores e normas que inculcava, constituiu um recurso de socialização crucial.

2.2. A História Ensinada. A Evolução dos Manuais de História da URSS.

De entre o conjunto das disciplinas derivadas das ciências sociais e humanas, a História particularmente sempre ocupou um lugar especial no curriculum educacional de qualquer sociedade (Torgal, 1996, Novoa, 2000). Essa importância e esse

posicionamento em todos os sistemas educativos é consequência do facto de ser sobretudo através do ensino da História que as novas gerações conseguem tomar conhecimento e assimilar as tradições histórico-culturais do seu país, identificar-se como cidadãos de uma determinada sociedade, e desse modo desenvolverem as condições para nela se integrarem.

O estudo dos manuais escolares de História permite que se descodifique uma das mais importantes áreas na qual a escola opera (e através dela a sociedade) – a memória histórica. Por esta forma torna-se possível obter uma compreensão mais completa sobre o modo como, pelo seu conteúdo, os manuais de aprendizagem dos conteúdos da História permitem a produção de formas de consciência, a construção de identidades e a manutenção do controlo da memória colectiva e a individual⁵⁴.

Não é de estranhar, pois, que quando a desordem social, política e económica se instala numa sociedade se assista ao emergir de crises sociais, no seu sentido mais lato, em que as novas realidades afrontam os antigos valores e paradigmas estabelecidos.

Os períodos de crise e de transformação servem, em todos os sectores e em todas as sociedades, como denunciadores. Obrigam a colocar perguntas e talvez a optar por respostas mais claras do que as habituais” (Perrenoud, 2004, p. 109).

Estas crises desencadeiam, por sua vez, como consequência, crises ao nível dos sistemas educativos que, como não poderia deixar de acontecer, se reflectem, também, na disciplina de História. Quase que se pode afirmar com total segurança que quanto mais grave e profunda é a crise, maior é o abismo que se abre entre a realidade passada e as necessidades da nova sociedade emergente. Afigura-se vital que a nova sociedade consiga restabelecer o equilíbrio entre os objectivos da educação histórica e os novos problemas que a realidade social coloca perante o Estado e a sociedade. Assim aconteceu em períodos de grandes mudanças em muitas sociedades: em Portugal após o 25 de Abril; na Rússia, após a Revolução de Outubro, em 1945 na Alemanha, em Itália e no Japão⁵⁵, na África do Sul, depois de *apartheid*, e em todos os países do bloco comunista após a queda do seu sistema político- ideológico, na década de 90 do século XX.

⁵⁴ Apesar de exercer um certo poder sobre a sociedade, de facto este acaba por ser transitório, dado a sua dependência das mudanças do poder dominante (Matos, 1988).

⁵⁵ Entre as decisões tomadas pelos vencedores após a Segunda Guerra Mundial, houve “a de proibir o ensino da história ministrado nos países vencidos” – Alemanha, Itália e Japão – “a fim de neutralizar os seus conteúdos factuais antes de substituí-los por outros” (Laville, 1999, p. 130).

Para proporcionar essa compreensão mais aprofundada das relações que se estabelecem entre os conteúdos dos manuais e as alterações provocadas nos níveis da consciência social, da identidade e da memória colectiva e individual que se seguem a este tipo de crises, ou seja, a transição de um sistema de valores perceptíveis nos antigos sistemas educativos para os modos de vida e sociabilidade dos períodos pós-crise, desde logo podem identificar-se duas possíveis vias de análise, cuja articulação se exige:

- Os manuais escolares de História editados na URSS;
- Os actuais imigrantes da ex-URSS em Portugal através das perguntas que lhes são colocadas, questionando-os sobre os efeitos que esta experiência neles produziu e que significado assumiu a sua memória ou a interpretação que fazem dela.

Cada um destes aspectos deve ser situado no seu *meio*, deve ser contextualizado no sistema das interações em que se constitui. Obviamente, neste caso a palavra-chave é o *meio*. Pretende-se com isto afirmar que se torna necessário ter em conta, obrigatoriamente, tanto o conhecimento que os livros pretendiam transmitir, como a própria instituição escolar soviética, como mecanismo de preservação do modelo ideológico dominante e, portanto a maneira como o processo da escolarização e socialização, em tais escolas, se “reconstruiu”.

Como defende Wertsch (2002, 2010), os livros didácticos são um reflexo de um vasto conjunto de processos culturais e políticos envolvidos na definição da história oficial. Estes, juntamente com outras fontes de informação, como o cinema e a imprensa, e ainda outras formas de educação, como organizações e associações juvenis que visavam a introdução dos princípios e valores socialistas, tiveram um impacto elevado sobre as gerações jovens nos países comunistas e de regimes autoritários. Assim sendo, os manuais didácticos podem fornecer-nos um bom ponto de partida para o exame da versão oficialmente aprovada do passado, para tentar atingir o nosso objectivo – encontrar nestes livros, implícitas ou explícitas, orientações no sentido de delinear o perfil da identidade colectiva que se associava ao arquétipo do “Homem Soviético”.

Evans (2003), partindo da ideia de que o papel desempenhado pela história e o seu ensino sob uma ditadura depende da importância que regime atribui ao assunto, considera o marxismo como uma doutrina essencialmente histórica, que repousa sobre

uma representação da história como a operação de leis que conduzirão inevitavelmente a uma sociedade socialista. A legitimidade de um regime, como a União Soviética dependia muito da sua auto-justificação como o culminar de um processo histórico. “História e historiadores, portanto, parecem de importância central para tal sistema. Em contrapartida, um regime racista, como foi o nacional-socialista na Alemanha entre 1933 e 1945, teve pouco tempo para a história, porque considerava a sociedade humana resultante dos factores raciais intemporais. Embora os historiadores tivessem algum papel a desempenhar na causa do nacional-socialismo, a legitimidade do regime em nada dependia da sua interpretação do passado” (Evans, 2003, p. 7).

Num sistema político centralizado como foi o da URSS, que exercia um controlo total sobre a educação, a evolução dos livros didácticos de História como veículos de transmissão de conhecimento era inseparável das etapas do desenvolvimento das políticas educativas, das próprias instituições pelas quais os jovens passavam, das práticas que nelas exerciam, das ideias e teorias que as sustentavam. A periodização da renovação/alteração do manual escolar de História correspondia, regra geral, aos períodos das viragens conceptuais na ideologia dominante, e consequentemente, na educação histórica. Contudo, os livros escolares sempre e em toda parte do mundo andam “atrás do tempo”. Por vezes passam anos antes que o conhecimento histórico contido nos livros didácticos consiga pôr-se de acordo com a última palavra em ciência.

Em particular, isto aplica-se, como é do conhecimento geral, à história mais recente. Nas situações de ruptura, em que tudo muda rapidamente, com a tendência para ninguém acreditar na verdade de ontem, a situação dos livros de história é particularmente sensível. Basta lembrar que em 1988 os exames de História foram cancelados em todas as escolas soviéticas, porque a explosão da informação levou a uma situação em que professores não sabiam mais que factos históricos deviam considerar obrigatórios e verdadeiros e que novas “descobertas” históricas deviam ser tomadas em conta no processo de aprendizagem. Uma situação semelhante ocorreu, também, após o XX Congresso do Partido Comunista da URSS, em 1956 (Scherrer, 2005). O mesmo teve lugar na Alemanha, quando a maioria dos livros de História Contemporânea ainda não apresentavam nada de objectivo sobre o período pós-comunista, durante 5-10 anos, após queda do Muro de Berlim. (Pingel, 1999).

Situações desse tipo aconteciam porque na forma tradicional de ensino nos países socialistas, existia sempre um determinado conjunto de acontecimentos e personagens, que todos os alunos de História tinham de aprender. Assim um conjunto de temas obrigatórios funcionava como um código que indicava que o passado, num certo sentido, ditava o modo de lembrar um dado contexto cultural. Não só os conteúdos, mas também a avaliação geralmente eram fixos e imutáveis. Quando algum dos elementos falhava era muito difícil restabelecer o “funcionamento” do processo de fornecimento de um novo código.

Partindo da existência de uma certa correspondência entre a realidade, a ciência histórica e o livro didático, e tendo como referência a história da URSS, podem observar-se várias tendências importantes. Uma delas pode-se até considerar como intuitiva e corresponde a uma estreita relação entre a história e a ideologia, bem como o uso da história, pelo Partido Comunista, como justificação para a sua própria dominação política e ideológica. A consequência de tal situação foi a frequente alteração da interpretação do passado para o adequar à situação política vigente⁵⁶.

Essas variações na interpretação do passado começaram a ser realizadas logo após a Revolução de Outubro, o que permite distinguir, a partir desse momento, os seguintes períodos, que produziram alterações na evolução dos manuais escolares e que estão relacionados com factos que marcaram a história da União Soviética. De alguma maneira, correspondem aos períodos da construção, da reprodução e manipulação, e da queda do poder e da ideologia comunista:

- *O primeiro Período* – desde os primeiros anos da Revolução de Outubro de 1917, em que o partido Bolchevique tomou o poder na Rússia e deu início a uma nova era da construção do socialismo, até os anos 30, nomeadamente 1934, por duas razões: a primeira, porque o estalinismo tinha-se assumido como política e prática oficiais e a segunda porque nesse mesmo ano tinha sido publicado o primeiro manual de História da URSS;
- *O segundo Período* – desde 1934 até 1953 (a morte de Estaline);

⁵⁶ É uma ingenuidade pensar-se que a vontade de rescrever a história nos manuais é prerrogativa dos regimes autoritários ou totalitários. Em 2010, o Conselho Educativo do Texas (EUA) decidiu reescrever a história do país. Assim, as respostas correctas no exame de história passaram a ser: “O imperialismo norte-americano nunca existiu; a recusa árabe do estado de Israel é responsável pelo conflito no Médio Oriente; a ONU é uma ameaça à soberania dos Estados Unidos” (Patrocínio, 2010).

- *O terceiro Período* – desde 1954 até 1964 (o período de Khrushchev e última tentativa de “construção de comunismo”)
- *O quarto Período* – desde 1964 até 1985 (o período de Brejnev e de estagnação)
- *O quinto Período* – desde 1985 até o momento presente (início de mudanças políticas que se revelaram irreversíveis - *Perestroika*).

Os livros escolares, como construções sociais, são “concebidos, projectados e criados por pessoas reais com interesses reais” (Apple, 1993, p. 46) e por isso, desde há muito tempo, desempenham um papel importante não só na organização e realização do processo de ensino-aprendizagem, como também na sobrevivência das diferentes políticas educativas e, por consequência, das ideologias que influenciam as decisões relativamente à educação e interferem nas mensagens transmitidas nas escolas.

De entre os diversos manuais escolares, os livros de história são conhecidos por glorificar a sua própria nação, os seus governantes e personalidades mas também por esconderem as suas fraquezas (Malhi, citado por Crawford, et al., 2007) e admitirem declarações que desrespeitam os outros, por tenderem a dar uma “narrativa mestra”⁵⁷ que explica o passado tentando esconder o facto de ter sido produzida pelo homem, ou seja, apagar a diferença existente entre o “passado” e a “história”, porque a história é um passado sempre selectivo e parcialmente reconstruído. A história, como dizia Lefebvre, é efectivamente, o resultado de uma escolha (Lefebvre, 1981). Nos livros escolares a narração histórica, através dos heróis, dos mitos, da escrita, da escolha dos factos e acontecimentos, liga o passado, o presente e futuro de uma forma metodologicamente (e ideologicamente) controlada. O modo como uma sociedade selecciona, distribui, transmite e avalia os conhecimentos escolares, que considera públicos, reflecte a distribuição do poder e os princípios do controlo social (Bernstein 1971). Uma vez que a metodologia, a escrita e as características dos personagens históricos têm sido utilizados por historiadores soviéticos de maneiras diferentes em momentos históricos diferentes, é necessário caracterizar cada um dos períodos sob a perspectiva da evolução dos manuais de história produzidos, dando especial atenção a estes aspectos.

⁵⁷ A expressão é de Schoener (s.d.).

Antes de começar a analisar o 1º período, será útil fazer aqui um recuo no tempo para perceber o percurso do manual escolar de história antes da chegada dos Bolcheviques ao poder.

A questão de escrever um livro de História da Rússia foi colocada pela primeira vez no início do século XVIII, mas só no início do século XIX foi aprovada a versão da autoria de Karamzin, que, apesar das múltiplas transformações e modificações parciais tinha sido dominante durante longos anos nos manuais escolares russos, na opinião de alguns historiadores, até ao colapso da União Soviética (Sokolov, 2008). O texto de Karamzin era um discurso de um conservador russo, um conjunto exaustivo de argumentos históricos na defesa da manutenção da inviolabilidade da autocracia (Taki, 2009).

A história do país, na versão de Karamzin, era concebida como a história da criação e do fortalecimento do Estado poderoso, estando o poder do Estado directamente relacionado com a natureza autoritária do poder⁵⁸. No final do século XVIII, este autor mostrava-se muito optimista com as reformas e as atitudes de Pedro o Grande, que eram consideradas justificadas, na medida que promoviam a possibilidade de a Rússia sair beneficiada da competição com o Ocidente, para além de motivar o nacionalismo russo. Depois da morte do grande czar, cuja personalidade encorajava este optimismo, a consciência da discrepância entre a realidade russa e o ideal tornou-se bastante evidente, mas Karamzin nunca desistiu da sua versão (Greenfeld, 1998).

As principais ideias que podem ser extraídas do esquema de Karamzin, segundo Sorokin, (2008) são:

- A Rússia é um estado poderoso desde os tempos mais remotos, que percorreu um caminho muito próprio, diferente do resto da Europa;
- A Rússia viveu sempre num estado de “fortaleza cercada”, perante um ambiente externo hostil;
- Nestas condições, a única forma de salvar a nação seria a concentração de todos os recursos económico-materiais, bem como os ligados ao poder dominante, nas

⁵⁸ É irónico que 200 anos depois haja lugar para a observação de Greenfeld: “ É [...] revelador que Karamzin se tornasse um dos mais populares escritores na Rússia de Gorbachov (Greenfeld, 1998, p. 516).

mãos de um centro de decisão único, capaz de administrá-los da melhor maneira;

- O indivíduo era secundário e podia e devia ser sacrificado em prol do todo – do Estado e da Nação;
- O Estado, o principal defensor da “fortaleza cercada”, tinha todo o direito de recorrer à violência em todas as situações: contra os “outros” para salvar os “nossos” e contra os dissidentes, a fim de preservar a unidade monolítica do “povo”.

2.2.1. I Período 1917- 1934

A década de 20 do século XX foi assinalada por uma grande actividade revolucionária realizada pelos bolcheviques em diferentes áreas de vida social. Esta actividade manifestou-se pelo aparecimento de numerosas teorias e práticas contendo, uma parte delas, na sua essência, apenas uma grande dose de propaganda, justificada pela necessidade de intensificar a luta ideológica contra os inimigos da revolução nas condições da instabilidade geral e de exercer a influência marxista-leninista sobre todas as esferas da vida social. Outras eram verdadeiras buscas de soluções de um novo caminho, desenvolvidas por grupos de pessoas inexperientes, mas movidas por uma imensa vontade e por grandes esperanças relativamente ao futuro dessa sociedade.

Uma das áreas que preocupou seriamente os comunistas, desde os primeiros momentos da tomada do poder, foi a do ensino e educação. A análise da literatura do tempo da pós-revolução, nomeadamente, trabalhos de Lenine (1981), Krupskaja (1986) e Lunatcharski (1988), permitem distinguir algumas das linhas principais em que se desenvolviam as perspectivas do novo governo no que dizia respeito ao ensino, à escola e aos manuais escolares de História, em particular, das quais se destacam as seguintes:

- A criação de uma nova escola, soviética, que substituiria todas as antigas formas do sistema educativo russo, bem como das outras repúblicas.
- A imposição da doutrina do marxismo-leninismo como a base filosófica de todos os programas de ensino e da produção de manuais escolares.
- A definição de uma nova filosofia para a educação – a educação do Homem da nova época.

Menos de um ano após a Revolução de Outubro foi implementada a primeira reforma do ensino, que proclamou como principal objectivo da educação e do ensino a

formação dos “construtores conscientes do comunismo”. A palavra “conscientes” não aparecia por acaso, mas pretendia indicar claramente a direcção em que os educadores iriam trabalhar a partir daí – tratava-se duma questão complexa de construção de uma nova personalidade de um Homem novo, numa época única.

A discussão começou com uma pergunta de difícil reposta: Qual é a política que pode conduzir à construção de um “Homem Novo”? É assumido explicitamente que esse novo Homem seria um comunista, na acepção marxista-leninista do termo. Mas o problema mais importante seria definir a estratégia para atingir esse objectivo. Qual seria o caminho para se chegar a este Homem soviético, qualquer que seja o conteúdo desta expressão? Nem Lenine, nem os seus apoiantes acreditavam que se pudesse esperar que o tempo se encarregasse naturalmente disso depois de terminado o período revolucionário. “Não podemos confiar-nos à vida e dizer que tudo o que muda e acontece seja justo”, dizia Lunatcharski, pelo contrário, “a própria razão de ser do Partido Comunista consiste em saber prever as tendências da evolução e em lutar contra tudo o que se afasta da via correcta para o comunismo” (Lunatcharski, 1988, p. 160). Acreditava-se que a partir de certo ponto, o planeamento se tornaria necessário e que o planeamento não era uma tarefa meramente técnica, mas sobretudo política. É dito claramente que a possibilidade das mudanças acontecerem pouco a pouco não existe, é ilusória. A solução estaria, consequentemente, numa política de planeamento educativo de grande amplitude, capaz de alterar as bases existentes das estruturas da educação, provocando uma ascensão da consciência política e de classe. Para que a unidade pudesse ser mantida na base desses princípios novos seria necessário antes de tudo, uma “sólida preparação ideológica” que servisse de base à população. Assim o “[...] objectivo da educação pode ser realizado por via de um ensino justo da História e das Ciências Sociais” (*Ibidem*).

Como testemunham as intervenções de Lenine, Lunatcharski e de Krupskaja, os bolcheviques tinham a consciência que esta nova página estava em branco e era preciso procurar e reconstruir processos identitários novos, quer ao nível dos métodos, quer ao nível dos conteúdos, refazer a história em torno de novos heróis, factos e acontecimentos do passado recente que, rapidamente, viriam a assumir um valor simbólico e tornar-se um lugar de encontro do interesse comum. Foi por isso que rapidamente se tornou importante que a questão de reescrita da história e dos novos

livros escolares representasse um posicionamento ideológico comunista e uma definição de uma nova atitude cultural. A partir destas posições foi efectuada a selecção do conteúdo do ensino da História: o conhecimento relacionado com a história da luta de classes, com a revolução, com os padrões históricos gerais, sempre a partir de um ponto de vista marxista, determinou uma nova filosofia da educação – a educação do Homem da nova época.

Durante os primeiros anos após a Revolução, foi muito utilizada a experiência educativa americana⁵⁹ e europeia⁶⁰. Entretanto, enquanto a atracção pela liberdade do ensino sem supervisão administrativa levava a procurar novos métodos de educação para uma escola nova, o lugar do manual de História foi tomado por um livro que colocava a ideologia e propaganda acima de outros critérios. Este livro intitulado “História russa num mais breve ensaio” foi obra de um marxista reconhecido⁶¹ no governo bolchevique, Mihkail Pokrovsky. A história da Rússia era vista sob a perspectiva dos principais conceitos marxistas: a sua luta de classes, a revolução e os seus líderes, o capital, no fundo os princípios do materialismo histórico e do materialismo dialéctico. O resultado final correspondia bem à frase que se atribuía a Pokrovsky: “A História é a política virada para o passado”.

Contudo, ao restringir a história russa à estrutura rígida do sistema marxista e ao denegrir o Império Russo, Pokrovsky acabou por eliminar todos os elementos básicos do sistema de Karamzin. Como observa Medlin (1960), num dos primeiros e mais

⁵⁹ O método que tinha muita popularidade na época foi criado pelo filósofo pragmatista americano John Dewey. A supervisão da prática da introdução da experiência americana foi realizada pelo Comissário do Povo para a Instrução, Lunatcharski e a Presidente do Conselho Académico do Estado, Krupskaja. Nadejda tendia a idealizar a escola americana desde os seus primeiros artigos publicados em 1913 e quando os bolcheviques chegaram ao poder fez tudo para publicar obras de Dewey, apesar de grandes carências financeiras. Só no período entre 1918 e 1924 as obras de Dewey foram reeditadas 14 vezes... e nunca mais depois da morte de Lenine (Ykovleva, 2006).

⁶⁰ Na revisão dos métodos pedagógicos, nos primeiros anos do poder soviético, a atenção também foi posta na “escola ilustrativa da acção”, que apareceu pela primeira vez no Ocidente. O criador da “Escola da acção” – um pedagogo alemão do final do século XIX, início do século XX, Wilhelm August Lay – conferiu especial importância à “acção humana”, à sua reacção motora. Ele acreditava que deveriam ser desenvolvidas mais as “expressões” ou “imagens” dos alunos, o que significava pintura, desenho, dramatização, modelagem. Na base desta abordagem foi desenvolvida a “Escola do trabalho” na URSS. No entanto, enquanto o lema da escola ocidental foi “a partir do conhecimento – à acção”, na “Escola do trabalho”, o lema parecia diferente – “a partir da acção – ao conhecimento”. Ou seja, trabalhos específicos levavam os estudantes a uma aquisição de conhecimentos e ao desenvolvimento de competências de aprendizagem (Kalutskaia, 2008).

⁶¹ O livro recebeu aprovação de Lenine e recomendação para tradução para outras línguas, que foi feita em 1933, em Nova Iorque, (Pokrovsky, 1933).

completos livros sobre política educativa da União Soviética, o grupo de Pokrovsky defendia que a experiência nacional Russa em nada difere das outras nações no que se refere às características básicas do desenvolvimento socioeconómico. Estas características básicas, comuns a todos os países, foram-se diferenciando, gradualmente, à medida que a sociedade foi moldando o seu percurso histórico, tal como aconteceu nos outros países. Pokrovsky insistia que a Rússia era governada com base na lei universal que governa todos os povos e não de modo singular/peculiar. Ia mais além, defendendo que a história nacional era uma mera fracção da história mundial, um episódio num quadro universal, e só podia ser correctamente compreendida/interpretada quando relacionada com a história e cultura de outras nações. Na sua interpretação da história da Rússia, afirmava Medlin, não houve ruptura brusca com o passado, mas, no que se referia à dialéctica marxista e o materialismo histórico, havia um factor importantíssimo de governação que se sobrepunha às forças históricas, nacionais e tradicionais da Rússia (Medlin, 1960).

Em 1920 foi feita uma tentativa de introduzir um programa experimental de História. No entanto, não foi aceite nem como uma disciplina nem na forma de um complexo que incluísse para além da história o direito, a economia política, a sociologia, informações sobre a história da luta de classes e o desenvolvimento da teoria do socialismo científico. Em 1921 foi introduzido o curso da Educação Cívica. Em 1923 foi abolido completamente o ensino por disciplinas, iniciando-se o trabalho por programas complexos que existiram até 1931. Até 1933, a História da URSS, não foi estudada como curso autónomo.

A formação da ideia do “Homem novo” durante este primeiro período evoluiu sob a perspectiva marxista-leninista e revolucionária. A identidade “soviética” tinha que substituir a identidade russa em todas as esferas da nova sociedade soviética. Nesta nova identidade, parece não terem sido mantidas algumas das características mais importantes para identidade russa, como foi o caso do patriotismo. De facto, no contexto de uma revolução mundial, o patriotismo era percebido pelos marxistas ligados à educação (nomeadamente pelo Lunatcharski e outros) como algo temporário, como um caso particular do internacionalismo, a sua forma nacional, que significava antes de tudo amor à sua terra natal, à sua língua, adesão aos costumes e tradições do seu povo, mas sem qualquer conteúdo político. Assim, a ideia de educar, formar um Homem novo

– participante do movimento revolucionário mundial – levou a Lunatcharski à conclusão de que a tarefa de incutir o patriotismo entre a geração jovem não devia ser considerada como autónoma. Ele caracterizava o amor à pátria como “predilecção irracional” contra a qual talvez não fosse preciso lutar, mas também não fosse necessário desenvolver um esforço educativo propositado. O ensino do patriotismo levaria a um estreitamento do mundo dos sentimentos e das aspirações ideológicas, que por sua vez, limitaria a sua capacidade para o pleno desenvolvimento do Homem (Lunatcharski, 1988).

Não é fácil fazer uma leitura deste período. Podem-se interpretar os acontecimentos aí registados, por um lado como o início do processo da legitimação da ideologia triunfante, pelo menos durante as décadas seguintes, da regulação dos comportamentos padronizados através das regras e da lei; por outro, como a demonstração do carácter utópico e irrealizável de um sonho – o comunismo –, mas sem os seus efeitos perversos e múltiplos falhanços.

A transição para o socialismo significou uma ruptura radical com o passado em todas as esferas da vida, uma profunda crise da consciência histórica. Este novo sistema traduzia-se em formas diferentes: para uns, o colapso de todo o estilo de vida; para outros, a oportunidade de se livrarem de um passado grave e doloroso. A crise da consciência histórica manifestava-se na negação de uma parte importante do passado nacional, considerado como páginas desnecessárias. No campo do ensino da História isto reflectiu-se na recusa sistemática do seu estudo, na sua fragmentação. Naturalmente, essa atitude para com o passado da Rússia não era sustentável a longo prazo e não podia servir como fundamento para a construção de uma nova sociedade, embora a situação tenha sido prolongada até 1934.

2.2.2. II Período 1934 - 1953

Em 1934 foi possível restabelecer o ensino da História como disciplina autónoma, deu-se início à elaboração dos conteúdos desses manuais que deveriam obedecer aos objectivos político-ideológicos da educação das gerações jovens e proporcionar o retorno ao esquema de ensino da História definido e defendido por Karamzin.

Esta preocupação do Estado com a História⁶² e com o seu ensino tinha inevitavelmente uma justificação: a situação geral do país tinha mudado significativamente, depois dos anos 20. Fora da URSS, pesavam sobretudo dois factores – um deles residia no facto de ter sido perdida a esperança numa revolução mundial, pelo menos no curto prazo, e outro ligava-se à ameaça da deflagração de uma guerra, que estava bem presente depois de Hitler ter tomado o poder na Alemanha. No respeitante aos factores internos relevantes, é de realçar, em primeiro lugar, a perigosa e crescente influência do culto da personalidade de Estaline que, entretanto, avançava com a teoria da “construção do socialismo num único país” e em segundo lugar a afirmação crescente da componente patriótica da ideologia oficial⁶³. Estas alterações na perspetivação do futuro da URSS, resultantes sobretudo da situação política internacional, levaram Estaline a tornar-se um defensor da ideia de um Estado forte. A visão da História apresentada no manual de Pokrovsky era agora, de todo, inaceitável para o poder instituído. Era necessário um novo enfoque do trabalho histórico que realçasse a grande herança, poder e tradição da Rússia e da civilização russa, os seus grandes líderes e heróis nacionais como Pedro o Grande, Catarina a Grande e outros que contribuíram para a construção do Império Russo.

Em 1934, foi organizado um concurso para novos manuais escolares que sublinhava a necessidade de encontrar no manual de História da URSS a demonstração da criação do núcleo do Estado nacional russo, o papel positivo dos heróis nacionais na luta contra os invasores estrangeiros pela libertação e pela criação de um estado forte, da importância progressiva do papel do poder estatal centralizado e da adesão voluntária da Geórgia, da Ucrânia e outros países à Rússia para formar a URSS. O próprio Estaline acrescentou alguns detalhes, tal como a interpretação da tirania do Ivan “O Terrível”, à qual foi atribuída uma importância progressiva como medida necessária em prol de fortalecimento do poder centralizado e, consequentemente de um estado-nação forte. As exigências formuladas vagamente no que dizia respeito à ruptura/continuidade com o passado não permitiram a nenhum dos concorrentes ganhar o 1º prémio:

⁶² Em 1930, na URSS foi criado o Instituto Histórico-Arquivo, facto que também testemunha a importância de que os bolcheviques davam ao seu poder sobre a história (Kamensky, 2000).

⁶³ Todos estes factos levaram a partir de 1935-36 a aumentar o número de horas semanais do ensino da História de 14 a 21 (Suny, 2003).

Os historiadores deviam apresentar a história do povo russo e do estado pré-revolucionário de uma forma positiva mas não demasiado positiva, para que não ensombrasse a importância da conquista do período soviético (Tikhonov, s.d., p. 3).

A Revolução de Outubro e a Guerra Civil foram reescritas: os nomes da maioria dos revolucionários foram votados ao esquecimento, enquanto eram introduzidos relatos de acontecimentos que não constavam na verdade dos factos históricos⁶⁴.

Como resultado deste trabalho foi publicado, em 1937, o primeiro manual “Breve curso da Historia da URSS” que foi recomendado como livro oficial, tendo permanecido assim até 1956. No entanto o esquema sob o qual tinha sido concebido sofreu algumas alterações em função dos acontecimentos da II Guerra Mundial, principalmente nos tempos mais sombrios entre Junho de 1941 e Julho de 1942, marcados pelas derrotas infligidas ao “Exército Vermelho”. Apesar da importância atribuída às ideias e aos valores do marxismo-leninismo na sociedade em geral e no sistema de instrução em particular, neste período, a relevância foi atribuída à educação patriótico-militar, tornando-se a História⁶⁵ uma das grandes apostas da propaganda soviética⁶⁶. A máquina de propaganda do Estado contribuiu de forma eficaz para que o desenvolvimento da identidade soviética se alicerçasse numa combinação do nacionalismo e patriotismo russos: a Guerra Mundial começou a ser conhecida como “A Grande Guerra Patriótica”, para salvar não tanto o sistema comunista como “a Mãe Rússia, a nossa Pátria Histórica”. A “Internacional”, como hino da URSS foi substituído pelo hino nacional, as próprias palavras “União Soviética” e “comunismo” apareciam com menos frequência e eram substituídas por um vocabulário menos político e mais patriótico (Overy, 1999). Estaline, no seu primeiro discurso radiofónico nas primeiras semanas da Guerra, trocou a referência habitual aos “camaradas comunistas” pela referência aos “irmãos e irmãs”, quando se dirigiu ao povo da URSS (Gevurkova & Koloskov, citados por Zajda, s.d.).

⁶⁴ Não é por acaso se dizia: “Nada é mais imprevisível do que o passado da Rússia”.

⁶⁵ O regime utilizou também outras estratégias e técnicas de propaganda com muito sucesso, tais como, a literatura (Simonov, Sholokhov), a música (Prokofiev, Shostakovich), o cinema (Eisenstein) que sinalizaram uma mudança no pensamento na URSS do comunismo internacional para a consciência nacional, para os valores tradicionais e para o patriotismo russo (Billington, 1970).

⁶⁶ A propaganda e manuais escolares nos regimes totalitários andam juntos. Por exemplo, num dispositivo da propaganda primitiva, os revolucionários e as batalhas da guerra substituíram as habituais maçãs e as bananas nas contas de aritmética no manual escolar em Cuba em 1962 (Miller, 2003a).

As mudanças ocorridas nos livros escolares durante este segundo período foram registadas principalmente no sentido de acrescentar nos manuais conteúdos com o objectivo de reforçar a educação patriótico-militar dos alunos. Era atribuído um maior relevo às questões da tradição lutadora dos povos da URSS, às suas lutas contra os invasores, às histórias sobre as guerras de libertação, à comunidade dos destinos dos povos da URSS, da amizade e cooperação entre eles, às façanhas dos grandes heróis que marcaram a história, a sua vida e morte pela pátria e/ou pela ideia, da sua sobre-humana resistência ao inimigo⁶⁷.

2.2.3. III Período 1953- 1964

O principal acontecimento que marcou o início deste período foi, sem dúvida, o XX Congresso do Partido Comunista, em 1956. Ao mesmo tempo, a morte de Estaline, o desmascaramento do culto da sua personalidade e uma certa libertação do pensamento social deram, também, um impulso para o desenvolvimento do ensino em geral e do ensino da História em particular.

Entretanto, logo no ano de 1959, o XXI Congresso Extraordinário do Partido Comunista concluiu de forma exagerada, como se veio a provar mais tarde, que estava próxima a vitória completa e final do socialismo na URSS. Na sequência desta conclusão o XXII Congresso do PCUS aprovou o Programa de Construção do Comunismo para cuja realização se propunham 20 anos (XXII congresso, 1961). A ideia principal foi bem expressa na promessa que o partido fez: “ A geração actual do Povo Soviético vai viver sob o comunismo” (*Idem*, parte 2.1).

A construção da sociedade comunista significava a criação de uma sólida base técnica e material, a formação de relações sociais comunistas e a educação de um novo tipo de Homem. Segundo o próprio líder, Nikita Khrushchev, o maior desafio, ao qual tinham sido subordinados todos os outros, era criar uma nova pessoa. A questão então colocada era: "O que é importante numa sociedade comunista? A resposta: O Homem. Por isso, todos os esforços físicos e mentais e recursos materiais deveriam ser

⁶⁷ Estes exemplos dos guerreiros vitoriosos e corajosos, na luta pelo orgulho e a honra nacionais, podem ser encontrados nos livros de História em todos os Estados-nação em desenvolvimento. Os detalhes e exemplos podem variar, mas o padrão é sempre o mesmo: fortalecer a unidade nacional, muitas vezes em detrimento de outros aspectos. À medida que a nação se vai desenvolvendo na sua totalidade, e é atingido um nível elevado de confiança e auto-estima nacional, o processo inicial de construção da nação chega ao fim, que se traduz no facto de os livros escolares usarem outras técnicas. Por exemplo, na Noruega, os heróis da guerra são muito pouco utilizados nos livros escolares e emergiu uma forma crítica de expor o desenvolvimento dos países ocidentais em relação aos outros países do mundo (Lorentzen, 2007).

direccionados para melhor satisfazer as necessidades do homem e de toda a sociedade comunista como um todo.” (Khrushchev, citado por Fokin, 2008, p. 2). Afinal de contas, sobre os ombros do “Homem Soviético”, colocou-se a tarefa de se criar a base material e técnica do comunismo e as relações sociais comunistas. O domínio da energia nuclear e o primeiro sucesso na exploração espacial, nomeadamente, deram ânimo ao programa da Construção do Comunismo e alimentavam a ilusão da sua realização rápida. A propaganda Soviética usava a conquista espacial como um símbolo do mais ambicioso projecto da Construção do Comunismo e o próprio cosmonauta como ideal comunista e o modelo do Novo Homem soviético (Gerovitch, 2007).

Assim, os anos 60 marcam um período decisivo no desenvolvimento da ideia da “construção” do “Homem Soviético” e das tentativas da sua concretização. Primeiro, porque a sua concepção se transforma em projecto nacional, segundo, porque a sua implementação exige a alteração radical das estratégias organizacionais e práticas políticas, que decorrem de uma análise da situação política, económica, social e educacional dos últimos anos de estalinismo.

Os anos entre 1945 e 1953 foram política e economicamente muito difíceis para a URSS, mas, ao mesmo tempo, foram os anos gloriosos de “grande vitória na II Guerra Mundial” e, conseqüentemente, os anos da manifestação de um elevado entusiasmo e orgulho nacional. De facto, durante a Guerra o sistema soviético gerou e fortaleceu uma profunda lealdade política; o governo de Estaline e o partido comunista desenvolveram uma técnica que, usando todos os meios – visual, gráfico, artístico – apelava ao esforço nacional e recorria aos sentimentos patrióticos e hábitos emocionais do povo, produzindo reacções massivas ao terror e à tirania do inimigo. O Homem Novo comunista, que desde a Revolução de Outubro fora sempre percebido com um herói, fortaleceu esta sua imagem nos anos da Grande Guerra.

Naturalmente, após o fim da guerra tornou-se impossível aplicar uma técnica similar nas condições da paz e na ausência dum inimigo evidente – apesar de este, no contexto da Guerra Fria, passar a ser rapidamente substituído por outro –, e esperar o mesmo retorno emocional; já não era possível apelar aos sacrifícios pela pátria apostando somente na memória da Guerra Patriótica. Por outro lado, o novo inimigo, o imperialismo americano, era diferente, o seu campo de batalha era ideológico, os métodos eram mais sofisticados e as forças da propaganda eram desiguais. Para se

proteger, o sistema soviético exigia mais do que uma generalizada lealdade para com o Estado – o Programa do Comunismo precisava e exigia uma forte visão marxista-leninista e uma participação entusiástica na construção do comunismo. Por isso, a vertente central do Homem Soviético a ser “explorada”, nesta altura, só podia ser o seu lado moral, que se esperava conseguir com o apoio do “Código Moral do construtor do comunismo”, no fundo o conteúdo principal do Programa de Construção de Comunismo.

O “Código Moral do construtor do comunismo” é um conjunto de 12 princípios morais que se apresentam como bastante ambíguos. A própria noção de moralidade comunista opõe-se à moralidade não-comunista, que devia ser abandonada, para dar lugar a uma moral nova e progressiva. A moral comunista durante a construção do comunismo teria vindo a enriquecer-se com novos princípios e novos conteúdos. O Código, como era de esperar, abrangia todas as áreas, da lealdade ao comunismo, do amor à pátria socialista e aos países socialistas até à solidariedade fraterna com os trabalhadores de todos os países, de todas as nações, passando pelo lema “um por todos, todos por um”.

Dentro da mesma perspectiva o governo e o partido apostaram também na forte formação política ministrada nas escolas para promover estas virtudes entre os jovens usando novas estratégias metodológicas e práticas pedagógicas⁶⁸ Não se tratava de algo radicalmente novo, mas as circunstâncias políticas e económicas assumiram, no seu conjunto, outras perspectivas. A questão da educação das gerações que estavam a crescer precisava de uma revalorização urgente das tradições e memórias numa perspectiva “revolucionária”, um conjunto de referências ideológicas susceptíveis de identificar o país e principalmente os seus cidadãos jovens numa continuidade com o recente passado nacional. Por outro lado, a tensa situação económica interna e as dificuldades externas (nomeadamente, a Guerra Fria), forneciam o pretexto para relembrar os princípios do marxismo-leninismo, as glórias do passado comunista e reafirmar a tradição revolucionária e militar do Homem Soviético, dando à URSS uma imagem diferente e ao mesmo tempo um fundamento para a construção de uma moral mais elevada aplicada à vida quotidiana: trabalho, estudos, descobertas científicas.

⁶⁸ Segundo Noah (1965), talvez nenhuma sociedade, em nenhum lugar, tenha depositado mais confiança na educação para resolver os seus problemas políticos, económicos e morais, do que a União Soviética.

Na instrução, a atenção foi dada não tanto à construção metódica dos livros escolares, mas principalmente à sua função e papel no processo do ensino e da aprendizagem. A história na escola deveria passar pelo retorno do “Homem”, não como herói inacessível do passado, exemplo a ser seguido e imitado, mas sim, como pessoa do presente, portador de certos ideais e valores, como parte integrante da sociedade em desenvolvimento.

Esperava-se que a História como disciplina escolar se tornasse, deste modo, menos esquemática e mais concreta e real. Por exemplo, depois de Abril de 1961 “[...] quem melhor do que Gagarin, para incorporar esta nova construção ideológica?” (Gerovitch, 2007, p. 135). A máquina de propaganda soviética rapidamente gerou um cliché:

O cosmonauta soviético não é apenas um vencedor do espaço exterior, não é apenas um herói da ciência e da tecnologia, mas em primeiro lugar ele é real, vivo, de carne e osso, um novo homem, que demonstra pela acção todas as qualidades do carácter inestimável Soviético, que o Partido de Lenine tinha cultivado por décadas (Idem, p. 136).

2.2.4. IV Período 1964 - 1985

Entretanto, com a mudança de liderança política em 1964, foram reconhecidos e criticados os excessos na política de Khrushchev e durante um longo período de 20 anos, assistiu-se ao desenvolvimento de uma política moderada do Estado, que mais tarde viria a ser designada de “estagnação”, com um clima de uma profunda apatia política (Noah, 1965). Deixava progressivamente de haver lugar para o heroísmo nacional e para o espírito vitorioso; começou a assistir-se, ao que se pode chamar, uma emancipação da ilusão romântica da “construção do comunismo”: a população retornou à sua posição “desideológica” (Buriak, 2002). O povo já não se alimentava das promessas de bem-estar e conforto futuro nem dos discursos sobre o destino nacional, mas queria que a sociedade fosse tal como ela tentava parecer aos olhos de outros (Suny, 1993).

As dificuldades na esfera económica e as acusações, que não tardaram a surgir, dirigidas aos autores do Programa de Construção do Comunismo (XXII congresso, 1961), que dera origem ao Código Moral, orientaram o pensamento teórico para a procura de uma justificação para as falhas neste programa que levou à formulação de uma nova concepção teórica – o “socialismo desenvolvido”. Este conceito de “sociedade socialista desenvolvida” foi concebido para despertar a consciência e

reanimar o entusiasmo de outrora da população, não deixar perder a esperança no desenvolvimento da sociedade sem, no entanto, precisar de alterar significativamente nada nesta última.

A partir de 1966 e até 1989, na língua oficial do regime foi sempre empregue o termo de “Povo Soviético”, que correspondia a um conceito da época do "socialismo desenvolvido" e caracterizava uma nova e específica comunidade histórica com as suas próprias características. Os críticos deste conceito viam nele uma intenção do Estado Soviético de eliminar, pela assimilação, a diversidade étnica da sociedade, substituindo os “povos” nacionais por um “Homem Soviético”⁶⁹ “*anacional*”. Outros, porém, apelavam à prática real do Estado que, de acordo com critérios adoptados pela etnografia, mostram que, a URSS não praticava a assimilação. Assim, os quatro censos nacionais realizados no período de 1959 até 1989 evidenciaram um pequeno, mas constante declínio na proporção de população russa na URSS (de 54,6 para 50,8%). Entretanto, o número dos pequenos povos, mesmo tão pequenos que, pelos padrões ocidentais, teoricamente, não poderiam sobreviver como nações independentes, não se dissolveram com a assimilação e cresceram de forma regular. Uma outra posição defendia que a ideia e o conceito de “Povo soviético” tinham sido criticados por aqueles que consideravam a URSS, os povos e grupos étnicos que dela faziam parte, um conglomerado que não estava vinculado numa única unidade e que continha um certo número de características específicas (Merridale, 2003).

À medida que as dificuldades de todo o tipo – económicas, políticas, morais, etc. – aumentavam, o governo e o partido procuravam uma maneira de sair do impasse na forma de fortalecer o trabalho da propaganda política⁷⁰. Uma grande ênfase foi colocada sobre a necessidade de formar um novo cidadão soviético. O XXVI Congresso do PCUS, em 1976, formula, mais uma vez, um programa de “educação comunista” em que o papel principal era atribuído à escola, a sua capacidade de inculcar a visão marxista-leninista, a certeza inabalável na vitória do comunismo, o patriotismo soviético e o internacionalismo, e uma atitude activa de vida. Neste contexto foram

⁶⁹ Termo usado pela primeira vez por A. Zinoviev, filósofo, escritor e dissidente soviético, como referência à ideia marxista que o meio social determina a natureza humana e ao novo tipo de pessoa que emerge no Estado Soviético, baseado no princípio da igualdade, funcionando como espécie de “engenheiro de almas humanas” (Zinoviev, 1980)

⁷⁰ Uma das formas foi a realização regular nas empresas dos dias políticos, de perguntas e respostas de cariz ideológico (*Idem*).

renovados os planos escolares, os programas e os livros didácticos (Konstantinov, 1982).

Adiante, o Capítulo IV do presente trabalho será dedicado exclusivamente à análise dos manuais escolares de História da URSS editados neste período.

2.2.5. V Período 1985 até ao presente

Nos momentos em que se regista a queda de um regime político, ou quando se assiste à transição de um regime para outro, a História torna-se, subitamente, muito relevante e importante. Em alguns casos, estas mudanças radicais facilitam o acesso à informação escondida durante décadas pelos regimes anteriores, noutros casos trazem a julgamento público as principais figuras do regime que acaba de ser derrubado, mesmo antes de as novas instituições judiciais serem constituídas. São do conhecimento geral inúmeras situações como estas, registadas na segunda metade do século XX (Evans, 2003).

Uma parte da energia reformadora da *Perestroika* (1985-1991) atribuída a Gorbachev, pelo menos na sua fase inicial, provinha, pode-se afirmar, de uma tão esperada oportunidade de tornar públicos os crimes do regime comunista, de conhecer as páginas da História até esse momento deixadas em branco, elevando a questão do conhecimento histórico a um dos problemas de relevância pública fundamental. Publicadas as obras reveladoras do até então desconhecido ou omitido, assistiu-se a um processo em que todas as bases construtivas de apoio ao esquema de Karamzin foram postas em causa. O debate público que se desenvolveu livremente sobre estas questões resultou num consenso social informal, cujas disposições, que abaixo se apresentam, entraram em contradição directa com os princípios decorrentes do esquema de Karamzin no que dizia respeito aos postulados da construção da história do país, a saber:

- O Estado não é o principal sujeito da história, mas antes um produto da criatividade humana que visa objectivos diferentes em cada época;
- A Rússia - não é uma “fortaleza cercada”, mas sim uma nação que deve construir parcerias com outras;
- Qualquer caminho “especial”, diferente do democrático, é um caminho para o autoritarismo;

- A maneira mais eficaz de dispor dos recursos nacionais assenta na propriedade privada, com a iniciativa individual que esta estimula;
- Os direitos humanos são inerentes à vida humana e por isso o recurso à violência como forma de governar é inaceitável;
- A vitória soviética na Segunda Guerra Mundial não pode servir como prova da eficácia do sistema, pois a vitória foi conseguida à custa de perdas humanas e materiais excessivas e do sacrifício do povo, de certa forma independentemente do sistema (Sokolov, 2008).

Em 1988 o ensino de História nas escolas da URSS na base dos manuais tradicionais acabou por tornar-se, deste modo, insustentável, mesmo antes da queda do poder comunista. Foi assim, lançada na imprensa uma campanha pela busca da verdade histórica e como era esperado, de toda a história de mil anos da existência da Rússia, o período mais criticado foi o soviético.

Nos anos 90 começaram a ser publicados os primeiros manuais de História da Rússia pós-comunista e os novos livros de história em países “recém-independentes” depois de desmoronamento da União Soviética⁷¹. O curso da história nacional desde sempre era visto nos livros escolares como um dos principais fundamentos da educação patriótica, moral e ideológica e da construção da identidade dos jovens. No entanto, o conteúdo semântico desses conceitos foi objecto de mudança. Passado o tempo da “moral comunista” e do “patriotismo internacional” como objectivos educacionais, permaneceram importantes questões a que uma análise dos livros escolares deveria dar resposta:

- quais os valores explícitos e implícitos no discurso e narrativa dos manuais da história moderna?
- de que tradição de história nacional se encontram mais perto?
- quais são as principais características da “imagem da Rússia”, que devem formar a base da identidade nacional dos alunos das actuais gerações?

⁷¹ Entre estes países, a Ucrânia, a Bielorrússia e Moldávia merecem a nossa atenção pelo facto de serem territorialmente lugares de origem dos indivíduos da amostra deste trabalho.

- até que ponto os modernos livros escolares de história nacional diferem dos dos países que saíram da União Soviética, tendo em conta os mesmos critérios de análise?

Os estudos realizados sobre as mudanças ideológicas no conteúdo dos livros didácticos de história do ensino secundário na Rússia após o colapso da União Soviética (Lisovskaya e Karpov, citados por Crawford, 2000) mostram que estes passaram a incluir temas que haviam sido proibidos, como o estalinismo, o sucesso económico dos países capitalistas, a perseguição política praticada na URSS. Mais tarde, nos manuais escolares aparecem materiais sobre outras “páginas em branco” da história, começando pelos tempos da Revolução de Outubro, como por exemplo episódios sombrios do “Terror Vermelho” (Danilov, Kozulina, citados por Zajda, 2007) desde a execução da família real Romanov, até muitos outros actos desencadeados pelos líderes comunistas com o intuito de esmagar a oposição e consolidar a base para a construção de um Estado Novo. No entanto, o pouco espaço atribuído pelos seus autores ao tema é interpretado como demonstrando falta de interesse em mergulhar fundo no passado sangrento do país (Zajda, 2007).

Outros investigadores assinalaram que não só os manuais escolares dão pouca atenção aos temas mais chocantes da história da União Soviética, tais como a repressão e as deportações de grupos étnicos ou o Pacto Molotov-Ribbentrop, como os próprios russos revelam pouco interesse, por exemplo, em saber das práticas levadas a cabo pelo “Exército Vermelho” nos territórios ocupados, ou sobre atitudes de completa indiferença pela vida humana que comandantes militares soviéticos demonstraram durante a II Guerra Mundial (Kaplan, 1999; Wertsch, 2008).

Contudo, rapidamente se formaram duas linhas principais de reinterpretação da história soviética, que implicam um reposicionamento ideológico e relegitimação da tradição cultural: uma tendia a retratar o regime comunista como uma tragédia que jamais se devia repetir, e outra permanecia nostálgica do passado, da era de ouro da antiga União Soviética como superpotência repleta da estabilidade económica, segurança social e “pureza dos objectivos morais” do antigo regime comunista.

Em 1990 a selecção e o financiamento da publicação de livros didácticos foram descentralizados ao nível das regiões, e o processo de publicação saiu do sistema de controlo ministerial e começou a desenvolver-se segundo as leis do mercado (Maier,

2000). Isto conduziu a uma situação que chamou atenção do governo russo, que manifestou preocupação com o facto de que “na década de 90 nos manuais tinham aparecido uma série de descrições negativas do passado” e apelou a um ensino da História, que incentivasse o “patriotismo, a cidadania, a consciência nacional e o optimismo histórico” (Kiselev, citado por Levintova, Baterfield, 2009).

Esta preocupação reflectiu-se nos manuais de História, onde eram apresentados aos alunos novos modelos de uma nova identidade de uma nova Rússia. Em 1994 é publicado o Manual de História para o 10º ano (Dolutzkii, 1994), que mantém a tradição marxista-leninista tanto na abordagem como na narrativa, cheia de citações dos clássicos, com a imagem da Rússia salva pela Revolução de Outubro. O discurso sobre período pós-revolucionário, ainda assim, incluía bastantes elementos ilustrativos da desumanidade do regime comunista. Os “erros de Lenine”, que apesar de tudo não deixava de ser considerado um bom líder, e o “culto da personalidade de Estaline” eram apresentados como os grandes responsáveis.

Outros modelos escolhidos para a identidade da Rússia, a julgar pela forma como foram apresentados nos manuais, apelavam ao renascimento da civilização russa, cuja condição era o retorno à sua cultura nacional e ao desenvolvimento dos seus valores morais e espirituais, ou seja, estabelecendo uma continuidade com a história pré-soviética (Sokolov, 2006).

Esta tendência tem no mínimo duas explicações: Por um lado, a história de um país não tolera “vazios morais” e procura preenchê-los sempre (Morin, 1984), ao mesmo tempo que, como afirma Zajda (s.d.), os líderes das nações voltam ao passado, aos seus heróis, símbolos e valores num esforço para redefinir a identidade nacional, raramente produzindo novos mitos. Por outro lado, a instabilidade económica e política e má imagem da União Soviética mais uma vez funcionam como pretexto para relembrar as glórias e figuras importantes do passado da Rússia. Assim, os primeiros manuais da época pós-soviética dedicaram muito espaço sobretudo ao czar Pedro o Grande e às suas reformas económicas e sociais (*Idem*). Embora os alunos aprendessem que o poder se tornou absoluto durante o reinado de Pedro o Grande, eles também ficaram a saber da sua grande contribuição para a modernização administrativa e para o fortalecimento da Rússia como uma potência europeia militar e principalmente naval. A construção grandiosa de São Petersburgo, tal como está descrita no livro, não faz

qualquer referência à vida de dezenas de milhares de servos que ele não poupou⁷². Mas não foi esquecido o conhecido símbolo da águia bicéfala, que foi ressuscitado após a queda da foice e do martelo em 1991 (Zajda, s. d.).

De facto, a aposta em Pedro o Grande como o herói histórico tinha vindo a aumentar, quase se transformando num culto. Assim, o livro de História adoptado em 1995 para o 10º ano já considerava as reformas do czar de uma tal importância que os alunos aprendiam a marcar uma divisão na história cultural da Rússia, tendo como ponto de referência o seu reinado, em dois períodos: pré e pós-Pedro (*Idem*).

Os confrontos ideológicos que tiveram lugar na Rússia, sobretudo a partir do 1994, centraram-se também em torno de problemáticas históricas. O que se compreende, considerando o peso que o poder já assumia e que para se afirmar, enquanto projecto político e social, tinha necessidade de romper com o passado recente (União Soviética e Partido Comunista) e ao mesmo tempo de se rever e legitimar na construção da realidade ligada ao passado distante (Rússia pré-soviética), valorizando as figuras dessa época, conforme os pressupostos ideológicos adoptados nos tempos actuais. Era preciso recriar as tradições do passado, cuja memória passaria a ser estudada e respeitada posteriormente com o apoio do ensino. Os livros de História, como instrumentos importantes no processo de transformação ideológica da Rússia e da construção da nação, passaram a ser acompanhados de perto pelo Estado⁷³. Este “acompanhamento” fez com que a standardização do sistema de educação se tornasse num dos quatro projectos nacionais. O processo centralizado da selecção e da preparação da nova lista oficial dos manuais recomendados pelo governo foi completado ainda durante a primeira presidência de Putin (Eklof, Shonia, 2006).

⁷² Zajda, no artigo citado, compara o uso do trabalho de prisioneiros políticos em grandes projectos da década de 30 de Estaline, quando foram mortas dezenas de milhares de pessoas, com o uso do trabalho forçado praticado na construção de São Petersburgo no tempo de Pedro o Grande. A Academia das Ciências da Rússia não partilha esta opinião. Na sua versão, a escassez das fontes da informação e a fragmentação dos materiais dos arquivos existentes, não permitem chegar a um número credível das vítimas da construção da cidade de São Petersburgo (Andreeva, 2009).

⁷³ Surpreendentemente, que, por exemplo, no Japão, a autoridade final para decidir o conteúdo dos manuais escolares do secundário é o Ministério da Educação (Crawford, Foster e Nicholls, citados por Lin, Hoge, Ogawa, 2009). Além disso, tem havido tentativas de grupos de políticos para remover, censurar ou promover uma visão particular da identidade nacional japonesa. Livros japoneses parecem fornecer declarações autoritárias da política nacional e ideologia (Ogawa e Field, citados por Lin, Hoge, Ogawa, 2009).

Desde então, tem-se assistido a uma mudança “ideologicamente orientada e imagens de transformação” e “uso do texto escolar de História no processo de construção da nação russa” (Zajda, 2007, p. 7). Os manuais de História começaram de novo a voltar aos símbolos tradicionais da construção da nação, do patriotismo e do nacionalismo. Lisovskaya e Karpov (citados por Crawford, 2000) também sublinharam que nos últimos anos o conteúdo dos livros escolares da Rússia mudou, verificando-se uma transferência do apoio às ideias-chave do marxismo-leninismo para o apoio a uma combinação de nacionalismo, ocidentalização e reinterpretação do comunismo.

Em 2007, foi apresentado ao público o *Manual de História I*, seguido em 2009 do *Manual de História II*, da autoria de Filippov (Filippov, 2007, 2009a), que levantou muita discussão entre os historiadores e professores de História, mas que foi aprovado pelo governo da Rússia. Este manual rejeitou completamente o consenso de ajustamento entre os período pré-soviético, soviético e pós-soviético e propôs um novo modelo do passado, que o autor defendeu, numa entrevista a um correspondente do *The Times*:

É errado escrever livros didáticos que encham as crianças que frequentam as escolas de sentimentos de horror e de repulsa para com o seu próprio passado e o seu povo. A atitude global positiva do ensino de História deverá inspirar optimismo e confiança nos jovens e permitirá que eles se sintam envolvidos no futuro promissor do país. (*The Times*, UK, 1/12/2009).

Norteados por estes princípios, o autor avisa que pretende concentrar a atenção dos alunos na explicação dos motivos e da lógica das acções do governo. A História, tal como é apresentada, é, antes de mais, uma história compreensiva do poder. Restava apenas definir o objectivo e os meios do Estado. E embora a palavra “justificação” não apareça, no fundo esta é uma história da justificação. Porque é difícil imaginar que qualquer governo não tenha motivos para explicar e justificar a sua política, principalmente quando esta última tenha operado fora de uma lógica racional durante anos (Bershtein, 2008).

A tese fundamental do livro, aquela que provocou maior choque e discussão entre historiadores e professores de história: a tentativa de minimizar a dimensão das repressões durante estalinismo e interpretação específica da personalidade do próprio Estaline, cuja “gestão efectiva” permitiu uma industrialização rápida da União Soviética. Todas as outras teses do manual podem ser resumidas num conjunto que caracteriza a concepção desse livro didático, cujos principais elementos são:

- o Estado (e o seu poder) é de novo o principal sujeito da história;

- a Rússia é de novo apresentada como a “fortaleza cercada” no círculo dos inimigos, entre os quais o principal eram os Estados Unidos da América;
- como consequência disso, vem a inevitável necessidade do “modelo de gestão russa”, conjugado com a mobilização “periódica” da população e a concentração dos recursos nas mãos de um Estado autoritário;
- a vitória na Segunda Guerra Mundial da União Soviética aparece como a vitória do sistema estatal forte, e pessoalmente de Estaline.

Os países do Leste europeu encontram-se presentemente, na sua generalidade, a recuperar dos acontecimentos históricos resultantes do colapso do sistema socialista, regime no qual até então acreditavam e viviam, a saber: o desmoronamento da URSS, o reaparecimento de novos estados, a sua abertura e inserção no mundo exterior, a desilusão perante uma crise real inesperada em vez de um avanço económico capitalista esperado e desejado. De entre a rede dos novos problemas teóricos e práticos que se levantaram em consequência dos factos históricos descritos, a questão da construção (ou reconstrução em alguns países) das novas identidades colectivas é das que se apresentam mais complicadas e controversas.

Qual o percurso e evolução dos manuais de história destes países perante tais problemas? Diversos estudos sobre livros didácticos, como por exemplo, Koulouri (2001), Kymlicka (2001) chamaram a atenção para uma acentuada presença, entre os países dos Balcãs e da Europa de Leste, de uma narrativa nacional de vitimização. Assim os sérvios e os gregos desde sempre guardaram as suas mágoas contra os turcos⁷⁴, os checos contra os austríacos e os alemães, os eslovacos e os romenos contra os húngaros e os polacos, os ucranianos e as nações do Báltico contra os russos. Será que esta tendência se irá repetir nos Estados-nações pós-soviéticos?

No período de transição, na tentativa de definição do conceito de nação e dos critérios necessários e suficientes para uma identidade nacional, a maioria dos países pós-soviéticos enfrentaram alguns problemas comuns, apesar de várias diferenças significativas entre eles. A análise de textos dos manuais de História dos países pós-comunistas da Ucrânia, da Bielorrússia e da Moldávia mostra algumas destas preocupações fundamentais:

⁷⁴ Antoniou, M. e Soysal, Y. (2005) observam que nos últimos anos a Grécia e a Turquia têm vindo a tentar deixar de incluir a narrativa nacionalista e as imagens estereotipadas dos outros no ensino da história nacional.

2.2.6. Reinterpretação da História e o tratamento da era soviética.

Na Ucrânia, desde o desmoronamento da União Soviética, houve três fases de transição: do totalitarismo à democratização, da economia planificada ao livre mercado, de república dependente da URSS a Estado independente. Segundo Bekeshkina (citada por Laville, 1999), cada uma dessas fases foi acompanhada por uma nova interpretação histórica, apoiada por novo discurso político. Esta alteração fez com que o capitalismo, de um sistema de exploração prestes a desaparecer, passasse a um futuro atraente e desejado; a nação, antes destinada a contentar-se com uma posição secundária na comunidade soviética, tornou-se o protagonista da sua vida e história (Laville, 1999).

A reconstrução da identidade nacional, que começou logo após a independência, baseia-se no discurso nacional e, ao mesmo tempo, no discurso pró-europeu, que começou a ser influente já no início dos anos 90 e tem como base a reinterpretação da história da Ucrânia, a fim de provar a sua relação próxima com a Europa. Assim, a influência da Polónia e do império Austro-Húngaro na Ucrânia é apresentada nos livros didáticos como um facto muito positivo, enquanto a influência do Império Russo é vista como totalmente negativa (Turchenko, 1994). A União Soviética é retratada nos manuais como uma força externa que subjugou a Ucrânia contra a vontade da sua população. Assim, o livro de História para o 10.º ano sublinha que a base social dos bolcheviques depois da Revolução era fraca na Ucrânia e que o seu poder só pudera ser estabelecido por meio da “violência e da mentira”, aliás, o manual aproveita todas as oportunidades para descrever a União Soviética como um Estado que era hostil para com ucranianos (*Idem*).

Na Bielorrússia, a política estatal no domínio da educação histórica, desde final dos anos 90, seguia em consonância com a russa, de facto correspondia à corrente do “*russismo* ocidental”, cujas ideias-chave eram as de idealizar a religião ortodoxa, e ao mesmo tempo denegrir o catolicismo e todo o tipo de relações com a Polónia. De facto, segundo esta corrente, a Bielorrússia não era considerada um país com uma cultura nacional autónoma, mas como uma parte administrativa e cultural da Rússia que tinha que ser visto como um elemento desta última. Assim, já no primeiro manual de História, publicado em 1998, os períodos ligados ao ocidente e ao catolicismo são associadas com as “páginas mais trágicas” da história do país. Contudo, de todos os povos apresentados nas páginas do livro escolar, os alemães são os que se apresentam com

uma imagem mais negativa e estereotipada do inimigo, ultrapassando mesmo os “padrões” vigentes na época soviética (Sahanovich, 2002).

Os autores do manual de História reduzem todo o passado à oposição do “Ocidente ao Leste”, que se lê “Eles e Nós”. O Ocidente é representado pela Polónia, às vezes pela Alemanha e no decurso da história moderna pelos países capitalistas (Estados Unidos e Europa ocidental), enquanto do lado do Leste estão a igreja ortodoxa, a Rússia e todos os países eslavos. Ao mesmo tempo, os autores tentam absorver as vantagens do passado socialista e incorporá-las na vida presente, ou seja, considerar o passado soviético como a fonte de ideias positivas a serem tomadas para o futuro projecto nacional (Leviatsh, citado por Titarenko 2007) que os nacionalistas, que estão em minoria, rejeitam como sendo totalmente pertencente à “era da opressão nacional e da colonização da União Soviética” (Orlov, 2006).

A História da Moldávia não existe como disciplina autónoma nos livros didácticos. As crianças aprendem-na juntamente com a história da Roménia e a dos romenos. Nos manuais, a Rússia é referida ocasionalmente, como por exemplo no caso da transferência da Bessarábia em 1812 (hoje Moldávia). A Grande Guerra Patriótica é referida como II Guerra Mundial, cujo final dependeu também do facto de a Roménia deixar de apoiar Hitler (Miagkov, 2005). Os livros didácticos da Moldávia referem ainda que o país foi poupado dos horrores do estalinismo, por estar sob a ocupação romena nessa época, apesar de o panorama geral deste período ser pouco animador: os moldavos foram “desconsiderados na esfera social e económica” (Ihrig, 2007).

Se o regime soviético não foi claramente considerado um elemento constitutivo da nação ucraniana, o que poderá dizer-se então relativamente à língua, como um elemento cultural? Os livros didácticos destacam a língua como o fundamento da nação ucraniana. Assim, o livro do 9.º ano chama à língua ucraniana “o cimento e a força unificadora da cultura nacional” (Sarbei, 1996, p. 106). Além disso, afirma explicitamente que “[...] a composição da nação ucraniana era acima de tudo determinada pela sua componente nativa, ou seja, pela língua ucraniana” (*Idem*, p. 107).

Ao discutir o destino da língua ucraniana, o livro dá especial atenção a três períodos históricos: o período czarista, o bolchevique e o pós-guerra. É neste terceiro período que se concentra a crítica mais dura – o livro para o 11.º ano interpreta a política de “russificação” como uma tentativa deliberada, por parte das autoridades

soviéticas, de nacionalizar e transformar os ucranianos em “*Homo Sovieticus*”, em conformidade com a política oficial da “fusão de nacionalidades soviéticas” (Turchenko, 1995). Esta convicção, de que a língua e a identidade nacional estão intimamente relacionadas, encontra a sua origem na experiência com a russificação intensa do período pós-guerra, que circunscreveu a língua ucraniana à família, ao folclore e à linguagem rural. De acordo com Arel, (citado por Janmaat, 2004), esta experiência gerou um medo de extinção cultural que se mostrou tão forte que dominou completamente as políticas de construção da nação pós-independência. Por outro lado, fez fortalecer a ideia de que, sem uma língua diferente da russa, não haveria uma nação ucraniana e, por conseguinte, um Estado ucraniano independente (Janmaat, 2004).

O caso da Bielorrússia é diferente. Uma das principais características da situação contemporânea bielorrussa é o bilinguismo. Algumas condições históricas da era pré-soviética determinaram o facto de uma grande parte dos bielorrussos falar russo, quer como língua materna quer como segunda língua principal. Na época pós-soviética, a língua bielorrussa até hoje nunca se tornou um símbolo nacional susceptível de ser um meio de mobilização, o que leva a pensar que a identidade nacional bielorrussa não pode ser construída da mesma forma como a da Ucrânia (*Idem*) ou da República Checa, onde a língua também é o factor central (Hroch, 2005).

2.3. *Balanço Final*

Como conclusão do que foi desenvolvido nestes dois capítulos, a determinação política com que o modelo identitário baseado na visão comunista foi afirmado e defendido, o modo como o sistema educativo foi concebido, a concepção da educação aplicada que determinava a importância da disciplina de História, a selecção dos seus conteúdos programáticos e a legitimação das ideias, bem como a consonância entre os valores defendidos pelo regime político e a educação, em que as políticas educativas guiadas pelo regime definiam as finalidades do ensino – tudo isto nos leva a pensar que na época do domínio ideológico comunista na URSS se construíram e se formaram núcleos identitários fortes, ligados ao projecto conhecido por “Homem Soviético”.

Se esta premissa é válida, como se supõe, ou seja, se as condições ideológicas, sociais e culturais, bem como os processos de socialização e formação, constituíam um

factor decisivo na formação desse núcleo identitário dos cidadãos da URSS, é lógico esperar que as características identitárias sejam postas à prova e sofram tensões ou mesmo alterações expressivas quando os indivíduos são confrontados com alterações significativas das condições sociopolíticas da sua formação e construção. Por isso, é pertinente perguntar: que mudanças nas preferências valorativas, nas orientações e princípios fundamentais da vida originaram para os indivíduos oriundos da ex-URSS, o colapso do regime comunista e a sua forçada emigração para países europeus ocidentais, particularmente para Portugal?

Capítulo III

Metodologia e Instrumentos de Análise

3.1. *Opções Metodológicas*

Neste trabalho de investigação, é defendida uma perspectiva sistémica de análise da realidade social. Esta realidade social é entendida como um todo não redutível à soma das suas partes, dos elementos constituintes dessa realidade – os indivíduos, os grupos ou as instituições. Por isso, o conhecimento do real social passa não pelo conhecimento atomizado desses elementos constituintes, mas antes pelo das relações e interacções estabelecidas entre eles, isto é, da sua interdependência na unidade do todo, da qual resulta que qualquer modificação operada ou registada num dado elemento implica sempre modificações dos outros elementos e, consequentemente, do todo. Os indivíduos e grupos, na sua articulação com a organização do sistema, são concebidos, por um lado, como produtos dessa organização, de que são portadores; e por outro, como agentes, desempenhando um papel importante com a sua capacidade transformativa, na formação, evolução e modificação do próprio sistema (Bertrand, Guillemet, 1994).

Assim, os indivíduos, neste quadro, são conceptualizados como seres sociais que concorrem para fazer emergir sistemas, os propagam e se adaptam a eles, e acabam por os mudar em contextos de interacção concreta e por se adaptar, em seguida, a essas mudanças, ou seja, são vistos dialecticamente como *produtos, (re)produtores e modeladores do real*. Nesta perspectiva que “[...] une o sistema que observa e o sistema observado numa organização que é, simultaneamente, objecto e procedência do conhecimento”, o individuo também se converte em *modelador do conhecível*, de modo que o conhecimento que “[...] constrói do real é o da sua própria experiência do real, quer dizer, uma *verdade intersubjectiva* do conhecimento” (Meunier, Pires, 2010, p. 20).

Dentro da abordagem sistémica, os fenómenos também não são vistos como isolados das interacções que eles estabelecem dentro do sistema, qualquer que seja a natureza e a história da sua inscrição nele. Numa perspectiva dinâmica, essas

interacções mantêm-se e evoluem através dos mecanismos de regulação-transformação do sistema. Sendo assim, seja qual for o fenómeno observado, considera-se necessário que a análise não se circunscreva ao seu estudo intrínseco, mas sobretudo aborde as relações de interdependência que este estabelece com outros fenómenos da mesma realidade. Isto é válido para o indivíduo, que se apresenta como o mais pequeno elemento estudado na abordagem sistémica, que é preciso considerar nas suas relações com outros indivíduos, com os grupos a que pertence e se refere, com o país ou a nação de que ele tem uma representação global. É igualmente válido para uma instituição, que se estuda nas suas interacções com os indivíduos e os grupos que a compõem e com o seu meio (Bériot, 1997).

Finalmente, uma vez que no presente trabalho, que invoca processos que abrangem um período de mais de 70 anos, a dimensão temporal adquire uma importância fundamental⁷⁵, adopta-se a afirmação de Guerra (2006a) em relação à pertinência da abordagem sistémica nos casos de estudos de longos períodos de estabilidade em que as regularidades provocam efeitos de sistema, em que a análise a desenvolver deve consistir expressamente na procura das regulações ou formas estruturais que produzem e reproduzem o sistema (Guerra, 2006a, p. 8); mas considerada num contexto em que essas regularidades são postas sob tensão por mudanças históricas profundas, que põem em causa a sua coerência e a sua reprodução.

3.2. *Objectivos e Problemática*

O principal objectivo desta investigação, como antes tinha sido referido, é a de procurar analisar as alterações no núcleo identitário dos imigrantes da ex-URSS residentes em Portugal, ou seja, as alterações nas características estruturais da sua identidade adquiridas durante os processos da escolarização e socialização num sistema político, numa cultura e numa realidade social singulares na época da União Soviética, face à sua adaptação ao meio sociocultural português.

Em torno desta questão central, especificam-se ainda os seguintes problemas, que se podem classificar de grande relevância para o estudo:

⁷⁵ Segundo os princípios de abordagem sistémica, o tempo introduz nos elementos do sistema e no seu meio a possibilidade de mudanças, que implicarão modificações do próprio sistema (Bériot, 1997).

1. Tentar reconstituir e compreender os processos concretos que guiaram e orientaram a formação da identidade colectiva soviética, assim como, a hierarquia de valores em que esta identidade se baseava, tendo como suporte a análise dos documentos oficiais e as obras dos fundadores do socialismo soviético.
2. Descrever e compreender o papel efectivo da educação e da escola soviéticas como instrumentos da promoção da política educativa dominante, dando especial relevo à disciplina de História e à sua função no processo educativo e de socialização, através da análise dos seus manuais escolares, por meio da qual emergiram ideias, símbolos e heróis envolvidos na construção da identidade colectiva do “Homem Soviético”.
3. Procurar perceber como o facto de se ter sido cidadão da URSS, na época em que se realizou a sua escolarização, condicionou ou configurou as preferências, os valores, as práticas e as representações dos actuais imigrantes; que efeitos esta experiência de vida produziu neles e até que ponto ela é responsável, actualmente, por determinados comportamentos, atitudes, hábitos e crenças;
4. Questionar o significado que, para diferentes grupos de imigrantes de origem na ex-URSS, assume a memória histórica e cultural assente na experiência soviética;
5. Procurar determinar se e até que ponto os imigrantes da ex-URSS, que realizaram a sua escolarização sob o regime soviético e residem neste momento em Portugal, partilham da mesma forma o mesmo conjunto de valores identitários que, tradicionalmente, caracterizam os processos de socialização “socialista”, ou em alguns aspectos essa mudanças a existirem, se evidenciam mais nuns do que noutros.
6. Procurar identificar e descrever que desgaste sofreram os valores socialistas e em que direcção se terá verificado esta mudança.

3.3. *Procedimentos*

Conforme está apresentado no esquema da Fig. 3.1 (abaixo), prosseguir-se-ão duas linhas de investigação interrelacionadas: uma, inicial, que se concentra no estudo dos manuais escolares de História em vigor na União Soviética nos anos 70-80; e outra,

que se dedica à análise dos questionários aplicados aos imigrantes da ex-URSS em Portugal e que foram submetidos à escolarização e à socialização soviéticas.

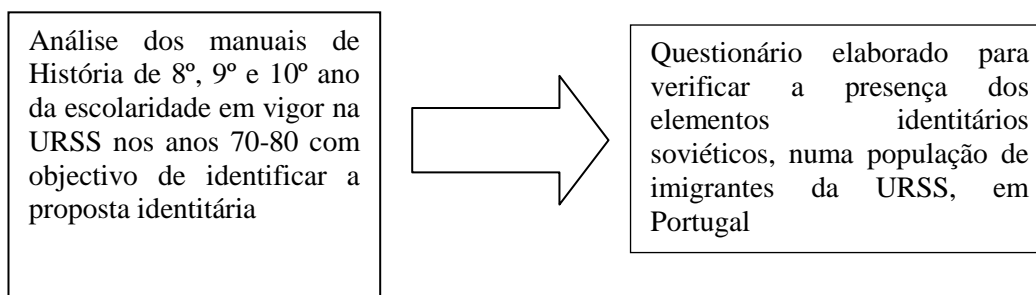


Fig. 3.1. Esquema de abordagem do tema

Na primeira destas linhas, parte-se do pressuposto que os manuais escolares constituem produtos de grupos de interesses que procuram perpetuar valores, tradições e culturas dominantes, tal como vem sendo considerado pelas investigações recentes no âmbito das ciências da educação e pedagogia (Apple, 2002; Choppin, 1992; Correia e Matos, 2001; entre outros), e considera-se que a sua análise constitui uma das condições da percepção do processo da construção da identidade colectiva. Assim sendo, procuram-se, através do exame dos manuais escolares de História dos anos 70-80 do século XX, as características e aspectos mais importantes desse núcleo identitário inculcados durante o processo do ensino: valores, preferências, convicções, representações, aspirações, modelos de conduta, etc.

Levando em conta que os actuais imigrantes dos países da parte europeia da ex-URSS em Portugal, nascidos entre 1960 e 1970 e formados nas escolas da União Soviética, foram submetidos ao mesmo processo da socialização “socialista” em que a concepção do “Homem Soviético” se reflectiu na construção deste tipo de identidade, pode-se colocar como hipótese que o ensino da História, para além do seu papel educativo e de formação de uma base de conhecimentos sobre o passado remoto e próximo dos cidadãos, teve, também, o papel de legitimar o poder, constituindo-se num dos pilares da memória histórica social e cultural dessas pessoas.

Na segunda dessas linhas, os resultados obtidos através da análise dos manuais de História serviram, em parte, de base para a elaboração e posterior análise do questionário aos indivíduos cuja escolarização se efectuou durante o domínio soviético e que actualmente residem em Portugal. O cruzamento dos resultados do questionário

com o modelo do “Homem Soviético”, implícita e explicitamente proposto e imposto nos manuais de História e inculcado na escola através do processo de ensino e aprendizagem, permitirá identificar o que a memória dos imigrantes conservou, até que ponto e em que sentido eles se distanciaram dos núcleos identitários que tradicionalmente estavam na base da socialização soviética.

3.4. Materiais Empíricos e Instrumentos de Análise

3.4.1. Manuais escolares de História: caracterização e análise

O presente estudo pode classificar-se como sendo um estudo de caso, na acepção de Coutinho (2005), de natureza interpretativo-qualitativa visto que incide sobre a relação entre as perspectivas dos indivíduos (actores) e as condições da acção na qual se encontravam ou se encontram implicados (Lessard-Hébert, 1994). A pesquisa desenvolvida pretende estudar os imigrantes dos países da parte europeia da ex-URSS, num duplo contexto: o da sociedade e do tempo em que viveram na União Soviética, período durante o qual se processou a sua escolarização e se desenvolveu o processo de socialização de que foram alvo, por um lado; e por outro, o tempo vivido na sociedade de acolhimento, Portugal, o tempo da imigração, no qual o seu “capital identitário” foi confrontado com novas realidades e novas formas contrastantes de organização do social, do político, do económico e do cultural. Em suma, compreender as possíveis alterações registadas no processo de mudança identitária das pessoas nascidas e formadas na URSS que, em consequência de um processo migratório, se expuseram em sociedades que exigiriam inevitáveis processos de mudança.

Por isso, os procedimentos de recolha de materiais empíricos compreendem dois momentos:

a) recolha dos elementos essenciais caracterizadores relacionados com o processo da socialização formal (sistema educativo entre 1970 e 1980 no tempo da URSS) em que os materiais recolhidos são os conteúdos dos manuais de História de níveis de escolaridade correspondentes ao ensino básico e secundário e

b) recolha, sob a forma de um questionário⁷⁶, de informação relacionada com a sua vida em Portugal na qualidade de imigrantes, sociedade em que fixaram a sua estadia, anos depois de desmoroamento da URSS, e sobre as suas representações e orientações de valor em aspectos considerados relevantes para a comparação com os modelos inferidos da análise dos manuais escolares.

Foram seleccionados os seguintes livros para efeitos de análise:

Quadro 3.1.

Manuais escolares de Historia editados na URSS

Autores	Título principal	Editora	Número total de páginas	Ano de publicação	Número de exemplares publicados
Fedosov, I.	História URSS, 8º ano	M: Procveschenie	224	1973, 8ª ed.	1. 800.000
Berhin, I. Fedosov, I.	História da URSS, 9º ano	M: Procveschenie	383	1979, 4ª ed.	1. 750.000
Furaev, V.	História moderna, 10º ano	M: Procveschenie	272	1978, 9ª ed.	2. 700.000

Trata-se de livros que, em virtude da natureza centralizada do sistema educativo da União Soviética, gozavam de uso generalizado e obrigatório na sua época. Segundo a Estatística Oficial do Ministério da Educação da URSS, no início do ano lectivo de 1972/1973 frequentavam o 9º e o 10º ano da escolaridade 8,9 milhões de alunos (“SSSR v tsifrakh”, 1975). Como a reprovação era raríssima, pode-se considerar que o número de alunos no 10º ano seria aproximadamente igual ao do 9º ano. Uma parte dos alunos, nomeadamente, os das repúblicas Bálticas, estudava por um programa ligeiramente diferente, devido ao facto da escolaridade obrigatória nesses países ser de 11 anos, e não de 10 anos como no resto da URSS.

Levando ainda em conta o sistema de fornecimento dos livros escolares, que era assegurado pelo Estado através da sua reutilização por via dos empréstimos bibliotecários, podemos afirmar, sem margem para erro, que os manuais objecto desta

⁷⁶ Apesar de se tratar da vida no contexto português, muitas das questões do questionário estão relacionadas com a memória da vida na União Soviética.

análise eram “livros únicos” usados na época nas escolas das Repúblicas Soviéticas da Rússia, Ucrânia, Bielorrússia e Moldávia. Assim, o problema da amostragem não se colocou, uma vez que os manuais de História foram adoptados oficialmente e utilizados de forma uniforme em todo o país. Os livros didácticos em análise abrangem diferentes períodos históricos – o do Império russo no século XIX; o que vai desde o início do século XX até ao período da construção da base do socialismo soviético nos anos 30; e um terceiro, relacionado com a II Guerra Mundial e os considerados “anos de ouro” do socialismo. Dada a sua abrangência temporal, potencialmente, poderão de certa forma completar o processo da identificação da identidade soviética, evidenciando os seus diferentes aspectos.

A análise que tradicionalmente é realizada aos manuais de história, normalmente, procura investigar sobretudo a sua qualidade. Tecnicamente, este processo é suportado numa análise categorial baseada em teorias apropriadas para descobrir e examinar os padrões da narrativa histórica nos livros didácticos. O objectivo não é nem descrever os aspectos negativos dos livros analisados, nem tão-pouco dar exemplos de boas práticas encontradas nos manuais escolares, nem ainda identificar e denunciar a manipulação da realidade por parte dos autores. Ou seja, não se procura saber e muito menos julgar como eles destroem ou distorcem uma realidade ontológica, mas sim como constroem uma realidade de representação; nomeadamente, tentar entender as características dos livros que contribuem para o processo da transmissão do núcleo identitário ligado à concepção do “Homem Soviético”. Sendo assim, pode considerar-se que a metodologia tradicionalmente utilizada não seja adequada para o presente caso. Por isso, e porque os pesquisadores acreditam que o raciocínio e o pensamento no âmbito da investigação histórica devem ser construídos sobre uma análise e avaliação das múltiplas perspectivas e múltiplas fontes (Tuckman, 2000), mostrou-se apropriado desenvolver uma metodologia, a partir das já existentes, que serviria os propósitos e os objectivos estabelecidos para este estudo.

Uma das inspirações foi a metodologia desenvolvida na Universidade Católica de Eichstaett-Ingolstadt (Schoener, s.d.), centrada no conceito da reconstrução da narrativa histórica por camadas. Os investigadores partem da ideia que a mensagem transmitida pelo livro é transmitida em diferentes níveis: do mais superficial até ao mais profundo. Por isso reconstroem a narrativa à medida que caminham do primeiro nível

para o nível mais avançado. Para o propósito deste estudo a camada mais interessante deverá conter dois aspectos importantes:

- a) o complexo dos agentes da narração, ou seja quem ou o que o autor vê como condutor ou força que age, por um lado, e que move processos e provocam acontecimentos históricos, por outro lado.
- b) o interesse que o autor procura desenvolver olhando para o passado sob um determinado ângulo. Para identificar o tipo de interesse do autor parece ser suficiente identificar as situações ou processos em que os principais agentes/forças da narração se encontram envolvidos.

O tratamento dos manuais de História foi realizado segundo as indicações elaboradas pelos pesquisadores do Georg Eckert Institute for International Textbook Research (Braunschweig, Alemanha, www.gei.de) envolvidos na investigação dos manuais escolares de todo o mundo, nomeadamente, Pingel (1999, 2007).

Subsidiariamente, foi usada a análise textual, através da tipologia da narrativa de autoria de Diniz, (1998) e a análise do tom da narrativa e do papel da linguagem de Foster e Nicholls (2004).

Assim, na nossa análise dos livros escolares de história dos anos 1973-1979 na URSS que se baseia no conjunto de técnicas denominadas de análise de conteúdo, foi dado relevo aos seguintes aspectos, cujo objectivo visa identificar as características do perfil identitário do “Homem Soviético” inculcado aos alunos nas aulas de História:

- a apresentação formal do livro e do texto;
- a contribuição dos indivíduos e personagens-chave, com ênfase na suas características, papéis, atitudes, comportamentos e actividades;
- delinear o perfil da identidade colectiva soviética e a forma como esta é apresentada nos livros de história da União Soviética.
- as mensagens veiculadas no texto do manual de História.

Com a finalidade de aplicar uma metodologia de análise de conteúdo aos manuais escolares já referenciados, foram definidas as principais categorias em torno de vários eixos de análise. Com a ajuda deste instrumento, pretende-se encontrar, nos conteúdos dos manuais de história, os traços de uma proposta identitária ligada ao arquétipo de cidadão “Homem Soviético”.

O primeiro eixo vai no sentido de definir o complexo dos protagonistas ou das personagens referidos no texto dos manuais, e envolvidas em diferentes situações e implicadas na realização das acções e nas articulações dessas acções, nos contextos em que estão inseridas. A finalidade desta categoria *Personagens* é a de permitir o estabelecimento de “biografias” ou “perfis”, constituídos a partir da interpretação fornecida ao leitor pelo autor. Nesta lógica, a *personagem* é tomada como uma primeira realidade a partir da qual procura levar-se a análise ao termo de chegada – o perfil do ideal de identidade colectiva “Homem Soviético”. Para proporcionar uma acumulação de dados, pretende-se identificar os *papéis* desempenhadas por cada personagem, o *contexto* em ocorrem as suas acções e caracterizar o tipo de *relacionamento* que esta desenvolve com grupo em que se integra.

Num segundo eixo, achou-se conveniente distinguir as personagens presentes nesse texto segundo o conjunto de critérios usados pelos autores para a avaliação das personagens, com o objectivo de observar como e em que sentido se desenvolvem as figuras dos protagonistas, que mensagem valorativa transmite este processo, tomando como base a argumentação dos exemplos e das lições do passado. Procura-se assim identificar tipos de personagens com características e comportamentos distintos, de modo que, com base nessa tipologia, seja possível identificar as mensagens que os autores dos livros passam através dessas figuras. A tipologia resultou numa categoria *Tipos de personagens* com duas dimensões: *nós e eles*, visando distinguir as suas características valorativas a dois níveis: ao nível explícito, correspondente aos valores que se pretende enaltecer e inculcar de forma intencional e directa, e ao nível implícito, quando a sua valorização é negada.

O terceiro eixo visa traduzir estes valores em atitudes e comportamentos concretos de personagens das narrativas dos livros em análise, que dá origem a categoria *Atitudes e modelos de comportamento*, que abarca o comportamento *para com o grupo* de pertença, que em atenção as relações na base das intenções e objectivos comuns e apoio mutuo e *para com outros*, que abarca as relações de distância, de posicionamentos diferentes, julgados a partir das percepções da personagem, assim como atitudes perante diferentes actividades ou aspectos da vida, como o trabalho, o futuro.

Finalmente, o último eixo tende completar a análise olhando para o texto dos manuais de história como uma narrativa, usando para este efeito duas categorias: ênfase da narrativa e estrutura da narrativa.

Para a elaboração da análise em torno da primeira destas categorias, tomou-se como base a teoria do dialogismo de Bakhtin, segundo a qual tudo o que autor escreve, faz sentido não só em função dos temas, mas também em resposta a enunciados dos outros; ou seja, está orientado para os seus destinatários (Bakhtin, 1992, p. 320). Nestas diferentes formas de dirigir-se ao leitor, o autor usa diversas estratégias para identificar aqueles sobre quem o texto fala ou aqueles a quem faz referência. Uma destas estratégias é o da ênfase da narrativa, da focalização pelas características particulares que acentuam uma personagem com a ajuda de diversos procedimentos, como por exemplo uma relação emocional com a personagem. Este tipo de instrumentos serve de suporte à mensagem: as emoções serão canalizadas tornando a mensagem mais convincente. A palavra, segundo Bakhtin, “funciona como elemento essencial que acompanha toda criação ideológica, seja ela qual for” (Bakhtin, 1997, p. 38).

Outra estratégia diz respeito à construção do texto. Parte-se do princípio de que a construção da narrativa pode ser em forma de *Não-ficção* e em forma de *Mitificação*. Por *não-ficção* entendem-se os excertos de narrativas históricas, os factos quotidianos, acontecimentos de existência real, assim como o conteúdo biográfico relativo às grandes figuras, cujo exemplo é utilizado para construir uma certa forma de identidade colectiva e promover as atitudes consideradas correctas e desejadas. Por *mito*, entende-se uma narrativa ou imagem de significação simbólica, transmitida e instituída através dos processos de educação e de socialização de geração a geração, considerada verdadeira ou autêntica dentro de um grupo. Se, como formula Girardet (1989), uma história contada, repetida e reelaborada é o que dá corpo e substância ao mito, procura-se identificar nos manuais de história em análise os mitos em que a proposta identitária desses livros didácticos assenta e como estes mitos são veiculados, tornando as características identitárias mais convincentes.

3.4.2. Inquérito: amostra, questionário e tratamento dos dados

A fim de poder responder às questões colocadas neste trabalho e testar algumas hipóteses levantadas no quadro teórico, a população alvo, para esta investigação, foi escolhida de entre os imigrantes vindos dos países da ex-URSS (parte europeia),

residentes em Portugal. Actualmente, segundo as estatísticas publicadas pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, organismo público tutelado pelo Ministério da Administração Interna, no *Relatório sobre Imigração, Fronteiras e Asilo em 2008*, quadro 3.2, os imigrantes originários da ex-URSS, até ano de 2008, totalizavam 81.588 indivíduos, correspondendo a cerca de 19,3% de todos os imigrantes residentes em Portugal, sendo originários da Estónia, Letónia, Lituânia, Bielorrússia, Rússia, Ucrânia e Moldávia, Azerbaijão, Cazaquistão, Geórgia, Quirguistão, Tajiquistão, Turquemenistão e Uzbequistão, de acordo com os dados do seguinte quadro:

Quadro 3.2

Número de imigrantes dos países da ex-URSS em Portugal em 2008

Países de Origem	Total	%	Homens	Mulheres
Estónia	79	(NR)	12	67
Letónia	240	(NR)	76	164
Lituânia	505	(NR)	216	289
Bielorrússia	1.014	1,2	484	530
Rússia	6.181	7,3	2.703	3.478
Ucrânia	52.472	62,2	30.055	22.417
Moldávia	21.067	25,0	12.124	8.943
Azerbaijão	23	(NR)	12	11
Cazaquistão	740	(NR)	367	373
Geórgia	1.127	1,3	828	299
Quirguistão	53	(NR)	31	22
Tajiquistão	1	(NR)	1	0
Turquemenistão	3	(NR)	2	1
Uzbequistão	851	1,0	587	264
TOTAL	84.356	100,0	47.499	36.358

Fonte: Relatório sobre Imigração, Fronteiras e Asilo, 2008 – SEF

(NR): Não relevante

Tendo em conta esta realidade, foram seleccionados apenas os imigrantes oriundos da Rússia (7,3%), da Ucrânia (62,2%), da Moldávia (25,0%) e da Bielorrússia (1,2%), que, totalizando 80.734 pessoas, constituíam 95,7% dos imigrantes originários de países da ex-URSS residentes em Portugal.

Cerca de 73% dos imigrantes provenientes destas 4 origens encontram-se espalhados de forma mais condensada essencialmente por 5 distritos de Portugal, designadamente: Faro (23,1%), Lisboa (22,1%), Santarém (11,1%), Setúbal (8,4%) e Leiria (8%). Os restantes cerca de 27% distribuem-se pelos restantes 17 distritos do continente, Madeira e Açores, em pequenos grupos. No Norte do país, os distritos onde se observa maior concentração destes imigrantes são o Porto, Aveiro e Braga com respectivamente, 6,4%, 5,5% e 2,9%.

Com a finalidade de recolher as opiniões dos indivíduos que se encontram identificados com o objectivo deste estudo, particularmente os indivíduos imigrantes provenientes dos países da ex-URSS que residem em Portugal, e na impossibilidade de ouvir e recolher informação sobre a sua totalidade, é necessário recorrer a amostragem.

No presente estudo, dada a relativo escassez de conhecimento estatístico sobre as características da população alvo do inquérito, estamos perante um campo onde não tem sentido a realização de amostragens por quotas ou dimensionais. O país de origem dos imigrantes referidos neste estudo perde também certa relevância uma vez que, independentemente da origem determinada com base nos actuais estados que emergiram da ex-URSS, todos eles foram alvo da mesma educação pois o sistema educativo da ex-URSS era exercido em todo o território de modo único, uniforme e homogéneo. Assim, a amostragem que for decidida apenas se irá focalizar em imigrantes provenientes desses países, independentemente da sua origem, que tenham estudado em escolas oficiais na URSS durante a vigência do regime soviético, incidindo em diversos pontos de Portugal onde se encontram a viver.

Nestes termos, e face às características atrás definidas relativamente à população alvo ter-se-á em consideração a sua dimensão, cerca de 80.000 indivíduos de ambos os sexos, a sua distribuição pelo território nacional, em especial nas zonas de maior concentração, e um conjunto de características que os indivíduos questionados apresentem, muito particularmente o facto de terem frequentado o sistema educativo soviético entre os anos 70 e 80 do século XX e já terem uma experiência de vida num sistema socioeconómico diferente – neste caso, na sociedade portuguesa – que lhes permite um termo de comparação com as suas origens, para além de outras características socioculturais e económicas que se apresentarem eventualmente como relevantes para uma melhor compreensão do fenómeno em observação.

Assim, foi definida uma amostra não probabilística de tipo intencional, uma vez que só serão inquiridos os indivíduos que tenham as características anteriormente referidas. Embora sem pretender obter representatividade estatística, tivemos em conta metodologias de amostragem que apontam uma amostra de dimensão próxima dos 400 indivíduos para um universo de cerca de 80.000 indivíduos, sobretudo também para dispor de um número de observações suficiente para poder realizar cruzamentos estatísticos elementares entre as variáveis (Cohen, 2000).

Uma vez que diversos aspectos podem contribuir para a forma como o indivíduo evoca a memória e formula a opinião, a partir da amostra inicial dos adultos, na fase de análise de dados, formar-se-ão grupos de imigrantes que diferem entre si pela experiência adquirida na União Soviética, pela adaptação em Portugal, pelos padrões de mobilidade e pela situação profissional actual.

Um questionário, por definição, é um instrumento estandardizado, que normalmente se usa quando se trata não de um conjunto de indivíduos, mas de uma população (Ghiglione, Matalon, 2001). Neste caso, conscientemente perde-se especificidade de cada indivíduo, porque não se trata de considerar cada um como sendo absolutamente único. Todo o esforço aqui visa enunciar uma conclusão no âmbito geral, no âmbito de uma população que se pronuncia sobre o mesmo assunto.

O questionário para esta parte do trabalho de investigação foi construído com ajuda dos questionários desenvolvidos pelo Levada Center⁷⁷ no âmbito do projecto “Homem Soviético” (Levada, 1989) e composto de seguinte maneira:

Os resultados obtidos da análise de conteúdo dos manuais escolares de História serviram como linhas orientadoras para a selecção dos itens dos questionários. Os itens originais foram, assim, reformulados para efeitos do presente estudo.

As questões foram formuladas de forma fechada, apresentando ao inquirido uma lista preestabelecida de respostas possíveis, de entre as quais é pedido para indicar uma que melhor corresponda à que considera adequada. Também se pede às pessoas inquiridas para ordenarem as categorias segundo uma escala de concordância ou de importância. Finalmente foram elaboradas escalas de Likert com cinco possibilidades de escolha em escala ordinal para o inquirido cotar as respostas sugeridas por concordância ou importância.

Num *corpus* constituído por 400 questionários os resultados obtidos serão ventilados pelas diversas variáveis de caracterização pertinentes para a nossa interpretação: país de origem, género, nível de instrução de origem, estatuto social de origem e tempo de permanência em Portugal.

⁷⁷ Os questionários foram nos amavelmente cedidos por Director do Departamento de Investigação Sociopolítica de Levada Center, Dr. B. Dubin.

O tratamento dos dados recolhidos através dos questionários já referidos foi realizado recorrendo às técnicas de estatística descritiva e de inferência estatística com recurso ao programa informático SPSS.

Como ficou referido, o questionário foi aplicado a imigrantes segundo o critério do país de origem, tendo tomado como referência as quatro nacionalidades mais representadas, em termos de número existente de imigrantes da parte europeia da URSS em Portugal, nomeadamente os Russos, Ucrânianos, os Bielorrussos e os Moldavos.

Para construção da amostra, foi usada como ponto de partida a amostra entrevistada na investigação para a dissertação de mestrado, realizada pela autora em 2006. Tratou-se então de uma amostra composta por 16 famílias conjugais originárias de países da ex-URSS, com pelo menos um filho a estudar numa das escolas portuguesas, de que foram entrevistados os dois membros do casal (32 pessoas).

No presente trabalho, a construção da amostra procedeu pela técnica de bola de neve, partindo das famílias pertencentes à amostra anterior. Além de serem elas próprias inquiridas, foi-lhes pedido que indicassem nomes e contactos de indivíduos de outras famílias pertencentes à mesma população alvo de interesse, e que pudessem ser igualmente inquiridos. Este procedimento foi repetido com cada novo inquirido, com cerca de 6 iterações para obter a amostra com a dimensão e a diversidade desejadas. Contudo, houve a preocupação com um possível inconveniente deste processo: – a homofilia, ou seja, a tendência dos inquiridos para indicarem amigos ou pessoas socialmente próximas, o que poderia levar a uma amostra enviesada a favor de formas idênticas de agir e de pensar (Vicente, et al., 1996). Para evitar que a amostra se circunscrevesse ao meio familiar ou ao círculo de amigos mais próximos dos inquiridos, indicou-se aos inquiridos, numa nota inscrita no questionário, que seria preferível que identificassem outros contactos de colegas de trabalho ou mesmo de vizinhos que não fizessem parte desse círculo de contactos.

Em vários casos do envio dos questionários para várias zonas de Portugal (realizado via associações de imigrantes de Leste) e uma vez que estes foram entregues à família, não pôde ser evitada a resposta em conjunto de ambos os membros do casal. Estas situações correspondem a apenas 6% do total das respostas. Nas outras circunstâncias, procurou-se garantir que, sempre que ambos os membros do casal se prontificaram a responder, fossem inquiridos separadamente.

Os questionários encontravam-se redigidos nas línguas russa e ucraniana, segundo a nacionalidade dos inquiridos, e continham questões diferenciadas relativamente aos factos históricos, consoante as diferentes nacionalidades, de molde a contemplar a diversidade dos inquiridos.

Numa primeira fase, partindo da presunção de uma boa aceitação da participação no inquérito por parte da população dos imigrantes de Leste, os questionários, foram enviados/entregues para autopreenchimento, com datas pedidas para a sua devolução. Contudo, o retorno insuficiente que se verificou, e o facto de se tratar de um questionário bastante extenso, perfazendo duas dezenas de questões, levou à adopção de uma prática de acompanhamento do preenchimento dos questionários, que passaram a ser aplicados, ou nas instalações da Escola Eslava de Lisboa, que serviu de ponte na ligação com os inquiridos, ou no domicílio destes últimos; em ambos os casos, na presença da inquiridora / autora. Este processo permitiu aumentar a taxa de retorno e reduzir significativamente as perdas de dados devido ao mau ou incompleto preenchimento, e obter uma maior qualidade nas respostas através dos esclarecimentos prestados sobre as perguntas durante a recolha da informação, garantindo assim o número desejado de questionários completamente preenchidos. Estes esclarecimentos cingiram-se escrupulosamente à clarificação do sentido das perguntas, quando solicitada pelo inquirido. Foram sempre feitos nos termos mais próximos aos da formulação inicial das perguntas. Procurou-se sempre evitar qualquer desenvolvimento ou extrapolação que pudesse influenciar a opção de resposta.

Também em função da opção metodológica de ter sido considerada uma amostragem de tipo intencional, foram agrupados indivíduos com determinadas características, tendo sido dada relevância a um conjunto de variáveis tais como a idade, género, nível de instrução, profissão exercida na origem e no destino, que servirão de base à construção de “perfis”, ou seja, tipologias para exploração do ponto de vista da investigação.

Posteriormente, o tratamento será realizado em bloco, juntando todos os dados, independentemente do país de origem, ou seja, considerando a sua situação de ex-cidadãos soviéticos em determinada fase da sua vida, segundo o pressuposto já enunciado anteriormente que obtiveram uma educação escolar semelhante, particularmente ao nível do ensino da História como disciplina curricular.

Capítulo IV

Análise dos Manuais de História da URSS

Nos capítulos anteriores – no primeiro, pela explicitação das referências teóricas e metodológicas do estudo e dos objectivos perseguidos; no segundo, pelo recurso à história da produção dos manuais de História – foi preparado o caminho para a análise de conteúdo dos manuais que se encontravam em vigor na época do domínio comunista na União Soviética, para depois se proceder à análise dos resultados estatísticos sobre imigrantes de Leste, socializados e formados na URSS e residentes em Portugal.

A pesquisa realizada neste capítulo, levando em consideração que:

[...] todos os resultados científicos são indissociáveis do procedimento teórico e metodológico que os construiu e não são isolados do espírito e das condições da sua produção [...] (Lahire, 2006, p.150)

tem por objectivo analisar o conteúdo de livros didácticos de História, evidenciando de que forma é concebida e trabalhada a noção de identidade do cidadão da URSS. Pretende-se descrever e analisar a forma como se encontra expressa a concepção de “Homem Soviético”, o fundamento do projecto da construção de identidade colectiva soviética, nos três manuais de História acima identificados e que serão adiante apresentados. A análise desses livros didácticos visa uma dupla pretensão: primeiro, refere-se ao objecto deste capítulo, ou seja, à análise da forma como as características identitárias do “Homem Soviético” foram representadas nas escolas da URSS na época dos anos 70-80, nomeadamente, na disciplina de História; em segundo lugar, refere-se à metodologia escolhida que se procurou adequar ao propósito em questão.

Partindo da ideia que “[...] o modo de exposição dos resultados está sempre ligado ao modo de indagação do real posto em prática pelo pesquisador [...]” (Lahire, 2006, p. 25), o esquema da análise do perfil identitário “soviético” que se apresenta para os livros escolares de História dos anos 1973-1979 na URSS segue a estrutura da análise de conteúdo efectuada para atingir o objectivo enunciado, através do desenvolvimento dos seguintes aspectos:

- apresentação formal dos livros;

- análise dos protagonistas e personagens-chave, com ênfase nas suas características, papéis, atitudes, comportamentos e actividades, e papéis desempenhados na narrativa;
- análise das mensagens veiculadas no textos dos manuais de História, seus aspectos subjacentes e implícitos, perspectivas e ideias promovidas ou rejeitadas, cujo objectivo visa inculcar aos alunos características identitárias colectivas do “Homem Soviético”.
- delineação do perfil da identidade colectiva soviética projectada, e da forma como esta era apresentada nos livros de História da União Soviética.

4.1. A Apresentação Formal dos Manuais de História

Para simplificar o acto de escrita, optámos pela seguinte designação:

Livro “Historia da URSS” 8º ano, 1973 – A

Livro “História da URSS” 9º ano, 1979 – B

Livro “História Moderna” 10º ano, 1978 – C

Uma simples observação dos livros em análise permitiu verificar que a estrutura de todos eles é comum, ou seja, observa-se a organização em torno de um núcleo caracterizado por um texto explicativo/narrativo como uma explanação prévia dos temas e conteúdos a desenvolver. Este núcleo básico é complementado com alguns documentos, fotografias, mapas, ilustrações, tabelas/estatísticas, fontes de informação e exercícios, tudo a preto e branco, com excepção da capa dura. Como era hábito nos livros didácticos de há 30 anos atrás, os manuais de História em análise centram-se principalmente na narrativa⁷⁸. Têm relativamente poucas imagens, mapas, fotos e desenhos. Contudo, tal não significa que estes elementos não desempenhassem uma função complementar ao texto, nomeadamente a de acrescentar argumentos às

⁷⁸ Este facto é confirmado através de vários estudos de manuais de História, inclusive nos países capitalistas. Por exemplo, trabalho de Vaisanen sobre os manuais de História finlandeses revelou que esses livros didácticos raramente usavam imagens visuais como ferramenta pedagógica para representar informações históricas. Esta situação parece ter-se mantido intacta entre década de 1960 até 1990 (Vaisanen, 2005).

perspectivas que se defendiam ou mesmo de mudar o ângulo de abordagem das temáticas aí apresentadas.

No livro para o 8º ano é visível a preferência pelo uso de fotos, quadros e desenhos, provavelmente com intenção de desenvolver nos alunos o raciocínio directo, baseado nas imagens. A partir do 9º ano, e principalmente no manual para o 10º ano, prevalece o uso de diagramas e gráficos para o desenvolvimento da lógica e de capacidade de generalizações teóricas. Provavelmente, pelas mesmas razões, no manual do 8º ano não consta a lista de dados cronológicos dos principais acontecimentos históricos para serem memorizados. Esta lista aparece nos manuais do 9º e 10º anos, incluindo cerca de 70 datas em cada um dos livros.

Na parte ilustrativa dos manuais também foram usados cartazes e caricaturas. Os cartazes, do modo como são empregues nos livros didácticos em análise, desempenham uma dupla função: por um lado, revelam o conteúdo das políticas dos respectivos períodos históricos, por outro lado, sendo, por natureza, uma forma bastante crítica de arte, servem para evidenciar estereótipos ideológicos da época. As caricaturas desempenham funções semelhantes. Se o cartaz é centrado na nomeação de um determinado apelo socialmente significativo (por exemplo, “Todos à luta contra Denikin!”, livro B), a caricatura serve para a identificação dos inimigos e das suas características (como por exemplo, a figura ridicularizada de “Proprietário de terras no seu descanso” – Livro A).

Segundo Pingel (1999), as ilustrações atraem a atenção do aluno mais do que um texto escrito, e ajudam a criar imagens na mente dos alunos que são mais persistentes do que o texto. Esta capacidade das ilustrações não foi desperdiçada pelos autores dos livros de História dos países socialistas. Wikman (2006), no estudo dedicado ao manual de História do 7º ano, editado em 1986 na RDA, ao analisar as imagens usadas, torna clara a intenção com que estavam inseridas – contribuir para o objectivo do manual, a criação de uma personalidade socialista.

“Um exemplo inicial é a capa de *Staatsbürgerkunde 7*, que dá as boas vindas ao leitor, com uma amostra de pessoas felizes a acenarem com lenços vermelhos. A fotografia é bem escolhida como ilustração de todo o livro. Ela combina o esforço dos autores do livro em apresentar a RDA como um esforço comum dos indivíduos e da União do Partido Socialista. Os jovens na fotografia estão vestidos com *t-shirts* azuis, demonstrando que são membros na organização de jovens da União do Partido Socialista” (Wikman, 2006, p. 29).

A análise das ilustrações dos manuais escolares em questão revelou a presença de dois tipos de imagem: figurativas (individuais e colectivas) e simbólicas não figurativas. O livro A tem o maior número de ilustrações – 172 – e valoriza, de uma forma evidente, as imagens de personagens, individuais e colectivas, 118 no conjunto (69,0% do total). No livro B, a percentagem a favor das imagens figurativas mantém-se – 62 contra 33, apesar de o número de ilustrações ter diminuído (95 no total). Já a propósito do livro C, é interessante verificar um número reduzido de imagem usadas – 26 (com distribuição entre figuras e outros símbolos com peso quase igual, respectivamente 12 contra 14) que talvez possa estar relacionado com o facto de este servir aos alunos mais velhos, do último ano de escolaridade, cujas perspectivas já se estabeleceram, não se sentindo a necessidade de argumentos complementares ou de captar a sua acção sob a forma de imagens.

A grande maioria das ilustrações é dominada por figuras de homens, o que leva a pensar que os protagonistas na construção da sociedade socialista parecem ter sido quase exclusivamente do sexo masculino. Esta inferência corresponde à impressão retirada por Wikman (2006) da análise do manual de história da RDA.

Desde o tempo de Revolução de Outubro e particularmente nas épocas críticas (estalinismo, pós-guerra, Guerra Fria) o materialismo histórico e a afirmação de uma historiografia de exigência ideológica, ligada ao marxismo/leninismo, alimentaram a tradição de produção de manuais soviéticos de História. Aquela tradição, como vimos, cumpria uma função sociopolítica – estruturava uma ideia de excepionalidade da União Soviética (ou do seu antecessor directo – a Rússia), sublinhando de algum modo o seu carácter único relativamente a outras nações. Todos os livros didácticos que foram sujeitos a análise nesta investigação acentuam a diferença histórica e o percurso único dos soviéticos, provavelmente com a intenção de assegurar que a confiança e o orgulho pelo seu país permanecessem, mesmo nas condições mais adversas. A insistência na particularidade da União Soviética deve-se, provavelmente, também à consciência da desproporção entre a grandeza dos planos e projectos e a sua realização, entre os feitos gloriosos e as limitações da população, que os leitores dos manuais presenciavam na sua vida real, nos anos 70-80:

Os povos da União Soviética prepararam o caminho para toda a humanidade (B, p. 373);

O único país que enviou esforços para dominar o agressor fascista, bloquear o caminho da guerra e defender a paz, foi a União Soviética (C, p. 5);

O mérito principal nisto [a vitória sobre Napoleão] pertence ao povo russo que [...] devolveu a liberdade aos povos do ocidente europeu” (A, p. 30).

A crença no progresso do socialismo, a confiança na razão da causa marxista e a crítica feroz das visões opostas contribuíram para dar credibilidade a esses livros, por natureza muito difundidos, visto tratar-se de livros únicos, e sempre fundamentados em “evidências” históricas.

Na Europa, desde os finais do século XIX, estava em voga a procura da personalidade colectiva de um povo. Tratava-se de descrever e interpretar os traços permanentes de carácter e da mentalidade de cada povo, que se admitia encarnarem em cada nação (Matos, 1988). Na Rússia Imperial, a reflexão sobre a personalidade colectiva esteve presente na historiografia, na literatura e no pensamento desenvolvendo-se em duas direcções opostas: uma virada para o Ocidente e outra à procura das raízes da personalidade colectiva em solo russo. Havia dois grupos de pensadores que simbolizam estas duas posições. Os primeiros, chamados de “ocidentalistas”, argumentavam que sendo a Rússia uma parte da Europa, o povo russo partilhava os valores europeus. O segundo grupo, dito de “eslavófilos”, sublinhava que a Rússia ortodoxa e colectivista não fazia parte da Europa e que esta não servia de exemplo, pois não tinha moral, devido à sua secularização. Elogiaram o colectivismo, em conjunto com a religião ortodoxa russa, e criaram o primeiro modelo de modernidade não ocidental.

São conhecidas várias tentativas de reunir essas tendências. O primeiro esforço foi empreendido no século XIX pelo pensador russo Soloviev, que tentou reconciliá-las com a ajuda do espírito religioso. Uma tentativa mais conhecida, mas com diferentes intenções, foi a realizada por Lenine no século XX. Ele resolveu, na opinião de alguns, de forma brilhante, o problema de como não ser como a Europa, por um lado, e não ficar “atrás” da Europa por outro (Huntington, 1996), enquanto para outros, até aos anos 50, o marxismo bolchevique conseguiu não só manter neutralizada como superar a bifurcação civilizacional entre “eslavófilos” e “ocidentalistas” (Panarin, 2006).

Diversos autores têm sublinhado a função social da história na formação da consciência nacional e na fixação de memória social (Matos, 1988; Barca, 2000). Essa memória nacional alimentava-se de diversos mitos que exprimiam um determinado sentido de identidade, contribuindo assim para legitimar o Império Russo e forjar a

coesão nacional, territorial, étnica e cultural. O caso da URSS revela algumas particularidades em relação a outros países do mundo que importa considerar. Tratava-se de um país que integrava muitas e diferentes minorias étnicas com diferentes culturas, línguas e muitas vezes religiões. Em tal contexto de heterogeneidade e de raros períodos de equilíbrio político e económico interno e de estabilidade externa, não surpreende que a história tivesse a preocupação em enfatizar um certo sentido da unidade nacional. Em diversos momentos estiveram em jogo desafios internos e externos, que podiam pôr em causa a existência da União Soviética: a guerra civil, a fome dos anos 30, a II Guerra Mundial e a ameaça das potências ocidentais durante a Guerra Fria. Nestas circunstâncias, compreende-se que um país de orientação comunista, adverso ao mundo capitalista, tenha estimulado os estudos históricos e as publicações de fontes importantes para um conhecimento do seu passado de modo instrumentalizado pela ideologia dominante.

Na União Soviética, os manuais de História eram um espelho da política do Estado, por isso o objectivo que o Estado Soviético definiu para a educação foi a de “[...] aliar a firmeza ideológica, a preparação profissional e as altas qualidades morais [...]” (Smirnov, 1978, p. 195). Esperava-se que a escola e os seus manuais de História operassem, na obtenção dos seus propósitos, com *objectividade* e *rigor científico*, que em princípio, são intenções que podem ser encontradas nos programas de ensino de história de qualquer outro país. Contudo, o processo do ensino da história da União Soviética era diferente em vários aspectos. É particularmente importante sublinhar dois deles nesta investigação:

a) a socialização em conformidade com o modelo ideológico e cultural prevalecia sobre todos os outros objectivos educacionais, e

b) a instrução procurava inculcar nos alunos não apenas a ideia de “firmes combatentes ideológicos” mas também de “verdadeiros filhos da Pátria” (Smirnov, 1978), sendo esta última entendida como URSS e não como a Rússia, a Ucrânia, a Bielorrússia ou outro país. Como dissemos anteriormente, este objectivo, bastante ambicioso, na opinião de Wertsch (2002) fazia parte do projecto, levado a cabo desde os tempos da Revolução de 1917, de criar um tipo de personalidade socialista que servisse como padrão na afirmação de identidade nacional – o “Homem Soviético”.

Ao reflectir sobre o conteúdo dos manuais de História em análise, quer se trate dos livros didáticos que contam a história dos períodos pré-soviéticos, quer do tempo do socialismo na sua última fase, deparamos com um enorme esforço de escrever a história como algo movido por homens especiais, grandes homens e não pessoas comuns, que viveram a vida intensamente para os outros e deixaram marcas profundas na sociedade. Partindo da afirmação de Smith (1981) de que todas as narrativas são construídas de acordo com uma ampla gama de propósitos e interesses, e tendo o conhecimento da importância atribuída pelo Estado Soviético à educação e nomeadamente ao ensino de História, é lógico pensar que o culto desses homens nos manuais de História tem no mínimo duas intenções:

a) concretizar, desta forma, uma das ideias-chave da doutrina marxista/leninista sobre o homem e a sociedade⁷⁹;

b) reforçar a mensagem que pretendia transmitir ao aluno usando o mérito, os valores morais e intelectuais das personagens das narrativas, evocando a memória dos antepassados. Desta forma conseguia-se uma articulação perfeita entre o domínio ideológico (portanto científico e racional) e a esfera das ideias, sentimentos e emoções.

Nos três manuais de História em investigação, o culto das personagens desenvolve-se como um processo histórico, que tem a sua própria história, oscilações de todos os tipos, mas evolui por ajustamento à realidade social. Começa-se por relatar a história das personagens que estavam distantes das necessidades reais do social e das resoluções adequadas, no livro A, até chegar às personagens que eram verdadeiros *representative man*, usando a expressão de Emerson⁸⁰ (s. d.), no livro C.

Entre os tópicos, em torno dos quais é constituída a narrativa, destacamos os seguintes:

⁷⁹ Uma notável explicação foi dada pelo teórico do marxismo Plekhanov, no seu conhecido livro “O papel do indivíduo na História”: “São necessárias duas condições para que o homem dotado de certo talento exerça, graças a ele, uma grande influência sobre o curso dos acontecimentos. Em primeiro lugar, é preciso que o seu talento corresponda melhor que os outros às necessidades sociais de uma determinada época: se Napoleão, em vez do seu génio militar, tivesse possuído o génio musical de Beethoven, não chegaria naturalmente a ser imperador [...]. Em segundo lugar, o regime social vigente não deve obstruir o caminho ao indivíduo dotado de um determinado talento, necessário e útil justamente no momento em que é preciso. O próprio Napoleão teria morrido como um general pouco conhecido ou com o nome de coronel Bonaparte se o velho regime tivesse permanecido em França setenta e cinco anos mais.” (Plekhanov, 1977, p. 70).

⁸⁰ Este *representative man* é “aquele que se fixa na mais alta esfera do pensamento à qual outros homens se não elevam senão com esforço e dificuldade. Ele precisa apenas de abrir os olhos para ver as coisas na sua verdadeira luz, e nas suas largas relações” (Emerson, s. d., p. 11).

- uma sobrevalorização do papel e das actividades desenvolvidas por revolucionários em todas as épocas, por vezes, apoiada numa teoria da origem popular dos mesmos. Neste mesmo grupo encontra-se o culto de Lenine – herói fundador da nação por excelência.
- a noção de uma natureza e uma personalidade muito próprias destas pessoas, claramente diferenciadas das de outras personagens, assente numa base ideológica e moral, também ela bem distinta, cujas características são: o patriotismo, a posição activa contra a injustiça, perante a liberdade e para com o inimigo;
- a ideia de uma missão histórica destas pessoas que se baseava na sua consciência do presente, mas principalmente na perspectiva do futuro que, assim, garantia a confiança que o povo tinha neles e nas suas virtudes.

4.2. *Manual de “Historia da URSS”, 8º ano, 1973 - Livro A*

A primeira constatação a emitir e interpretar é a distribuição equilibrada dos personagens ligados à esfera militar, política, económica e cultural no livro A. A memória nacional assim forjada através deste manual tem, por conseguinte, uma dimensão não só política, mas também cultural⁸¹. Trata-se de uma tentativa de construção da memória, sobretudo pelas acções das diferentes personalidades, mesmo as que nunca haviam pertencido ao aparelho do Estado Russo e ao seu regime⁸², e actividades da elite cultural. A ambição dos autores era mostrar o potencial dos indivíduos e grupos dos diferentes domínios e áreas de actividade que participaram na construção da Nação desde os tempos mais remotos, e que foram especialmente importantes.

⁸¹ De acordo com a metodologia marxista de diferenciação dos fenómenos de base e os de superestrutura, a literatura soviética de ensino, ao revelar um período particular da história, começava tipicamente com uma descrição das condições económicas. Depois, seguia-se a explanação das relações sociais, para logo evidenciar as políticas do Estado, primeiro internas, depois externas, e terminava com uma secção de história da cultura (Bagdassarian, 2009).

⁸² Por contraste, quando se caracteriza o estado da decadência a que tinha chegado a Rússia Imperial, não se poupam adjectivos – as imagens, testemunhos e a visão pessimista parecem conduzir a um beco sem saída.

Especialmente revelador é o próprio título escolhido pelos autores para o livro A, apesar de este último abranger somente o século XIX: “História da URSS”. A mensagem transmitida por este anacronismo (sempre de acordo com a ideologia do materialismo histórico: os autores afirmam-se convictos do determinismo dos processos históricos) pretende fortificar a ideia duradoura do que a formação da URSS não teria sido um acidente, mas sim um nexos de causalidade, resultado da cooperação contínua das gerações de personalidades notáveis e da elite cultural nacional na luta pelo progresso e pela justiça.

Três grandes temas são desenvolvidos no manual A:

- O povo da Rússia, graças ao seu trabalho e à sua luta heróica contra vários inimigos, criou um Estado poderoso, desbravando os territórios desocupados;
- A Rússia estava atrasada em relação aos outros países e o travão principal sempre foi o regime político-económico e os seus atributos, nomeadamente a servidão;
- A Revolução Francesa e suas ideias despertaram a sociedade russa que, passados 60 anos, graças à luta dos revolucionários e ao seu grande povo (e apesar das vítimas), conseguiu abolir a servidão e deu um passo grande para a libertação do povo russo.

Apesar de o Livro A ser dedicado ao Império Russo no século XIX, faz várias referências aos Estados dos outros povos, que tinham existido desde tempos imemoriais “no território da União Soviética”, provavelmente com a intenção de possibilitar que o curso da história começasse desde um período muito mais antigo; sem, no entanto, deixar de ser a História da Rússia. Assim, o conceito de território comum, no contexto de livro A, constitui uma das bases de identificação nacional. As pessoas comuns que habitavam nesse território apresentam-se como principais portadores do sentimento nacional e patriótico, em oposição às classes dominantes que tendiam para a traição nacional.

Os povos não-russos que foram integrados no Império Russo são geralmente retratados como tendo beneficiado claramente em se juntarem à Rússia. As principais vantagens da adesão ao império são: a familiaridade com a uma cultura superior, a libertação de outras dependências mais graves, a restrição de “arbitrariedade” das elites

locais, a cessação de guerras civis. Neste contexto, a ideia de o Império Russo ser uma “prisão dos povos”⁸³ parece não ser mais do que um mito histórico.

A adesão do Cáucaso à Rússia foi um acontecimento importante e progressivo para os povos do Cáucaso (A, p. 59).

Mas quando se trata da avaliação do capitalismo russo do ponto de vista marxista, o império volta a aparecer como “prisão dos povos”, e condena-se sem reservas o colonialismo.

Nos territórios aderentes a autocracia instalou um regime colonial (A, p. 59)

Os povos coloniais não se “familiarizaram com a cultura superior”, antes surgem como submetidos à opressão e a exploração:

O povo russo é visto neste manual como uma personagem colectiva, portadora de grandes virtudes e qualidades. Tais qualidades apenas estavam adormecidas, devido aos factores desfavoráveis (regime czarista, ausência da ideia que podia unir e levantar o povo para a luta, assim como falta de organização e de líderes competentes); mas bastou que as circunstâncias se tornassem favoráveis para as qualidades e capacidades do povo se revelarem em toda a sua plenitude:

O povo russo, que salvou outros povos da escravidão (libertou a Europa de Napoleão) não podia permanecer, ele próprio, oprimido (A, p. 30);

Napoleão invadiu a Rússia, foi então que o povo russo sentiu pela primeira vez a sua força, que despertou em todos os corações um sentimento de independência, em primeiro lugar político e mais tarde popular. É aqui o começo da Rússia livre. (Idem, p. 33);

Para fazer uma revolução, o povo russo ainda não tinha força (A, p. 34).

A par de temas como a guerra napoleónica, o atraso do Império relativamente às nações ocidentais, o problema das revoltas e rebeliões dos povos do Império Russo em diferentes regiões do país, as lutas nacionais contra invasores e as lutas das minorias étnicas pela independência, o aparecimento de uma personalidade do tipo novo⁸⁴

⁸³ Uma frase de Astolphe de Custine do livro *La Russie en 1839*, erradamente atribuída a Lenine, por este a ter usado no “Discurso sobre Questão Nacional”, em 1917. *Dicionário de locuções*, consultado em 25 de Maio de 2011, <http://bibliotekar.ru/encSlov/18/109.htm>.

⁸⁴ Esta ideia, promovida no manual A, encontra a sua corroboração no trabalho do historiador marxista Hobsbawm no seu livro *Era das Revoluções*: “[...] nos últimos anos das Guerras Napoleónicas começaram a surgir gerações de jovens para quem só a grande chama libertadora da revolução se projectava pelos anos fora, enquanto desapareciam da vista as cinzas dos seus excessos e da corrupção; e após o exílio de Napoleão, até esta personagem pouco atraente se tornou uma Fénix semimística e um libertador. À medida que a Europa se afundava, ano após ano, nos domínios incaracterísticos da acção/reacção, da censura e da mediocridade, e nos pântanos pestilentos da miséria, da infelicidade e da

constituiu um dos temas chave deste manual – os lutadores contra o regime – e configura uma das componentes da proposta identitária dos seus autores.

Podemos distinguir vários grupos dentro desta categoria. O primeiro grupo é o dos indivíduos que, pela sua origem e educação, podem ser definidos como “elite” do Império Russo mas não como líderes/revolucionários, uma vez que “[...] as doutrinas e crenças que dão um fundamento moral ao poder dos dirigentes[...]” (Mosca, Bouthoul, s.d., p. 7) e que moviam estas personalidades estavam longe das doutrinas marxistas, verdadeiramente revolucionárias. Eram portadores de qualidades morais e intelectuais elevadas, aristocratas com alto estatuto socioeconómico, contudo não eram dirigentes. Correspondiam mais ao conceito de “contra-elite” de Pareto (1987), por possuírem as qualidades típicas da elite, mas não terem acesso à liderança por causa de seu *status* social e de uma certa impotência e rebeldia perante o poder.

No manual A são representados pelos “Decabristas”, movimento de um grupo de aristocratas que se levantou pela libertação face ao poder absoluto (um *objectivo nobre*, portanto) e acabou por ser destruído pelo mesmo. A parte do livro dedicada aos “Decabristas” tende a mostrar que estes personagens históricos eram tributários de um realismo ingénuo, incapazes de fazer uma análise profunda da realidade czarista da época e consequentemente levar a cabo uma acção contra a mesma. Assim, ao sublinhar as características destas personagens, faz-se a projecção das concepções e dos valores comunistas que serviram para a interpretação dos seus contributos.

O paradigma interpretativo que foi aplicado na construção da imagem dos Decabristas no livro A, concentra-se em três pontos principais: a sua intenção revolucionária limitada, que visava tão-só a limitação do poder absoluto; a sua não-relação com povo:

[...] tinham medo de atrair o povo (A, p. 41);

[...] tiveram medo de se apoiar no povo (A, p. 43);

[...] estavam longe do povo, assim, o seu revolucionarismo era limitado (A, p. 43);

e, finalmente, o seu patriotismo.

Interessa-nos considerar esta última questão. Todos os cursos de história nacional são tradicionalmente vistos como um dos principais pilares da educação

opressão, a imagem da revolução libertadora tornava-se cada vez mais luminosa” (Hobsbawm, 1992, p. 303). Esta correspondência das ideias leva acreditar que os autores do livro didáctico soviético trabalhavam usando a abordagem aceite internacionalmente no mundo intelectual marxista na época.

patriótica. No entanto, o conteúdo semântico do conceito de patriotismo nos últimos dois séculos mudou frequentemente. Em tempos, patriotismo significava principalmente a cidadania, ou seja, um sentimento de responsabilidade pessoal pelo destino do seu povo. Não admira que na Rússia do século XIX a palavra tenha soado como um desafio para o poder autocrático, o que fez com que o Czar Pavel I tenha proibido o seu uso (Jukovskaia, 2003). Sob a influência do nacionalismo crescente, o significado do conceito sofreu várias transformações, não raro tendo significados divergentes, e provocando debates teóricos. Mas, como sublinhou Matos (1988) os manuais de História não discutem a questão, antes a resolvem de uma ou outra forma, atribuindo esta característica (ou a sua antítese) aos protagonistas e às personagens da narrativa histórica. Por isso acha-se pertinente neste trabalho procurar nos manuais em análise, as respostas às seguintes questões:

- Quais são as principais características do patriotismo das personagens que deveriam formar a base da identidade nacional? De que valores este é constituído?
- Como estes últimos variam nos manuais em análise?

No que diz respeito ao primeiro tipo de personagens que pertenciam a estratos mais nobres da sociedade russa, sem ligação nenhuma com a burguesia emergente e por isso fraca, o seu patriotismo não se apoiava em aspirações políticas e económicas, mas sim culturais, de pessoas que reconheciam o atraso da Rússia em relação ao modelo ocidental. Atraso este que feria o seu orgulho pela Pátria Russa e fazia rejeitar o modelo alheio com a sua abordagem liberal e racional. É esta situação que, na opinião de Kohn (1994), fez nascer o complexo de inferioridade nas classes mais instruídas da Rússia e reflexões sobre a “alma” e a “missão” da nação, que estão na origem do patriotismo do século XIX. Greenfeld, ao desenvolver esta ideia, acrescentou que não só o atraso geral do país, mas também a ausência de instituições populares do tipo europeu, fizeram nascer na Rússia um tipo de patriotismo que só dava a conhecer todo o seu potencial quando existia uma ameaça à segurança nacional, a *mobilização total* contra um perigo exterior (Greenfeld, 1998).

O segundo tipo de personagens do livro A é constituído por indivíduos que tornaram a luta contra o regime a razão de ser da sua vida, mas que devido à sua origem

e educação pertenciam às camadas mais baixas da sociedade russa (camponeses⁸⁵) e apesar de alguns deles possuírem características de líderes (o que, na terminologia marxista do livro, significa “estar com o povo e guiá-lo”) não tinham outras qualidades (educação, conhecimento, capacidade dirigente) nem objectivos políticos (os seus objectivos não iam para além da revolta) que lhes permitissem levar a cabo os movimentos populares que iniciavam:

Todas as manifestações dos camponeses, como regra, eram suprimidas de forma relativamente fácil pelo governo. Isto explica-se pelo facto de as manifestações terem carácter desorganizado, espontâneo e fragmentado. Os camponeses odiavam os proprietários da terra e os funcionários do Estado, *mas acreditavam no “Czar-Pai”*, convencidos que este não tinha ideia das desgraças do povo (Livro A, p. 63).

A partir da guerra com Napoleão⁸⁶ assistira-se à emergência de uma visão diferente do povo russo, definido como um indivíduo colectivo, formado por elementos étnicos primordiais, tais como o sangue e a terra, caracterizado por uma alma enigmática e uma busca de justiça ideal (Greenfeld, 1998). A sua visão patriótica baseava-se em valores morais, supostamente conservados nas bases comunitárias da sociedade agrária russa, expressão máxima, segundo se acreditava, da mentalidade popular russa:

Desde os tempos antigos, a *obtschina* permaneceu na aldeia russa. Isto significa que os prados, as florestas e outras terras eram propriedade colectiva (da *obtschina*) de toda a aldeia. As terras aráveis também eram propriedade da comunidade [...] os camponeses estavam agarrados à terra [...] tinham responsabilidade mútua [...] era tudo que tinham e que defendiam, quando era preciso (A, p. 142).

⁸⁵ A Rússia, de acordo com o seu 1º censo, realizado em 1897, contava com 129 milhões de habitantes, dos quais 87% viviam no campo e 81,5% eram agricultores (Broué, 1973). Este cálculo certamente contava com a Finlândia e Polónia que na época faziam parte do Império Russo.

⁸⁶ De certa forma, graças ao livro de Tolstói *Guerra e Paz*, contendo inúmeras imagens e exemplos do heroísmo do povo e do guerreiro-salvador que em prol do bem comum manifesta comportamentos extraordinários, superiores aos normais, muitas vezes sacrificando a sua vida. A escola histórica soviética e os manuais de história tinham uma relação ambivalente com Tolstói e sua obra-prima *Guerra e Paz*. Tolstói era um escritor de grande popularidade e, do ponto de vista cultural e informativo, a sua obra era uma poderosa e significativa fonte de conhecimento de factos e acontecimentos históricos da época mais gloriosa da Rússia (Imperial) – a guerra com Napoleão – com uma abordagem que destaca o patriotismo do povo russo, desde um simples servo até aos aristocratas e à realeza, que não podia ser ignorada (Rodden, Reat, s.d.). Mas os inesquecíveis protagonistas do romance criados por Tolstói eram aristocratas, aliás como ele próprio. Este seu estatuto, ideologicamente incompatível, representava um grande problema para a educação soviética. O compromisso foi encontrado e os livros didácticos de história começaram a dar uma imagem parcial da obra e citar Tolstói cada vez que era preciso salientar o papel do povo (*narod*) no contexto dos arrebatadores acontecimentos históricos, reposicionando assim *Guerra e Paz* como um romance pré-socialista (Shneidman, 1973). Dentro dessa perspectiva a tarefa dos autores do manual A, assim, tornou-se num desafio virtuoso de evocação do passado; eles tiveram que escrever o manual de forma que Tolstói aparecesse como se fosse de facto um herói dos camponeses, que quase tinha antecipado os acontecimentos de 1917, na época em que escreveu a *Guerra e Paz*: “A vara da Guerra Popular levantou-se com todo o seu poder ameaçador e majestoso....” (Tolstói, citado no Manual A, p. 26).

Assim, além das características compartilhadas – a língua, o território, a história e a religião, objectos de orgulho patriótico – e consideradas como base para a identidade nacional, a imagem destes personagens estimula a crença de que a singularidade do povo deve ser procurada não nas suas realizações, mas na sua essência. Por esta razão enfatizam as particularidades internas do povo russo, como sua alma e espírito, impossíveis de serem verificadas de forma objectiva:

Somente o povo russo conseguiu resistir; eles lutavam sob o céu da Pátria e estavam na sua terra natal (A, p. 23).

O manual A também afirma o eterno patriotismo do povo, quando define, por exemplo, as qualidades de combate extremamente elevadas dos soldados russos, ou a resistência da população russa. Isto reflecte uma compreensão da nação como algo *fora do tempo*, uma vez que a consciência nacional do povo aparece mais como um fenómeno natural. Muitas vezes até as derrotas militares são descritas como “quase vitórias”. E quando se trata de realizações verdadeiramente grandes, as vitórias são descritas com louvor hiperbólico:

Os soldados e oficiais russos mostravam milagres de coragem e heroísmo (A, p. 16).

Outra vertente deste patriotismo tradicional é o ódio do povo russo a tudo que era estrangeiro, responsabilizando-o pelas desgraças da sua vida:

Entre os próximos a Nikolai (czar) havia muitos senhores alemães-bálticos, funcionários extremamente dedicados ao czar, mas cruéis, que desprezavam o povo russo e lhe eram completamente estranhos (A, p. 65);

Pior ainda quando os comandantes das tropas russas eram estrangeiros. O livro considera necessário, em cada momento, salientar como “ineptos” os líderes militares com nomes não-russos:

[...] ele (ministro militar Barclay de Tolly) não estava perto dos soldados e oficiais que não o entendiam e não gostavam dele [...] conhecia mal o povo russo [...] não poderiam comandar as tropas numa guerra que se tornou nacional (A, p. 18).

Neste manual – e podemos antecipar que nos outros também –, o heroísmo, o sacrifício, o amor pela terra natal e o ódio aos inimigos são sempre registados pelos autores durante as guerras, por isso, a guerra é retratada pelos autores como o principal meio de “elevação” do espírito nacional do povo russo.

Pouco tempo antes da revolução, verifica-se a emergência de um terceiro tipo de personagens, que é o principal na proposta identitária dos autores dos manuais,

constituído por pessoas que reúnem todas as virtudes dos indivíduos dos tipos anteriores e não apresentam as suas falhas – são revolucionários marxistas que se distinguem pelas suas qualidades superiores e pelo contributo que tinham dado à libertação do povo russo, à justiça e ao progresso da humanidade:

O país tinha encontrado forças que, mesmo nas condições da reacção triunfante, conseguiram levantar-se para a luta contra a opressão e a violência (A, p. 71);

Os jovens revolucionários lançaram-se à luta pela liberdade e felicidade do seu povo. Foi uma luta heróica, desigual, de um punhado de revolucionários contra o czarismo armado até aos dentes. Esta luta despertava a admiração dos povos amantes da liberdade (A, p. 164).

É ainda possível distinguir duas ideias mestras na narrativa do livro A: a decadência (da Rússia Imperial) e o progresso (associado à revolução de inspiração marxista)⁸⁷. Esta contradição constitui a base a partir da qual se constrói toda a narrativa. O progresso aqui é um percurso vitorioso, pensado, planeado e com um ponto de chegada deliberado. É um progresso conseguido com muitos sacrifícios; nunca é individual, mas sim social, mas que se deve ao trabalho árduo de agentes especiais. Às imagens dos revolucionários, marxistas ou não – o que nesse último caso significa personagens geralmente positivas, com “fundo bom”, mas “um pouco desorientadas” – associa-se a ideia do progresso da Rússia. Às imagens negativas, que se encontram personalizadas em todas as classes de proprietários, do czar até aos capitalistas, passando pelos proprietários da terra, junta-se por antítese a ideia de declínio e decadência.

Segundo Bagdassarian, a própria escolha desses factos e imagens delimita a formação na mente do aluno de uma determinada configuração interpretativa. Até mesmo a designação de relações causa-efeito, cuja identificação tradicionalmente serve como fundamento para o processo de construção do entendimento do conhecimento histórico, contém em si a prioridade de uma teoria (Bagdassarian, 2009). Assim, parece não haver dúvida de que os grandes acontecimentos que podem ser encontrados na narrativa do livro A foram prioritariamente escolhidos em função da importância que tiveram na preparação da nação e do povo russo para a revolução, portanto, para o “progresso”. A partir daqui, era uma história de vitória que se narrava.

Os revolucionários, aparecendo como as personagens-chave no Livro A, são retratados como a principal força capaz de levar as massas de trabalhadores e

⁸⁷ A ideia original que serviu de inspiração para esta parte de análise é de S. Campos Matos (1988).

camponeses do Império Russo, e de todo o mundo também, ao progresso e à justiça, realizando essa tarefa de forma abnegada e heróica:

[...] eram sujeitos às penas mais severas: a servidão perpétua, a prisão, exílio, sob vigilância policial (A, p. 72);
[...] uma vida dura sem meios de sobrevivência, sem trabalho, sem apoios (A, p. 73);
[...] o ideal para eles era uma sociedade em que viviam e trabalhavam cidadãos iguais em direitos (A, p. 73).

A ideia de herói apoia-se na visão comunista que abreviadamente se transcreve: os heróis do manual eram heróis da razão e do progresso. As suas virtudes reflectiam o que tinham de mais nobre e valioso as pessoas de moral elevada. Ao mesmo tempo eram pessoas normais, iguais aos outros, sem comportamentos espartanos, sem o fatalismo ou o dramatismo dos heróis românticos⁸⁸. Nada pode parar estas pessoas porque são movidas pelos ideais mais nobres que podem existir – justiça, igualdade, liberdade para todos os povos da Rússia –, porque estão armados com a teoria marxista, a única verdadeira, e porque são liderados por um partido que os conduzirá inevitavelmente a uma sociedade sem classes, a sociedade socialista (Smirnov, 1978). Desta forma, o marxismo subordinava a nação, os seus interesses e os sentimentos para com ela, aos valores mais elevados, promovidos pela doutrina, como a solidariedade de todos os povos oprimidos. Os heróis distinguiram-se dos outros homens pelas suas acções não em prol da nação, mas da “revolução” que deveria acabar por abranger toda a humanidade. O patriotismo revolucionário era temperado pela ideia de um processo mais amplo de evolução, na qual a Rússia (como depois a URSS) iria desempenhar um papel importante e único.

Nesta plêiade de personagens dotadas de grandes virtudes, que o manual pretendia conservar na memória dos alunos, destaca-se obviamente a figura de Lenine, fundador do partido comunista, exemplo de revolucionário marxista, eleito para desempenhar uma missão. O estudo da figura de Lenine como líder, no manual em análise, permitiu identificar três funções gerais por ele desempenhadas, sempre com capacidade extraordinária: 1) desenvolver os princípios do marxismo, adaptando-os à situação específica da Rússia; 2) determinar a direcção e o programa de actividades

⁸⁸ Como escreveu um famoso revolucionário, Netcháiev, no seu *Catecismo revolucionário*: “A natureza de um autêntico revolucionário exclui todo o romantismo, todo o sentimentalismo, todo o entusiasmo e toda a sedução [...]” (Venturi, 1981, p. 595).

verdadeiramente necessárias para resolver os problemas; 3) lutar contra os inimigos, visíveis e ocultos.

Numa perspectiva generalizada, a figura de Lenine é colocada num plano muito superior ao comum dos mortais. E, por isso, no manual ele é liberto das limitações humanas e defeitos, mesmo durante a sua infância e adolescência, sublinhando apenas as suas virtudes e tornando-o assim numa *personagem ideal*⁸⁹, um modelo⁹⁰, um herói: Nas páginas 189-191 do Livro A, encontra-se a biografia de Lenine, onde são sublinhadas as suas qualidades extraordinárias, tais como a assiduidade nos estudos, a coragem na luta contra o regime, a capacidade de comunicação e a intransigência para com o inimigo, entre outras.

[...] seu vasto intelecto, seu conhecimento, seu carácter forte. Eu olhei para ele [Lenine]. Vi nele uma força tremenda, uma inspiração para a missão, à qual eu daria a minha vida. (A, p. 197)

Contudo, convém adiantar que no Livro A, a figura de Lenine se encontra apenas numa ligação lógica com um determinado período e processo – o surgimento e divulgação do marxismo na Rússia, no final do século XIX, enquanto no Livro B, como veremos, já será um protagonista pleno da narrativa. De qualquer modo, podemos considerar que no Livro A começa a desenhar-se o mito de Lenine como fundador da nação e do socialismo soviético, um dos mitos mais caros da URSS.

A imagem de Lenine está no início da história socialista soviética, na sua “página em branco”, para simbolizar a luta revolucionária na sua forma mais pura e passa a ser um elemento essencial do todo o sistema simbólico que acompanha a

⁸⁹ Em temas como a vida de Lenine, ou os mitos fundadores da revolução de 1917, os historiadores russos sob o regime da União Soviética tinham de colaborar numa distorção sistemática e manipulação das evidências no interesse de um conjunto de interpretações não-negociáveis, impostas a partir de cima: se não o fizessem, não tinham futuro. Em tais circunstâncias, os historiadores que foram capazes de manter algum tipo de integridade como estudiosos, fizeram-no com algum custo para si próprios. Mesmo assim, os seus críticos posteriores não manifestam simpatia nenhuma para com o tipo de compromissos que foram obrigados a fazer em tempos (Korzun, 2005). Como escreveu Mann, no *Doutor Fausto* – “Quem quiser participar na comunidade deve estar pronto para substanciais acções detracções da verdade e da ciência” (Mann, 1996, p. 236).

⁹⁰ É uma prática antiga – de acordo com o pensamento de Comte, os grandes homens eram considerados os únicos agentes da história. Comte até chegou a desenvolver um calendário para essas grandes figuras, com datas comemorativas de Jesus Cristo, Moisés, Alexandre, entre outros (Ruckstadter, Toledo, 2006). Da mesma maneira que o positivismo, mas sob uma perspectiva um pouco diferente, o marxismo também se utilizou dos discursos românticos e heróicos para propagar as suas ideias e sua visão do mundo. Enquanto o positivismo enaltecia heróis provenientes da classe dominante, o marxismo fez o contrário, escolhendo figuras que eram provenientes das classes expropriadas. Conforme afirmam Ruckstadter e Toledo, em ambos os casos trata-se do posicionamento político, de uma orientação ideológica: enquanto o positivismo lutava pela manutenção da ordem capitalista, o marxismo procurava romper essa mesma ordem, a partir da propagação de imagem dos verdadeiros líderes revolucionários (Ruckstadter, Toledo, 2006).

fundação de uma sociedade que terá a sua origem em 1917. A partir daí, a legitimação de todos os líderes soviéticos passa pela tentativa de negar ou de identificar o período anterior como um desvio relativamente à direcção geral para a uma meta ideal, aproximando assim o seu actual período ao tempo mitológico do início da história soviética, a Lenine, o fundador⁹¹.

Um quarto tipo de personagens também contribuiu para o progresso, a justiça e a formação da personalidade do tipo novo, mas de maneira diferente: a *inteligência* russa. O capítulo sobre grandes nomes da ciência, da arte e da literatura aparece em contraste com uma desordem acentuada na política e na economia que o Estado russo estava a viver. A intelectualidade russa é apresentada no livro como camada de população mais culta e mais instruída, que por isso não podia estar fora dos problemas da libertação individual e da justiça social; acreditava na natureza humana e na personalidade humana em geral e na possibilidade de criação de instituições sociais e políticas justas. Desta forma, a lógica da narração leva-nos a pensar que a *inteligência* russa tendia a defender uma ideologia que preconizava as entidades sociais colectivas como instrumento de libertação, ou seja, que tinham antecipado o marxismo (na versão bolchevista) que lhes deu novas oportunidades, e viriam a apoiá-lo.

Desenvolvendo esta ideia com mais profundidade, Bergman (1997) consegue estabelecer uma relação evidente entre a intelectualidade russa do século XIX e a emergência da personalidade socialista que serviu como protótipo da identidade colectiva e seu arquétipo “Homem Soviético”. Assim, Tchernichévski, no seu mais famoso romance *O que fazer?* (1862), faz uma descrição da qualidade e das características dos novos homens e mulheres do futuro: coragem, frieza, força, rigor, simplicidade de espírito e determinação. Sabe-se que Lenine conscientemente imitava um dos protagonistas da obra de Tchernichévski⁹², que apesar de não ser um modelo de Homem Soviético, uma vez que era um agente da revolução e não o produto dela,

⁹¹ O mito da construção de uma nação ou do seu líder fundador exige coerência e uniformidade, se se quiser ter alguma hipótese de moldar e transformar as crenças e opiniões das pessoas a quem é dirigido. Segundo Merridale, nesse aspecto “[...] o partido comunista tinha feito um esforço formidável, em particular até ao final dos tempos de Brejnev. Havia estátuas de Lenine em todas as cidades [...]” (2003, p. 17).

⁹² Conhece-se a influência que teve sobre Lenine o romance de Tchernichévski, cujo título Lenine reutilizou em 1902 (Fausto, 2008).

“certamente foi um precursor do tipo de pessoa que os bolcheviques acreditavam que seria necessário para criar tal homem” (Bergman, 1977, p. 59).

A leitura dos textos do manual A permite estabelecer um certo padrão nas personalidades destas pessoas notáveis da cultura e da ciência. Em primeiro lugar, todas elas eram *estudiosas* que adquiriram conhecimentos por mérito próprio, acreditando na razão, dedicando-se a elevar a sua cultura geral e a da área em que trabalhavam. Assim, o seu sucesso, as suas descobertas, as suas obras não eram resultado de um simples acaso, mas de um trabalho árduo em prol do progresso da humanidade, o que os tornava grandes agentes de transformação social. Assume-se no livro que aqueles que mereciam ser membros deste grupo de personalidades eram altamente educados e tinham um profundo interesse pela cultura, pela literatura e pelas artes. Acredita-se também que estas pessoas eram modestas, sentiam uma repulsa instintiva para com a burguesia, o carreirismo e a vaidade. De não menos importância foi a crença de que a intelectualidade era o único estrato da população cujos membros tinham compaixão forte em relação ao sofrimento dos “outros” e que estavam prontos para fazer um sacrifício por uma causa nobre, até ir para as barricadas (Shlapentokh, 1989) .

[...] desde a escola, ele (Mendeleev) manifestou grande interesse pela ciência e umas capacidades notáveis (Livro A, p. 203);

Um militar, Mozhaisky dedicou a vida inteira à criação de uma aeronave mais pesada que o ar” (Livro A, p. 204).

Um outro traço comum a todas estas personagens é o *patriotismo*:

Um grande cientista e patriota, Mendeleev é o orgulho do nosso país e do povo russo (Livro A, p. 204);

Setchenov é o orgulho da ciência russa, um grande patriota e cidadão do seu país. A sua vida e catividade são façanhas científicas em nome do triunfo da razão e da justiça (Livro A, p. 208).

Parece-nos lógico colocar como hipótese que o tema da cultura e da ciência do século XIX e seus grandes nomes ocupasse um destaque e uma maior atenção por parte dos autores por uma razão de cariz escatológico. No século XIX, o tema escatológico sofre uma transformação substancial: se antes o destino de um povo se associava à vontade suprema, agora o seu futuro relaciona-se com o próprio povo, com o seu esforço de colaboração para uma causa comum. O ideal da perfeição espiritual da humanidade, assim como de um futuro harmonioso de convivência das pessoas, está bem expresso na ideologia populista (antecessora do marxismo na Rússia) e no meio dos cientistas democratas russos, tornando, posteriormente, a sua interpretação um

motivo importante da cultura soviética. Adiantando um pouco, pode-se dizer que a ideia do poder transformador da ciência que, segundo o livro A, estava enraizada no pensamento russo do século XIX, encontrou um solo fértil durante o período soviético, como um “instrumento” poderoso para construção do socialismo, como confirma o livro C.

A análise da narrativa do livro A permite ver que quem sustenta o seu desenrolar, o seu sujeito, é o povo russo, a grande personagem colectiva que permanece e progride. A estrutura da narrativa do livro tem uma dimensão temporal e está em correlação com duas posições desta dimensão: antes e depois. A linha que separa estes dois momentos é o aparecimento dos marxistas revolucionários, liderados por Lenine. Assim:

ANTES – Povo russo: explorado, não esclarecido, sem liderança, sem futuro

A vida dos trabalhadores era insuportável. O dia de trabalho foi definido arbitrariamente pelos capitalistas. Chegava a ser 14-15 horas. Recebiam salários miseráveis que não permitiam sequer uma existência mínima. Por cada delito, os trabalhadores eram impiedosamente multados. O trabalho feminino e infantil era amplamente utilizado (Livro A, p. 146);

O povo não tinha direitos. A dignidade e a liberdade dos seres humanos não eram protegidas pela lei [...] florescia o abuso da personalidade humana” (Livro A, p. 132);

[...] as suas revoltas eram desorganizadas e espontâneas [...] os movimentos eram fracos e fragmentados (Livro A, 189).

DEPOIS – Povo russo: explorado, esclarecido, com liderança, com futuro

Trabalhadores da Rússia, liderando todos os elementos democráticos, vão derrubar o absolutismo e conduzir o proletariado russo (ao lado do proletariado de todos os países), pelo caminho de luta política aberta para uma revolução comunista vencedora” (A, p. 191);

O povo russo vai suportar os pesos que carrega até que perceba os seus direitos humanos e o facto de que deve ter o direito de desfrutar de todas as riquezas produzidas pelo seu trabalho (A, p. 192);

A vanguarda do povo, a força dirigente e indicadora, será o partido (A, p. 196).

Portanto, o sujeito da narrativa do livro, o povo russo, aparece como capaz de agir, de mudar o seu estado, mas não sabe como fazê-lo por si próprio. Este sujeito necessita daquilo que não tem, a *competência*, um programa, um conjunto de modalidades de poder/saber agir. Assim, preenchida esta lacuna pelos revolucionários marxistas, o povo torna-se um sujeito completo, capaz de transformações e mudanças progressivas – na condição de ser justamente dirigido. Pela atribuição dos elementos

descritivos que acompanham a sua transformação, esta personagem colectiva assume claramente o estatuto de personagem modelada (Barthes, 2007), dinâmica, dotada de densidade psicológica, capaz de alterar o seu comportamento e, por conseguinte, de evoluir ao longo da narrativa.

Vista desta forma, a narrativa do livro A tende a fortalecer um modelo axiológico marxista de ser humano e de sociedade, que identifica e investe na “força” que contribui para a organização social, dá sentido às acções de transformação desencadeadas e dirigidas pelas personagens movidas pelos ideais comunistas.

4.3. *Manual de “História da URSS”, 9º ano, 1979 - Livro B*

Este manual abrange dois períodos da história da URSS – o do imperialismo e o da passagem para o socialismo. São dois momentos essencialmente diferentes na história, cujo separador de águas foi a Revolução de Outubro. Contudo, segundo os autores do livro didáctico, estes dois períodos encontram-se unidos por uma relação de causa-efeito. Assim, o imperialismo gerou as condições que se transformaram em causas possíveis e inevitáveis da revolução e da transição da Rússia para um regime de tipo socialista.

As acções políticas deste período foram claramente condicionadas por um *corpus* de princípios axiomáticos. Esses princípios foram irreversivelmente modelados pela doutrina leninista sobre o imperialismo e pelas respostas dos bolcheviques aos acontecimentos internos e internacionais que se registaram entre 1918 e 1922. Sobre a base da concepção leninista e da experiência concreta adquirida durante o período revolucionário e na guerra civil, o livro mostra os bolcheviques como os protagonistas de uma época caracterizada por revoltas e guerras. A visão que eles tinham da guerra civil internacional ditou o imperativo de adoptar uma estratégia de sobrevivência para a Rússia revolucionária, essencial para manter vivo o projecto de “mundo novo” que os havia orientado desde 1917. Este período corresponde a uma maior actividade revolucionária dos marxistas, liderados por Lenine e outros revolucionários e activistas que desempenharam um papel heróico, que tornou inevitável a sua presença no manual de história e na memória colectiva do povo da URSS.

A época pré-revolucionária descrita no manual B dá-nos a conhecer, de certa forma, o perfil do revolucionário marxista cujas melhores características se encontram

reunidas na figura de Lenine – protagonista do livro, herói principal, um modelo a seguir, em todos os sentidos. A análise de conteúdo feita ao texto do manual B permitiu identificar 528 referências a Lenine, feitas nas 383 páginas do livro. Este número, que aumentou significativamente, em relação ao Livro A, na verdade corresponde logicamente às inúmeras funções desempenhadas por Lenine, conforme os autores. Este facto encontra uma fácil explicação, uma vez que se trata do período preparatório de revolução, cujo pensamento, organização e realização teve como protagonista Lenine, apresentado sempre como infalível e agindo da maneira mais adequada.

Pela sua acção Lenine consegue: *a unidade do partido em torno dos objectivos e valores marxistas; encontrar e tomar decisões políticas adequadas* face a qualquer problema que surgisse; *manter a ordem e o controle* de todas as situações; *comunicar com as massas*, fortalecendo assim a conexão política e emocional. A sua percepção pessoal das ideias do marxismo é particularmente importante para a superação de toda a possível desconfiança que pudesse manifestar-se em relação às mesmas, para formar uma população de consciência marxista; *gerar optimismo e energia social*, mobilizando as massas para a implementação dos objectivos políticos, incutindo nelas a crença nos valores sociais e ideais do comunismo.

Utilizando-se da ideia bem enraizada nos livros didácticos, de que a história pode ser transmitida melhor ao leitor se usar o método *biográfico* (Matos, 1988), despertando mais intensamente a sua imaginação e sensibilidade, tornando a história mais “real”, o livro começa com uma grande reprodução do jovem Lenine acompanhada pelos dados da sua biografia, relativos ao período pré-revolucionário. Assim, nesta época, em que é notória uma grande debilidade da Rússia, devido à emergência do imperialismo, conhecido como a “última fase do capitalismo” graças a Lenine, apesar do miserável estado em que se encontrava o povo russo, uma figura do herói soviético tinha começado desenhar-se.

[...] a energia, expressividade, originalidade e simplicidade do discurso de Lenine, [...] a calma magnífica e o sorriso de Lenine, a sua simplicidade impressionante no que diz respeito aos camaradas [...] um prazer supremo e alegria com que ele se dedicou ao trabalho, sem ceder um único grão de tempo à vida privada e sem levar em conta as ligações pessoais e simpatias [...] assim era Lenine (B, p. 31).

Evidentemente, estamos perante o estabelecimento de uma visão imaculada, estereotipada e extremamente idealista do grande homem, de tipo hagiográfico; um modelo exemplar, um ideal a seguir. Aliás, todo o período revolucionário da década de

20 é caracterizado por aspectos predominantemente heróicos. A posição exaltada de Lenine não deixa dúvida de que ele é uma fonte de inspiração para os revolucionários russos:

[...] na estação, ele foi esperado com amor e entusiasmo por dezenas de milhares de trabalhadores, soldados e marinheiros. Na praça em frente à estação, levantaram-no e colocaram-no em cima dum veículo blindado. Holofotes potentes iluminavam a figura do líder [...] (B, p. 140).

[...] sob a orientação de Lenine, os bolcheviques estavam a preparar forças para o assalto ao velho mundo” (B, p. 164).

Quando Lenine apareceu no pódio [...] a plateia levantou -se e dirigiu-se para o pódio onde ele estava. Ele não pôde começar o seu discurso por causa de tantos aplausos e gritos: “Viva Lenine!” [...] Pessoas subiam ao peitoril da janela, cadeiras, só para ver Lenine na tribuna [...]. No ar atiravam-se chapéus, bonés [...] assim, de pé, o Congresso ouviu o discurso de Lenine (B, p. 169.)

Neste contexto, torna-se clara a distinção feita no manual, entre um número grande de “irmãos” iguais (revolucionários-marxistas, proletariado e camponeses) e a figura do “pai”⁹³ que tem a sabedoria e autoridade para gerir as pessoas. Lenine, enquanto vivo, *ensina, indica, avalia, cria, educa, dirige, apresenta propostas únicas e sábias*:

[...] tudo que há de verdadeiramente grande e heróico no proletariado – inteligência intrépida, uma vontade inflexível, persistente, [...] um ódio sagrado até à morte para com a escravatura e opressão, paixão revolucionária que move montanhas, fé sem limite, poder criativo de massas, génio organizacional enorme – tudo isto encontrou a sua personificação em Lenine, cujo nome se tornou o sinónimo do mundo novo, de norte a sul, de oeste a este (B, p. 288)

As ideias e mensagens que o manual tenta passar sobre o papel de Lenine foram consolidadas nos anos 30-40, ou seja, durante os *anos de ouro* de Estaline. A idealização de Lenine esconde, sob o discurso do triunfo de leninismo, a verdadeira situação – o culto de personalidade de Estaline. Enquanto Estaline era o “autor intelectual”, o “líder” e o “organizador” das vitórias do socialismo, Lenine era um líder dotado de extraordinária habilidade profética (Günther, 2006a). Contudo, o objectivo do livro de história era fornecer as representações de uma sociedade quase perfeita, isenta de contradições e problemas graves, pois na crença dos comunistas, esta sociedade estava ao alcance da humanidade. A sua realização era garantida e mesmo comprovada pela doutrina leninista, pela marcha dos acontecimentos e pelas “leis” da história (Ferreira, 1998).

⁹³ No sentido arquetípico de Jung – como certas estruturas míticas básicas comuns à experiência humana, como o Velho Sábio, ou Pai (Jung, 1983).

O culto continuou com Lenine morto⁹⁴. Numa das páginas do livro B encontra-se uma reprodução do profeta que partiu, sob a forma de uma estátua de pedra, em cinza, mas com posição corporal expressiva, orientada para “lá”, para o futuro:

Lenine morreu mas a sua causa é imortal [...] sem Lenine mas pelo caminho de Lenine [...] (B, p. 289).

Esta idealização e sacralização de Lenine permite-nos identificar, nas suas múltiplas manifestações no livro em análise, as estruturas de uma “máquina mitológica”⁹⁵ que produziu vários mitos fundamentais no plano ideológico e político e exerceu uma grande influência sobre a formação do núcleo identitário e a consciência dos cidadãos da União Soviética (Günther, Hänsen, 2006). O mito do herói é um dos mais importantes, porque este último sempre foi uma figura de grande dinamismo na mitologia soviética (*Idem*), e, porque segundo Fabre, o herói possui um carácter nacional, ele é uma representação do espírito do povo, fixando-se nele e na sua imagem, a consciência colectiva procura garantir a continuidade histórica (Fabre, 1998).

A reflexão de Durkheim sobre a religião e os ascetas pode-nos servir como instrumento de interpretação das funções deste herói-revolucionário (ou herói-comunista, mais tarde), protagonista do manual de história, como um ideal. Um herói soviético em muitos aspectos, pode ser comparável a um tipo racional de ascetismo, definido na sua prática pela repressão dos prazeres da vida, principalmente materiais, em nome do objectivo da grande espiritualidade. Ao falar da importância dos *modelos exemplares*, Durkheim sublinha:

É bom que o ideal venha a encarnar-se eminentemente em personagens particulares, cuja especialidade, por assim dizer, é representar, chegando quase ao excesso, esse aspecto da vida ritual; pois eles são como que modelos vivos que incitam ao esforço. Eis o papel histórico dos grandes ascetas” (Durkheim, 2002, p. 452).

Na análise dos factos e atitudes dos heróis do manual, ressalta o desprezo que estes professam por tudo o que normalmente torna a vida dos homens cómoda e agradável:

⁹⁴ O rito de mumificação do corpo de Lenine e sua colocação no centro da cidade, na Praça Vermelha para a adoração pública está ligado claramente a uma deificação dos “heróis culturais”, característica da consciência mitológica. A colocação de Lenine em Moscovo, exactamente no centro, está directamente relacionado com a ideia mitológica da diferenciação de espaços e do centro geográfico sagrado: o centro de toda a humanidade progressista é a URSS, na União Soviética o centro é Moscovo, no coração de Moscovo está a Praça Vermelha, no coração da Praça Vermelha - o Mausoléu, contendo o corpo de Lenine (Forest, Johnson, 2002).

⁹⁵ A expressão é de F. Jesi (1977).

[... Lenine] ocupava um pequeno apartamento, comendo mal, à noite limitava-se apenas a chá [...] contudo realizando trabalho árduo de preparação do 1º Jornal” (B, p. 27).

É possível destacar aqui uma das direcções em torno das quais foi construído o sistema de valores soviéticos socialmente aceite – a *contraposição do material e espiritual*, direcção esta posteriormente desenvolvida e alargada para um confronto entre os *altos ideais* do socialismo e o *conforto desprezível* do capitalismo⁹⁶. Da ascensão ao martírio vai um passo. De facto, os autores do manual fazem um esforço considerável para inspirar nos alunos a ideia, de forma hiperbólica, de que a vida só faz sentido quando uma pessoa procura a realização de ideais, de preferência comunistas e luta por eles, mesmo sendo vítima de vários tipos de violência e opressão:

[...] Os comunistas não devem poupar nem a sua própria saúde para as conquistas da revolução (B, p. 236);

[...] nenhum lutador se abalou, apesar do frio, da fome, da sede, do cansaço mortal e da exaustão, vivia neles uma inflexível consciência da vontade bolchevique, batia um coração bolchevique [...] a maioria perecia [...] mas ninguém recuou (B, p. 252);

[...] vou ser enforcada dentro de 24 horas [...] deixo a minha vida com plena consciência do dever cumprido para com a revolução[...] Viva a Revolução Comunista! (B, p. 254).

O tom de exagero com que os heróis, heróis-vítimas e heróis-revolucionários são descritos tem várias explicações. Para a história e para a cultura soviéticas, demasiado recentes para a “*mitologização*” de personagens ancestrais, o uso da hipérbole, juntamente com a manipulação dos factos, era um mecanismo que permitia “comprimir” o indivíduo no paradigma de herói e de modelo. Porém, esses exageros também eram necessários para incutir nos alunos uma vontade de viver a vida abdicando dos prazeres fáceis e comuns, e subordinando a sua via a bem-estar individuais aos colectivos. Assim, o objectivo para ser alcançado era colocado numa bitola extremamente alta para estes heróis. Como escreveu Durkheim: “É preciso que alguns exagerem para que a média permaneça no nível que convém” (Durkheim, 2002, p. 452).

O tempo da revolução faz emergir no livro novos heróis que não eram movidos pela defesa da pátria contra os inimigos estrangeiros; os seus valores prendiam-se com os da revolução, da justiça, da igualdade para o seu povo. Por isso, esses homens revolucionários passaram a ser celebrados não só pelas suas qualidades superiores mas

⁹⁶ Conforme Magun, não se trata aqui de uma oposição simples de material e espiritual, mas de oposição entre atitude para com o trabalho, compreendido como uma fonte de aquisição de meios de consumo (principalmente materiais) e atitude para com o trabalho possuidor de um valor intrínseco, que leva à satisfação em relação ao próprio processo e aos seus resultados significativos (Magun, 2005).

pelo contributo que tinham dado para a causa de revolução e, consequentemente, para o progresso dos povos em todo o mundo. Não eram valores nacionais, mas o mérito revolucionário, o contributo para a realização de uma ideia, que estava no centro da concepção de grandes homens, que eram uma espécie de heróis novos:

[...] levantou bem alto a bandeira vermelha em frente de fileiras dos soldados armados: “Era o momento supremo de felicidade na minha vida (B, p. 23).

Eram pessoas muito exigentes para consigo próprias, porque acreditavam na sua missão, no seu papel histórico. Dzerjinski explicou a propósito dos revolucionários/comunistas que o seu autocontrole era uma maneira de provar que eram dignos de exercer um papel de líderes dos outros⁹⁷. A razão do esforço admitido por estes homens-modelo – usando a terminologia de Foucault – era governarem-se a si mesmos para poderem governar os outros:

O controlo de si é uma maneira de ser homem em relação a si mesmo, isto é, de comandar aquele que deve ser comandado, de obrigar à obediência aquele que não é capaz de se governar por si mesmo, de impor os princípios da razão àquele que é desprovido dela (Foucault, 1977, p. 98).

É por isso que Lenine exige dos membros do partido, para além da partilha dos objectivos comuns, uma “disciplina de ferro” (B, p. 32), dos trabalhadores – “disciplina rigorosa de trabalho”⁹⁸ (B, p. 265), enquanto ele próprio, em toda a sua vida:

[...] subordinava tudo a um único grande objectivo – a luta pela vitória do socialismo [...] era [...] alheio aos sentimentos mesquinhos, inveja, maldade, vaidade, vingança (B, p. 289),

O que se reflectia na sua maneira de viver, de construir a sua vida e de comunicar: Era atento às pessoas, “falava pouco” e com “atenção ardente” ouvia, mas quando falava:

⁹⁷ Numa das cartas escritas na prisão, Dzerjinski esclarece o seu papel e dos outros como ele, que estão escolhidos pela vida: “[...] ganhar força física e mental para estar preparado quando chegar a hora. É verdade que poucos têm inveja do nosso destino, mas nós, conscientes do futuro brilhante da nossa causa, da sua força, conscientes que a vida nos escolheu como lutadores, ao lutar pelo futuro jamais trocaríamos esta vida pela prosperidade inútil. Não ligamos às dificuldades da vida, uma vez que a nossa vida é a nossa causa que está acima do bem-estar quotidiano...A nossa vida obriga-nos a superar os nossos sentimentos e sujeita-los à razão fria. Mas graças a nós o destino, que as (pessoas) espera, será melhor, poderão viver livremente ” (Dzerjinski, 1984, p. 36-37).

⁹⁸ As ideias de Lenine sobre a organização do partido como uma máquina foram criticadas por Rosa Luxemburgo, que acusa Lenine ter uma visão de disciplina e de ordem inculcada pelo Estado burguês centralizado (Fausto, 2008).

“ [...] com energia incrível, pesando cada palavra, filtrando as frases dos adversários, contrariando-lhes com argumentos de peso [...] era tudo espectacular e dizia-se como se não tivesse vindo dele, mas fosse de facto a vontade da história” (B, p. 73)⁹⁹.

O mito de herói revolucionário encontra a sua continuação lógica na plêiade de heróis-guerreiros da Guerra Civil e da resistência à intervenção estrangeira após a Revolução de Outubro – guerreiros do Exército Vermelho que triunfam sobre o mal interno e o externo, unidos contra o poder soviético. Esta dupla ameaça serviu, para os autores do manual, para explicar a natureza do patriotismo socialista, um novo tipo de patriotismo profundamente diferente do tradicional:

[...] emergiu um tipo novo de patriotismo – o patriotismo socialista [...] que fez com que trabalhadores e camponeses se tornassem invencíveis (B, p. 212).

É comum definir o patriotismo como uma disposição especial do espírito humano que motiva emocionalmente comportamentos de pessoas em momentos difíceis do seu país. Trata-se de um estado emocional cujo núcleo é a transformação do bem comum em algo profundamente pessoal, ou mesmo sacrificial. Desde a Primeira Guerra Mundial que os apelos patrióticos tradicionais, como “Defenda a sua pátria!”, foram considerados, por Lenine e outros marxistas, como *defesa do czarismo e do imperialismo europeu*. Enquanto uma verdadeira defesa da pátria, na opinião destes, significava:

[...] lutar com todos os meios revolucionários contra a monarquia, os senhores da terra e os capitalistas da *sua* pátria, ou seja, os *piores*¹⁰⁰ inimigos da nossa pátria (Lenine, citado no livro B, p. 108).

Os interesses da Rússia eram compreendidos pelos bolcheviques de forma muito peculiar; motivos sociais e políticos superavam a importância da vitória da Rússia na guerra, a racionalidade da sua derrota justificava-se pela necessidade de construir um novo país¹⁰¹.

⁹⁹ É difícil resistir à tentação de lembrar o que Arendt escreveu em *Origens do totalitarismo* sobre o *feitiço, o estranho magnetismo* com que Hitler dominava os seus ouvintes, que foram atribuídos à *crença fanática que ele tinha em si mesmo* (Arendt, 2006, p. 355). Enquanto Lenine, segundo Arendt, era “desprovido do instinto de um líder de massas - pois não era orador e tinha o vício de confessar e analisar publicamente os próprios erros, o que atentava contra as regras da demagogia (*Idem*. p. 367).

¹⁰⁰ Itálico no original.

¹⁰¹ No entanto, o mesmo motivo não impediu o general Denikin, um adversário intransigente do poder soviético, derrotado na Guerra Civil russa, exilado em França, de recusar participar na propaganda anti-soviética dos nazis e ajudar aos ex-militares do Exército Branco a juntarem-se na luta contra o fascismo na Jugoslávia, ao lado de Tito (Smolensky, 2008)

Nos tempos soviéticos, começou a cultivar-se um patriotismo novo, socialista, com aspecto de classe muito pronunciado e com uma componente internacional. Assim, o patriotismo, pelo menos no período desde a Revolução até à II Guerra Mundial, tornou-se algo pragmático e com funções que se resumiam ao seguinte: o povo deve amar a sua pátria liderada pelos bolcheviques e pelo seu líder, lutar contra os seus opressores, odiar os seus inimigos, tanto internos como externos. A pátria, basicamente, resumia-se a um lugar onde o patriota vivia e cuja prosperidade deveria estar constantemente nos pensamentos deste. A ligação genética para as gerações anteriores era expulsa e não era aceite qualquer expressão de amor por estas gerações da parte do patriota (Shnirelman, 1996).

O mito de herói-guerreiro do livro personifica uma consciente mobilização de forças, concentração e consolidação individual em situações difíceis, para superar a resistência externa e interna. À medida que as ameaças e o perigo de eliminação física dos soviéticos diminuem, a necessidade da personagem heróica não se reduz, mas altera-se o seu tipo para o do herói do trabalho socialista. Esta insistência na usurpação da energia do mito heróico, a fim de usá-la para os seus próprios propósitos, parece ser própria da cultura totalitária. A identificação maciça com o herói e a sua imitação passam a desempenhar tarefas de serviço público; a função mobilizadora de heroísmo carismático encontra o seu reflexo no heroísmo institucionalizado. Consequentemente, todas as esferas da vida se transformam numa arena de luta, em cujas frentes se dão as batalhas e se alcançam brilhantes vitórias.

O culto dos heróis-trabalhadores soviéticos remonta à segunda metade da década de 1920:

[...] excelente exemplo de heroísmo de trabalho dos trabalhadores eram *subotniki*¹⁰² comunistas [...]durante o trabalho nocturno não remunerado, 15 trabalhadores ferroviários repararam três locomotivas e atingiram o dobro de produtividade normal [...] ,Lenine elogiou esta iniciativa ” (B, p. 232);

mas atingiu o seu pleno florescimento na época de Estaline, somente em 1935 com o registo do movimento de Stakhanov:

Na noite de 31 de Agosto de 1935, o mineiro da mina “Central” [...] Alexei Stakhanov [...] durante 6 horas de trabalho [...] ultrapassou a norma em 14,5 vezes [...]. A notícia dos feitos gloriosos dos mineiros de Donetsk espalhou-se pelo país e provocou um movimento de massas de trabalhadores pelo [...] aumento de produtividade do

¹⁰² Trabalho voluntário realizado aos sábados ou nos domingos.

trabalho [...]. Em 1970 Stakhanov foi condecorado com o título de “Herói de Trabalho socialista (B, p. 348).

O tipo de heróis-trabalhadores incluía outros subtipos de heróis culturais – que dão às pessoas as suas realizações técnicas, científicas, artísticas e outras. Um exemplo disso é o salvamento por pilotos soviéticos da expedição polar presa no gelo em 1934, tendo sido o início da institucionalização do heroísmo soviético, traduzida no estabelecimento do título oficial de “Herói da União Soviética”:

[...] depararam-se com circunstâncias extremamente difíceis, mas não desanimaram, não se atemorizaram, e continuaram a conduzir pesquisas. Eles acreditavam que a sua Pátria os iria salvar. E não se enganaram (B, p. 372).

No modelo deste exemplo de heroísmo, é possível distinguir algo qualitativamente novo, feminino e maternal: a “mãe” Pátria, um factor de estabilidade, que jamais deixa os seus “filhos” numa situação de perigo. Assim, na estrutura do livro B, o papel do “Pai falecido” é substituído pelo da “Mãe Pátria” que mantém a relação de apoio, protecção e uma relação até emocional com os seus filhos, preservando a ideia de uma família¹⁰³.

A imagem do herói construído no livro para representar a nação tornou-se um modelo de “Homem novo”, contudo sucessivamente *reconstruído* em função das necessidades impostas ao longo do século XX. As suas características são:

[...] dedicação sem limite aos ideais do comunismo, patriotismo profundo, amor pela Pátria, disposição para dar a sua vida por ela, espírito de internacionalismo proletário, respeito pelo trabalho e a propriedade socialista, ódio e desprezo para com os desocupados e vadios [...] e outros elementos anti-sociais” (B, p. 370-371).

Estes heróis incorporam ideias, justificam práticas e constroem referências identitárias colectivas, que sofrem as alterações conforme as exigências da realidade. Ou, como escreve Girardet:

[...] todo o processo de heroificação implica [...] uma certa adequação entre a personalidade do salvador virtual e as necessidades da uma sociedade num dado momento da sua história (Girardet, 1987, p. 82-83).

Submetido a esse processo de construção e reconstrução, o herói soviético do manual parece assumir diferentes facetas até meados do século XX. Antes dos anos 30, o herói era o homem que conquistava a fama realizando acções de guerreiro: ora

¹⁰³ Na opinião de Günter, que se baseia, por sua vez no trabalho de A. Rosenberg, a comparação do panteão de heróis soviéticos com os do nacional-socialismo do IIIº Reich evidencia a ausência do modelo fundamental da família na mitologia dos nazis, que é substituído pelo modelo de *relação especial entre líder e militares* (Günter, 2006a).

revolucionário, ora defensor da pátria. De qualquer maneira tratava-se de um militar, que se destacava pela força de espírito, pela resistência e por ser capaz de derrubar os obstáculos, abrir os caminhos para que outros o seguissem. Era um ser excepcional que tinha realizado uma acção inspiradora, salvadora e revolucionária. Não era modelo de perfeição, mas o exemplo de uma vida grandiosa e no fundo um símbolo de energia colectiva de um povo que não se contentou com o horizonte reduzido e o alargou, *mudando o destino de muitos povos*. A linha dominante do discurso do manual B referente a este período valorizava de forma sistemática o único factor de interesse individual que motivava essas pessoas: o ideal revolucionário e a sua realização. Essa interpretação era compatível com uma visão imaculada e extremamente idealista defendida pelos dirigentes políticos soviéticos cujos objectivos consistiam em criar heróis novos, homens modelo que possibilitassem a construção de identidades e memórias institucionais, para uma história que começou do zero. Assim, a nação tinha sido conduzida, desde a Revolução de Outubro, por homens especiais, homens-mitos que definiram os destinos e criaram um Mundo Novo.

Com o passar do tempo, o tempo destes homens terminou, chegando o tempo da viragem. A partir dos anos 30 torna-se clara a ideia de que a glória poderia vir também de outro tipo de acções. O herói passa a ser um trabalhador que pretende transformar a sociedade. É um lutador, mas não é um militar, nem guerreiro. Já não se trata de uma pessoa desinteressada dos bens materiais, sendo importante, o que era referido várias vezes nos livros, de se tratar de um homem simples, um operário ou agricultor, que consegue elevar-se à custa do seu trabalho e da sua inteligência. A “simplicidade”, como característica dos revolucionários e mais tarde, dos comunistas, aqui não é sinónimo de uma abertura ao mundo, nem da vontade de o aceitar. Esta simplicidade partilha regras de equidade, mas compreende-as como normas igualitárias. Todos os programas do partido colocavam o objectivo de superar os três tipos de diferenciação social: entre a cidade e o campo, entre trabalho intelectual e manual, entre os diferentes estratos sociais (os intelectuais, operários e camponeses) (Smirnov, 1978). O suporte ideológico para a ideia de igualdade estava no centro do trabalho de um grande aparelho de propaganda, que incluía naturalmente a escola e seu currículo¹⁰⁴. Todo este sistema

¹⁰⁴ É bom sublinhar que a situação cultural e económica na sociedade soviética no momento de publicação dos manuais em análise é geralmente definida como de *estagnação*. Por um lado, este período caracteriza-se pela estabilidade sem alterações significativas, e pelo *tédio* social. Por outro – sabe-se que a

introduzia na consciência do povo a prioridade da igualdade social sobre a desigualdade – este era um dos parâmetros que servia aos líderes do Estado Soviético para contrapor a União Soviética aos países do capitalismo.

Movidas pelos mecanismos da igualdade, as pessoas foram obrigadas a optar pelos modelos e estratégias de existência simplificados e aceitá-los como incontestáveis – *pouco mas para todos*. A orientação para a simplicidade acaba por ser uma estratégia de sobrevivência que consiste na minimização de exigências, critérios de valor muito próprios, juntamente com um devaneio passivo e uma crença de que no futuro a vida será melhor.

Múltiplas actividades foram enaltecidas como exemplos da complexidade e riqueza da sua personalidade. Tratava-se de heróis em tudo: no valor individual e na competência profissional, revelando excepcional capacidade de organização, de improviso, de adaptação às dificuldades e uma inesgotável energia de aprender e aplicar na construção do seu país. É claro que nesta fase se continua a estimular o orgulho nacional através das recordações das glórias do passado revolucionário, da memória da guerra civil e da intervenção estrangeira, mas a linha principal agora parte de um paradigma de desenvolvimento e de progresso, criando um espírito de concorrência em relação ao mundo com sistemas económicos e políticos rivais. O objectivo era agora conquistar um lugar na cena internacional que estivesse à altura do país da primeira Revolução Socialista.

Ao analisar o manual escrito nos anos 70, não nos podemos esquecer que este se dirigia aos alunos nascidos nos anos 60, numa época distante dos tempos e das motivações revolucionárias. É natural encontrarmos aí outras apostas da política soviética, igualmente essenciais para a construção da identidade do cidadão soviético mas distintas da ideologia revolucionária, como por exemplo, gerar crenças que sustentem o projecto soviético e o tornem algo universal, abrangendo os interesses de toda a sociedade e de toda a população progressiva do mundo. Uma destas apostas está

sociedade estava a caminhar na direcção de *desideologização*, orientação para a vida privada e para o consumo (Kozlova, 2005). O crescimento da economia paralela e das oportunidades para ganhos informais contribuíram para a diferenciação nas oportunidades de acesso a bens materiais, à educação e à saúde (Shpakovskaia, 2009). Por isso é natural que a tendência, dos livros escolares tenha sido a de sublinhar a importância de um dos postulados clássicos da doutrina comunista para a construção duma sociedade justa – a da igualdade.

relacionada com o mito mais caro ao regime totalitário na versão soviética, criado, cultivado e inculcado durante toda a permanência do regime – o mito da grandeza da nação. Esta grandeza devia ser a principal fonte de orgulho dos soviéticos e a justificação para todos os sacrifícios que lhes eram exigidos para que a URSS conquistasse e preservasse na hierarquia das nações um lugar adequado ao país que realizou a Revolução Socialista. No manual em análise, os textos ressaltam dois aspectos para serem *admirados* na construção do socialismo na União Soviética: o material/económico e o cultural/moral.

No que se refere ao crescimento económico, o discurso do manual, sem dúvida, procura impressionar e provocar um orgulho incondicional pela URSS e passar a ideia de confiança, de segurança, de certeza no futuro que se baseiam na presença de todos os elementos de sucesso: um objectivo nobre, um programa para o alcançar elaborado pelo grande Líder e o povo, convicto na sua luta, que manifesta exemplos de heroísmo de todo tipo para abraçar o futuro que merece:

A nossa pátria, de um país atrasado e agrário, como era antes da revolução, transformou-se num país industrial avançado. Na produção industrial, a União Soviética está em segundo lugar no mundo [...] desta forma foi realizado o primeiríssimo objectivo, colocado por Lenine: foi executada a industrialização do país e construída a base material e técnica do socialismo” (B, p. 367)¹⁰⁵.

Todas as afirmações são confirmadas com números, em milhares, acompanhados com gráficos e diagramas e ilustram a situação com bastante clareza: enquanto o Ocidente sofria com a catástrofe económica iniciada em 1929, a URSS, criando um “monopólio do sistema super centralizado, onnipresente e – supostamente – onnipotente” (Maidanik, 1998, p. 14), tornava-se o lugar da utopia realizada: obras sumptuosas, trabalhos de urbanismo e de construção civil gigantescos¹⁰⁶, mecanização

¹⁰⁵ É de conhecimento comum que o histórico atraso tecnológico na União Soviética foi superado apenas em determinados sectores, e ainda assim de forma temporária. “Nem os sucessos na corrida espacial, a partir do lançamento do Sputnik, em 1957, nem a paridade militar estratégica alcançada pela URSS no fim dos anos 1960 foram garantia de segurança e de optimização do nível de vida da população dos países socialistas. Houve progressos notáveis, sem dúvida, porém não de modo a tornar viável uma competição socioeconómica com o modelo fordista-keynesiano implantado nos países centrais do capitalismo durante a sua *era dourada*” (Flach, 2009, p. 36).

¹⁰⁶ Como por exemplo, o nunca realizado e muito ambicioso projecto do Palácio dos Sovietes em Moscovo, que se tentou construir nas décadas de 30 e de 50 do século XX. “Superando em altura o mais alto edifício até então conhecido, o *Empire State Building*, a obra, imponente, poderia ser vista a 70 quilómetros de distância. No seu interior, o maior compartimento, com capacidade para 21 mil pessoas, teria 100 metros de largura por 140 de comprimento. Vários outros, revestidos em mármore, também capazes de receber milhares de visitantes, completariam o palácio. Um circuito interno de televisão

da indústria e da agricultura. Em cada realização, os autores citam grandes números sobre a produção de aço, ferro, energia, asfalto, betão armado, vidro, etc. Face a esta narrativa de sucesso, para os leitores do manual B, todas as dificuldades que o país enfrentava em diversas áreas, deveriam parecer mesquinhinhas e insignificantes, comparadas com as suas grandes realizações:

[...] a produção de aço em 1937 em relação a 1932 – triplicou; a de ferro fundido – duplicou; a de carvão – duplicou; a de energia eléctrica – quase triplicou; a de máquinas /ferramentas - quase triplicou.

[...] a produção industrial da URSS, desde 1913 cresceu 3,2 vezes mais do que a dos EUA (B, p. 369).

A intenção era passar aos alunos uma mensagem de construção de sólidas realidades institucionais: grandes fábricas, escolas e universidades estáveis, empregos garantidos e salários relativamente fixos dever-lhes-iam servir de orientação. Nesse quadro, os homens e as mulheres da classe operária procuravam dar um sentido à sua posição material modesta, superando-a através da importância superior atribuída ao bem-estar colectivo baseado na justiça e igualdade. Esta última aparece não só como historicamente inevitável, mas também como a única forma moralmente correta de construção da sociedade:

[...] houve um aumento do nível da vida material e cultural [...] a vitória do socialismo levou à eliminação, no nosso país, de exploração do homem pelo homem [...] foi abolido para sempre o desemprego [...] destruída a estratificação social, a pobreza e a miséria foram eliminadas [...] o que permitiu elevar a situação das pessoas até ao nível abastado, adquirir a confiança no futuro (B, p. 329-330).

Mais ainda, a tendência que garantiria a igualdade seria o desenvolvimento das forças produtivas, isto é, o aumento contínuo da capacidade humana de transformar a natureza para benefício dos trabalhadores. O texto do manual dá como garantida esta “modernização forçada” que apresenta como condição de igualdade:

Como resultado da política sistemática de industrialização e da ofensiva socialista de grande escala em todas as frentes, a classe operária da URSS, sob a liderança do Partido

permitiria que os eventos fossem transmitidos aos lares soviéticos que possuísem um aparelho de TV. A grandiosidade do prédio, cuja construção teria sido supervisionada pelo próprio Estaline, tinha por objetivo homenagear Lenine. A estátua do fundador do Estado soviético, alojada no alto do palácio, seria feita de uma liga especial – níquel e cobre – e o dedo indicador teria quatro metros. O seu peso, três vezes maior que o da Estátua da Liberdade, tornaria a escultura numa ‘obra-prima’ da história da arte, incomparável a qualquer outra manifestação artística – clássica ou moderna” (Ferreira, 1998, p. 75).

Bolchevique, concluiu com êxito o objectivo principal a criação de bases técnicas avançadas para a reconstrução socialista de toda a economia nacional (B, p. 331).

Um outro aspecto de grandeza, uma fonte de orgulho soviético é a realização da revolução cultural. Os autores colocam, sempre citando Lenine, esta questão num plano ideológico e apresentam o programa de alfabetização e escolarização como uma forma de política cultural:

[...] criar condições necessárias para que uma grande massa de trabalhadores se junte à política, ganhe conhecimentos, adquira valores culturais [...] difundir a ideologia socialista científica e organizar, na base dos seus princípios, toda a vida espiritual do povo, superar as atitudes e os costumes mesquinhos, tornar a população politicamente alfabetizada, educar nela o espírito socialista, inculcar o amor ao trabalho, o respeito pela propriedade socialista, a capacidade de colocar os interesses da sociedade acima dos interesses pessoais, a educação no patriotismo soviético e no internacionalismo de proletário (B, p. 284).

As citações do livro B mostram que a alfabetização nunca foi simplesmente encarada como o desenvolvimento de habilidades que visem a aquisição da língua. O modo de ver a alfabetização reflecte uma ideologia que usa este processo, aliás como o ensino em geral, para estimular a participação política “consciente”, isto é, instruída pelas crenças do “socialismo científico”:

A fim de fornecer a toda a população da república a possibilidade de participação consciente na vida política, o Conselho de Comissários do Povo decidiu: toda a população da república com idade entre os 8 e os 50 anos e que não sabe ler e escrever, é obrigado a aprendê-lo [...] Lenine” (B, p. 261).

Assim, a alfabetização enquanto fenómeno eminentemente político deve ser analisado no contexto de uma teoria de relações de poder e de uma compreensão da reprodução e da produção social e cultural, ou seja, produção e confirmação de elementos ideológicos que emergem das experiências colectivas que actuam no interesse do grupo dominante. Por outro lado, “uma tarefa de tamanha envergadura conduziria inevitavelmente a uma visão de *Estado forte*, que longe de ‘cedo’ desaparecer¹⁰⁷, teria que se *fortalecer* para conduzir a Rússia, como um *educador severo*, à civilização” (Rodrigues, 2006, p. 48).

¹⁰⁷ É de reter que na visão marxista clássica sobre o papel do Estado, bem expressa na *Ideologia Alemã*, este sendo um instrumento de dominação de classe, numa perspectiva histórica, deveria desaparecer progressivamente com a abolição das próprias classes no socialismo (Marx, 1980). Na sua polémica com Proudhon, Marx chama ao Estado “uma máquina de domínio de classe” (Marx, 1982). Na sua crítica de Bakunin, Marx justifica a ditadura do proletariado como uma tarefa do Estado depois da revolução, mas sempre como uma função política transitória, até destruir a resistência burguesa. Esta mesma visão foi expressa por Lenine em *O Estado e a Revolução*, quando escreveu: “O proletariado tem necessidade do Estado, todos os oportunistas o repetem. Mas esquecem-se de acrescentar que o proletariado só tem

A própria linguagem traduz essa postura quando se utilizam termos como “missão”, “destino”, para classificar os acontecimentos relacionados com a alfabetização, a instrução e educação em geral. Conferir uma importância crucial às acções no âmbito da cultura é uma das características deste manual. Outra característica é instituir em paradigma os valores considerados essenciais, tais como a aquisição de conhecimento, formação, cultura geral, transformando-os, desta forma, em valores atemporais. Nesta perspectiva, o ensino e a educação são consideradas importantes virtudes do homem novo, elevadas às categorias de exemplo para as novas gerações, conforme o ensinamento de Lenine:

[...] sejamos fiéis à bandeira de combate de Lenine – através do trabalho e do conhecimento para o comunismo! (B, p. 290).

Depois da experiência traumática da guerra civil, a preocupação estava relacionada com a necessidade de formar uma geração capaz para governar o país, por isso o manual defende que o novo homem, “construtor do socialismo”, se distingue dos outros por ser educado, formado e consciente dos objectivos do socialismo,¹⁰⁸ correspondendo, desta forma, às necessidades de industrialização e de progresso de que a URSS foi protagonista:

[...]o processo rápido de transformações socialistas exigiu um rápido aumento do nível cultural e técnico dos trabalhadores e camponeses, a criação de numerosos quadros de especialistas para todas as áreas do desenvolvimento estatal, económico e cultural, reforço do papel da ciência, da literatura e da arte na construção socialista. Ao mesmo tempo, o progresso da industrialização e da colectivização da agricultura criou as condições necessárias para novas realizações no crescimento cultural do país (B, p. 355).

Ligada ao mito da grandeza da nação, está presente no manual B a crença da sua onnipotência e total responsabilidade do Estado pela construção da sociedade:

Agora, no caminho, desentulhado de lixo histórico, vamos construir um edifício forte e potente da sociedade socialista. Está a ser criado um tipo de poder estatal sem precedentes na história, o tipo de poder estatal que é destinado, pela vontade da revolução, a limpar a terra de todo o tipo de exploração, de violência e da escravidão [...] – Lenine (B, p. 185).

necessidade de um Estado que vá desaparecendo, um Estado que *cedo* comece a desaparecer e não possa deixar de desaparecer” (Lenine, 1986, p. 129, *italico* nosso).

¹⁰⁸ André Gide (prémio Nobel de literatura de 1947), que visitou a União Soviética em 1935, reparou nas convicções dos jovens soviéticos, expressas, por exemplo, na crença de que não existia nada no Ocidente que eles pudessem aprender (Gide, 1937).

O livro retrata o processo de construção do Estado desde Lenine até à “*estadolatria*”, usando a expressão de Gramsci, à luz de dois tipos de desafios no plano económico, político e cultural: internos e externos. No primeiro caso, a imagem que o livro passa é de um Estado, *nosso*, que, ao contrário do Estado *deles*, que vive e se desenvolve

[...] à custa de colónias roubadas; invasão de territórios alheios [...] à custa da ruína dos camponeses [...] e da exploração da classe trabalhadora (B, p. 298),

“cuida” para fornecer ao seu povo a prosperidade material, a igualdade, a justiça, a educação e para isso, sob a forma de ditadura do proletariado, assume funções *económico-culturais*:

Durante os planos quinquenais o Estado criou cerca de 2,5 mil estações de máquinas e tratores[...]desbravou muitas terras novas (B, p. 329);

[...]a actividade organizacional e económica do Estado soviético garantiu a realização do 2º plano quinquenal (B, p. 349);

O Estado Soviético fazia o possível para que as crianças tivessem a educação escolar”(B, p. 356);

O Estado soviético presta muita atenção ao desenvolvimento de todas as áreas de ciência [...]. Já nos primeiros anos de paz, apesar das dificuldades económicas, o Estado Soviético destinou muitos recursos financeiros para o desenvolvimento da ciência, para o melhoramento das condições de vida dos cientistas (B, p. 358).

O livro mostra o estabelecimento de um princípio de unidade social, compreendido como “consolidação dos operários e camponeses sob a bandeira do leninismo” (B, p. 324), como meio necessário e às vezes extremo para reabsorver os conflitos da modernização que permitiu definitivamente

[...] resolver a questão primordial de ‘quem vai ganhar’ a favor do socialismo e contra todos os elementos capitalistas da cidade e do campo (B, p. 331).

No plano externo, o irreduzível antagonismo da visão do mundo forjada na época da revolução foi colocado na base da concepção do Estado e da sua política de potência. A separação da URSS do sistema internacional no plano económico, político e cultural foi desenhada como estratégica, para afastar o Estado concentrado na *unidade política e moral* da sociedade, dos Estados capitalistas que agiriam sob o impulso dos mais brutais interesses de classe de capitalistas. Esta política sinalizava a necessidade de amplificação ao máximo do estado de *ameaça externa*, do estado de *mobilização total* da sociedade e consolidação da população perante novos e inevitáveis conflitos contra o *projecto revolucionário* que assume o aspecto de uma missão, alimentada pela fé na superioridade do sistema soviético contra o capitalista:

Do apelo da Juventude Comunista da Inglaterra:

[...] Os capitalistas ingleses estão a preparar-se para a guerra contra a Rússia Soviética, porque lá a classe trabalhadora é a classe dominante, porque lá os trabalhadores estão a construir o socialismo, minando o mundo capitalista, porque no ano passado eles enviaram milhões de libras aos mineiros (ingleses), porque a Rússia socialista é um exemplo para os trabalhadores de todo o mundo (B, p. 336).

Outra característica da concepção do Estado visível no manual é a crença *a priori* de que o interesse do Estado e os interesses da sociedade coincidem; os interesses nacionais e os interesses do Estado são utilizados como sinónimos. Assim as “necessidades do Estado” tornam-se valores mais elevados, porque quando falamos da nação e do Estado, acabamos por falar do mesmo. A subordinação dos interesses individuais aos do colectivo é, assim, equivalente à subordinação dos indivíduos ao Estado:

Lenine ensinou [...] a educar nos jovens a habilidade de subordinar a sua vida aos interesses do povo” (B, p. 257).

Esta tentativa de explicar o papel do Estado na satisfação dos interesses nacionais estabelece uma ponte entre a argumentação a favor da sua base popular e a necessidade da ditadura de proletariado. A questão difícil da ditadura do proletariado encontra a sua justificação através de dois argumentos:

1) mostrando a base racional/científica e moralmente defensável desta forma de Estado, que é a única que permite, conforme sublinha Lenine:

[...] destruir completamente o antigo sistema estatal burguês [...] sem isto feito seria impossível começar a construção do socialismo” (B, p. 180);

2) fazendo acreditar que é possível visar a construção de um sistema “mais avançado e democrático do mundo, um tipo de Estado novo” (B, p. 207) começando pela abolição da democracia representativa:

[...] neste momento decisivo [...] não há lugar para exploradores (burgueses e capitalistas) em nenhum órgão de poder. Todo o poder deve pertencer exclusivamente aos trabalhadores [...] (B, p. 186).

Trata-se aqui de uma clássica contradição revolucionária conhecida desde o tempo da Revolução Francesa: “suspende-se a liberdade em nome da liberdade” (Fausto, 2008, p. 161). É fácil seguir o desaparecimento dos traços da liberdade no manual em análise, desaparecimento esse que é explicado aos leitores, que o devem perceber como atitudes necessárias ou naturais:

- o fim da democracia dos Soviéticos:

Dada a nova situação [mencheviques em maioria nos Sovietes] e as instruções de Lenine, o Congresso retirou o *slogan* “Todo o poder aos Sovietes” (B, p. 153);

- a liquidação da liberdade interna no partido:

Kamenev e Zinoviev publicaram uma declaração de desacordo com o Comité Central [...] Lenine exigiu a imediata expulsão dos *fura-greves*¹⁰⁹ do Partido (B, p. 165);

- a sagração do chefe do Partido:

Viva o orgulho da classe operária da Rússia e o líder da revolução internacional comunista, o camarada Lenine! (B, p. 217);

Caro camarada e nosso verdadeiro líder! Tu mandaste [...] e nós executamos a tua ordem de combate (B, p. 233);

Lenine avançou com a única proposição correcta e sábia (B, p. 277).

Por outro lado, sempre citando Lenine, os autores definem o papel cada vez maior assumido pelo Partido Comunista:

[...] o principal na ditadura do proletariado é a direcção do Partido Comunista, sem a sua direcção [...] é impossível a ditadura de proletariado” (B, p. 179).

[...] o Partido Comunista determina e elabora a política do Estado Soviético, mobiliza e organiza a classe proletária e todos os trabalhadores para a realização dessa política [...] dirige e orienta as actividades de todas as organizações sociais [...] educa permanentemente as pessoas dentro do espírito comunista, introduz neles a consciência socialista [...] (B, p. 179).

O partido também exigia uma obediência total dos seus apoiantes: “Razão nenhuma pode ser a causa de não-comparecimento” (B, p. 237) – estava escrito no posto de recrutamento para a luta contra o general contra revolucionário Koltchak. Quando o partido fazia apelo:

[...] iam dezenas, centenas, milhares, em última instancia, milhões [...] sacrifícios incríveis foram feitos [...]” (B, p. 253).

O segundo grande tipo de personagens presentes no manual B, por oposição ao dos Heróis, pode ser denominado como o dos Inimigos. Como escreve Bauman,

[...] a oposição entre amigos e inimigos separa a verdade da falsidade, o bem do mal, a beleza da fealdade. Também diferencia o próprio e o impróprio, o certo e o errado [...]. Ela torna o mundo legível e, com isso, instrutivo (Bauman, 2007, p. 65).

Como metáfora central, o complexo semântico do *inimigo* estabelece uma ligação funcional entre a compreensão social de *nós*, representado pelo poder e características do homem incluído em *nós*. Ou seja, esta ligação destaca aquelas normas e valores sociais que estão na base da constituição e da gestão do sistema social como

¹⁰⁹ No original do livro B, é usada a expressão alemã, também usada em russo: *Streikbrecher*.

um todo, indica directa ou indirectamente, características simbólicas de representações sobre o passado e o futuro, os recursos, os parceiros e outros elementos do quadro de realidade social. Assim sendo, na opinião de Gudkov, não apenas a estrutura de imagem do inimigo, mas o próprio facto de se destacar a retórica do inimigo, pode ser considerado um sintoma de processos sociais importantes (Gudkov, 2004).

A luta contra o inimigo, assim como os fenómenos ligados a essa luta – as ameaças de guerra e de sabotagem – é apresentada como um elemento do complexo de acções ligadas à continuação da Revolução de 1917, à realização dos ensinamentos de Lenine, *ao futuro, à grande esperança do socialismo e da humanidade*.

Na *ordem do mundo* estabelecida pelo regime socialista e cuja imagem foi passada no livro B, o inimigo desempenha um papel importante como antagonista estrutural do herói. Aliás, há uma tendência geral de pensamento e de discurso do livro para utilizar os pares de opostos, o que permite aos autores situar (e portanto distinguir) os diferentes grupos de personagens ou conjunto de categorias entre dois pólos – *nós* (o bem) e *eles* (o mal). Esta estrutura herói *versus* inimigo habituava, certamente, o aluno às interpretações fundadas em raciocínios binários que ela própria condensava: verdade *versus* mentira, socialismo *versus* capitalismo.

A projecção como exteriorização de conflitos internos desempenha um papel importante na vida política: é a lógica subjacente aos *clichés* sobre o inimigo. A história da URSS mostrou que a propaganda política era, em grande parte, feita de formulação e divulgação de tais projecções. Grupos, países em guerra veem sempre o mal no outro, mesmo que este outro utilize métodos e princípios semelhantes, como confirmam as citações retiradas do manual referentes ora a *nós*, ora a *eles*:

NÓS

Camaradas! [...] aprendam a tomar pela força o que precisam [...] só com a força e o sangue se consegue a justiça (B, p. 48);

[...] a liberdade compra-se com sangue (B, p. 43);

Nós varreremos da face da terra o inimigo e conquistaremos a liberdade (B, p. 60);

Tomar (o centro da capital) e mantê-lo a qualquer custo [...] O lema é “Morte ou vitória” (B, p. 163).

ELES

[...] o governo burguês] quis inundar a revolução em sangue (B, p. 57);

[...] os punitivos infligiram uma repressão sangrenta (B, p. 67)

[...] um atentado celerado [...] organizado por *eceres*¹¹⁰ “ (B, p. 215);

[...] os cães raivosos do mundo velho (B, p. 217).

É reconhecido pelas investigações no âmbito da propaganda política que entre os participantes da luta política há a necessidade de ter e criar inimigos (Girardet, 1987; Günter, 2006a). O inimigo, no livro B, não é apenas um concorrente ou adversário, mas sim, fundamentalmente, a personificação de princípios extremamente negativos. Estamos aqui perante o nascimento de uma nova figura do inimigo interno – o rico, o burguês, o explorador. Segundo Kolonitskii, é em 1917 que surgem as primeiras menções à expressão *inimigo do povo*¹¹¹ (Kolonitsckii, 2003). Isto aplica-se tanto à oposição interna partidária, como aos inimigos de classe e aos adversários político-partidários.

A burguesia [...] aspirava a sufocar a revolução socialista com a “mão ossuda da fome” (B, p. 149);

Os mencheviques, com a sua traição [...], cujos líderes se revelaram e se comprometeram pela colaboração com a burguesia contra-revolucionária (B, p. 152);

[...] (os burgueses) de forma enganosa, conseguiram deixar entrar militares que fuzilaram os soldados pró-bolcheviques (B, p. 174).

Muitos dos inimigos internos acabam, de facto, por se juntar ao inimigo externo, quando:

[...] a contra-revolução interna, subornada pelo imperialismo internacional, uniu-se com os interventores e desencadeou de novo uma guerra civil [...] (B, p. 212)

Contra o inimigo pode-se agir moralmente, sem constrangimento por quaisquer moldes legais ou humanitários, suplantados pela ordem moral superior da concretização do projecto social comunista enquanto condição necessária da felicidade última da Humanidade¹¹². A suspeita pode ser equiparada à sentença e a execução da pena pode preceder o tribunal e à investigação:

¹¹⁰ *Эсеры* – Palavra russa que designava membros do Partido Revolucionário Socialista, adversário político dos bolcheviques.

¹¹¹ A expressão "inimigo do povo" nasceu na época da Revolução Francesa. É possível encontrá-la na tradição do populismo russo. Gorky, por exemplo, usa-a no seu artigo “Sobre o cinismo”, publicado em 1908 (Günter, Hansgen, 2006).

¹¹² Segundo Werth, a violência, por si só, seja qual for a sua natureza ou intensidade, não pode garantir a preservação (reprodução) de um regime repressivo no longo prazo. Para isso, o poder deve obter a aceitação do povo, a população deve-se adaptar às condições da existência de um tal sistema desenvolver habilidades de resposta de interacção com órgãos de governo, mecanismos psicológicos, sociais e regulamentares da adopção deste regime de poder ou de identificação com o mesmo. No caso soviético, a legitimação e a justificação do poder soviético consistiam, entre outras coisas, numa combinação especial de cultura do medo e da esperança, de terror e de felicidade (Werth, 2008). O conceito de felicidade é um

[...] os agentes dos inimigos, os especuladores, os arruaceiros, os agitadores contra-revolucionários e os espiões alemães - fuzilar no local! – Lenine¹¹³ (B, p. 190);

[...] terror vermelho: ao fuzilamento estarão sujeitas todas as pessoas simpatizantes com as organizações de “brancos”, à conspiração ou à revolta (B, p. 215).

Aos inimigos são atribuídas qualidades de onnipotência e omnisciência, por isso é normal ver o inimigo em todos os lugares, na origem de todas as falhas. Na medida em que constrói a representação de uma força maléfica terrível, o discurso do manual evidencia a necessidade de lhe contrapor forças do bem, cuja acção é indispensável para anular o mal. Quanto mais terrível este for, maior vigor deve possuir o Homem Novo, mais dura deverá ser a atuação desses defensores do bem. Tornava-se assim justificável a necessidade da constituição de aparatos políticos repressivos, bem como o recurso à violência:

A nossa resposta ao terror branco será o terror vermelho e implacável da ditadura do proletariado (B, p. 217).

O conjunto de particularidades do inimigo – violência, traição, conspiração – que este usa na sua onnipotência e omnisciência, leva a acreditar na existência de um “inimigo objectivo” (Mamatova, 1990). Define-se assim, um perigo objectivo para o Estado, independentemente das suas subjectivas intenções, planos e acções. As proporções deste conceito variam, dependendo da situação concreta em que se desenrola a acção do inimigo, mas mantém-se a aparência de que se trata de uma “luta revolucionária para a libertação face ao inimigo social”, isto é, uma continuação directa da luta de classes:

A União Soviética era o único país socialista, rodeado pelo mundo capitalista hostil [...] URSS não estava livre da possibilidade de um ataque imperialista [...] (B, p. 373).

dos conceitos chave na ideologia soviética e associa-se à ideia de comunismo, definido como estado da sociedade futura em que haverá todas as condições necessárias para a felicidade geral. Essa ideia de felicidade difere radicalmente na ideologia soviética face à nazista, ou a outras culturas com as quais tem sido comparada sob o modelo totalitário. Assim, na ideologia nazi, a noção de felicidade não pode ser considerada relevante, o estado ideal do social é descrito pelos seus ideólogos em termos de dominação e subordinação. A noção de felicidade na versão soviética também difere do ideal expresso em vários modelos liberais, onde a ênfase é colocada sobre a possibilidade de sucesso aqui e agora por qualquer personalidade que sabe jogar bem conforme as regras aceites da sociedade. A felicidade na versão soviética é apenas alcançável num futuro para o qual é preciso *sacrificar* o presente (Günter, Hansgen, 2006).

¹¹³ Revelações sobre a dureza do espírito de Lenine o seu apelo ao derramamento de sangue tornam menos plausível o argumento de que o seu papel foi qualitativamente diferente a esse respeito do que o de Estaline (Pipes 1997; Volkogonov, 1998); dados biográficos colhidos nos arquivos abertos após a queda da URSS mostram, contudo, uma personalidade mais sensível, propensa ao desânimo e perturbada por problemas de saúde (Fitzpatrick, 2007).

De uma maneira geral, os textos dos manuais em análise apresentam uma preocupação com a linguagem que corresponde às características do contexto em que é usada. Na análise do manual B, dedicado aos períodos de todos o tipo da *luta*, verificou-se que muitas das personagens se encontram envolvidas numa simbologia de *aço* e de *ferro*, adjectivos usados para enaltecer os heróis soviéticos. Um recurso usado pelos autores do livro para impressionar os jovens alunos é a comparação da firmeza dos seus princípios, convicções e virtudes com a dureza do metal¹¹⁴. Esta técnica deve ser entendida no contexto do país, cuja visão da prosperidade era inseparável dos aspectos materiais da construção do socialismo na URSS, nomeadamente do desenvolvimento da sua indústria. Contudo, esta linguagem tem uma longa tradição: já em 1907, Lunatcharskii fala da “integridade de ferro” da nova alma e da transformação do indivíduo de ferro em aço (Lunatcharskii, 1988). Em 1912, Dzhughashvili adopta o nome Estaline (que provem de “Stal” palavra russa para “aço”). Nos anos 30, foram publicados vários romances, mencionados no texto do manual B,¹¹⁵:

[...] sobre o heroísmo imortal manifestado pelos cidadãos soviéticos durante a Guerra Civil – “O fluxo de ferro” e “Como foi temperado o aço” (B, p. 363).

É bastante claro o carácter ideológico/pedagógico implícito nestas comparações, e em certos momentos ele é mesmo explícito: as operações discursivas envolvidas no texto da narrativa contribuem para o processo da compreensão do mundo, envolvendo a compreensão do próprio ser. As expressões aplicadas falam sobre as qualidades especiais dos soviéticos, usando uma semântica metafórica sobre-humana. Esta retórica, simbolizando o endurecimento do corpo e da vontade, reforça a ideia de que é impossível derrotar os portadores destas qualidades:

Uma vontade de ferro, inflexível, que supera tudo [...] (B, p. 289).

¹¹⁴ Não era menos comum o uso desta metáfora para o Nacional-Socialismo. Nos livros do período fascista, os militares alemães aparecem como “corpos de aço com olhos de águia” como personificação do homem novo de uma raça nova (Günter, Hansgen, 2006). A aquisição do “corpo de aço” através do desporto, visava também a educação nazista. O perfil físico do Jovem Alemão foi lançado por próprio Hitler no seu discurso à juventude hitleriana pronunciado perante o Congresso de Nuremberga de 14 de Setembro de 1935: “O jovem alemão de amanhã deve ser magro e esguio, ágil como o galgo, resistente como o coiro e duro como o aço [...]” (Hannoun, 1997, p. 32).

¹¹⁵ Estas obras da literatura soviética faziam parte de lista de leituras obrigatórias nas escolas da URSS durante todo o tempo da sua existência.

4.4. *Manual de História da URSS, 10º ano, 1978 - Livro C*

Entre os temas estudados, a Segunda Guerra Mundial ocupa um lugar especial, que por muitos é considerada uma componente essencial do estudo do século XX¹¹⁶ (Foster, 2005).

O poder de atracção exercido sobre milhões de soviéticos nos últimos 50 anos do século XX pelos acontecimentos ligados à Guerra, uma surpreendente força de persuasão da sua história e da memória, leva-nos a acreditar que na União Soviética este fenómeno terá sido alvo de efabulação, deformação e *mitologização* políticas. É evidente que o processo da socialização escolar, em todas as suas vertentes, desempenhou um papel importante na inculcação da versão oficial da interpretação do acontecimento.

O manual C abrange, de forma sistemática, o período da Segunda Guerra: explica as suas causas, descreve as principais forças envolvidas, o papel desempenhado e o interesse de cada uma delas, retrata o desenrolar da actividade militar e as suas consequências para os participantes e para o resto do mundo. À guerra e à política externa são dedicados mais de 80% do texto do livro C. Contudo, as múltiplas leituras dos textos do manual levaram-nos a pensar que o processo desenvolvido é mais subtil e profundo do que um esforço consciente para passar uma mensagem da versão oficial da história da II Guerra Mundial. O reconhecimento disto levou a procurar o que estava por detrás do invólucro carregado de factos históricos, apresentados de modo aparentemente rigoroso, dos protagonistas (forças e pessoas) subjacentes.

4.4.1. Modelo de narrativa esquemática – Guerra contra os inimigos estrangeiros

Encontramos um padrão de narrativas, um modelo da narrativa esquemática, usando o conceito de Wertsch (2002), que aparece como uma parte essencial da visão do mundo da URSS e da sua proposta identitária. Esta narrativa esquemática funciona como uma espécie de co-autor que organiza o que os alunos podem pensar, tornando claro ou transparente o que poderia passar despercebido (*Idem*). O modelo esquemático

¹¹⁶ Dois estudos transculturais (Liu, 1999, Liu, et al, 2005) sobre representações sociais em que foi pedido a pessoas de vários países para escreverem alguns nomes e eventos que nos últimos 100 anos tiveram um maior impacto (bom ou mau) para a história do mundo, permitiram chegar a uma conclusão semelhante: 1) verificou-se que as representações sociais da história são centradas em torno do conflito; 2) a Segunda Grande Guerra foi o evento mais frequentemente apontado como o mais importante.

ocupa um lugar central na compreensão do período histórico desde finais dos anos 30 até finais dos anos 50 do século passado. Podemos intitulá-lo como “Guerra contra os inimigos estrangeiros” e analisar a parte do texto do manual, dedicada à Guerra, através dos seus elementos estruturais que incluem certas personagens e acontecimentos que tiveram lugar nas circunstâncias específicas de pré, pós e durante a II Guerra Mundial.

a) Situação inicial

O livro começa por apresentar aos alunos um quadro muito sombrio do mundo pré-guerra, que celebra a força bruta e a falta de princípios, do lado dos países capitalistas dominados pelo fascismo:

Os países fascistas distinguiram-se pela sua maior agressividade. [...] Eles tentaram destruir o primeiro país do socialismo, URSS, e reformar o mundo destruindo os seus adversários (C, p. 3);

Os agressores fascistas puniram severamente as tropas etíopes e a população civil, queimaram e arruinaram cidades e aldeias [...] contra a população civil, aplicavam substâncias venenosas” (C, p. 7);

Os nazis não pararam, enquanto não eliminaram fisicamente um grande defensor da segurança colectiva [...] (C, p. 6);

Os Governos da França e da Checoslováquia [...] não agiam sinceramente (C, p. 6);

Os Nazis aspiravam dominar o mundo, colocando como objectivo escravizar a Europa (C, p. 7).

e a defesa da paz, da segurança colectiva, a amizade e o entendimento mútuo do outro, do lado da URSS e países que tentam o caminho do socialismo:

A URSS tomou medidas para prestar apoio fraterno à China” (C, p. 4);

O único país que fez grandes esforços para conter os agressores fascistas foi a URSS (C, p. 5);

[...] foi lançada pela URSS a ideia de segurança colectiva na Europa (C, p. 6);

Em defesa do povo etíope manifestou-se apenas a URSS (C, p. 7)

Na luta para dominar o agressor a URSS estava só” (C, p. 8);

A luta da URSS em defesa do povo espanhol juntou em torno da União Soviética todas as forças da paz do mundo (C, p. 10).

O discurso é formado através da separação do texto em dois campos opostos: um é socialista, positivo, o outro, capitalista, negativo, tendo como expoente máximo o fascismo (mesmo quando, como veremos, a URSS se viria a aliar a vários Estados capitalistas para combater o fascismo). Como era de esperar, a forma escolhida de transmitir os factos históricos é o ataque ao campo do capitalismo.

A URSS condenou veementemente as acções agressivas da Alemanha e propôs [...] organizar uma defesa colectiva dos países ameaçados pela agressão. Mas as potências ocidentais, que fizeram acordos com Hitler [...] rejeitaram de novo a proposta pacífica da União Soviética (C, p. 12).

O manual passa a ideia do que o regime soviético contém em si a ideia de relações baseadas não na hostilidade mas na amizade, entreaajuda e cooperação entre povos e nações. O modelo *imperialista* de relações internacionais é apresentado como incorrecto e imutável. No livro a *boa imagem* concentra-se na URSS e seus aliados. E o *mal* é retratado como uma característica inerente ao mundo capitalista. Um valor importante inculcado pelo sistema ideológico soviético era a simpatia para com os *fracos e oprimidos*; não há no manual lugar para o culto do poder, nem para o desprezo pela fraqueza:

A ajuda dos países socialistas é radicalmente diferente da ajuda das potências imperialistas. É prestada sem condições políticas ou outras condições onerosas e contribui para o surgimento dos grandes sectores da economia. Esta ajuda facilita e acelera o progresso social, melhora os padrões de vida (C, p. 217).

A mensagem transmite a ideia de como a URSS é justa, pacífica, pronta para ajudar desinteressadamente o próximo e os fracos, cumprindo sempre com as suas obrigações contratuais. Esforça-se para garantir um crescimento tecnológico e económico rápido, mas sempre visando o ideal da igualdade, da justiça e da fraternidade:

[...] a ajuda multilateral e desinteressada, oferecida pela URSS [...] (C, p. 68);

A amizade fraterna com a URSS [...] é garantia de avanço bem-sucedido [...] para o comunismo (C, p. 73).

Inversamente, as forças reaccionárias são hostis, egoístas, injustas, sempre prontas a enganar, preocupam-se apenas com o interesse próprio, sempre em guerra pela superioridade e pelo poder:

Na sua política, os imperialistas baseiam-se não nos interesses do povo, mas nas ambições mercenárias dos abutres dos maiores monopólios, que se enriquecem com a corrida armamentista e as guerras (C, p. 231);

Os elementos anti-socialistas, instigados pela reacção do Ocidente, tentaram voltar para trás o relógio da história [...] atacavam o sistema socialista (C, p. 57);

Forças monárquico-burguesas aspiravam, apoiadas pelo Ocidente, a usar em seu benefício os resultados da luta dos trabalhadores [...] (C, p. 63)

As imagens utópicas, apresentadas no manual, sobre a União Soviética antes da Guerra mostram-na como um modelo exemplar, um factor de mobilização, de compreensão e adesão para os seus seguidores, a única capaz de mudar radicalmente o

presente, transformando-o e reorganizando-o na base de outros fundamentos, justos e fraternais.

Nas descrições das relações entre a URSS e o Ocidente, pinta-se um quadro que, nas suas características gerais, é familiar a todas as gerações de “soviéticos”:

- o papel da União Soviética é retratado como o de uma moral elevada, comparada com a do Ocidente. A moral tem duas tarefas a cumprir: respeitar a dignidade dos outros membros do grupo, que se traduz na justiça, e promover o reconhecimento mútuo, cujo sinónimo é solidariedade. Inversamente, as relações entre os elementos do grupo Ocidente são baseadas no desrespeito e na injustiça;
- a URSS é retratada como muito mais passiva do que os países de Ocidente. Mesmo no auge do seu poderio militar, o país é apresentado uma eterna vítima, obrigada a envidar todos os esforços a fim de sobreviver em ambiente hostil:

Dispondo de todos os meios para conter o agressor, a URSS nunca ameaçou nem ameaça ninguém (C, p. 236);

Desde as primeiras páginas do manual, está presente a ideia do *cerco por inimigos*, que aparece como constante da existência nacional e a principal característica que determina a singularidade da história da URSS. Mantém-se a estrutura dos inimigos: um grupo constituído por “revisionistas”, “nacionalistas” e “elementos passivos do partido comunista”, que muitas vezes são apoiados pelos “inimigos estrangeiros”, reaccionários do Ocidente. Usando o factor *ambiente hostil* para uma explicação da maioria das dificuldades e dos problemas da União Soviética desde a sua formação, os autores atribuem-lhe o carácter de valor nacional – tanto mais que o isolamento num ambiente tão hostil será retratado como uma característica única do Estado soviético que permanece até à formação do campo dos países socialistas, depois do fim da Guerra.

b) Todos contra a URSS. Os inimigos atacam a URSS, começa a II Guerra Mundial.

A unificação da nação como um todo começou a ser realizada na época de Estaline, como um “agrupamento hierarquizado das etnias politizadas”, lideradas pela Rússia (Kelly, Kalinine, 2009, p. 4). Mas o que verdadeiramente uniu o povo da União Soviética e ao mesmo tempo legitimou o poder comunista foi a Guerra Patriótica – uma ameaça universal e total, porque:

[...] os fascistas visavam a eliminação do Estado Soviético, a captura das suas riquezas, a transformação do povo soviético em escravos dos capitalistas e proprietários alemães (C, p. 21)

A guerra da URSS contra o fascismo é apresentada no manual como um conjunto de vitórias que conduziu à inevitável derrota do inimigo fascista na Europa – nisso revelando uma estratégia de valorização do papel nacional na guerra semelhante à dos manuais de História norte-americanos sobre o período (Foster, Nicholls, 2004).

Cumprindo o compromisso como aliado, o Exército Vermelho, antes do tempo, começou o seu poderoso avanço (C, p. 35);

União Soviética – [...] a força principal da aliança anti- Hitler (C, p. 38);

As forças principais dos países fascistas e militaristas foram derrotadas pela URSS [...] que levou ao enfraquecimento geral do imperialismo mundial [...] (C, p. 178).

É relevante, a este respeito, o facto de o relato da guerra começar a partir da vitória do Exército Vermelho perto de Moscovo, em Dezembro de 1941. Assim é calado o que aconteceu durante os primeiros meses da Guerra, durante os quais as tropas do inimigo chegaram a Moscovo. Pelo contrário, a União Soviética aparece no livro sempre segura e certa da superioridade dos seus princípios políticos, da moral, da organização social, das atitudes que pregava:

A ajuda da URSS obrigou os capitalistas do Ocidente a mudar a sua atitude [...] (C, p. 183);

[... a URSS] convenceu o mundo inteiro da grande força e vitalidade do sistema socialista (C, p. 39).

Desde o Livro B, os alunos aprenderam que a Revolução de Outubro tirara a Rússia do atraso e a lançara para a vanguarda da história. Já não era um país capitalista retardatário como a velha Rússia; a União Soviética estava agora a caminhar directamente para o comunismo, o tipo de sociedade mais avançado e progressivo de todos. Seguindo esta lógica, no manual C o Ocidente deixou de ser um modelo de desenvolvimento a ser emulado, até porque se pressupunha o seu fim como mundo capitalista:

Os acontecimentos [...] confirmam fortemente que o capitalismo é uma sociedade privada de futuro (C, p. 177).

O modelo para o futuro estava ocupado agora *pela grande experiência socialista*, a União Soviética, que a partir de 1930 levava muito a sério a sua pretensão de vanguarda (Ferreira, 1998). Esta situação não foi abalada pela Segunda Guerra Mundial, conforme assegura o manual em análise, uma vez que a URSS foi revigorada pelas suas vitórias sobre o inimigo fascista.

A promoção da ideia de a URSS ser o modelo para o resto do mundo tornou-se uma das mensagens principais do manual C. Segundo Boff, o que mobiliza as pessoas não são apenas as ideias expressas, mas “as utopias, as visões e os exemplos acima de tudo” (Boff, citado por Ferreira, 1998). A ideia dos autores do manual C parece ser a de fixar no imaginário dos alunos a imagem de uma sociedade justa, igualitária e fraterna, único modelo para ser seguido, na guerra e na paz:

A URSS, libertando do fascismo os países escravizados, não interferia nos seus assuntos internos, não “exportava a revolução”, como tentam apresentar os ideólogos do imperialismo, mas [...] prevenia a exportação da contra-revolução (C, p. 42).

Na sequência lógica dos livros A e B, em que a Rússia, com os auto-sacrifícios do seu povo, salvara os países da Europa do jugo de Napoleão, bem como os Aliados durante a Primeira Guerra Mundial (em 1914, na Prússia Oriental, quando lançou as tropas ao ataque, em 1916 – ruptura de Brussilov); no livro C, durante a Segunda Guerra Mundial, os aliados pagam com ingratidão os sacrifícios da URSS. Na guerra contra Hitler, que a URSS enfrentou em aliança com os poderes ocidentais, estes ou a traíam constantemente, ou falhavam no seu papel de aliados atrasando a abertura da segunda frente europeia; e mesmo quando ajudavam, o seu apoio não tinha significado decisivo, tentando adicionalmente privar a União Soviética dos frutos legítimos da vitória: tais são ideias referidas de maneira evidente na narrativa do manual:

O fornecimento de armas e suprimentos militares por aliados à União Soviética realizava-se irregularmente, com frequentes interrupções, e, no primeiro ano da guerra, não teve qualquer significado prático para a União Soviética” (C, p. 23);

A URSS honrava rigorosamente os seus compromissos de aliança. Mas os Estados Unidos e a Grã-Bretanha violavam-nos com gravidade (C, p. 25);

[...] os países do ocidente violavam brutalmente as suas obrigações de aliados (C, 31).

Apesar de ter sido prometida inúmeras vezes pelos aliados, a 2ª frente não foi aberta em 1943 (C, p. 28);

[...] Churchill ordenou aos comandantes militares britânicos que recolhessem as armas alemãs, para, caso fosse necessário, redistribuí-las aos soldados alemães para as voltarem contra a URSS (C, p. 35).

- c) *A URSS vence a Guerra, salva o mundo e consegue eliminar o inimigo estrangeiro, confirmando assim, perante o mundo inteiro, que é uma grande nação.***

Uma das teses favoritas dos livros A e B analisados anteriormente, foi a da vulnerabilidade especial da Rússia e da URSS, que aparentemente as distingue de vários

outros países. Esta vulnerabilidade sempre atrasou o desenvolvimento do país (no caso da Rússia, no livro A) e “objectivamente” exigia a militarização do Estado, o uso de ditadura e de métodos violentos (no livro B). No manual C, esta tese não se levanta sequer.

Em contrapartida, e para uma maior clareza, o livro didáctico contabiliza escrupulosamente o mérito dos soviéticos na II Guerra Mundial, pelo qual o Ocidente tinha de lhes agradecer, para que não restassem dúvidas que de a derrota da Alemanha tivera origem nas vitórias do Exército Vermelho na frente oriental:

As Forças Armadas Soviéticas derrotaram 507 divisões alemãs [...] os Aliados não derrotaram mais do que 176 [...] (C, p. 38);

O papel decisivo na vitória foi o da URSS [...] a URSS suportou o peso principal da luta (C, p. 38);

Cumprindo o compromisso como aliado, o Exército Vermelho, antes de tempo, começou o seu poderoso avanço (C, p. 35);

União Soviética – [...] a força principal da aliança anti-Hitler (C, p. 38).

Assim, o verdadeiro vencedor da Guerra¹¹⁷, segundo os autores do manual, foi o povo soviético dirigido pelo Partido Comunista, cujo prestígio saiu muito reforçado da guerra:

A autoridade da URSS cresceu incomensuravelmente [...] (C, p. 39);

Aumentaram significativamente a autoridade e a influência dos comunistas sobre as massas (C, p. 30).

O texto referente à Guerra tenta mostrar que o estado moral geral sempre estivera muito alto, preservando o tom patriótico de uma guerra nacional. Não há dúvida de que estes comentários reflectem uma certa correcção da fórmula ideológica oficial, que transferiu a ênfase de ideia da luta de classes para a da unidade do Estado, do exército e do povo na luta contra o agressor estrangeiro¹¹⁸. Assim, um resultado

¹¹⁷ Os autores dos manuais de história de diferentes países são confrontados com a questão de como contar a história da 2ª Guerra Mundial à geração seguinte. Normalmente, como sublinham Foster e Nicholls, apenas a inclusão nesta história do papel significativo dos Estados Unidos é geralmente garantida, enquanto o reconhecimento do papel de outras nações nas forças aliadas varia de país para país, evidenciado que a história da guerra continua a estar aberta a interpretações. Como mostra o manual em análise neste trabalho, na URSS os livros de história convenciam os alunos de que a derrota da Alemanha tinha origem nas vitórias do Exército Vermelho na frente Leste: “O ponto de viragem crucial de toda a guerra surge quando o Sexto Exército Alemão é derrotado em Estalinegrado, no Inverno de 1942-43. Desta forma, os estudantes Soviéticos eram levados a acreditar que a derrota dos nazis era inevitável muito antes de os Aliados Ocidentais lançarem a invasão do dia D, em Junho de 1944” (Foster, Nicholls, 2004, p. 53).

¹¹⁸ O general Charles de Gaulle fez uma avaliação de mudança radical na orientação ideológica que teve lugar em Moscovo durante a guerra: “Nestes dias de ameaça nacional, Estaline, que se auto elevou ao posto de Marechal e nunca mais se separou do uniforme militar, falava não tanto como representante autorizado do regime, mas como líder da eterna Rússia” (de Gaulle, 1959, p. 49).

importante da Grande Guerra Patriótica, para além das consequências geopolíticas, estratégicas e outras, foi uma mudança significativa nos postulados ideológicos oficiais. O patriotismo russo, lado a lado com o comunismo, foi oficialmente reconhecido como pilar ideológico do Estado¹¹⁹.

Neste manual, em relação aos anteriores, houve uma mudança na imagem de personagem/herói. Na época da revolução (manual B) a personagem/herói era um revolucionário, Lenine, por exemplo, ou um revolucionário/guerreiro do tipo Dzerjinsky, que “nunca dormiam”. Aquilo que parecia ser uma desvantagem da personalidade fria e reservada de Dzerjinsky, transformou-se no manual numa imagem positiva que encarnava um certo ideal de ascetismo militar e de homem devotado à causa nobre da revolução.

No livro C, feita a revolução e instaurado o socialismo, o povo passa a assumir a figura de grande herói colectivo. A mudança de contexto – a invasão por um inimigo estrangeiro forte e o apagamento da figura do herói revolucionário – precisava de se reportar ao conjunto do povo soviético, enquanto colectivo com um passado histórico comum, tradições, princípios e ideais que lhe conferem uma identidade própria que constitui o fundamento da sua resistência. A ideia prendia-se com aquilo que era mais emblemático na identidade soviética, isto é, o passado de luta contra o inimigo comum, e uma posterior expansão da Revolução pelo mundo fora. Assim, a URSS e o seu povo eram um símbolo de uma nação onde se projecta, simultaneamente, o passado mitificado da Revolução Socialista e a imagem idealizada dos cidadãos soviéticos, como povo heróico que salvou o mundo. Esta é a expressão renovada do mito da grandeza da nação e da ideia do país-modelo.

A história do período após 1945, no manual C, caracteriza-se pelo aumento do ritmo e da intensidade da propaganda que exalta a viragem dos países da Europa, de Cuba e dos países da Ásia para o caminho do socialismo, dos seus êxitos e sucessos. Desta forma, a questão do país-modelo recebe um novo impulso, exercendo a influência de uma sociedade socialista construída, fortalecida na luta contra o inimigo, servindo de exemplo de caminho, de referência, de um incentivo à prática revolucionária dos povos que optaram por lutar pelos sonhos de felicidade:

¹¹⁹ O próprio Estaline assumiu esta alteração quando brindou no Banquete da Vitória – “Pelo Povo Russo” como principal vencedor da Guerra (Seniavskaia, 1999).

[...] influenciados pelas ideias da revolução de Outubro e pelas realizações da União Soviética na construção do socialismo, o povo trabalhador [dos países de Europa e Ásia], não disposto a tolerar mais a exploração dos capitalistas e senhores da terra, acumulou muita experiência nesta luta (C, p. 41);

[...] os trabalhadores [dos países de Europa] levantaram-se sob a liderança dos partidos comunistas na luta contra os ‘seus’ exploradores” (C, p. 42).

Apresentada como uma sociedade desprovida de aparatos coercitivos – económicos, religiosos ou ideológicos –, a URSS surgia transparente e como modelo baseado nos ideais do comunismo, reforçados na luta contra o inimigo por ela eliminado. O socialismo da União Soviética, para além de ser científico e racional, como confirmava a sua experiência, já não tinha nada de utópico; pelo contrário, garantia a viabilidade do projecto socialista a todos os que o seguiriam. Os autores de livros didáticos de História, como era tradição nos tempos soviéticos, acharam necessário prestar a atenção a todas as regiões do mundo e dar uma imagem completa da história dos países que, encorajados e apoiados pela URSS, passaram a fazer parte do “sistema socialista mundial”, cuja formação se considerava ser:

[...] o maior acontecimento histórico depois da Grande Revolução Socialista de Outubro (C, p. 45).

A fonte de legitimação representada pela Revolução continuava irrenunciável. Esta não só constituía o evento originário da transformação socialista reivindicada pelo regime, como oferecia um inestimável elemento de força que nem o Império russo havia possuído: a possibilidade de contar com muitos seguidores no campo adversário (Hosking, 2006). Contudo, a partir dos meados da década de trinta, a ideologia revolucionária já não motivava a política soviética. Em vez disso, foi a concepção do mundo externo herdada do bolchevismo que passou a constituir a bússola da sua conduta (Pons, 2008). Depois da Segunda Guerra Mundial, o relevo foi posto naquilo que mais contava após a vitória militar, que já não era o projecto revolucionário dos bolcheviques, mas o sucesso da política geoestratégica de potência soviética no confronto e desmoronamento do mundo composto pelos países capitalistas, começando pela inclusão de uma parte da Europa no sistema soviético.

“[...] todos os países vão executar aquilo que a Rússia executou” – Lenine (C, p. 110);

[...] agora já não é o imperialismo, mas sim o socialismo que determina a tendência principal na política mundial [...] (C, p. 237).

O crescimento da potência soviética era visto como um fim em si mesmo, que consistia em expandir o socialismo e em permanecer fiel aos ensinamentos de Lenine (Lieven, 2000): Assim, no pós-guerra, a noção de vanguarda foi reformulada, passando

da vanguarda revolucionária interna para o papel da URSS como uma superpotência, seguida por muitos outros países em todo mundo:

“ [...] todas as nações chegarão ao socialismo, é inevitável [...]” – Lenine (C, p. 114);

A União Soviética ajudou os povos que romperam com o capitalismo, na construção de uma nova vida. A União Soviética ajudou-os a rechaçar o assédio dos imperialistas que queriam, através da interferência nos assuntos internos dos países democráticos, restaurar o sistema burguês de propriedade [...]. A situação internacional exigiu uma estreita aliança da URSS e dos países da democracia popular (C, p. 229).

A questão da formação do sistema internacional dos países socialistas é muito explícita. Foi esta via do crescimento territorial e geopolítico do campo socialista que permitiu afirmar a individualidade da URSS nos anos 50-60¹²⁰. A própria sobrevivência do socialismo jogava-se na preservação dessa dimensão internacional. Além disso, a união de países socialistas era não só o garante da independência nacional de cada um deles, como também a possibilidade de o mundo socialista dispor de um lugar relevante na cena internacional. Manter esta identidade territorial e unidade das nações socialistas aparece no livro como um grande objectivo da URSS.

A insistência sobre este tema não é gratuita, antes visa fixar nos alunos a ideia da força e da potência dos modelos socialistas no mundo. Em seu apoio, são apresentados os cálculos de aumento da participação dos países socialistas na produção industrial mundial: em 1917 era menos de 3%, enquanto em 1975 já seriam mais de 40%. Este contexto estável sociocultural deve originar a confiança baseada na experiência social e valores partilhados; deveria favorecer, por um lado, a disposição dos alunos para agir de forma a estimular a cooperação e, por outro, favorecer o surgimento de virtudes cívicas e morais que reforçam a obtenção de benefícios comuns desejados.

Em contrapartida, o texto do livro dedicado aos países capitalistas, mesmo os mais desenvolvidos, sempre fiel à ideologia marxista/leninista, esforça-se para mostrar aos alunos os seus problemas graves e sem solução, numa versão simétrica ao mundo do

¹²⁰ Desde a formação da URSS, a escolha do seu nome causou alguma polémica, nomeadamente por não conter nenhuma indicação geográfica, contrariamente às denominações habitualmente utilizadas para definir as entidades políticas que fazem referência a um determinado território. Há investigadores que acreditam que os fundadores da União Soviética se dispensaram deliberadamente de nomear oficialmente os limites geográficos do Estado, na expectativa de uma revolução mundial. Mas quando esta falhou, mantiveram a intenção de não nomear o seu lugar no espaço, fazendo, desta forma uma espécie de convite às outras repúblicas, até então oprimidas, que poderiam emergir em qualquer lugar do mundo e juntar-se à União (Offe, 1992). Ou seja, a perspectiva seria a de fazer da URSS uma entidade política territorialmente aberta e potencialmente universal, capaz de englobar um número indefinido de outros países (como ocorreu, por exemplo, com os três países bálticos em 1940) (Kolonitskii, 2003).

socialismo: insegurança devida ao desemprego crescente (estava-se então na conjuntura recessiva do “choque petrolífero”), repressão, política externa de colonização para com outros povos:

O número médio mensal de totalmente desempregados na Grã-Bretanha: 1973 - 619 mil; 1975 - 978 mil; 1976 - 1.359 mil (C, p. 149);

O rápido crescimento na indústria deveu-se não só à revolução científica e tecnológica, mas também à exploração brutal do proletariado japonês (C, p. 160);

Em Itália, o desemprego passou a ser um fenómeno crónico; todos os anos emigram à procura de emprego até 300 mil pessoas (C, p. 156).

A burguesia francesa aspirava a manter, apesar de tudo, o seu império colonial (C, p. 143).

Sabe-se, como já ficou dito em geral sobre a figura do “inimigo”, que a ameaça externa é determinante para a formação dos mecanismos de mobilização; os desafios externos sempre foram usados para tal pelos regimes políticos em todo mundo. O efeito predeterminante da ameaça externa também era habitual na historiografia, aplicado à história da Rússia Imperial. O manual C estendia esta abordagem ao período da história contemporânea. O inimigo externo em crise, o capitalismo imperialista, nem por isso era menos ameaçador.

Depois da II Guerra Mundial houve um aprofundamento da crise geral do capitalismo. O mundo socialista obteve um progresso histórico, aumentou o seu poder e influência (C, p. 119),

mas nem por isso estava livre de constantes perigos e ameaças, cuja maior parte era oriunda dos Estados Unidos,

[...] a principal força económica e político-militar do imperialismo” (C, p. 124).

O perigo externo é identificado neste livro com a ameaça representada pelos Estados Unidos. E essa ameaça é apresentada como total: não apenas como competição económica ou a luta pela influência geopolítica, mas até como perspectiva real de um ataque militar (principalmente nuclear).

Como já foi referido, o ponto de partida deste enredo histórico foi o facto de a União Soviética se assumir como um dos líderes da comunidade mundial. Este papel foi um resultado directo da conquista de uma grande vitória na Guerra, cujo principal peso recaiu sobre a URSS. Essa mesma crescente influência da União Soviética no mundo não convinha aos EUA, que pretendiam estabelecer a hegemonia mundial americana. Assim, os americanos foram identificados como os agressores e ao longo do livro C de

história foi traçada uma única linha de política dos EUA para estabelecer um modelo unipolar de ordem mundial.

Desta forma, o texto sobre os Estados Unidos, desenha-os de maneira muito pouco atraente; toda e qualquer influência positiva que pudessem ter tido sobre o mundo do pós-guerra é negada. Os EUA são os principais culpados da Guerra Fria, que teve o seu início com o bombardeio atômico do Japão, a que se atribui um único significado - *mostrar o seu poder*, para afirmar a sua *hegemonia no mundo pós-guerra*:

Este acto desumano visava metas políticas de longo alcance: para intimidar todas as nações do mundo e forçá-las a baixar a cabeça diante do poder dos Estados Unidos. Os imperialistas norte-americanos esperavam estabelecer o seu domínio no mundo (C, p. 38).

A lista dos vários tipos de “conduta imprópria” dos EUA mencionados no livro C, é muito grande:

Os EUA [...] procuravam estabelecer a supremacia indivisa no Pacífico (C, p. 4);

Para ajudar aos fantoches (governo da Coreia do Sul), escondendo-se atrás da bandeira das Nações Unidas, chegaram os imperialistas americanos (C, p. 86);

Como o elemento central do neo-imperialismo, os EUA realizam a expansão na América Latina, na Ásia e em África [...] fingindo ser amigos dos países libertados, tentam envolvê-los em blocos agressivos e colocar bases militares nos seus territórios. Quase metade dos estados que surgiram após o colapso do sistema colonial está amarrada com pesados contractos desiguais. Nisso manifesta-se a política do neocolonialismo. Esta última testemunha que o imperialismo é o pior inimigo dos novos estados que aspirem a uma verdadeira independência dos povos (C, p. 216-217);

Para atingir a sua meta, os EUA recorreram à demonstração exibicionista da energia nuclear (C, p. 229).

A ideia do inimigo encontra a sua culminação no papel dos EUA, no livro C. No livro A, conforme ensinamentos de Marx, o “outro” seria simplesmente o “modo de produção capitalista”; no manual B, seriam a burguesia, os seus apoiantes e os traidores no seio do próprio partido; no livro C, o “outro” não é sequer uma comunidade de pessoas em oposição, moralmente má, já é um “inimigo público”, usando a expressão de Schmitt (1992), que se apresenta como um pré-requisito de consciência política e da consolidação, ou seja, o “inimigo” afirma-se aqui como uma condição para novas formas de consolidação política total. Esta ideia faz a ponte com a ideia de unidade nacional e a formação e o fortalecimento do sentimento de identidade nacional.

De facto, a escolha dos temas nos textos do manual, a concepção de realidade e da sociedade na URSS, que se originava no marxismo/leninismo, não revelam apenas uma preocupação oficial, mas funcionam como um instrumento ideológico para a

valorização de um conjunto de ideias, crenças e valores centrados na unidade política e social da União Soviética, no qual o sentimento de identidade nacional funciona como mobilizador no processo de transformações pelas quais a URSS, liderada pelo partido, verdadeiro motor das mudanças, deveria passar para chegar ao comunismo.

A imagem do inimigo tornou-se também um meio de introduzir na consciência dos alunos o conceito de patriotismo soviético.¹²¹ Acredita-se que, numa realidade social complexa, os sentimentos e atitudes patrióticos são moldados por muitos factores. Contudo, o manual em análise realça apenas alguns deles subsumidos no valor maior da lealdade à unidade moral e política da sociedade soviética. Assim, o patriotismo é visto como uma parte da ideologia do Estado soviético e uma condição importante para a sua formação era impedir a penetração das ideias e dos fenómenos cuja essência estava em desacordo com as ideias e práticas do Partido e da ideologia comunista. O seu interesse consistia no condicionamento do pensamento e do comportamento do público em geral. O mecanismo que se aplicava visava criar e manter o descrédito em relação a todos os aspectos da vida das *outras* nações que, mesmo num país isolado, onde a população carecia de informação, tinha que ser fortalecido constantemente pela propaganda.

Após a Segunda Guerra Mundial, esta necessidade tinha aumentado. A luta com o Ocidente pelo domínio da esfera da influência económica e política no mundo, a necessidade de assegurar a defesa do país à custa de novas armas (nucleares), a pobreza da população e a incapacidade para estimular materialmente o trabalho eficaz em larga escala, levou à necessidade de envolver o incentivo espiritual para garantir a actividade no trabalho, a lealdade política dos cidadãos. Todos os fenómenos negativos eram imputados aos efeitos da influência agressiva ocidental. Nota-se que o discurso do manual C, desde o capítulo correspondente aos meados dos anos 50 e até o fim do livro, já não contém a ideia do inimigo de classe interno. Esta ideia foi retirada da consciência pública e consequentemente do ensino.

Os autores do manual fazem a distinção entre o patriotismo de milhões de cidadãos soviéticos que defenderam o seu país na luta contra o fascismo e reconstruíram a sua economia depois da guerra, do patriotismo do tempo da Guerra Fria, cuja

¹²¹ Como observa Bauman, as definições dos inimigos “sem escrúpulos” acompanham todas as guerras. Dos dois lados, a suspensão dos comportamentos aceitáveis em relação ao Outro é a condição de para preservar a si mesmo. A defesa do próprio direito de viver requer uma negação desse direito ao Outro. Este “Outro define-se – como inimigo – quando coloca o respeito alheio pela sua identidade moral em conflito com a proteção da identidade alheia” (Bauman, 2007, p. 57).

característica mais importante é um cego ódio aos inimigos do Estado soviético. Durante a formação da imagem do inimigo no livro em análise, a cada um deles atribuía-se um carácter específico numa ameaça global de algum modo coordenada pelos EUA. Assim, o militarismo e o expansionismo dos líderes americanos eram retratados como o resultado da irracionalidade de todo o sistema social e político neste país. Os líderes da Jugoslávia foram apresentados como cúmplices dos Estados Unidos, que levaram o seu povo à miséria; os Sul-Coreanos como agressores fantoches dos EUA, que atacaram os pacíficos Coreanos do Norte e desencadearam uma guerra.

O alemão era o inimigo *tradicional* dos russos e as últimas duas grandes guerras apenas confirmaram o facto. O alemão era um inimigo *mau*, de outro modo a guerra no sentido moral e psicológico de todo é impossível; matar uma pessoa está fora das normas aceitáveis da moralidade humana e duma psique saudável. No entanto, o inimigo deve e pode ser morto, por isso ele, à partida é retirado das categorias às quais essas normas se aplicam. Na consciência do público (incluindo as crianças) o inimigo é dotado de características que são opostas à natureza humana (Seniavskaia, 1999).

A parte do texto do livro C dedicada à Alemanha segue uma teoria que tinha sido engendrada nos anos 30 do século XX pelos comunistas do Comintern (Margolina, 2002). Segundo esta teoria, o regime nazi – o fascismo alemão – era nada mais do que uma medida de emergência nacional do capitalismo mundial contra o socialismo. Assim, toda a actividade nazi era reduzida à luta contra os seus adversários políticos comunistas, na URSS e na Alemanha. Enquanto o capitalismo não fosse abolido na Alemanha Ocidental (ou no mundo ocidental todo), o fascismo continuaria a ser uma ameaça ao mundo. A Alemanha Ocidental nesta perspectiva aparece como uma simples continuação do regime nazi, porque:

[...] milhões de alemães foram contagiados pela ideologia fascista¹²² (C, p. 74).

Sobre o crescimento do [...] neonazismo, testemunha o facto de que os governantes de Bona pretendiam oficialmente parar a perseguição aos nazis criminosos de guerra” (C, p. 150).

¹²² A transformação do “inimigo fascista” em “inimigo alemão” tem a sua história. Segundo Golovtchenko, esta mudança deveu-se à perda das ilusões sobre a *consciência dos irmãos de classe*. Na sequência disso o *slogan* “Proletários de todos os países uni-vos!” foi substituído, durante a Guerra, por “Morte aos ocupantes alemães!” (Golovtchenko, 2009)

Evidentemente, esta interpretação foi obrigatória na Alemanha Oriental durante toda sua história (Margolina, 2002)¹²³.

Por detrás deste discurso, que pode ser considerado *nacionalista*, é possível distinguir duas estratégias: a primeira visa enaltecer a imagem da URSS, a sua unidade política e social, suas vitórias, atitudes, princípios e valores fundamentais; a segunda, direccionada para o aluno, *abre* ao leitor a possibilidade de aderir a essa história assumindo-a como sua. Ambas as estratégias esforçam-se para que a História nacional se pareça com uma narração de factos sequenciais, e como é óbvio, o facto, sendo aquilo que realmente aconteceu, só tem um valor lógico – é verdadeiro. Assim, consegue-se que o processo da produção desse conhecimento histórico não seja questionado pelo aluno. Pelo contrário, com esse proceder, estabelece-se um *alinhamento* (Cerri, 2002) dos alunos com os acontecimentos e as personagens históricas, convertendo a todos eles em “nós”, ou “do nosso lado”, mas também tornando possível juntá-los contra os “outros”, contra os “nossos inimigos”. A tolerância, a intenção de não julgar, mas compreender o outro, não faz parte dos valores deste livro de história. Na realidade, as narrativas têm um aspecto *bélico*, com uma linguagem *forte* contra todo o tipo de inimigos.

A análise do manual C leva a crer que a interpretação desejada pelos autores do livro gira em torno da valorização dos valores políticos defendidos pelo socialismo: igualdade, justiça e fraternidade como base das relações internacionais, conduta ética nas actividades económicas, supremacia dos interesses colectivos, um Estado protector, mas também uma posição activa para com o seu rival – o capitalismo, o imperialismo, a República Federal Alemã e os EUA.

¹²³ A versão oficial mantida nos manuais de história da Alemanha Ocidental era a tese da inocência alemã, que se justificava pelo pressuposto de que teria sido impossível resistir ao Hitlerismo. Assim, o nacional-socialismo fora inevitável, mas também um “acidente da história da Alemanha” – sem precedentes e sem risco de repetição (Margolina, 2002). Num sentido oposto, Adorno propõe uma explicação através da culpa generalizada, discutida no Capítulo I - “O passado só estará plenamente elaborado no instante em que estiverem eliminadas as causas do que passou. O encantamento do passado pôde manter-se até hoje unicamente porque continuam existindo as suas causas” (Adorno, 1995, p. 49).

4.5. *Síntese da Análise dos Manuais de História da URSS*

Neste capítulo, em que se realizou uma análise do conteúdo dos manuais escolares de História em vigor nos anos 70, na União Soviética, e que serviram de elementos importantes, nessa época, para a escolarização dos imigrantes da ex-URSS da amostra realizada neste trabalho, houve a intenção de perceber essencialmente dois momentos relacionados com a identidade colectiva soviética. Em primeiro lugar, tentar detectar a proposta identitária contida no discurso dos referidos livros didácticos. Em segundo lugar, traçar um perfil identitário cujas características tenham sido vistas como elementos constitutivos para a construção de identidade soviética em cada um dos três manuais.

Em termos gerais, os três livros didácticos, constituindo, cada um deles, uma unidade autónoma com princípio, meio e fim, relacionam-se intrinsecamente no modo de apresentar a história da URSS, apesar de sublinhar o seu aspecto científico e rigoroso, de forma idealizada e mitológica. É uma história feita unicamente de glórias, onde o passado foi grandioso, o presente é de progresso, o futuro é de felicidade, descrita recorrendo aos mitos variáveis ligados às diferentes etapas do percurso da nação e aos seus heróis. Os livros analisados são unidos pela convicção que a história não é uma coisa que acontece, mas que se faz e que a importância histórica de uma determinada decisão é criada pelos seus protagonistas. Por isso, a imagem transmitida para os alunos da História da URSS não é de um processo complexo e contraditório, mas de um conjunto de personagens que constroem linearmente o novo modelo de sociedade, um novo paradigma, contra sucessivos tipos de inimigos. Também são unânimes na justificação de uma determinada visão e doutrina política, aceites como as únicas verdadeiras.

O portador desta doutrina, cujas características constituem o núcleo comum para todos os manuais, está presente na revelação de todos os aspectos da vida passada e acontecimentos históricos divulgados pelos autores. O cidadão da URSS (ou o seu antepassado directo) é indubitavelmente possuidor de corpo, ideias, valores, atitudes e personalidade, ou seja, nunca poderá ser considerado como um sujeito abstracto. O cidadão da URSS possui valores, crenças e emoções, todos eles ligados a uma finalidade política que adquire proeminência sobre qualquer outra consideração que possa ser encontrada nos textos. O efeito deste processo é que o sujeito personaliza as

questões ideológicas; são tratadas como se fossem uma parte inerente da sua personalidade, mas que se sobrepõe e ganha primazia sobre tudo o resto.

Esta maneira de entender a identidade soviética, que os autores dos manuais manifestam, tem a sua base no que Kelly (2003) designa como *globalização num país* que consiste no processo de ampliação da hegemonia económica, política, social e cultural soviética sobre os demais, articulado com a imposição do seu modelo ideológico.

Neste processo, os indivíduos, idealizados como expressões do “Homem Novo” soviético que sintetiza as virtudes da galeria histórica de heróis que desfilaram pelas páginas dos livros escolares, pertencem a uma comunidade *global* – um “nós”, realizam a sua identidade com base numa função social (que varia conforme as exigências da realidade), mas que se baseia sempre numa preeminência dos desígnios colectivos; os seus interesses são legitimados como parte de um interesse colectivo, mas em contrapartida são especialmente protegidos pelo Estado, do qual se espera mobilização, regulação e organização e que lhes proporciona segurança, chaves para a orientação política e moral, a garantia de um futuro grandioso; contudo, colocando-os numa situação de uma total disponibilidade para com esse mesmo Estado.

Capítulo V

Análise dos Questionários

Os inquéritos realizados aos imigrantes da ex-URSS pretendem fornecer informações sobre as suas opiniões e as suas interpretações em relação a determinados fenómenos que ocorreram durante a sua permanência no seu país de origem, aos acontecimentos que acompanharam e acompanham a sua adaptação a Portugal como país de acolhimento e às mudanças na sua situação económica, política e cultural entretanto verificadas. Este objectivo, no entanto, não limita o potencial desta pesquisa como uma ferramenta de conhecimento. Sob certas condições – nomeadamente a presença de concepções explicativas, a comparabilidade com resultados de outras investigações no âmbito deste trabalho e de outros trabalhos semelhantes – os dados do inquérito aos imigrantes aqui apresentados pretendem servir como um meio para estudar factores mais profundos e por vezes não tão visíveis da vida social, como *orientações*, *preferências* e *valores* culturais e políticos e as eventuais mudanças neles verificadas.

Desta forma, este capítulo vem completar o estudo que começou com a análise dos manuais de História do 8º, 9º e 10º anos de escolaridade em vigor na União Soviética nos anos 70-80 do século XX, feita com a intenção de procurar o discurso assente no perfil identitário do “Homem Soviético” transmitido nestes livros didácticos. Esta análise serviu para traçar o núcleo da proposta de identidade soviética que se encontrava na base da socialização escolar e que incluía símbolos, prioridades, valores, referências, modelos de comportamento e uma específica visão do mundo.

Contudo, a destruição do sistema político na URSS poderá ter deixado sem fundamento os valores, símbolos, comportamentos sociais e padrões de socialização inculcados à população (incluindo os inquiridos na nossa amostra, na altura da sua permanência na União Soviética) e mantidos no âmbito do sistema educativo soviético durante mais de sete décadas. Sendo os contextos e as dinâmicas socioculturais e políticas, factores decisivos na emergência de valores, compreendidos como elementos da essência que conferem identidade a determinadas categorias sociais (indivíduo, grupo social, país) (Vala, 2003), numa conjuntura em transição, é pertinente questionar e avaliar em que medida essa mudança afecta as características estruturais,

particularmente aquelas que são adquiridas durante os processos da socialização e escolarização dos indivíduos: continuam presentes e evidentes as manifestações dos aspectos identitários tradicionais “socialistas”, ou estes valores e discursos já se podem dar como desgastados e alterados significativamente nos processos da adaptação e integração à nova realidade sociocultural e política? Quando e em que aspectos, os imigrantes terão adoptado novas regras e valores? Em que medida as pressões de novas exigências decorrentes do processo migratório, os levam a construir gradualmente padrões de vida diferentes dos do passado? Existirão áreas da vida em que sejam mantidos padrões sustentados nas velhas certezas, que não se esgotaram ainda, não desapareceram? Até que ponto os valores inculcados no processo educativo soviético, pela história ensinada, aprendidos dentro e fora da sala de aula, foram erradicados, ou, pelo contrário, ainda persistem como elementos definidores da memória e identidade destes imigrantes?

O presente capítulo apresenta os resultados do inquérito realizado contemplando três módulos principais: para além de um módulo que reúne os indispensáveis indicadores sociográficos (idade, sexo, habilitações, profissão adquirida no seu país de origem e sua situação perante o trabalho em Portugal, entre outros) são usados vários indicadores respeitantes a dois outros módulos: *Identificação* e *Capacidade de adaptação*.

Com frequência, os imigrantes são vistos como uma parte da população mais activa e móvel que atravessa as fronteiras dos seus países à procura de melhores condições de vida (Portes, 1999; Castles, 2001). De entre estas populações, há um grupo que se caracteriza por corresponder a uma migração resultante da desintegração dos Estados que é acompanhada por alterações das próprias fronteiras¹²⁴, como aconteceu quando houve o desmoronamento da União Soviética que provocou uma migração maciça da sua população para os países ocidentais.

Naturalmente, esta população evidencia as suas características particulares – devido a um processo de socialização socialista específico a que foram sujeitos e às suas

¹²⁴ Brubaker chama a este tipo “migração de cataclismo” (Brubaker, 1993). Na maioria das vezes, a nova elite dirigente do país herda-o do regime anterior. Mas, às vezes, ainda é preciso formar novos países. Os países que surgiram da destruição da URSS encaixam justamente nessa categoria, bastante rara, alguns deles sem nunca terem antes tido identidade política como países independentes, como, por exemplo, a Moldávia.

experiências de vida num país dominado por uma ideologia dogmática – e os seus problemas singulares de integração em Portugal (Mirotshnik, 2008). No entanto, face a esta visão, de certo modo simplificada, é necessário ter em conta tudo o que há de heterogéneo nestas pessoas, assim como na situação aparentemente típica relacionada com a condição de “imigrante”. Também as qualidades referidas da socialização comum não serão universalmente partilhadas por todos os imigrantes, nem os problemas que os reportam são vividos por todos ou mesmo pela generalidade. É por isso que o presente capítulo começa por caracterizar a diversidade dos imigrantes do inquérito, para posteriormente serem confrontados os resultados agora obtidos com os que foram conseguidos no Capítulo IV, no âmbito da análise de conteúdo dos manuais de História. Assim, dentro de certos limites, estarão criadas as condições para se poder averiguar o que se manteve e o que se transformou neste intervalo de tempo (três décadas) quanto ao perfil identitário destes imigrantes que foram educados para serem cidadãos da ex-URSS.

5.1. Elementos de caracterização geral

a) Idade e sexo

Quer em termos dos grupos etários considerados, quer em termos de género, a amostra caracteriza-se por uma distribuição não equitativa da população inquirida, que resulta essencialmente do facto de esta se ter realizado de uma forma não probabilística, de tipo intencional, procurando pessoas que correspondessem ao objectivo deste estudo, ou seja, que tivessem frequentado e completado o sistema educativo soviético no tempo do domínio do poder comunista. Em consequência, o grupo ou escalão etário mais jovem aqui considerado é o dos 36 a 40 anos, pois corresponde à idade actual dos imigrantes que frequentaram o sistema educativo na fase final da vigência do regime soviético. O maior conjunto etário de indivíduos da amostra é o compreendido entre os 41 e os 45 anos (41,5%). Do ponto de vista do género, a amostra revela uma representação maioritária de mulheres que ofereceram a sua colaboração e participação neste estudo (54,5%), o que corresponde a uma sobre representação relativamente à distribuição apurada nos dados do SEF para o conjunto das quatro nacionalidades (cf. Quadro 3.2.), onde as mulheres têm um peso relativo um pouco inferior (43,8%). Esta sobre representação deve-se talvez ao facto de as mulheres apresentarem maior

disponibilidade temporal e propensão a serem entrevistadas por uma mulher investigadora.

Um estudo que envolve aspectos de cariz histórico e social, principalmente em períodos de mudanças aceleradas em sociedades contemporâneas, inevitavelmente aproxima o investigador do conceito de “geração”.

Este conceito é geralmente visto no contexto histórico-cultural, onde tem um sentido mais simbólico, caracterizando os participantes de um grande evento contemporâneos ou de um fenómeno histórico importante e as pessoas com orientações e atitudes similares (Laufer, Bengston, 1974).

Quadro 5.1

Número de entrevistados, segundo o género e a idade

Idade (anos)		Masculino		Feminino		Total	
		N	%	N	%	N	%
36 a 40	N	53	26,0	62	25,4	115	25,7
	%	46,1		53,9		100	
41 a 45	N	80	39,2	106	43,4	186	41,5
	%	43,0		57,0		100	
46 a 50	N	39	19,1	46	18,9	85	19,0
	%	45,9		54,1		100	
> 50	N	32	15,7	30	12,3	62	13,8
	%	51,6		48,4		100	
Total	N	204	100,0	244	100,0	448	100,0
	%	45,5		54,5		100,0	

Ligada à questão da identidade, a questão geracional é compreendida como expressão colectiva e reflexo de mudança no desenvolvimento da personalidade, no comportamento e nos valores, num grupo de idades e num período de tempo (Guardo, 1982). É comum a cada uma dessas definições a componente “tempo”, aquilo a que, aplicando à sociologia, Mannheim chamou “localização histórica” de uma comunidade (Mannheim, 1970). Assim, uma geração pode ser localizada no contexto histórico tanto na base do princípio cronológico (por exemplo: geração dos anos 70) como simbolicamente, através da correlação com um evento histórico (por exemplo: geração de Perestroika), ou com alguns indivíduos proeminentes (geração de Lenine), ou com valores simbólicos (“geração pós-socialista”).

Para evidenciar os contextos micro - e macrosociais e analisar os diferentes grupos etários à luz da influência dos acontecimentos históricos, políticos, económicos e práticas sociais comuns aos membros de cada grupo, Becker (1992) propôs uma descrição complexa do conceito de geração usando o termo “geração padrão” com os seguintes critérios para os estudos empíricos:

- Contexto social da formação da geração (os acontecimentos mais importantes que ocorreram durante essa formação);
- O estado do sistema de socialização no período da formação da geração;
- As características sistémicas da geração (quantidade e composição das coortes, que constituem a geração, cultura geracional, etc.);
- As características biográficas da geração (modos de vida, padrões de comportamento, preferências valorativas).

No caso do presente estudo, não houve dificuldade em definir um acontecimento histórico, um facto que tenha tido maior impacto simbólico no destino da comunidade social e que funcionasse como ponto de referência, definindo o “espírito do tempo”. Trata-se, sem dúvida, do início do desmoronamento da URSS, mais concretamente, da *Perestroika* desencadeada a partir do ano de 1985. O segundo critério, directamente relacionado com os objectivos da nossa análise, é a socialização, como processo e o espaço da transmissão social dos sistemas de valores socialistas, do modo de vida soviético, das crenças e das representações, dos papéis sociais e dos modelos de comportamento.

A partir destes critérios, os 448 imigrantes da amostra foram agrupados do modo como é visível no Quadro 5.2 (abaixo).

O objectivo é explorar, através das respostas às questões do questionário, eventuais alterações no sistema dos valores e preferências entre os grupos de inquiridos, e procurar uma possível relação com os mecanismos envolvidos na inculcação de valores que as possam ter influenciado.

Quadro 5.2

Classes de idade vistas através dos períodos marcantes da história da URSS

Classes de idade	I	II	III	IV	TOTAL DA AMOSTRA 448
Idade à data do inquérito (anos)	36-40	41-45	46-50	> 50	
Período de nascimento	1970-1974	1965-1969	1960-1964	1950-1959	
Início de escolarização	1977-1981	1972-1976	1968-1971	1957-1967	
Final de escolarização	1987-1991	1982-1986	1977-1981	1967-1976	
Final de formação superior	1992-1996	1987-1991	1982-1986	1977-1982	
N (%) com curso superior	77 (67,0)	121 (65,1)	47 (55,3)	28(45,2)	
N de pessoas	115	186	85	62	
% da amostra	25,7%	41,5%	19%	13,8%	
Períodos de regime mais importantes que marcaram o período de socialização	Pré e <i>Perestroika</i> , Colapso da URSS, primeiras eleições multipartidárias	Estagnação, ^{a)} <i>Perestroika</i> , Colapso da URSS	Estagnação, ^{b)} Pré- <i>Perestroika</i>	“Degelo”, ^{c)} Estagnação	

a) *Perestroika*, (restauração) - um amplo plano de transformações económicas e políticas lançado por Gorbachev em 1985, que visava submeter o governo ao controlo popular, reaparecimento da iniciativa privada, redução de gastos militares, transparência política (*glasnost*), etc. No entanto só começou a ser uma realidade de facto a partir de 1987.

b) Pré-perestroika é normalmente considerado um período entre 1985 e 1987, quando já tinham sido anunciadas as necessidades de mudança e planos para a sua obtenção não sendo visíveis ainda os seus resultados reais. A situação mudou de facto em 1987, quando Gorbachev assinou com Reagan um acordo que abrangia questões que iam desde os direitos humanos até à eliminação dos mísseis localizados na Europa, indicando uma política de desarmamento geral e de saída das tropas soviéticas de Afeganistão. Estes factos desencadearam uma série de movimentos populares dentro do bloco comunista e da própria URSS que se revelaram irreversíveis.

c) Corresponde a um período mais longo da história da URSS (1964-1985), em que foi feita uma tentativa, durante algum tempo aparentemente bem-sucedida, de estabilizar o regime partidário soviético sem recorrer à repressão maciça nem efectuar reformas (*Idem*). A fronteira simbólica entre os períodos de degelo e de estagnação associa-se muitas vezes com a invasão da Checoslováquia pelos soviéticos, no verão de 1968 (Strada, 1998).

b) Nível de Instrução

Quanto aos níveis de instrução, parece que a amostra se enquadra claramente na realidade do reconhecido elevado nível das qualificações académicas dos indivíduos provenientes dos países da ex-URSS. Cerca de 60% dos inquiridos eram detentores de um curso superior, situação que diverge um pouco da estrutura encontrada nos outros

estudos sobre a população da Europa de Leste (Baganha, et al., 2010). Contudo, em termos gerais, podemos encontrar na amostra deste estudo uma mesma conclusão.

[...] O perfil educativo dos imigrantes inquiridos permite distinguir entre dois grupos de imigrantes: um constituído por imigrantes qualificados ou mesmo altamente qualificados e outro formado por imigrantes com níveis de qualificação médios [...] (Baganha, org., 2010, p. 83)

Quadro 5. 3

Nível de instrução

Nível de Instrução	N	%
Curso superior	273	60,9
Curso médio	65	14,5
Curso tecnológico	63	14,1
Secundário completo	47	10,5
Total	448	100,0

c) Profissão pré-migratória

Pretendeu-se com o questionário obter conhecimento sobre a situação profissional pré-migratória, solicitando aos imigrantes inquiridos que indicassem as profissões que exerciam quando abandonaram os seus países e quais a que exerciam na altura em que respondiam ao questionário. Uma vez que o questionário era aberto no que diz respeito à resposta a estas questões, surgiu uma infinidade de profissões e ocupações profissionais que foi necessário agrupar de molde a poder produzir uma imagem mais nítida dos resultados à volta desta variável. Tomou-se como base a Classificação Nacional (portuguesa) das Profissões, apesar de se saber que a correspondência entre a situação laboral e profissional nos países de origem não é exactamente a mesma que a existente em Portugal. Foi então necessário codificar as profissões de forma a ser possível a inclusão das profissões citadas pelos imigrantes nas categorias dessa classificação.

Como mostra o Quadro 5.4. a situação profissional das mulheres estava centrada nas categorias 2 (44,7%), 3 (29,9%) e 5 (10,2%), ou seja, trata-se de pessoas que exerciam profissões com elevado grau de especialidade. No que diz respeito a situação dos homens, as categorias com maior concentração são a 2 (44,1%), 7 (15,7%) e a 3 (13,2%). Em ambos os géneros, a categoria que predomina é a de “Especialistas das profissões intelectuais e científicas”, representando 44,4% de todas as profissões, que aparentemente confirma a hipótese de Portes, segundo a qual

Quadro 5.4

Profissão no país de origem, segundo o género

Categorias			Género		Total
			Masculino	Feminino	
Profissão país de origem	1- Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresa	Número	6	8	14
		% Profissão	42,9	57,1	100,0
		% Género	2,9	3,3	3,1
	2 - Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	Número	90	109	199
		% Profissão	45,2	54,8	100,0
		% Género	44,1	44,7	44,4
	3 - Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	Número	27	73	100
		% Profissão	27,0	73,0	100,0
		% Género	13,2	29,9	22,3
	4 - Pessoal Administrativo e Similares	Número	9	13	22
		% Profissão	40,9	59,1	100,0
		% Género	4,4	5,3	4,9
	5 - Pessoal dos Serviços e Vendedores	Número	15	25	40
		% Profissão	37,5	62,5	100,0
		% Género	7,4	10,2	8,9
	7 - Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	Número	32	9	41
		% Profissão	78,0	22,0	100,0
		% Género	15,7	3,7	9,2
	8 - Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores da Montagem	Número	18	7	25
		% Profissão	72,0	28,0	100,0
		% Género	8,8	2,9	5,6
	9 - Trabalhadores Não Qualificados	Número	4	0	4
		% Profissão	100,0	,0	100,0
		% Género	2,0	,0	,9
	10- Desempregados	Número	3	0	3
		% Profissão	100,0	,0	100,0
		% Género	1,5	,0	,7
Total		Número	204	244	448
		% Profissão	45,5	54,5	100,0
		% Género	100,0	100,0	100,0

[...] Os determinantes da emigração não radicam na pobreza ou nas diferenças absolutas de salários entre países receptores e emissores. Os mais pobres raramente emigram: fazem-no aqueles sectores de certos recursos mais afectados pela disparidade dentro do país de partida entre expectativas de vida modernas e os meios económicos para as alcançar [...] (Portes, 1999, p. 3).

d) Nacionalidade

A intenção era obter uma amostra cuja estrutura, pelo menos, se assemelhasse à estrutura real da população de imigrantes destes países na sociedade portuguesa, onde a comunidade ucraniana é o maior segmento da população imigrante da ex-URSS, seguida pelos moldavos, russos e bielorrussos, de acordo com as estatísticas da imigração realizada pelo SEF em 2008.

Comparando a distribuição presente na amostra realizada com a dos dados do SEF fornecidos no quadro 3.1., constatamos que embora a ordenação das nacionalidades segundo o número de efectivos seja a mesma, há na amostra alguma sobre-representação das nacionalidades com menos imigrantes em Portugal, a russa (com 7,7% no total das quatro nacionalidades nos dados do SEF) e a bielorrussa (com 1,3%). Esta sobre-representação nos valores mais baixos não é preocupante, primeiro, por não se tratar de uma amostra estatisticamente representativa e segundo, porque os valores proporcionais mais baixos levariam ao desaparecimento efectivo de uma das nacionalidades na amostra - dos bielorrussos.

Quadro 5. 5

Nacionalidade

Nacionalidade	N	%
Ucraniana	275	61,4
Moldava	84	18,8
Russa	75	16,7
Bielorrussa	14	3,1
Total	448	100

e) Cidade onde vivia

Quadro 5.6

Cidade onde vivia

Cidade onde vivia	N	%
Outra (província)	310	69,2
Kiev	54	12,1
Kichinev	47	10,5
Moscovo	17	3,8
S. Petersburgo	13	2,9
Minsk	7	1,6
Total	448	100

Como mostra o Quadro 5.6., a maioria dos imigrantes entrevistados não veio das capitais nem das principais cidades dos recém-países, mas sim de cidades de província e de zonas rurais (69,2%).

f) Número de anos em Portugal como imigrante

Para efeitos do estudo, foram escolhidos indivíduos com uma permanência em Portugal não inferior a 2 anos; a grande maioria apresentava, à data do inquérito, uma estadia no país de acolhimento superior a 5 anos.

Quadro 5.7

Anos de permanência em Portugal

Anos em Portugal	N	%
De 2 a 5	62	13,8
Mais de 5	386	86,2
Total	448	100

5.2. *Relação com o Poder*

A partir de meados do século XIX, os conflitos sociopolíticos, no ainda Império Russo, estavam concentrados em torno da questão do poder, relegando para segundo plano todos os problemas inerentes às relações entre diferentes grupos sociais, às classes, normas legais, e princípios económicos e ideológicos. Na verdade, este facto pode ser interpretado como um sinal de uma fraca diferenciação estrutural da sociedade imperial, em que permaneceram subdesenvolvidas ou reduzidas as ligações horizontais (principalmente económicas), e que justificaram a manutenção do poder vertical como o apoio principal de toda a estrutura social (Greenfeld, 1998). Em consequência disso, em particular nas eras pré-soviética e soviética, a economia, a política, a ideologia e a vida pública e privada, encontravam-se acessíveis à intervenção directa por parte das autoridades de supervisão, e todas as formas de organização social, profissionais e políticas eram fracas e vulneráveis perante o poder do Estado (Rodrigues, 2006).

Nas últimas décadas, um considerável número de cientistas sociais tem afirmado que a estabilidade de um sistema político passa necessariamente pela interiorização pelos seus membros de um conjunto de valores e crenças (Inglehart, 2001; Norris, 2002; Inglehart & Welzel, 2005). Antes deles, já Almond e Verba se tinham pronunciado sobre a relação entre as orientações subjectivas e as instituições de um sistema social, afirmando que o sucesso de um sistema político depende significativamente da compatibilidade entre as suas instituições, mecanismos e práticas, e o conjunto de valores, crenças e atitudes partilhadas pela população (Almond, Verba, 1989).

Contudo, a questão torna-se controversa quando se trata de um regime totalitário e quando o foco da atenção é a procura da causalidade entre características identitárias e a mudança de contexto político, económico e cultural dos seus portadores. Por um lado, partindo da convicção da relação estreita que existe entre os contextos socioculturais e políticos e as características identitárias dos indivíduos e grupos sociais (Vala, 2003),

parece pertinente esperar que numa conjuntura em mudança estas características estruturais, adquiridas durante os processos da socialização e escolarização dos indivíduos, se alterem significativamente nos processos da adaptação à nova realidade sociocultural. A destituição do poder político na URSS poderá ter deixado sem legitimação as metas, e objectivos gerais que guiavam o comportamento da sua população na época socialista.

Por outro, porém, os investigadores afirmam que os acontecimentos distantes ou padrões de comportamento têm um peso na formação dos valores dos indivíduos, que vai muito para além do tempo em que estes ocorreram (Reisinger, Miller, 1994). Sendo assim, é provável que certas características exclusivas do passado soviético tenham um impacto directo nas opções valorativas dos indivíduos e que estas últimas continuem presentes ou mesmo fortalecidas durante a sua migração. Nesta argumentação sustenta-se que a vida sob um regime totalitário teve influência nas orientações políticas, por isso as pessoas tendem a enfatizar os seus deveres para com a comunidade e Estado e as recompensas que estes lhes podem conceder (*Idem*). Na mesma linha de argumentação, outros autores destacam uma aversão dos indivíduos com essa experiência relativamente à realização pessoal ou à distinção individual (Lotman, Uspenskii, 1984, Rassadina, 2006) e ainda a intolerância e níveis baixos de eficácia política (Garagozov, 2002, 2005; Greenfeld, 1998; Lobok, 1997).

Mas há um factor que tem sido mais claramente destacado no contexto da mudança para a democratização – é a propensão “autoritária” na tradição dos povos ex-soviéticos. Na opinião dos adeptos desta perspectiva, este autoritarismo é constituído por um forte respeito pela liderança e um medo relativamente a situações de desordem, sentimentos que encontram as suas origens nos tempos antigos; facilmente podemos estabelecer uma ponte entre este traço autoritário e um sentimento de relação personalizada com o poder, conhecido como patrimonialismo, que vários estudos apontam que esses indivíduos detêm (McFarland, et al., 1992; Pipes, 1981).

Estas afirmações, na sua perspectiva geracional, encontram apoio numa teoria da “continuidade colectiva” cuja percepção tem duas dimensões: A primeira dimensão diz respeito à percepção de que os valores centrais, as crenças e tradições, os costumes e o tipo de mentalidade são transmitidos entre gerações dentro do mesmo grupo/nação. Isso significa que este grupo é reconhecido como tendo traços culturais profundos que

apresentam um certo grau de permanência. A segunda dimensão está relacionada com a percepção de que as diferentes idades, períodos e acontecimentos na história do grupo estão causalmente ligados uns aos outros, formando uma narrativa coerente que está positivamente associada com aspectos fundamentais da identidade social (Sani et. al, 2007).

Partindo destes raciocínios, o objectivo desta parte do inquérito é explorar, através das respostas aos itens do questionário, eventuais alterações no sistema dos valores e preferências relacionados com as questões do poder, as escolhas políticas e a memória colectiva entre os grupos de inquiridos, e procurar uma possível influência nas alterações dos mecanismos envolvidos na inculcação de valores que as possam ter influenciado, usando como critério de comparação o núcleo identitário atribuído tradicionalmente à identidade soviética que incluía símbolos, prioridades, valores, referências e visão do mundo socialista.

Os resultados dos inquéritos serão comentados em primeiro lugar a partir da análise de duas dimensões do autoritarismo: o desejo de uma liderança forte e uma preferência pela ordem na sociedade. Foi medido o impacto do desejo de uma forte liderança através de um índice de duas questões: 1) Um líder bom pode dar mais do que uma boa lei? 2) Que sentimentos provocam em si pessoas com poder? E o impacto da preferência pelas respostas às seguintes questões: 1) (Concorda que) Em primeiro lugar é preciso alcançar-se o bem-estar material e só depois pensar na democracia?; 2) Que ideia poderia unir o seu povo?

A memória que os inquiridos têm sobre o legado Soviético será seguidamente testada, questionando os imigrantes sobre a sua opinião em relação a um desfecho real ou alternativo e pedindo que a argumentem. As perguntas usadas foram: Seria melhor se tudo permanecesse como era antes de 1985? Quais as causas do colapso da URSS?

A análise de conteúdo dos Manuais de História realizado no Capítulo IV permitiu-nos obter uma imagem do “Homem novo” exemplar da era soviética. No que dizia respeito ao poder, era um homem envolvido numa relação especial com o Estado: sempre pronto a servi-lo e a toda sua máquina, identificando-se com e através dos seus símbolos, guiado e inspirado pelo partido e o seu líder e, ao mesmo tempo, esperando do Estado todos os cuidados para consigo.

De facto, desde meados dos anos 30, nos períodos “heróicos”, mais ou menos pacíficos, os símbolos ideológicos, *slogans* e o carisma pessoal dos líderes, desempenhavam funções de mobilização e consolidação que ocorriam tendo a estabilização das formas estatais e ideológicas de monopolização do poder, como pano de fundo. No entanto, até ao final do período, no início da década de 50, sobreviveram apenas imperativos focalizados em torno do líder supremo, como efeitos do culto de personalidade de Estaline. O período entre os anos 60 e 90 caracteriza-se por uma certa rotinização do regime soviético que levou não à sua estabilização mas sim ao enfraquecimento dos seus fundamentos e a um subsequente colapso. Neste período, que os inquiridos passaram na União Soviética e que corresponde ao tempo do governo dirigido por Brejnev, a personalidade do “primeiro cidadão” do país era, muitas vezes, assunto de sarcasmo e de ironia aberta (Gonçalves, 2006).

Desde a queda da União Soviética, é possível aos cidadãos da ex-URSS comparar e contrastar diferentes sistemas políticos e formas de governo. Esta possibilidade é muito mais acentuada no caso dos migrantes que vivem em sociedades desenvolvidas, com regimes jurídicos e políticos de tipo democrático. Seria lógico esperar que para estas pessoas as ligações de cada indivíduo com as estruturas de poder e o seu líder acabariam consequentemente por romper-se ou no mínimo debilitar-se, enquanto os imperativos da lei, como ponto de referência do sistema democrático, se tornariam uma prioridade absoluta. Não é o que mostram, de forma inequívoca, os questionários.

Observando agora os resultados, segundo o Quadro 5.8, vemos que uma grande maioria, 63,2% dos inquiridos e 69,2% dos que manifestaram opinião, dão preferência na sua escolha à “existência de um líder”, dando menos importância à “existência de uma boa lei”, ao passo que menos de um terço exprime a opinião oposta (28,1% dos inquiridos e 30,8% dos que manifestam opinião) e menos de um em cada dez afirma não ter uma opinião formada (8,7%). Assim, na percepção desta amostra, a personalidade e o poder do líder individual sobrepõem-se claramente à qualidade impessoal das instituições enquanto factores do bem comum; o que aponta para orientações de valor que privilegiam a legitimação da autoridade carismática em detrimento da assente na racionalidade burocrática-legal.

Quadro 5.8

Liderança forte vs. Estado de direito

“Um líder forte pode dar mais ao país do que uma boa lei?”

Opiniões	Nº	% inquiridos	% opiniões expressas
Concordam	283	63,2	69,2
<i>Concordo</i>	222	49,6	54,3
<i>Concordo totalmente</i>	61	13,6	14,9
Discordam	126	28,1	30,8
<i>Discordo</i>	71	15,8	17,4
<i>Discordo totalmente</i>	55	12,3	13,4
Total com opinião	409	91,3	100
NS	39	8,7	
Total respostas expressas	448	100	

O cruzamento dos dados relativos à pergunta com os quatro grupos etários anteriormente definidos, mostra a distribuição das opiniões dos imigrantes conforme a idade, que configura uma associação estatisticamente significativa¹²⁵:

Quadro 5.8A

Liderança forte vs. Estado de direito, segundo a idade

Idade	Discordo totalmente		Discordo		Não disc. nem conc.		Concordo		Concordo totalmente		Total
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
36 a 40	26	22,6	16	13,9	7	6,1	48	41,7	8	7	115
41 a 45	12	6,5	28	15,1	4	2,2	114	61,3	28	15,1	186
46 a 50	8	9,4	20	23,5	13	15,3	40	47,1	4	4,7	85
> 50	9	14,5	7	11,3	5	8,1	20	32,3	21	33,9	62
Total	55	12,3	71	15,8	39	8,7	222	49,6	61	13,6	448

Os resultados apresentados no Quadro 5.8 A (acima) mostram que o grupo de 41-45 anos foi mais expressivo na concordância à questão do papel do líder ser mais importante do que uma boa lei – 76,4% apoiam a opção. O outro grupo etário que mais se aproxima a esse número de ocorrências é o dos mais velhos: 66,2% das pessoas com idade superior a 50 anos manifestaram também a sua concordância à questão colocada no inquérito.

¹²⁵ Em todas as associações comentadas, a significância estatística foi testada pelo método do Qui².

O Quadro 5.8B., das diferenças entre os valores observados e os esperados numa distribuição aleatória, mostra que é de facto o grupo dos 41 a 45 anos que difere de modo mais expressivo, revelando uma tendência significativa para a concordância

Quadro 5.8B

Liderança forte vs. Estado de direito, segundo a idade

Diferença entre valores observados e esperados, em percentagem
do total de respostas na classe etária

Idade (anos)	Discorda	Indiferente	Concorda
36 a 40	9,7	7,0	-16,6
41 a 45	-12,3	-12,2	24,5
46 a 50	4,1	5,6	-9,7
> 50	-1,4	-0,4	1,8

$p < 0,001$

Ao falar do fenómeno do poder em diferentes contextos sociais – na época soviética e no presente – pode variar o significado deste termo. O conteúdo do próprio conceito de “poder”, por exemplo, na década de 70 na URSS e agora em países pós-soviéticos é essencialmente diferente. Se a ideia do poder vertical, como estrutura da acção comum, tinha algum sentido na época da União Soviética, é porque nele se concentravam as condições para que a organização e gestão dos deveres, obrigações e responsabilidades fossem efectuadas no seu conjunto. Embora fundadas numa filosofia socialista profundamente colectivista, ligada à integração dos interesses¹²⁶ na realização dos projectos comuns para os quais a socialização e escolarização contribuíram com toda a sua influência, as relações sociais (tanto horizontais como verticais), à primeira vista, deveriam tornar-se antitéticas à falta de confiança. A confiança normalmente associa-se aos processos através dos quais as pessoas enfrentam incertezas e imprevistos da vida comum (Moisés, 2005). A sociedade na URSS nunca viveu situações que pudessem ser consideradas propícias para o surgimento da confiança colectiva, muito

¹²⁶ A ideia defendida na interpretação dos interesses era a seguinte: o interesse é considerado como um meio de satisfazer uma necessidade e representa, para certos indivíduos, um fim a atingir, um motivo de acção. Esta concepção do interesse pressupõe que este existe como uma categoria objectiva e que não coincide com a necessidade. A realização do interesse é considerada como uma condição objectivamente indispensável para o desenvolvimento dum dado indivíduo ou de uma comunidade de indivíduos e por isso pode não coincidir com a ideia subjectiva dos interesses que têm os próprios indivíduos. Assim, é possível uma classificação dos interesses em económicos, políticos e espirituais, assim como sociais, de grupo e individuais, duradouros e temporários, fundamentais e secundários (Smirnov, 1978). A análise de conteúdo dos manuais de história mostrou que este postulado passava pelos livros didácticos obrigatórios nas escolas na época soviética.

menos confiança política, dando origem a uma cultura política de subordinação¹²⁷. Transportando isso para o campo do presente estudo e aplicando a teoria de Sztompka (1999) no que diz respeito à construção da cultura de confiança, as situações daí decorrentes são: 1) uma coerência normativa da vida social e do rumo político; 2) a estabilidade estrutural da ordem social e política, em oposição a uma mudança inesperada; 3) a transparência da organização social e política; 4) a responsabilização das pessoas e das instituições do poder. Em nenhum dos períodos da sua existência o poder soviético preencheu todos estes critérios. Pelo contrário, sempre apresentou um elevado abuso e desrespeito para com os cidadãos, nunca foi um sistema transparente, nem na sua organização nem nos seus actos.

Tanto no contexto do século XX, propício ao surgimento de uma certa “cultura cívica” (Almond & Verba, 1989), como no cenário actual, uma longa tradição científica continua a considerar a confiança como um factor importante para a estabilidade, a legitimidade e a qualidade da democracia, pela sua influência na participação dos cidadãos (Inglehart, 1988, 1999; Putnam, 1993, 1995). Assim, como a confiança tem geralmente consequências benéficas para as relações sociais e políticas, bem como para a qualidade de toda a vida social, na sua falta, é de supor que o vácuo resultante será preenchido com soluções alternativas que proporcionam funções similares (Sztompka, 1999). Na opinião deste autor, uma destas soluções é o paternalismo político. Corresponde a um processo em que as pessoas procuram protecção numa figura, normalmente um forte líder autocrático, uma personalidade carismática que restauraria, se necessário pela força, a aparência de ordem e de continuidade na vida social. Quando um líder deste tipo surge, facilmente se transforma num substituto da confiança. Na falta de uma figura carismática, a esperança concentra-se na “classe” dos líderes, de onde tal “figura” pode surgir. Assim como a desconfiança difusa nessas sociedades é canalizada contra o “outro”, cuja identificação não é estável, depende muito das circunstâncias concretas, da situação interna e externa que país atravessa, mas cuja presença é permanente, como evidenciou a análise dos Manuais de História da URSS realizada no Capítulo IV.

Voltando ao questionário, o quadro que segue, reúne as respostas relacionadas com os sentimentos provocadas pelas pessoas com poder:

¹²⁷ Segundo Almond e Verba, numa cultura política de subordinação, as auto-orientações dos indivíduos como participantes activos são mínimas (Almond e Verba, citados por Opello, 1979, p. 663).

Quadro 5.9

Sentimentos que provocam as pessoas com poder

	Nº respostas	% inquiridos	% respostas	% opinião
Negativos	237	n.d.	39,6	44,0
<i>Desconfiança</i>	149	33,3	24,9	27,6
<i>Antipatia</i>	63	14,1	10,5	11,7
<i>Constrangimento</i>	15	3,3	2,5	2,8
<i>Inveja</i>	6	1,3	1,0	1,1
<i>Receio</i>	4	0,9	0,7	0,7
Positivos	302	n.d.	50,5	56,0
<i>Interesse</i>	136	30,4	22,7	25,2
<i>Respeito</i>	63	14,1	10,5	11,7
<i>Esperança de obter ajuda</i>	40	8,9	6,7	7,4
<i>Admiração</i>	22	4,9	3,7	4,1
<i>Compaixão</i>	21	4,7	3,5	3,9
<i>Confiança</i>	20	4,5	3,3	3,7
Total exprimindo sentimentos	539	n.d.	90,1	100,0
Nenhum sentimento	59	n.d.	9,9	
Total de respostas	598	n.d.	100,0	
Total inquiridos	448	100		

A maioria dos que deram opinião nutre sentimentos positivos para com as pessoas detentoras de poder, 56%, contra 44% de opiniões negativas. Tomado isoladamente, o sentimento de desconfiança colheu o maior número de opiniões expressas, 27,6%, enquanto entre sentimentos positivos lidera o *interesse*, com 25,2% das opiniões expressas.

Cruzando as preferências com as idades dos inquiridos, pode verificar-se no Quadro 5.9A (abaixo) que o grupo dos mais novos (até 40 anos) sustenta menos sentimentos negativos – 29,5% do que todos os outros. O grupo de 41-45 anos é portador de sentimentos negativos mais assentes e de maior número de indivíduos que afirmam não ter sentimentos para com pessoas com poder – 47,9% e 13,5% respectivamente.

Quadro 5. 9A

Sentimentos que provocam as pessoas com poder, segundo a idade

Idade	Positivos		Negativos		Indiferença		Total	
	N.	%	N	%	N	%	N	%
36 a 40	86	57,7	44	29,5	19	12,8	149	100
41 a 45	100	38,6	124	47,9	35	13,5	259	100
46 a 50	73	67,0	34	31,2	2	1,8	109	100
> 50	43	53,1	35	43,2	3	3,7	81	100
Total	302	50,5	237	39,6	59	9,9	598	100

O grupo etário de 46 a 50 anos é o que manifesta maior percentagem de sentimentos positivos, 67%, seguidos pelos mais velhos, com 43,2%, Estes dois grupos etários são portadores de menor número de indiferença manifestada perante a questão - 1,8% e 3,7% respectivamente.

Se se tentar relacionar os resultados deste Quadro com os do quadro anterior (Quadro 5.8.), a posição do grupo etário de 41-45 anos dificilmente pode ser considerada lógica: por um lado, eles conferem o papel central a um líder (continuando acreditar nesta forma de governação), por outro, nutrem sentimentos negativos em relação a ele (talvez pelo facto de a vida destas pessoas ser marcada por uma sucessiva plêiade de líderes, na última época soviética, com personalidades pouco carismáticas).

Quadro 5.9 B

Sentimentos que provocam as pessoas com poder, segundo a idade

Diferença entre valores observados e esperados, em percentagem do total de respostas na classe etária

Idade (anos)	Positivos	Negativos	Indiferença
36 a 40	10,8	-15,1	4,3
41 a 45	-30,8	21,4	9,4
46 a 50	18,0	-9,2	-8,8
>50	2,1	2,9	-5,0

 $p < 0,001$

As diferenças entre os valores observados e esperados para diferentes idades são significativas, com mais de 99% de probabilidade, mas a relação com a idade não é linear; o grupo etário de 41 a 45 anos apresenta uma vez mais os desvios proporcionalmente mais importantes.

Confrontados com a pergunta sobre causas do colapso da União Soviética, os inquiridos manifestaram as opiniões, evidenciadas no Quadro 5.10.

Quadro 5.10

Causas do colapso da URSS

	Nº	% inquiridos	% respostas	% opiniões
Sistema não foi capaz	233	52,0	52,0	59,4
Os dirigentes não conseguiram preservá-lo	159	35,5	35,5	40,6
Total com opinião	392	87,5	87,5	100
NS	56	12,5	12,5	
Total respostas expressas	448	100	100	

A maioria dos inquiridos (59,4% das opiniões) acusa o sistema pelo colapso e os 40,6% acreditam na culpa dos líderes. Enquanto 12,5% dos que deram a resposta, não conseguiram identificar o culpado pelo sucedido com o regime soviético.

As respostas dadas pelos inquiridos classificados em grupos etários, Quadro 5.10A (abaixo), mostram que apenas o grupo de 41 a 45 anos apresenta divisões na sua opinião (45,2% e 44,1%), todos os outros grupos optaram por culpar mais o sistema do que os seus dirigentes.

Quadro 5.10A

Causas do colapso da URSS, segundo a idade

Idade (anos)	O sistema não foi capaz		Os dirigentes não conseguiram preservá-lo		NS		Total
	Nº	%	Nº	%	N	%	
36 a 40	51	44,3	32	27,8	32	27,8	115
41 a 45	84	45,2	82	44,1	20	10,8	186
46 a 50	57	67,1	27	31,8	1	1,2	85
>50	41	66,1	18	29,0	3	4,8	62
Total	233	52,0	159	35,5	56	12,5	448

Quadro 5.10B

Causas do colapso da URSS, segundo a idade

Diferença entre valores observados e esperados, em percentagem do total de respostas na classe etária

Idades (anos)	Sistema não foi capaz	Os dirigentes não conseguiram preservá-lo	É difícil de dizer
36 a 40	-8,8	-8,8	17,6
41 a 45	-12,7	16,0	-3,3
46 a 50	12,8	-3,2	-9,6
> 50	0,4	-4,0	-4,7

 $p < 0,001$

O quadro de diferenças entre valores observados e esperados mostra que os indivíduos com idades entre os 41 e 45 anos diferem dos restantes, principalmente quando culpam os dirigentes, enquanto os de idade entre 46 e 50 anos, diferem dos restantes quando culpabilizam o sistema. É muito notória a falta de opinião dos mais novos:

Estranhamente, os inquiridos legitimam os detentores do poder (Quadro 5.8.), colocando esperanças neles (Quadro 5.9.), e não os culpam por todos os fracassos e decepções que o sistema lhes causou (Quadro 5.10.). Como podemos explicar esta lógica nas suas respostas? O mais provável é que se trate de diferentes modalidades. A orientação no sentido de assumir que o “sistema não foi capaz” pode ser o reconhecimento, ao nível da sugestão vaga, dos valores da democracia e do Estado de Direito ou seja daquilo que “**deveria** ser”¹²⁸. No entanto, quando se trata do que “**realmente é, de facto**”, ao nível do comportamento real, a prioridade é dada à autoridade e não aos valores democráticos.

Também seria natural esperar que os indivíduos vindos de uma sociedade que se apresenta, por um lado, sem experiência histórica democrática e humanística, educados num clima paternalista, embora autocrático e por outro, de uma sociedade que nunca conseguiu ultrapassar a escassez de bens materiais para a maioria da população (Galbraith, 1995), entendam a democracia como uma preocupação menos importante do que o bem-estar material. Portanto, estamos perante diferentes tipos de necessidades que, de acordo com Maslow, estão ordenadas “segundo um princípio de hierarquia de

¹²⁸ As pesquisas científicas estão familiarizadas com esta situação, “quando as pessoas declaram mais o que se deveria fazer, do que a conduta social real” (Páez, Zubietta, 2005, p. 352)

prepotência relativa” (Maslow, 1970, p. 36), ou seja, as pessoas só se elevam na escala para satisfazer novas necessidades quando as básicas estão satisfeitas.

Quadro 5.11

Segurança material vs. democracia

“Em primeiro é preciso alcançar-se o bem-estar material e só depois pensar na democracia.”

	Nº	% inquiridos	% respostas	% opiniões
Concordam	227	50,6	51,0	56,8
<i>Concordo</i>	182	40,6	40,9	45,5
<i>Concordo totalmente</i>	45	10,0	10,1	11,3
Discordam	173	38,6	38,9	43,3
<i>Discordo</i>	127	28,3	28,5	31,8
<i>Discordo totalmente</i>	46	10,3	10,4	11,5
Total com opinião	400	89,3	89,9	100
NS	45	10,0	10,1	
Total respostas expressas	445	89,2	100	
NR	3	0,7		
TOTAL inquiridos	448	100		

Como mostra o Quadro 5.11, cerca de metade das respostas expressas (51%, 56,8% das que manifestam opinião) concordam que só se começa a pensar na democracia depois de alcançar o bem-estar material, enquanto 38,9% das respostas (43,3% das que manifestam opinião) discordam dessa proposição e 10,7% dos inquiridos não manifestaram opinião ou não responderam. A maior percentagem dos indivíduos que concordam com a proposição colocada é, mais uma vez, a do grupo 41-45 – 65,64%, a que se segue o grupo dos mais novos com 43,4%, como evidencia o Quadro 5.11 A:

Quadro 5.11A

Segurança material vs. democracia, segundo a idade

Idade	Concordo	%	Discordo	%	Total
36 a 40	50	43,4	49	42,6	99
41 a 45	122	65,6	62	43,4	184
46 a 50	29	34,2	37	43,5	66
>50	26	42,0	25	40,3	51
Total	227	50,6	173	38,6	400

O teste estatístico realizado conduziu ao Quadro 5.11B

Quadro 5.11B

Segurança material vs. Democracia, segundo a idade

Diferença entre valores observados e esperados, em percentagem do total de respostas na classe etária

Idade (anos)	Discordo	Indiferente	Concordo
36 a 40	4,6	3,7	-8,3
41 a 45	-9,8	-17,9	27,8
46 a 50	4,2	9,9	-14,1
> 50	1,1	4,4	-5,4

p< 0,001

Mais uma vez, o grupo de pessoas com idade entre 41 e 45 anos difere dos outros, principalmente no sentido da concordância com a questão colocada, a qual se segue o grupo dos mais velhos, com idade entre 46 e 50 anos.

A análise dos resultados do Quadro 5.11 leva-nos pensar noutros aspectos que podem ter contribuído para a reduzida importância que os inquiridos atribuem aos direitos políticos, como por exemplo, a qualidade da própria democracia nos seus países de origem, e o grau da sua correspondência à ideia que os imigrantes considerados na amostra, fazem desta. De facto, quando as sociedades socialistas falharam, mudaram-se as pretensões e as possibilidades reais das instituições governamentais, o poder perdeu o carácter total, tornando-se possível a avaliação crítica das suas acções. Contudo, a destruição do sistema totalitário, pelo menos na URSS, começou e tem vindo a acontecer não sob a pressão da democracia, mas sim, sob a influência de acções autoritárias, num processo conhecido por “democracia dirigida” (Mommson, 2010).

Por outro lado, alguns analistas argumentam que as distribuições de valores pró-democráticos variam de acordo com as tradições políticas e sociais de cada sociedade (Resinger, Miller, 1994) e que tais valores só podem desenvolver-se sob a existência de instituições democráticas, para que a experiência de vida nessas condições possa conduzir à formação de mentalidade democrática (Muller & Seligson, 1994).

A situação de Portugal, no que diz respeito à sua experiência democrática, difere da dos países de Leste europeu, uma vez que os regimes políticos anteriores à mudança iniciada em 1974 se caracterizaram pela realização de processos eleitorais para os órgãos do poder político, mau grado o condicionamento à participação e a viciação dos resultados a que eram sujeitos. Não obstante as diferenças que os separam, existem pontos de contacto que abrem a possibilidade de comparação: durante o Estado Novo

houve fortes restrições às liberdades públicas, estas nunca tiveram uma expressão real, nem eram justas e competitivas (Freire, 2003), o que aproxima, de certa forma, o regime autoritário português ao comunista da URSS e faz com que a experiência democrática portuguesa não fosse muito superior à dos cidadãos ex-soviéticos. Num outro aspecto, é possível encontrar alguma semelhança entre Portugal e países ex-comunistas, apesar de as causas poderem ser distintas: vários estudos que utilizando dados resultantes de inquéritos por questionário que mediram o grau de satisfação dos portugueses com a democracia existente, mostraram que Portugal é um dos países da Europa Ocidental cujos cidadãos se sentem mais insatisfeitos com o funcionamento do seu regime democrático (Torcal e Magalhães 2009). Assim, é plausível colocar a hipótese de que a própria matriz de atitudes políticas da sociedade de acolhimento não se revele especialmente favorável à mudança dos valores políticos de base dos imigrantes estudados.

A realidade substituiu o comunismo e o sistema da economia planificada pela economia de livre mercado, com oportunidades de riqueza e liberdade prometidas, de um dia para outro, transformando um *grande país* em vários países e substituiu o cidadão soviético pelo cidadão ex-soviético, destruindo alguns dos mitos mais caros da União Soviética. A análise dos Manuais de história realizada no Capítulo IV evidenciou a importância atribuída pelos autores dos livros didáticos a vários aspectos do tema da *grandeza da nação*, confirmada pelos seus êxitos e sucessos actuais e esperados. Com a queda da URSS, não apenas se desintegrou uma superpotência e emergiram muitos países instáveis e “incertos”, como foi destruído um projecto, uma ideia, um modo de vida de várias gerações de pessoas, um sistema de valores, uma identidade colectiva.

A característica mais marcante da transformação decorrente nos países ex-comunistas, segundo Offe,

[...] é a ausência de quaisquer suposições teóricas elaboradas ou de argumentos normativos relativos a quem deveria executar que acções, sob que circunstâncias e com que objectivos, quais os dilemas esperados no percurso e como deveria ser constituída a nova síntese da ordem pós-revolucionária (Offe, 1992, p. 94).

Pode ser considerado natural que na consciência das pessoas, esta situação possa encontrar a sua expressão numa hesitação entre a nostalgia pelo passado “grandioso” e “estável” e a adaptação às novas circunstâncias, a desconfiança nas instituições governamentais e as esperanças no próximo líder, o desejo de entrar em pé de igualdade

na comunidade dos países desenvolvidos e os complexos resultantes da singularidade do seu povo ou do seu caminho, sustentados por especificidades dos seus valores de base. Uma confirmação indirecta do reconhecimento da deficiência do estado moral da sociedade é o debate persistente em torno da questão da “ideia nacional”, talvez vista como perdida no mecanismo de autodeterminação e da coesão social (Bunce, 2005; Levada, 2008).

A ideia nacional já teve muitas versões formuladas pelos dirigentes comunistas: Depois de 1917 o país declarou como objectivo – a realização de uma revolução mundial e, em seguida a criação e expansão do campo socialista. Durante a Grande Guerra Patriótica a ideia nacional foi: derrotar o inimigo, para defender a sua independência. No período pós-guerra, foi: restaurar o país, para em seguida, construir o comunismo. Neste momento, a procura da ideia que poderia servir para o projecto nacional que definisse o caminho do seu desenvolvimento também preocupa as elites dos países da ex-URSS (Dragunsky, 2006). Todavia, a história já comprovou que mesmo com um “guião forte”, as identidades construídas como resultado de uma acção consciente, de afirmações dogmáticas, de um plano destinado a conseguir esse produto sem reunir outros elementos importantes na sua base, se revelam problemáticas.

Quadro 5.12¹²⁹

Valores de consenso nacional
“Que ideia poderia unir o povo?”

Ideias	Nº	% inquiridos
Lei e ordem	115	25,7
Renascimento do país	77	17,2
Nação forte	67	15,0
Estabilidade, confiança	64	14,3
Igualdade e Justiça	28	6,3
Segurança Social	27	6,0
Vida digna	25	5,6
Família unida	24	5,4
Aproximação a Ocidente	12	2,7
Riqueza e prosperidade	6	1,3
Comunismo	3	0,7
Total	448	100,0

O quadro 5.12 mostra que os inquiridos tentam absorver as vantagens, o "melhor" do passado socialista e incorporá-los na vida presente ou seja, considerar o

¹²⁹ A correlação entre estes dados e grupos de idade não foi estatisticamente satisfatória ($p>0,05$)

passado soviético como a fonte adequada de ideias positivas a serem tomadas para o futuro projecto nacional.

Confrontados com a questão do projecto futuro, nomeadamente que ideia poderia unir o seu povo, a maioria absoluta dos imigrantes nega o “comunismo” como hipótese (0,3%), que mostra que o potencial de anticomunismo demonstrativo ainda não está gasto. As escolhas dos imigrantes recaem sobre as ideias de ordem (25,7% dos inquiridos), de nação forte (15%), de confiança no futuro e estabilidade (14,3%) – e muito significativamente, de renascimento nacional (17,2%) – aparentemente sem cariz ideológico expresso, contudo, tradicionalmente consideradas entre as bases principais do projecto soviético (confirmados no decorrer da análise de conteúdo dos manuais de História feito no Capítulo IV).

Dentro da tradição de valores socialistas como princípios gerais, o “projecto de futuro” não era apenas o modelo e os princípios políticos de acção colectiva e individual. O modelo propunha que tanto os comportamentos colectivos como os individuais se inscrevessem numa orientação para a ordem, para a segurança que se ocupavam da protecção dos recursos sociais e de uma orientação para a justiça que garantisse a distribuição igualitária de recursos materiais. As posições que os inquiridos adoptaram perante as questões relacionadas com este assunto levam-nos a pensar sobre a importância do “projecto de futuro”, na versão tradicional, para os imigrantes.

As opiniões expressas a favor das ideias acima referidas reuniram em conjunto 2,3 vezes mais respostas do que as obtidas pelo conjunto de todas as outras da lista do Quadro 5.12. (52% contra 23%); e a menos escolhida de entre elas (“estabilidade”, com 14,3%) colheu mais do dobro das respostas da opção mais escolhida de entre o outro conjunto (“igualdade e justiça”, com 6,3%, que ela própria não pode ser dissociada dos valores exaltados pela retórica comunista). É notável que a importância da *riqueza* reuniu quase 20 vezes menos respostas do que a questão da *Lei e ordem* como factor da união do povo.

Um dos objectivos centrais da análise realizada neste estudo é entender como se manifesta a relação que os imigrantes estabelecem com o passado e a memória que têm sobre o mesmo. As entrevistas realizadas pela autora deste trabalho em 2005, a 32

imigrantes da ex-URSS¹³⁰ demonstraram que os imigrantes manifestaram um enorme interesse em lembrar, conversar e discutir o destino, real ou imaginário, da União Soviética (Mirotshnik, 2008). A destruição do seu “país de origem”, independentemente das suas preferências e aspirações, provocou na população uma situação de incerteza perante o futuro desconhecido, tendo sido esta, em muitos casos, o motor da sua emigração. Neste momento, passado o choque inicial da transição da “*clareza* soviética” no plano político para o “caos democrático”, como ironiza Casula (2008), já teria havido tempo suficiente para as pessoas formarem opiniões sobre o acontecido, as suas causas e eventuais consequências.

Entretanto, a integridade territorial e a organização do país foram destruídos e o processo de democratização ocasionou uma migração populacional em grande escala. Agora a cena é dominada “por disputas territoriais, migrações, conflitos de minorias ou de nacionalidades” (Offe, 1992, p. 96), que de certa forma alimentam a nostalgia pelo passado. Um inquérito realizado em 2005 na Rússia por investigadores alemães mostrou que mais de 50% dos entrevistados consideraram o sistema soviético como mais legítimo, justo, honesto, digno e próximo das pessoas do que o sistema vigente (Schröder, citado por Casula, 2008). Um outro inquérito a 1600 pessoas, realizado pelo Levada-Center, mostrou que 48% dos inquiridos concordavam que era melhor que tudo ficasse como era antes da Perestroika, contra 40% que manifestavam opinião contrária (Levada, 2006). Os nossos inquiridos discordam maioritariamente desta posição, como se pode ver no quadro 5.13.

O Quadro 5.13 (abaixo) mostra que 60,0% dos inquiridos (69,8% dos que manifestaram uma opinião) discordam de que teria sido melhor a continuação da era soviética, contra 25,9% a favor (30,2% dos que manifestam opinião).

¹³⁰ A maioria destes entrevistados faz parte da amostra do trabalho presente.

Quadro 5.13

Valorização do regime soviético

“Seria melhor se tudo permanecesse como era antes de 1985?”

	Nº	% inquiridos	% respostas	% opiniões.
Concordam (Positiva)	116	25,9	25,9	30,2
<i>Concordo</i>	95	21,2	21,2	24,7
<i>Concordo totalmente</i>	21	4,7	4,7	5,5
Discordam (Negativa)	269	60,0	60,0	69,8
<i>Discordo</i>	143	31,9	31,9	37,1
<i>Discordo totalmente</i>	126	28,1	28,1	32,7
Total com opinião	385	85,9	85,9	100
Não concordo nem discordo (Indiferente)	63	14,1	14,1	
Total respostas expressas	448	100,0	100	
NR	0	0		
TOTAL inquiridos	448	100		

O cruzamento das respostas com os grupos de idade evidencia a posição do grupo de 41 a 45 anos, que expressamente concordam mais com a afirmação (39,8%). Os grupos, tanto dos mais velhos como dos mais novos, inversamente, destacam-se pela discordância (75,8% dos que têm mais de 50 anos não queriam o sistema soviético de volta, assim como 75,7% dos mais novos).

Quadro 5.13A

Valorização do regime soviético, segundo a idade

Idade (anos)	Positiva		Indiferente		Negativa		Total
	N	%	N	%	N	%	
36-40	8	7,0	20	17,4	87	75,7	115
41-45	74	39,8	33	17,7	79	42,5	186
46-50	22	25,9	7	8,2	56	65,9	85
> 50	12	19,4	3	4,8	47	75,8	62
Total	116	25,9	63	14,1	269	60,0	448

Mais uma vez, nota-se uma diferença significativa entre o grupo de idades entre 41 e 45 anos em relação aos outros grupos na sua valorização dos aspectos positivos do regime e rejeição dos aspectos negativos.

Quadro 5.13B

Valorização do regime soviético

Diferença entre valores observados e esperados, em percentagem do total de respostas na classe etária

Idade	Positiva	Indiferente	Negativa
36 a 40	-21,8	3,8	17,9
41 a 45	25,8	6,8	-32,7
46 a 50	-0,0	-5,0	5,0
+50	-4,1	-5,7	9,8

$p < 0,001$

Convidados a argumentar as suas opiniões os inquiridos que não preferiram a continuação do sistema soviético, deram as respostas reunidas no Quadro 5.14.

Quadro 5.14

Argumentos contra o regime soviético

“Discorda porquê?”

	Nº	% inquiridos.	% escolhas
Não havia liberdade de expressão nem livre circulação para fora do país	166	61,7	29,3
As pessoas não tinham alternativas políticas	154	57,2	27,2
O país era pobre e havia falta de bens e de produtos	128	47,6	22,6
O país vivia num isolamento cultural e informativo	112	41,6	19,8
Não havia possibilidade de ganhar muito dinheiro	73	27,1	12,9
A vida era monótona e sem perspectivas	34	12,6	6,0
Total escolhas	567		100
TOTAL dos inquiridos	269	100	

A esmagadora maioria indica a falta de liberdades cívicas e políticas (de expressão e circulação: 61,7% dos inquiridos e 29,3% das escolhas; de alternativa política: 57,2% e 27,2%, respectivamente). A impossibilidade de enriquecimento e a vida monótona foram indicadas em menor percentagem – 27,1% e 12,6% dos inquiridos respectivamente.

As diferenças entre idades, como mostra o Quadro 5.14A (abaixo), são significativas, com mais de 99% de probabilidade, mas a relação com a idade não é monótona: o grupo de idade entre 36 e 40 anos apresenta alguma diferença significativa na adesão à ideia de falta de liberdade de expressão, contrastando com os do grupo 41 a

51 anos, enquanto os que têm entre 46 e 50 anos e os maiores de 50 anos contrastam na questão de falta de alternativa política. Nas escolhas referentes à pobreza do país, o grupo de 46 a 50 anos demonstrou alguma diferença, e apenas na referência à vida monótona se destacou o grupo 41 a 45 anos.

Quadro 5.14A

Argumentos contra o regime soviético, segundo a idade, e diferença entre valores observados e esperados nas respostas positivas em percentagem do total de respostas na classe etária

Idade	Não havia liberdade de expressão	O-Eo	alternativa política	O-E	País pobre	O-E	Vida monótona	O-E
36 a 40	86	33,1	49	9,2	28	-7,2	17	8,3
41 a 45	62	-32,5	58	-8	47	-9,9	5	-9,1
46 a 50	38	-1,1	46	15,8	45	19,0	0	-6,5
>50	20	-8,5	6	-16	17	-9	12	7,3
Total	206		159		137		34	

O-E (Observados – Esperados, em percentagem do total de respostas na classe etária)¹³¹

p<0,001

Entre pessoas pró-regime soviético, ou seja, que concordam com a afirmação que teria sido melhor a União Soviética continuar a existir, os argumentos distribuíram-se de seguinte maneira:

Quadro 5.15

Argumentos a favor do regime soviético

“Concorda porque?”

	Nº	% inquiridos	% escolhidos
Era um país unido e forte	73	62,9	18,1
A vida era mais interessante e mais alegre	68	58,6	16,8
As pessoas tinham confiança no futuro	67	57,8	16,6
As relações entre pessoas eram melhores	61	52,6	15,1
Havia ordem no país	54	46,6	13,4
Preocupavam-se mais com a cultura, educação e ciência	51	44,0	12,7
Os preços eram baixos e estáveis e não havia desigualdade	29	25,0	7,2
Total de escolhas	403	90,0	100
TOTAL de Inquiridos	269	100	

¹³¹ Os restantes itens foram eliminados por terem p> 0,01

Os quatro argumentos: país forte, vida mais interessante, confiança no futuro, as melhores relações interpessoais, foram indicados com maior frequência – entre 52 e 62% dos inquiridos, reunindo entre 15,1% e 18,1% de escolhas. O argumento menos indicado pelos inquiridos foi o de preços baixos – 25% e 7,2% das escolhas.

Argumentos a favor do regime soviético segundo idades dos inquiridos são apresentados no Quadro 5.15A.

Quadro 5.15A

Argumentos a favor do regime soviético, segundo a idade, e diferença entre valores observados e esperados nas respostas positivas, em percentagem do total de respostas na classe etária

Idade	Vida alegre	O-E	Confiança	O-E	Melhores relações	O-E	Ordem no país	O-E	Mais cultura	O-E	Preços baixos	O-E
36 a 40	11	-17	11	-12,4	8	-12,8	8	-9,7	19	0,3	3	-5,5
41 a 45	75	29,7	46	8,2	49	15,4	43	14,4	41	10,7	14	0,3
46 a 50	17	-3,7	22	4,7	18	2,6	15	1,9	13	-0,9	13	6,7
+50	6	8,9	12	-5,3	6	-5,2	3	-6,5	0	-10,1	3	-1,6

p<0,001

As diferenças entre idades são significativas, com mais de 99% de probabilidade, mas uma vez mais a relação com a idade não é monótona: o grupo de idades entre 41 e 45 anos apresenta algumas diferenças nas 4 questões da tabela (a vida era mais alegre; relações eram melhores, havia ordem no país, preocupavam-se mais com a cultura); numa questão destacou-se o grupo de 46 a 50 anos (preços eram baixos) e o grupo de 36 a 40 anos, na questão relativa à confiança.

A identidade social está enraizada numa realidade sociocultural. O colapso do sistema socialista pôs fim às normas e aos padrões de conduta, às relações de poder tradicionais, constantemente reforçados pelo processo de socialização e ao sistema de educação formal baseado num conjunto de valores que asseguravam a pertença dos indivíduos ao grupo e país com o qual se identificavam, resultando daí uma adesão ao projecto colectivo. Os resultados do Quadro 5.15 mostram que as vantagens socialmente construídas no projecto soviético: importância atribuída à cultura e à ciência, ordem estabelecida e igualdade garantida, país poderoso e nação unida aparecem ainda como bastante atraentes para alguns inquiridos: a sua memória atribui ao projecto soviético as características que parecem desprovidas de uma visão crítica (um exemplo disso é a crença que a “vida era mais alegre”). Também mostram que o pensamento utópico

persiste, mas em contraste com o da época soviética, que remetia para um futuro distante, um ideal construído, esta utopia nostálgica confere características ideais ao passado recente.

Nas ciências sociais, o processo de transformação do sistema comunista, cujo objectivo político é o de atingir a democracia e a economia de mercado, é conhecido como “transformação do sistema pós-comunista”. A história moderna conhece apenas um exemplo de uma transformação tão radical que afectou todos os subsistemas sociais que poderia ser comparada com a transformação do sistema pós-totalitário: a transformação comunista na Rússia após a revolução de Outubro de 1917 (mais tarde copiada por outros países). Essa transformação levou à institucionalização forçada de uma nova ordem social colectivista sem precedentes na história. Neste momento trata-se de um processo oposto. Um dos analistas dessa transformação, Balcerowicz, estabeleceu uma distinção entre as suas duas fases – “extraordinária” e “normal” (Balcerowicz 1995). A excepionalidade da primeira fase consiste no facto de esta continuar a manter uma série de condições que são típicas para o período de mudança radical: a legitimidade dos líderes e legitimação da “ordem social já não existente”, ao passo que a fase “normal” se caracteriza pela aceitação da mudança no sentido democrático. Os resultados demonstram que os indivíduos da amostra mantêm as preferências valorativas compatíveis com a fase extraordinária da transformação, sem realizarem, pelo que nos é dado a observar, a passagem pela fase de aceitação da mudança.

Apesar de um número grande de contradições que foi possível detectar nas respostas dos inquiridos, os resultados sugerem algumas reflexões.

Enquanto processo de socialização, este assegurou que os valores transmitidos tivessem sido interiorizados até um certo ponto por todos os indivíduos da amostra; eles assumem a posição compatível com características semelhantes às que foram propostas, promovidas e defendidas pelo sistema socialista soviético¹³² e que Sztompka (2004) descreveu como sendo os valores básicos típicos da identidade colectiva soviética, e que pudemos corroborar na análise dos manuais escolares: a procura da segurança, da

¹³² São relevantes, neste aspecto, os dados de um inquérito realizado em Portugal em 2003 a indivíduos de Leste vindos da Ucrânia, Rússia e Moldávia. 2,8% dos indivíduos da amostra não se identificando com nenhuma dessas nacionalidades referiam-se ainda à sua como “soviética” (Baganha, org., 2010 , p. 27).

estabilidade social, da ordem, da distribuição igualitária de rendimentos, a crença no poder e nos seus líderes, entre outros.

Contudo, quando se parte da idade dos inquiridos enquanto categoria de análise, observam-se diferenças nas respostas dos imigrantes: o grupo dos mais novos, com menos de 40 anos, é o que mais se afasta, nas suas opiniões e preferências, do padrão de valores “tradicionais” socialistas: não tem a tendência para recordações nostálgicas sobre o passado socialista, nem aspira à grandeza perdida de uma nação outrora forte; está mais inclinado para os valores democráticos, mas não guarda rancor para com os detentores do poder. Assim, parecem estar mais próximos de superar a “erosão” dos princípios fundamentais do projecto socialista soviético do que os outros grupos.

Pelo contrário, o grupo de indivíduos com idade entre 41 e 45 anos mostra um perfil de valores de cariz mais tradicionalmente socialista: nostalgia e uma idealização da situação “antes de 1985”, saudade de uma nação forte, respeito pela liderança forte e um medo de desordem; familiarizaram-se menos com a democracia, e mostram-se menos abertos à mudança. Para tentar encontrar uma justificação para situação verificada prossegue-se a análise com estudo das preferências valorativas dos indivíduos.

5.3. *Preferências valorativas*

Os estudos realizados sobre os valores dominantes em diferentes sociedades têm trazido contribuições decisivas para a percepção das prioridades que orientam as pessoas, das bases motivacionais nas quais se apoiam as decisões que os indivíduos tomam e as atitudes que manifestam¹³³. Apesar de existirem muitas definições de valor e diversas hierarquias das suas organizações, os cientistas sociais concordam que há pelo menos dois motivos para estas relações entre valores e atitudes se estabelecerem: o facto de os valores serem interiorizados no processo de socialização pela convergência das diferentes instituições sociais, entre as quais se destacam a escola e a família, e uma vez que os valores mais importantes de um indivíduo constituem o núcleo estável da sua personalidade, podem motivar a acção, funcionam como critérios para a julgar e a justificar (Schwartz, 2005). Ao mesmo tempo que se defende a estabilidade do núcleo

¹³³ Por exemplo, Rokeach (1973), Williams (1979) Snyder e DeBono (1989).

valorativo assegurado pelo processo de socialização, fala-se da mutabilidade dos valores (Inglehart, 1979, Rokeach, 1979). Sendo atributos cognitivos que facilitam a adaptação do indivíduo á sociedade, é logico esperar que os valores mudem à medida que muda o contexto social, forçando uma adaptação a novas situações, “[...] à medida que os indivíduos reavaliam as suas prioridades em relação ao tipo de pessoa que acreditam ser ou deveriam ser” (Braithwaite, Blamey, 2005, p. 202).

As pessoas que sujeitámos a este inquérito já passaram por várias situações de fractura social: o desmoronamento da URSS, seu país de nascimento; o processo de emigração com a sua fixação em Portugal, um país sem qualquer afinidade aos mais diversos níveis com o seu, obrigando-as a redefinições relativamente aos seus valores e princípios, costumes e práticas e até a um reequacionamento do processo de identidade – particularmente dos seus descendentes, agora frequentando a escola portuguesa, sujeitos a um processo de socialização muito diverso daquele a que seus pais foram submetidos. Neste contexto de mudança, é não só provável esperar que se perca o significado social de alguns dos princípios de identificação, como é possível que os próprios critérios de identificação, aqueles que servem para distinguir os valores, possam vir a sofrer diversas alterações.

Esta tendência pode ser observada nos estudos empíricos recentes sobre países do Leste europeu e a sua população, que mostram as tentativas dos investigadores sociais para encontrarem novos princípios e categorias que se identifiquem melhor com as funções e pertenças dos sujeitos “deslocados” dos seus países de origem em consequência de rupturas sociais (Goshulak, 2003; Birman, Trickett, 2001; Mirsky, 2001; Knafo, Schwartz, 2001; Pehlivanova, 2009).

As mudanças ocorridas no quadro do desmoronamento da União Soviética originaram, não apenas vários novos países, mas uma alteração na dimensão territorial, no mapa geográfico da Europa de Leste, que mantinha as suas fronteiras intocáveis desde a II Guerra Mundial. A dimensão territorial, aquela que determina os limites dos Estados novos e das suas populações, transformou-se assim, num dos assuntos de reequacionamento do processo de identificação, exigindo a sua análise.

Confrontados com as mudanças ocorridas nas alterações geográficas e no âmbito nacional, os inquiridos revelam opiniões diferenciadas:

Quadro 5.16

Tipos de identificação

“Com que se associa, mais fortemente, a ideia que tem do seu povo?”

Categorias	N	% inquiridos
Categorias de identificação tradicional	920	58,4
<i>Lugar onde eu nasci e cresci</i>	239	53,3
<i>Qualidades mentais do nosso povo</i>	163	36,4
<i>A nossa Natureza</i>	144	32,1
<i>Língua do meu povo</i>	140	31,3
<i>Gosto pelo trabalho</i>	77	17,2
<i>Nossa música, festas e costumes</i>	157	35,0
Categorias de identificação histórica	441	28,0
<i>O nosso passado, a nossa história</i>	217	48,4
<i>Grandes personalidades</i>	90	20,1
<i>Nossos monumentos</i>	85	19,0
<i>Nossa religião</i>	49	10,9
Categorias de identificação estatal	214	13,6
<i>As nossas terras e territórios</i>	98	21,9
<i>País onde vivi</i>	54	12,1
<i>Bandeira, hino</i>	43	20,1
<i>Nossa força militar</i>	19	4,2
Total das respostas	1575	100

As opiniões diferenciam-se segundo três tipos distintos de categorias predominantes de identificação. O resultado mostra que os valores de preferência pelos parâmetros de identificação estatal – país onde vivi, hino, bandeira, território – tendem a ser baixos, não atingindo 14, 0 % do total das respostas. As respostas relacionadas com os parâmetros históricos – o passado e a história, os monumentos, música, festas e costumes, a religião, grandes figuras nacionais – recolheram 28,0% de total das respostas, enquanto os valores tradicionais, como a natureza, a língua, as qualidades mentais do povo, o gosto pelo trabalho, atraíram um nível mais elevado de consenso (58,4% de todas as respostas). Em termos absolutos, o “Lugar onde eu nasci e cresci” reuniu o maior número de respostas – 239 (recebeu o voto de 53,3% dos inquiridos) que é significativamente superior ao item menos apoiado da “Bandeira e hino do seu país” – com 43 respostas (9,6% dos inquiridos). Estes resultados levam a colocar como hipótese que a transição da identidade social habitual (“Nós, o povo soviético”) em moldes uniformes e rigorosos para uma estrutura diversificada e, em certa medida voluntária, inerente às sociedades mais liberais, fez aumentar o valor dos factores de identificação das categorias locais e informais.

Podemos tentar ver o mesmo problema sob um outro ângulo, analisando os resultados apresentados no Quadro 5.17 (abaixo), onde se tenta identificar os aspectos em relação aos quais os imigrantes sentem mais orgulho.

O resultado revela que o objecto em relação ao qual é expressado maior orgulho é, sem dúvida, a sua família. Quase 90% dos inquiridos (97,1% dos que exprimiram uma opinião) manifestaram a presença deste sentimento, sendo que a maioria deles referiu mesmo sentirem-se "Muito orgulhosos".

Quadro 5.17

Âmbitos de identificação positiva

“Pode-se dizer que esteja orgulhoso ...”

Itens	N	% inquiridos	% respostas	% opinião
Do seu país				
Orgulhosos	200	44,6	48,2	52,9
Muito orgulhoso	88	19,6	21,2	23,3
Em geral sim	112	25,0	27,0	29,6
Não orgulhosos	178	39,8	42,9	47,1
Pouco orgulhoso	94	21,0	22,7	24,9
Não estou orgulhoso	84	18,8	20,2	22,2
Total com opinião	378	84,3	91,1	100
NS (nada disso me interessa)	37	8,3	8,9	
Total de respostas expressas	415	92,6	100	
NR (não responderam)	33	7,4		
TOTAL de inquiridos	448	100		
Da sua família				
Orgulhosos	395	88,2	94,3	97,1
Muito orgulhoso	288	64,3	68,7	70,8
Em geral sim	107	23,9	25,6	26,3
Não orgulhosos	12	2,7	2,9	2,9
Pouco orgulhoso	9	2,0	2,2	2,2
Não estou orgulhoso	3	0,7	0,7	0,7
Total com opinião	407	91,2	97,1	100
NS	12	2,7	2,9	
Total de respostas expressas	419	93,5	100	
NR	29	6,5		
TOTAL de inquiridos	448	100		
De ser cidadão do seu país				
Orgulhosos	277	61,8	65,4	69,8
Muito orgulhoso	155	34,6	36,6	39,0
Em geral sim	122	27,2	28,8	30,8
Não orgulhosos	120	26,8	28,4	30,2
Pouco orgulhoso	60	13,4	14,2	15,1
Não estou orgulhoso	60	13,4	14,2	15,1
Total com opinião	397	88,6	93,9	100
NS	26	5,8	6,1	
Total de respostas expressas	423	94,4	100	
NR	25	5,6		
TOTAL de inquiridos	448	100		

Na mesma direcção apontam os resultados dos inquéritos realizados com pessoas de outros países do ex-bloco comunista. Num estudo recente sobre o declínio de confiança e participação em todo o tipo de instituições e actividades sociais e políticas, na Bulgária nos anos pós-socialistas, a autora regista o papel cada vez maior desempenhado pela família, como o único lugar de confiança e de orgulho, segundo opinião dos inquiridos (Pehlivanova, 2009). A autora do estudo não atribui a responsabilidade por este comportamento ao passado comunista, mas à cultura, à história e à natureza da transformação actual a que as pessoas estão sujeitas.

O sentimento em relação ao seu país dividiu os inquiridos, pois o número dos que sentem orgulho difere pouco dos que não o sentem. Nesta perspectiva, os resultados das respostas sobre a nacionalidade parecem um pouco ilógicos. Se as pessoas no geral não manifestaram muito orgulho por serem originários de um determinado país, seria lógico esperar que o mesmo resultado se repetisse na pergunta sobre os sentimentos que provoca o facto de ser cidadão desse mesmo país. Contudo, o número das respostas ao favor do sentimento de orgulho por ser cidadão do seu país é três vezes maior do que o sentimento contrário. Aparentemente, a noção de “país” destes imigrantes incluiu uma avaliação do estado actual do seu país, das suas instituições políticas e económicas, enquanto a cidadania significa identificação com o país como nação, independentemente do seu estado transitório, que assim constituiria um esteio mais estável de identidade do que as opiniões sobre a situação presente deixariam prever.

No âmbito deste trabalho, interessa-nos, sobretudo, a perspectiva temporal dos valores identitários dos imigrantes da amostra, ou seja, distinguir os que permaneceram e que se mantiveram através do tempo em conformidade com o quadro da interacção com o sistema sociocultural que definiu o universo simbólico da época soviética. Assim, a nossa análise surge como associada ao problema da memória, não no sentido de restabelecimento da adequação ao passado, mas sim como interpretação personalizada das situações e acontecimentos passados. Alguns dos factos e acontecimentos referidos no questionário não se integram nas experiências da vida dos inquiridos, sendo produtos de processos de transmissão de conhecimento durante a sua escolarização, o processo de socialização por excelência. A interpretação do passado apresenta-se assim como um elemento essencial do processo de identificação dos indivíduos e um meio de definir o sistema de valores em que a identidade se sustenta (Pollak, 1992; Guimarães, 2000;

Hall, 2000), porque “[...] nós somos o que recordamos ou que supomos recordar” (Innerarity, 2010, p, 181).

A matriz da história “soviética” definia-se por um conjunto de acontecimentos heróicos. O Quadro 5.18 reúne as respostas dadas por imigrantes interrogados sobre a importância dos factos históricos:

Quadro 5.18

Os acontecimentos mais importantes do século XX

Respostas	N	% inquiridos
Vitória na Grande Guerra Patriótica	294	65,6
Colapso da URSS	257	57,4
Voo de Gagarin	162	36,2
Revolução de Outubro de 1917	134	29,9
Repressões	114	25,4
Queda de Muro de Berlim	34	7,6
Perestroika	32	7,1
Morte de Estaline	26	5,8
Primeiras eleições multipartidárias	18	4,0
Criação do bloco socialista	16	3,6
Colectivização	12	2,7
Total respostas expressas	4928	

Os indivíduos escolheram entre os diversos acontecimentos mais importantes, a Grande Guerra Patriótica, corroborando os resultados da análise dos manuais escolares de História realizada no Capítulo IV, que mostrou como a Guerra foi um acontecimento base de toda a construção educativa e do projecto patriótico que lhe deu forma na escola soviética, desde o estalinismo até à *Perestroika*. Para 294 pessoas (65,6 % dos inquiridos), a Grande Guerra Patriótica é o acontecimento mais importante do século XX. A Revolução de Outubro, um outro acontecimento “heróico”, pelo menos era na leitura tradicional soviética, teve a sua representação bastante “empalidecida” e reuniu apenas metade de votos - 134 (29,9 % dos inquiridos). É de sublinhar a importância atribuída ao voo de Gagarin (162, 36,2% dos inquiridos) que reuniu 9 vezes mais votos do que as primeiras eleições multipartidárias.

O cruzamento da informação fornecida pelos três primeiros itens do Quadro 5.18 com as nacionalidades dos respondentes apresentou algumas diferenças nos comportamentos valorativos. Permitiu verificar que a Vitória na Grande Guerra é um acontecimento do século XX destacado pela grande maioria dos russos (89,3% do toda amostra desta nacionalidade) e apenas pela metade dos ucranianos, Quadro 5.18 A, a baixo.

Quadro 5.18A

Acontecimentos mais importantes do Séc. XX, segundo as nacionalidades

	Vitória na Grande Guerra**			Colapso da URSS*			Voo de Gagarin**		
Nacionalidade	N	% Total de respostas	% Total do grupo	N	% Total de respostas	% Total do grupo	N	% Total de respostas	% Total do grupo
Russos	67	22,8	89,3	45	17,5	60,0	42	25,9	56,0
Ucranianos	158	53,7	57,5	154	59,9	56,0	78	48,1	28,4
Moldavos	59	20,1	70,2	49	19,1	58,3	33	20,4	39,3
Bielorussos	10	3,4	71,4	9	3,5	64,3	9	5,5	64,3

* n.s.

** $p < 0,001$

Uma estrutura semelhante de respostas é verificada na questão da importância atribuída ao voo de Gagarine: menos de um terço de ucranianos (28,45 do grupo) tinha indicado este acontecimento como importante, ao contrário dos russos que apresentaram cerca do dobro das preferências (56% do grupo). Apenas na questão do colapso da URSS as respostas distribuíram-se de forma equilibrada entre todas as nacionalidades da amostra (de 56% a 64,3%).

O cruzamento dos dados do Quadro 5.18 com grupos de idades deu o seguinte resultado:

Quadro 5.18B

Acontecimentos mais importantes do Séc. XX, segundo a idade

	Vitória na Grande Guerra**			Colapso da URSS*			Voo de Gagarin*		
Idade	N	% Total de respostas	% Total do grupo	N	% Total de respostas	% Total do grupo	N	% Total de respostas	% Total do grupo
36-40	80	27,2	69,6	66	25,7	57,4	34	21,0	29,6
41-45	119	40,5	64,0	100	38,9	53,8	63	38,9	33,9
46-50	68	23,1	80,0	50	19,4	58,8	40	24,7	47,2
> 50	27	9,2	43,4	41	16,0	66,1	25	15,4	40,3

* n.s.

** $p < 0,001$

Nos três itens que colheram maior número de respostas, destaca-se o grupo de 41-45 anos com aproximadamente 40% (de 38,9 a 40,5) de todas as respostas dadas. É notório que o grupo dos mais novos domina nas respostas em relação às questões

relacionadas com “atributos típicos” da mitologia soviética, relativamente ao grupo dos mais velhos (maiores de 50 anos).

Quadro 5.19

Desde que época ou acontecimento começa, na sua opinião, a história do seu país?

Respostas	N	% inquiridos	% opiniões
Desde tempos imemoriais	203	45,3	45,6
Desde Rússia Kievana/ Principado de Kiev / Desde Século XIII /Desde século XIV	166	37,1	37,3
Desde o baptismo da Rússia/ Desde a Zaporozhian Sich /Desde o baptismo Greco-católico /Desde 1812	32	7,1	7,2
Desde o colapso da URSS e criação do Estado soberano	16	3,6	3,6
Desde o reinado do Pedro Grande/ Desde Bogdan Khmelnitski / Desde Republica nacional bielorrussa, 1918/ Desde Alexandre Bondoso	14	3,1	3,1
Desde a Revolução Socialista de 1917	14	3,1	3,1
Total com opinião	445	99,3	100
NS/NR	3	0,7	
Total de inquiridos	448	100	

O Quadro 5.19 mostra as “versões” sobre o momento a partir das quais consideram existir uma história do seu país, combinando os acontecimentos à sua maneira, por ordem decrescente de importância que atribuem aos mesmos. Para 401 indivíduos (89,5% dos inquiridos e 90,1% dos que tiveram opinião) a “profundidade” da memória está virada preferencialmente para os acontecimentos dos tempos “mitológicos”, que associam o nascimento da sua nação a tempos “imemoriais” e sem referências históricas precisas. Esta “construção” do passado ‘histórico’ não está relacionada com o passado ‘real’, as pessoas constroem as suas “Histórias” no presente, de acordo com as suas teorias ideológicas e os seus interesses (Jenkins, 1995; Nakou, 2007). Já nos foi possível verificar esta forma de ver o passado num dos Manuais de História que foi analisado no Capítulo IV; o livro didáctico dedicado ao século XIX tinha como título “História da URSS”. No caso do questionário, as opiniões dos inquiridos também são resultados da selecção, avaliação, compreensão e interpretação das situações de relevância histórica (Barton, 2009) de acordo com a sua construção do passado, que só pode ser colectiva.

Um significado construído sobre a existência do grupo no tempo (integrando as dimensões do passado – de onde viemos – do presente – o que somos – e do futuro – para onde vamos) é o elemento principal da ligação que se estabelece entre os indivíduos (Heller, 1993). Esta ligação entre os tempos é importante e uma das características principais da consciência histórica. A breve história dos manuais de História soviéticos realizada no Capítulo II mostrou que na consciência histórica da sociedade soviética, a atitude em relação à ideia de continuidade com o passado pré-revolucionário não visava o rompimento com este, mas pelo contrário, a restauração, durante a Revolução e anos seguintes, do respeito perdido¹³⁴. Todavia, na estrutura da consciência histórica formada na União Soviética, a maior ênfase colocava-se sobre o presente e principalmente, para o futuro. É possível que a cadeia temporal "passado-presente-futuro" tenha sido revista pelos inquiridos, tendendo para a sua forma mais tradicional que considera o primeiro elo como o mais importante (Rüsen, 2001).

Uma outra tendência que podia ser encontrada nas respostas dos inquiridos, está relacionada com parâmetros étnicos da identificação. Todos os problemas de cariz nacional do século XX – talvez com raríssimas exceções – apenas na sua forma e características exógenas apareciam como um retorno às estruturas tradicionais da existência isolada dos grupos regionais e das etnias. De facto, tinha havido tentativas de utilizar os resultados dos processos modernos – incluindo os da violência em massa e de doutrinação – para auto-afirmação nacional. Amadurecidas nas repúblicas da ex-União Soviética, estas tendências surgiram na superfície política logo nos anos pós-Perestroika, forçando a uma reavaliação do conteúdo social de praticamente todas as etnias existentes no espaço da URSS (Suny, 2003). Face a esta situação, seria de esperar que os inquiridos atribuíssem uma maior importância ao colapso da URSS, relacionando-o com o surgimento dos seus países, de facto, soberanos. Contudo, o

¹³⁴ Numa primeira fase do poder bolchevique houve, de facto, tentativas de romper com o passado, transformando-o em fragmentos disjuntos, mas logo, com sinais de necessidade de se apoiar na história, a atitude mudou radicalmente, principalmente durante o governo de Estaline. É elucidativa, nesse aspecto, a comunicação de Estaline ao povo da URSS a propósito da vitória sobre o Japão, em que ele fez uma ligação histórica que transformou a participação do Japão na II Guerra Mundial como continuação (com algumas interrupções) da intervenção deste país em 1904 na Rússia Imperial, à qual se seguiu a guerra civil, depois conflito armado em Hassan em 1938 e finalmente incidente em Nomonkhyn em 1939. Esta lógica permitiu a Estaline concluir a comunicação com a seguinte frase: “Aconteceu o que foi esperado por mais do que 40 anos pelo nosso povo” (Smolensky, 2008). Apesar de todo o raciocínio de Estaline ser bastante duvidoso, o importante no caso deste estudo, é a vontade de um chefe de Estado apresentar acontecimentos presentes e passados como encadeados.

Quadro 5.19 mostra que apenas 16 pessoas das 445 (3,6% dos inquiridos) que manifestaram opinião se referiram a este facto.

A experiência histórica e contemporânea mostra como um problema universal de comparação dos “nossos” com os “outros” (pessoas, países, valores, etc.) se torna complexo, difícil e muitas vezes doloroso – este quadro da correlação determina também em grande parte a consciência nacional do ex-cidadão soviético. Assim como a URSS precisava e se definia, como mostram os manuais de História analisados no Capítulo IV, através de relações com outros, sempre provando a sua capacidade de sobrevivência entre outros Estados; uma pessoa presa a um vínculo de dependência paternalista a este Estado precisava de ser aprovada através da comparação com pessoas de outras países e culturas.

A este problema historicamente não resolvido, devido principalmente à modernização tardia, segundo Bauman (2007), adicionaram-se as incertezas das últimas décadas, associadas à desintegração da União Soviética e ao reposicionamento das suas ex-repúblicas no mundo. Nestas circunstâncias, o recurso à grandeza patrocinada pelo Estado sempre proporcionou uma espécie de compensação para o doloroso sentimento de auto-humilhação.

O Quadro 5.20 que se segue, ilustra claramente o sentimento que provoca nos imigrantes inquiridos a questão da grandeza de outrora: nem derrotas militares, nem colapso da URSS se aproximam da importância dada a essa questão. O comportamento dos indivíduos de cada uma das nações visto isoladamente envergonha bastante os inquiridos. Destes, 63,4% indicaram as maneiras grosseiras e a brutalidade como factores que provocam um sentimento de vergonha, contudo, a “brutalidade” da nação como um todo para impor o seu sistema a outros povos, envergonha apenas 4,6% dos inquiridos. Também é de registar a ausência total de pessoas que não encontram razões para estarem tristes ou envergonhados face aos acontecimentos do século XX, relacionados com o seu país.

Quadro 5.20

Que factos ou acontecimentos da história do século XX provocam em si um sentimento de tristeza e vergonha?

Respostas	N	% inquiridos	% escolhas
Grande povo, país rico e vive em eterna pobreza	279	71,0	24,5
Maneiras grosseiras, brutalidade, falta de respeito para com os outros	249	63,4	21,8
Poder incompetente e corrupto	159	40,5	13,9
Repressões, terror dos anos 30-50	109	27,7	9,5
Atraso permanente em relação ao Ocidente	99	25,2	8,7
Preguiça, inércia	75	19,1	6,6
Herança da escravidão, espírito do escravo, hábito de trabalho forçado	55	14,0	4,8
Colapso da URSS	55	14,0	4,8
Orgulho nacional	24	6,1	2,1
Derrotas militares	21	5,3	2,1
Exercício da força para impor o seu sistema a outros povos	18	4,6	1,6
Nada provoca em mim um sentimento de tristeza e vergonha	0	0,0	0,0
Total das escolhas	1143		100

A avaliação dos acontecimentos que orgulham os imigrantes é apresentada no Quadro 5.21.

Quadro 5.21

Qual das opções lhe dá um sentimento de orgulho pelo seu país

Respostas	N	% inquiridos	% escolhas
Vitória na Grande Guerra Patriótica	259	65,9	29,1
Literatura	118	30,0	13,3
Qualidades morais do homem r/u/b/m simplicidade, paciência, resistência	113	28,8	12,7
Intelectuais	91	23,2	10,2
Êxito da ciência	89	22,6	10,0
Liderança na exploração espacial	76	19,3	8,5
Transformação do país após a Revolução numa nação industrializada forte	58	14,8	6,5
Amor à liberdade	43	10,9	4,8
Gloria militar	11	2,8	1,2
Perestroika	0	0,0	0
Nada provoca o sentimento de orgulho	32	8,1	3,6
Total escolhas	890		100

Mais uma vez, o facto da história nacional que maior orgulho provoca nos imigrantes é a vitória na Grande Guerra Patriótica de 1941-1945 (65,9% de respostas). Este resultado não só corrobora as conclusões da análise dos manuais de História da época da URSS (Capítulo IV¹³⁵) como também dos manuais actuais dos países da ex-URSS (Capítulo II) identificando a preservação de uma situação descrita por Durkheim:

[...] quando uma crença é unanimemente partilhada por um povo [...] torna-se interdito tocar-lhe, isso quer dizer negá-la ou contestá-la[...] o que] prova que estamos diante de qualquer coisa de sagrado (2002, p. 223).

A identificação com o orgulho tradicional do Estado Soviético – exploração espacial, industrialização, êxito da ciência, glória militar – reúne ao todo menos votos do que as características desligadas da dimensão pós-revolucionária – literatura, qualidades do povo e intelectuais (325 contra 365 escolhas). É de notar que, ao contrário do quadro anterior em que não houve pessoas que não sentissem tristeza em relação a alguma coisa, neste Quadro 5.21, 32 pessoas (8,1 % dos inquiridos) não manifestaram orgulho por nada que foi feito no seu país.

O socialismo, o seu suporte intelectual assim como a sua realização prática, sempre foram sustentados pelo contraste muito pronunciado, concebido inteiramente a “branco” em relação ao “preto” do capitalismo. Desde a época de Marx, a instabilidade foi vista como único factor constante do capitalismo (Sennett, 2007). O socialismo soviético não era excepção, pelo contrário, sempre apostou nisso, e esta ideia esteve presente em todos os discursos, dos políticos e económicos aos dos livros didácticos e infantis (Boobbyer, 2000; Crawford, Jinjing, 2007; Deiró, 2005), na estabilidade do funcionamento do sistema e, consequentemente, em todas as áreas de vida, através das garantias sociais, frutos de uma economia sem mercado, sem as suas quedas e crises e suas consequências – desemprego, migração, etc.

No momento da transformação capitalista que os países da ex-URSS atravessam, um dos grandes e agudos problemas que eles defrontaram foi a necessidade de reformar a economia na base do mercado. Uma vez que se tratava da transferência de

¹³⁵ Segundo a versão oficialmente aprovada e cultivada pelo sistema educativo, a Guerra, em primeiro plano, não era vista como um acontecimento à escala mundial, como parte da II Guerra Mundial, nem como um movimento de orientação antifascista, mas como guerra nacional para salvar a URSS das forças hostis do inimigo.

propriedade, até então estatal, para outras formas de propriedade, levanta-se a questão prática da criação e educação de uma classe inteiramente nova de empresários e proprietários, uma categoria inexistente na União Soviética. No plano mais fundamental, este facto significa uma mudança intencional ao nível da identidade, dos procedimentos e direitos, dos comportamentos e das atitudes. Este raciocínio torna pertinentes as perguntas feitas no Quadro 5.22.

Quadro 5.22

Que direitos humanos considera mais importantes?¹³⁶

Respostas	N	% total de respostas	% total de opiniões
Segurança (estabilidade, ordem)			
NS/NR	6	1,3	
Importante	442	98,7	17,0
Muito importante	412	92,0	15,8
Bastante importante	30	6,7	1,2
Não importante	0	0	0
Pouco importante	0	0	0
Nada importante	0	0	0
Educação e serviços de saúde gratuitos			
NS/NR	38	8,5	
Importante	404	90,2	15,5
Muito importante	264	58,9	12,0
Bastante importante	140	31,3	3,5
Não importante	6	1,4	0,2
Pouco importante	3	0,7	0,1
Nada importante	3	0,7	0,1
Trabalho e salário garantidos			
NS/NR	36	8,0	
Importante	402	89,7	15,5
Muito importante	312	69,6	12,0
Bastante importante	90	20,1	3,5
Não importante	10	1,4	0,2
Pouco importante	7	1,6	0,1
Nada importante	3	0,7	0,1
Habitação			
NS/NR	46	10,3	
Importante	258	79,9	9,9
Muito importante	99	44,4	3,8
Bastante importante	159	35,5	6,1
Não importante	44	9,8	1,7
Pouco importante	34	7,6	1,3
Nada importante	10	2,2	0,4
Direito de propriedade			
NS/NR	99	22,1	
Importante	203	45,3	7,8
Muito importante	76	17,0	2,9
Bastante importante	127	28,3	4,9
Não importante	146	32,6	5,6
Pouco importante	124	27,7	4,8
Nada importante	22	4,9	0,8

¹³⁶ A correlação entre estes dados e grupos de idade não foi estatisticamente satisfatória ($p > 0,05$)

Quadro 5.22 (Continuação)

Que direitos humanos considera mais importantes?

Respostas	N	% total de respostas	% total de opiniões
Direito de eleger o poder			
NR/NS	118	26,3	
Importante	57	12,7	2,2
Muito importante	27	6,0	1,0
Bastante importante	30	6,7	1,2
Não importante	273	60,9	9,9
Pouco importante	172	38,4	6,6
Nada importante	101	22,5	3,9
Liberdade de expressão			
NR/NS	132	29,6	
Importante	135	30,1	5,2
Muito importante	23	5,1	0,8
Bastante importante	112	25,0	4,3
Não importante	181	40,4	7,0
Pouco importante	162	36,2	6,2
Nada importante	19	4,2	0,7
Total opiniões	2603		100,0

Indiscutivelmente, a segurança (estabilidade e ordem) é o direito mais importante para 442 inquiridos (98,7% da amostra); foi a única pergunta que não gerou opiniões diferentes, apenas 6 indivíduos não responderam a esta questão. Como era de esperar, todas as “garantias” do socialismo, como a educação, saúde, habitação gratuitos e trabalho e salário garantidos, a maioria dos inquiridos considera-os “direitos” importantes. A situação muda, quando se questiona a importância do direito de propriedade: 1) não se pronunciaram sobre o assunto 99 pessoas (22,1% do total de amostra); 2) 146 indivíduos (32,6% de todos os inquiridos) classificaram este direito como “não importante” e ainda 101 pessoas como “nada importante”. Ainda menos importante, para quase 61% da totalidade dos inquiridos, aparece a pergunta sobre o direito de eleger o poder, enquanto a sua importância foi confirmada apenas por 12,7% dos que responderam. O direito de liberdade de expressão foi ainda menos valorizado: quase um terço dos inquiridos não se pronunciou sobre a questão, e para 40,4 % dos indivíduos na amostra este direito não é importante.

Continuando a testar as opiniões dos inquiridos sobre direitos “tradicionais” socialistas, colocamos a questão sobre as preferências dos indivíduos face ao seu trabalho, cujas respostas são apresentadas no Quadro 5.23.

No Quadro 5.23 pode-se evidenciar que a maioria das respostas (62,1%) têm uma orientação, tradicionalmente designada como do tipo “soviético”, para os salários pequenos que, no entanto, garantem estabilidade no futuro. Se observarmos os dados desta tabela através dos grupos etários definidos, verifica-se que no grupo de imigrantes mais novos a preferência pelo negócio próprio encontrou um número expressivo de apoiantes (42,6% das respostas) aproximando-se assim, à resposta “Salário pequeno mas garantido” (50,4%), enquanto nos restantes grupos não se detecta a tendência para preferir os negócios ou trabalho liberal; para todos continua a ser dominante a orientação soviética que normalmente incide sobre a ideia de trabalho assalariado e “rendimento pequeno, mas sólido”.

Quadro 5.23

Orientação face ao trabalho

“O que preferia ter se pudesse escolher?”

Respostas	N	% inquiridos	% opinião
Salário pequeno mas muito tempo livre	4	0,9	0,9
Salário pequeno, mas garantido e confiança no futuro	278	62,1	63,9
Trabalhar bastante mas ganhar bem mesmo sem garantias especiais no futuro	33	7,4	7,6
Ter negócio próprio, mantê-lo por sua conta e risco	120	26,8	27,6
Total com opinião	435	97,1	100
NS (Difícil de responder)	13	2,9	
Total de inquiridos	448	100	

O cruzamento dos dados com grupos de idade pode ser analisado no quadro que se segue:

Quadro 5.23A

Orientação face ao trabalho, segundo a idade

Idade	Salário pequeno, tempo livre	Salário pequeno, mas garantido	Salário elevado, mas sem garantias	Ter negócio próprio	Total respostas
36 a 40	4	58	0	49	111
41 a 45	0	131	16	36	183
+ de 45	0	89	17	37	79
Total	4	278	33	120	435

O grupo dos mais novos manifesta uma tendência para preferir uma iniciativa de negócio significativamente maior, enquanto o grupo de 41-45 anos a recusa em factor

de uma remuneração garantida e as possibilidades de negócios. É de sublinhar que a possibilidade de trabalhar pouco com objectivo de obter tempo livre (numa perspectiva pós-materialista de Inglehart) não interessou a nenhum dos grupos.

Quadro 5.23B

Orientação face ao trabalho, segundo a idade

Diferença entre os valores observados e esperados, em percentagem do total de respostas na classe etária)

Idade	Salário pequeno, tempo livre	Salário pequeno, mas garantido	Salário elevado mas sem garantias	Ter negócio próprio
36 a 40	3,0	-12,9	-8,4	18,4
41 a 45	-1,7	14,0	2,1	-14,5
>de 45	-1,3	-2,4	6,2	-2,4

$p < 0,001$

5.4. Capacidade de adaptação

Os processos migratórios que se verificam no presente, bem como a sua diversidade e os problemas complexos que os acompanham, têm sido alvo de estudos e discussões ao nível das ciências sociais na pesquisa de elementos teóricos que expliquem tais movimentos e que contribuam para a elaboração de políticas públicas visando o seu controle e a integração dos imigrantes nos países receptores. O problema central nesta secção do Capítulo V é a análise da adaptação dos imigrantes da ex-URSS segundo uma perspectiva que toma em consideração o contexto social e cultural pré-migratório e o contexto social e cultural em que acabam por se inserir, no país de acolhimento, como factores que mais influenciam este processo. A intenção específica é a de explorar as oportunidades que o questionário oferece para avaliar as opiniões e auto percepções dos imigrantes visando a análise do impacto do seu processo de adaptação à sociedade portuguesa e sua influência na alteração dos seus valores e preferências.

Partindo destas considerações, entende-se a adaptação como um processo com uma importante dimensão normativa, porque consiste na aprendizagem das regras que gerem a sociedade de acolhimento, dos seus padrões de conduta, que no fundo são padrões culturais do comportamento social. Deste modo, a adaptação é o resultado do desenvolvimento de um processo de compromisso entre o individual e o legado social

dos imigrantes e o social do país de destino, entre aquilo que podemos considerar os interesses e particularidades individuais, normas, valores, praticas e comportamentos que os imigrantes são portadores e normas, valores e práticas do país de acolhimento.

Os tipos de percepção da sua própria adaptação foram definidos em função das quatro possíveis respostas dadas à questão: “Os imigrantes adaptam-se ao país de acolhimento de maneiras diferentes. Como caracteriza a sua adaptação?”. Resumimos de seguida os quatro tipos de respostas e a sua distribuição na amostra, segundo as variáveis de caracterização sociográfica usadas, para depois explorar mais pormenorizadamente os cruzamentos significativos.

Tipo I: *Inadaptados*. Resposta: “*Não consigo me adaptar*”. É constituído por 34 inquiridos (7,6% do total), maioritariamente das faixas etárias 41-45 anos (14 indivíduos, 41,2% do tipo) e 36-40 anos (12 indivíduos, 35,3% do tipo), com idade média de 42,9 anos. São 20 mulheres (58,8%) e 14 homens, dos quais só 3 (8,8% do tipo) homens vieram de uma capital (Kiev), sendo todos os restantes provenientes de cidades de província ou de zonas rurais. Dez inquiridos (29,4 %) têm curso superior. A maioria destes indivíduos durante o processo de adaptação ao país de acolhimento degradou o seu estatuto profissional, entre eles 19 mulheres e 7 homens; apenas 5 (14,7%), todos eles homens, conseguiram mantê-lo, enquanto 3 (8,8%) chegaram mesmo a melhorá-lo.

Tipo II: *Lutadores*. Resposta: “*Agarro qualquer trabalho, tudo para garantir uma vida razoável para a minha família*”. É constituído por 145 inquiridos, em média ligeiramente mais velhos (44,4 anos). A maioria é composta por mulheres: 91 (62,8% do tipo) contra 54 homens. Neste tipo, 73,1% das pessoas vieram de cidades provinciais e de zonas rurais e os restantes 39 indivíduos (26,9%) das capitais dos seus países. Quase metade – 46,9% do tipo – tem um curso superior. 53 inquiridos (38,4% do tipo) regrediram no seu estatuto profissional. Quase metade dos inquiridos neste tipo (67 pessoas, 48,6%) conseguiu um trabalho em Portugal correspondente ao seu nível profissional pré-migratório, e 18 (13%) conseguiram até melhorar a sua situação profissional.

Tipo III: *Estabilizados*. Resposta: “*Vivo como vivia antes da emigração, pouca coisa mudou*”. É um conjunto de 101 inquiridos (22,5%), com a idade média de 42,5 anos. É constituído maioritariamente por indivíduos com idades compreendidas entre

36-40 anos (42,6% do tipo) e 41-45 anos (33,7% do tipo). Distribuem-se igualmente entre géneros (51 homens e 50 mulheres). 27 (26,7%) pessoas vieram de capitais e os restantes da província e de zonas rurais. Neste tipo encontra-se o maior número de pessoas com um curso superior, 76 indivíduos (75,2%). Mais de metade dos inquiridos – 52 – (51,5%) conseguiu manter o seu estatuto profissional e para 3 deles (3,0%) foi possível uma melhoria no seu estatuto profissional; contudo, 46 (45,5%) regrediram profissionalmente.

Tipo IV: *Vencedores*. Resposta: “*Tenho tido oportunidades novas; comecei algo novo; já consegui mais do que tinha antes da emigração*”. É um grupo constituído por 138 inquiridos ligeiramente mais velhos, com idade média de 44,9 anos. A distribuição por géneros é equitativa: 70 (50,7%) são mulheres e 68 homens. É o grupo com maior número de inquiridos vindos das capitais dos seus países: 54 pessoas (39,1% do grupo), enquanto os restantes 84 vieram das cidades de província e zonas rurais. Mais de metade dos imigrantes do grupo – 96, correspondendo a 69,6% - tem uma educação superior. 67 inquiridos deste tipo (48,6%) conseguiram trabalho em Portugal correspondente ao seu estatuto profissional de origem, enquanto 53 (38,4%) o pioraram, ocupando posições no mercado de trabalho inferiores à sua situação pré-migratória. Contudo, é de sublinhar que é neste tipo que se encontra a maior parte dos inquiridos que conseguiram melhorar o seu estatuto profissional em Portugal (18, 13,0% do tipo), dos quais a maioria são homens (11, contra 7 mulheres).

Passamos em seguida a analisar os cruzamentos estatisticamente significativos entre estes tipos e as variáveis sociográficas pertinentes. Começamos por notar que, embora haja alguma sobre-representação feminina no tipo I (*Inadaptados*) e correspondente sub-representação em todos os restantes, não existe associação significativa sequer ao nível de 90%, pelo que nos coibimos de a analisar.

Os Quadros 5.24 e 5.24A (abaixo) mostram as diferenças significativas entre as várias formas de adaptação à sociedade portuguesa, segundo os quatro escalões etários considerados nesta pesquisa.

Quadro 5.24

Tipos de adaptação segundo a idade

Idade (anos)	I		II		III		IV		NS/NR		Total resp.	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
36-40	12	35,3	27	18,6	43	42,6	26	18,8	7	1,6	108	25,8
41-45	14	41,2	69	47,6	34	33,7	60	43,4	9	2,0	177	42,3
46-50	5	14,7	31	21,4	16	15,8	25	18,1	8	1,8	77	18,4
>50	3	8,8	18	12,4	8	7,9	27	19,6	6	1,3	56	13,5
Total	34	100	145	100	101	100	138	100	30	6,7	418	100

Quadro 5.24A

Tipos de adaptação segundo a idade

Diferença entre valores observados e valores esperados nas respostas expressas, em percentagem do total de respostas expressas por grupo etário

Idade (anos)	I	II	III	IV
36-40	3,0	-9,7	15,7	-8,9
41-45	-0,2	4,3	-5,0	0,9
46-50	-1,6	5,6	-3,4	-0,5
>50	-2,8	-2,5	-9,9	15,2

 $p < 0,001$

Os resultados evidenciam diferenças estatisticamente significativas entre os grupos etários. Assim, os mais jovens tendem a definir-se mais como tendo uma situação estabilizada e a recusar verem-se como *Lutadores* ou como *Vencedores*, em contraste com os dois grupos entre os 41 e os 50 anos, que tendem mais a ver-se como *Lutadores* e a rejeitar que tenham estabilizado numa situação equivalente à pré-migratória. São os mais velhos, com mais de 50 anos, que tendem a ver a sua adaptação como *vitoriosa* e a rejeitar todas as outras definições, especialmente a de *estabilidade* entre as situações pré- e pós-migratória.

No Quadro 5.25 são apresentados tipos de adaptação dos imigrantes segundo o nível da sua instrução:

Quadro 5.25

Tipos de adaptação segundo o nível de instrução

Nível de instrução	I	II	III	IV	Total
Secundário completo	10	12	9	13	44
Curso tecnológico	7	33	4	15	59
Curso médio	7	32	12	14	65
Curso superior	10	68	76	96	250
Total	34	145	101	138	418

O teste estatístico do cruzamento dos tipos de adaptação dos indivíduos da amostra com os seus níveis de instrução deu origem ao Quadro 5.25A

Quadro 5.25A

Tipos de adaptação segundo o nível de instrução

Diferença entre valores observados e esperados em percentagem do total de respostas expressas no nível de instrução

Níveis de instrução	I	II	III	IV
Secundário completo	14,6	-7,4	-3,7	-3,5
Curso tecnológico	3,7	21,2	-17,4	-7,6
Curso médio	2,7	14,5	-5,7	-11,5
Curso superior	-4,1	-7,5	6,2	5,4

$p < 0,001$

Os inquiridos com os níveis de instrução menos elevados e médios tendem a ver-se mais como *Inadaptados* (no caso dos detentores do Ensino Secundário) ou *Lutadores* (no caso dos detentores do Ensino Tecnológico e de Curso Médio), em todos os casos em detrimento da auto-percepção como *Estabilizados* ou *Vitoriosos*, com intensidade variável. Os detentores de Ensino Superior, pelo contrário, tendem mais a classificar-se como *Estabilizados* ou *Vitoriosos*, afastando-se dos outros dois tipos.

5.4.1. A mobilidade ocupacional

Os imigrantes alvo deste estudo exerciam diversas profissões nos seus países de origem. Ao deslocarem-se para Portugal, devido a um conjunto de factores, de que ressaltam a diferença de língua, a dificuldade de obtenção de equivalências académicas e profissionais e as diferenças de competências inerentes a cada categoria profissional entre o seu país de origem e o país de acolhimento, tiveram que procurar integrar-se no mercado de trabalho português, com as dificuldades que se poderão adivinhar. No

questionário pretendeu-se tomar conhecimento sobre estes factos, ainda que não em profundidade, pois não é esse o objectivo do estudo, solicitando aos imigrantes inquiridos que indicassem as profissões que exerciam quando abandonaram os seus países e quais a que exerciam na altura em que respondiam ao questionário em Portugal.

Uma vez que as respostas a estas questões eram abertas, surgiu uma infinidade de profissões e ocupações profissionais que foi necessário agrupar de molde a poder produzir uma imagem mais nítida das situações referentes a esta variável, tomando como base a Classificação Nacional (portuguesa) das Profissões (CNP), apesar de se saber que a correspondência entre a situação laboral e profissional lá, nos países de origem, não é exactamente a mesma que a existente neste país. Foi então necessário, tendo em conta o desdobramento existente das categorias na CNP, uma inclusão das profissões citadas pelos imigrantes nas categorias dessa classificação. Esse facto, não permitindo uma descrição completamente rigorosa da situação, possibilitou contudo conhecer alguns aspectos relevantes para compreender os fenómenos que estão a ser estudados.

Já há algum tempo que a migração não é vista como processo predominantemente masculino e os estudos de género contribuíram para clarificar, descrever, sublinhar e especificar as diferenças e semelhanças entre eles (Padilla, 2007). Isso fez com que se optasse por realizar uma análise com base no género, que permitiu verificar a existência de situações bem diversas em termos de cada um dos géneros considerados.

O Quadro 5.26 (abaixo) apresenta a mobilidade ocupacional dos homens e das mulheres da amostra. Tanto para o género masculino como para o feminino, o facto mais relevante é o de se verificar a existência de uma situação socioprofissional centrada na categoria 2 –“ Quadros Superiores....”, no país de origem e a observação de um processo de mobilidade no sentido negativo, descendente, ou seja uma transferência para as categorias 7, 8 e 9 em Portugal.

Quadro 5.26

Mobilidade ocupacional da amostra

Mobilidade entre categorias profissionais entre a situação no país de origem (linhas) e a situação em Portugal (colunas)											
Geral (Homens+Mulheres)											
País de origem	Portugal										Total país de origem
Categorias	1	2	3	4	5	6	7	8	9	*	
1 Quadros Superiores da Administração, Dirigentes	4	1	2	3	2	0	0	1	1	0	14
2 Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	2	58	42	4	8	0	31	6	39	9	199
3 Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	7	17	23	0	8	0	4	5	36	0	100
4 Pessoal Administrativo e Similares	0	2	2	0	1	0	5	1	4	7	22
5 Pessoal dos Serviços e Vendedores	1	0	0	0	4	0	6	10	19	0	40
6 Agricultores e Trabalhadores da Agricultura e Pescas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
7 Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	0	0	0	0	3	0	25	5	7	1	41
8 Operadores de Instalações e Máquinas da Montagem	2	0	0	6	1	0	4	8	4	0	25
9 Trabalhadores Não Qualificados	0	0	0	0	0	0	2	0	1	1	4
*Desempregados	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	3
Total Portugal	16	78	69	13	27	0	77	36	114	18	448

A mesma análise realizada individualmente para cada género permitiu verificar a existência de situações quantitativamente semelhantes de mobilidade descendente, embora com diferenças qualitativas quanto ao conteúdo dessa mobilidade, nomeadamente a concentração das mulheres na categoria ocupacional de empregadas domésticas

Quadro 5.27

Mobilidade de homens da amostra

Homens											
País de origem	Portugal										Total país de origem
Categorias	1	2	3	4	5	6	7	8	9	*	
1 Quadros Superiores da Administração, Dirigentes	0	1	2	2	0	0	0	1	0	0	6
2 Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	2	16	23	2	2	0	27	6	8	4	90
3 Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	1	2	9	0	4	0	4	5	2	0	27
4 Pessoal Administrativo e Similares	0	0	2	0	0	0	5	1	0	1	9
5 Pessoal dos Serviços e Vendedores	0	0	0	0	1	0	3	10	1	0	15
6 Agricultores e Trabalhadores da Agricultura e Pescas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
7 Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	0	0	0	0	2	0	21	5	3	1	32
8 Operadores de Instalações e Máquinas da Montagem	2	0	0	6	0	0	4	6	0	0	18
9 Trabalhadores Não Qualificados	0	0	0	0	0	0	2	0	1	1	4
*Desempregados	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	3
Total Portugal	5	19	36	10	9	0	66	34	18	7	204

Quadro 5.27A

Dinâmica das categorias profissionais dos homens em Portugal (%)

Categoria Profissional do país de origem		1	2	3	4	5	*
H	Nº	6	90	27	9	15	3
	%	2,9	44,1	13,2	4,4	7,4	1,5
Transferência para as Categorias 7, 8 e 9	Nº	1	41	11	6	14	3
	%	16,8	45,5	40,7	66,6	93,3	100,0

No caso dos indivíduos do sexo masculino, o facto mais saliente é a transferência significativa dos indivíduos à partida incluídos na categoria 2, que em termos relativos equivale a cerca de 45% dos efectivos da categoria na origem. Pode-se

observar também, nos Quadros 5.27 e 5.27A que o movimento se registou fundamentalmente em direcção às categorias 7,8 e 9. A categoria donde provêm mais trabalhadores destas categorias, em termos absolutos, é a 2, revelando aqui também uma forte mobilidade descendente. Cerca de 57% eram indivíduos exercendo profissões das categorias 2 e 3 e cerca de 27% nas categorias 7,8 e 9, no seu país de origem, e em Portugal esta situação inverteu-se, passando a ser respectivamente, 27% e 57,8%.

Relativamente às mulheres, no Quadro 5.28 pode-se observar a existência de uma mobilidade descendente ao nível das categorias profissionais, havendo contudo, a destacar um fenómeno que é particular neste grupo de imigrantes.

Quadro 5.28

Mobilidade ocupacional das mulheres da amostra

Mulheres											
País de origem	Portugal										Total país de origem
Categorias	1	2	3	4	5	6	7	8	9-D	*	
1	4	0	0	1	2	0	0	0	1	0	8
2	0	42	19	2	6	0	4	0	31	5	109
3	6	15	14	0	4	0	0	0	34	0	73
4	0	2	0	0	1	0	0	0	4	6	13
5	1	0	0	0	3	0	3	0	18	0	25
6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
7	0	0	0	0	1	0	4	0	4	0	9
8	0	0	0	0	1	0	0	2	4	0	7
9	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
*	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total Portugal	11	59	33	3	18	0	11	2	96	11	244

*- Desempregadas; D – empregadas domésticas

A subcategoria da categoria 9, designada por Domésticas, que são pessoas que prestam serviços domésticos ao domicílio assume um expressivo relevo uma vez que atinge cerca de 35% dos imigrantes do sexo feminino. Analisando-se mais em pormenor a mobilidade que conduziu a esta distribuição, pode-se verificar no Quadro 5.28A que

69% das empregadas domésticas provêm das categorias 2 e 3 (especialistas das profissões intelectuais e científicas; técnicas e profissionais de nível intermédio), o que configura uma acentuada mobilidade profissional descendente, também no caso das mulheres.

As categorias de onde se regista uma mais expressiva transferência em termos absolutos são as 2 (30 das quais, 27,5%, do total, se tornaram empregadas domésticas), 3 (28, 33,3%) e 5 (17, 68%), e em termos relativos à categoria de partida, são as categorias 5, 7 e 8, estas últimas com muito menores números absolutos mas com 44,4% e 57,1% das suas efectivas no país de origem a virem ocupar-se em Portugal como empregadas domésticas, respectivamente. De notar que não existiam na amostra mulheres imigrantes que exercessem essa profissão no país de origem, nem tão pouco que se incluíssem na categoria 9 da CNP.

Quadro 5.28A

Categoria profissional de onde provêm Domésticas (%)

Categoria Profissional nos países de origem		1	2	3	4	5	7	8	9	10 *
M	N	8	109	73	13	25	9	7	0	0
	%	3,3	44,7	29,9	5,3	10,2	3,7	2,9	0,0	0,0
Nº de mulheres que passaram a empregadas domésticas provenientes das respectivas categorias		1	30	28	0	17	4	4	0	0
% das empregadas domésticas		1,2	35,7	33,3	0,0	20,2	4,8	4,8	0,0	0,0
% de transferência da categoria		12,5	27,5	38,3	0,0	68,0	44,4	57,1	0,0	0,0

O Quadro 5.29 (abaixo) resume as trajectórias em três tipos de mobilidade ocupacional: ascendente, estável¹³⁷ e descendente, sem que se verifiquem diferenças estatisticamente significativas entre os dois sexos no claro predomínio das trajectórias descendentes.

¹³⁷ Para efeitos desta classificação, considerámos como relativamente “estáveis” as trajectórias de mobilidade entre as categorias 1,2 e 3; 4,5 e 6; 7,8 e 9.

Quadro 5.29

Tipos de trajetórias ocupacionais pós-migratórias, segundo o género

Género	Ascendente		Estável		Descendente		Total
	N	%	N	%	N	%	
Homens	26	12,7	54	26,5	124	60,8	204
Mulheres	26	10,7	69	28,3	149	61,1	244
Total	52	11,6	123	27,5	273	60,9	448

5.4.2. A adaptação dos imigrantes

Nesta secção, será desenvolvido um esforço no sentido para esclarecer a forma com se desenrolou o processo de adaptação em Portugal dos imigrantes da amostra. Toda a análise e estudo desenvolvidos estão organizados a partir do agrupamento dos indivíduos segundo quatro tipos de adaptação baseados na sua auto-percepção em relação a esse processo, exposto acima na secção 5.3.1, cruzados com outros diferentes dados extraídos das respostas ao questionário realizado. Entre os factores que contribuem para o processo de adaptação e, conseqüentemente, se reflectem na auto-avaliação que os imigrantes dele fazem, destaca-se a forma como foi, de certa forma, resolvida a sua situação profissional. Assim, perante o quadro que se traçou na subsecção anterior, torna-se fundamental evidenciar a influência da auto-percepção das trajetórias profissionais, articulando-as com as suas avaliações da situação em Portugal. Com esta intenção, procedeu-se ao cruzamento dos diferentes grupos formados com a mobilidade socioprofissional observada, tendo também em conta o género dos inquiridos.

Quadro 5.30

Tipos de adaptação segundo a percepção da mobilidade profissional

Situação profissional	I		II		III		IV		Total respostas		NS/NR		Total opinião N
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
Pior	26	76,5	93	64,1	46	45,5	53	38,4	218	52,2	13	5,6	241
Mantém	5	14,7	47	32,4	52	51,5	67	48,6	171	40,9	15	8,1	186
Melhor	3	8,8	5	3,5	3	3,0	18	13,0	29	6,9	2	6,5	31
Total	34	100,0	145	100,0	101	100,0	138	33,0	418	100,0	30	6,7	448

Quadro 5.30A

Tipo de adaptação segundo a percepção da mobilidade profissional

Diferença entre os valores observados e os valores esperados em percentagem do número de respostas expressas por tipo de adaptação

Situação profissional	I	II	III	IV
Pior	3,8	8	-3,1	-8,7
Mantém	-5,2	-7,2	6,2	6,2
Melhor	2,2	-17,4	-13,8	29,1

 $p < 0,001$

Como seria previsível, a maioria dos indivíduos do tipo I, designado de *Inadaptados*, equivalente a 76,5% do tipo, não consideram ter conseguido correspondência na sua inserção profissional em Portugal com a sua categoria profissional de origem, sentindo uma perda de estatuto profissional. Contudo, há 5 inquiridos que consideram ter conseguido uma inserção de acordo com a sua categoria profissional originária, ou seja, apresentam uma manutenção do seu estatuto profissional de origem. O questionário permitiu ainda verificar a presença de 3 indivíduos para quem, embora se apresentem como tendo conseguido uma melhoria na categoria profissional obtida, isso não chegou para alterar o quadro geral de adaptação ao país de acolhimento, que caracterizaram como “Não consigo me adaptar”. Com efeito, como se pode ver no Quadro 5.30A, esta percepção de inadaptação só é tendencialmente recusada pelos inquiridos que consideram ter mantido o estatuto profissional, e acha-se positivamente associada, embora de modo pouco saliente, tanto com a avaliação de degradação do estatuto profissional como com a de melhoria. Este facto pode levar a pensar na existência de outros factores explicativos, não se circunscrevendo à percepção da mobilidade profissional, que contribuíram para este sentimento de inadaptação.

O tipo, II, designado de *Lutadores*, apresenta a segunda proporção mais elevada de pessoas que consideram ter piorado o seu estatuto profissional, cerca de 64%, sendo menor o número de indivíduos que mantiveram a sua profissão de origem, cerca de 32%, e apenas cerca de 3% tenha dito ter melhorado o seu estatuto profissional. De facto, este tipo de adaptação só está positivamente associado com a auto-avaliação de perda de estatuto profissional. A sua auto-percepção do processo de adaptação poderá fazer supor que embora o seu posicionamento se tenha deteriorado, não terão perdido a

vontade de continuar a procurar melhorar o seu estatuto profissional e a sua posição social e económica.

No tipo III, *Estabilizados*, conta-se já menos de metade (45,5%) que consideram ter descido o seu estatuto socioprofissional. O que caracteriza este grupo é que mais de metade (51,5 %) se representa como tendo conseguido manter a sua categoria profissional. De facto, este tipo de adaptação só se encontra positivamente associado com a percepção de manutenção do estatuto profissional.

No tipo IV, designado de *Vencedores*, em contraste com os escassos números nos tipos anteriores, 13%, consideraram ter melhorado a sua situação profissional em Portugal e quase metade (48,6%) percebem ter conseguido manter o estatuto profissional adquirido no seu país de origem. De facto, este tipo de adaptação encontra-se positivamente associado tanto com a percepção de manutenção, quer, de modo mais forte, com a de subida do estatuto profissional. Ainda assim, há uma ampla minoria (38,4%) que se representou neste tipo, embora considerasse ter regredido no seu estatuto profissional. Deste modo, os dados levam-nos a pensar que embora objectivamente a maioria dos indivíduos deste tipo não considerem ter atingido resultados de mobilidade profissional que lhes permitissem considerar a sua trajectória como de sucesso, vários imigrantes manifestam uma opinião sobre a sua capacidade de adaptação na sociedade portuguesa que envolve outros critérios ou aspectos resultantes da vida pós-migratória.

Com a intenção de esclarecer esta não correspondência entre a auto-avaliação que os imigrantes fazem da sua adaptação e os seus fundamentos em termos de percepção da mobilidade profissional, foram testados dois tipos de critérios que poderiam influenciar a auto-avaliação dos inquiridos: sentimentais e materiais. No quadro 5.31 (abaixo) estão apresentadas as respostas que os inquiridos dos quatro tipos de adaptação deram quando foram confrontados com a questão: Que sentimentos surgiram e/ou fortaleceram durante a sua permanência em Portugal?

Em conformidade com a designação atribuída ao tipo I – *Inadaptados* – os indivíduos que fazem parte deste grupo não se mostram motivados nem pela esperança, nem pela confiança no futuro, pelo contrário, mais de 35% deles são dominados pelo sentimento de cansaço e indiferença.

Quadro 5.31

Os sentimentos que surgiram ou fortaleceram em Portugal

Tipo de adaptação	Cansaço, indiferença		Esperança		Confiança no futuro		Total grupo
	N	%	N	%	N	%	N
I	12	35,3	0	0	0	0	34
II	25	17,2	61	42,1	42	29,0	145
III	24	23,8	28	27,7	17	16,8	101
IV	0	0	73	52,9	90	65,2	138

Estes últimos sentimentos, de cansaço e indiferença já não prevalecem em grupos II *Lutadores* e III *Estabilizados* e estão mesmo ausentes entre inquiridos do grupo IV, designados como *Vencedores*. Os indivíduos deste último tipo de adaptação são portadores de sentimento de confiança (65,2% do grupo).

Quadro 5.31A

Os sentimentos que surgiram ou fortaleceram em Portugal

Diferença entre os valores observados e os valores esperados em percentagem do número de respostas expressas por tipo de adaptação

Tipo de adaptação	Cansaço, indiferença	Esperança	Confiança no futuro
I	83,6	-43,5	-40,1
II	3,1	4,1	-7,2
III	18,4	-3,0	-15,4
IV	-16,4	1,2	15,2

p<0,0000

Contudo, a análise das diferenças entre os valores observados e esperados entre tipos de adaptação permitiu verificar, com mais de 99% de probabilidade, que o tipo I - *Inadaptados* no seu posicionamento perante ao cansaço foram muito mais expressivos e também apresentaram diferenças importantes face á esperança e confiança no futuro, do que os indivíduos dos outros tipos de adaptação, nomeadamente os *Vencedores*. Enquanto a diferença entre *Estabilizados* e *Vencedores* aparece muito reduzida em todos os aspectos sobre os quais se pronunciaram.

Para testar a auto percepção dos inquiridos dos quatro tipos de adaptação do ponto de vista material foi-lhes colocada a pergunta: “Como é a sua vida em termos materiais?” Para tornar os resultados mais evidentes agruparam-se as respostas em duas categorias que designam diferentes níveis da situação material: “Abundante ou suficiente” que inclui respostas “Não me privo de nada” e “Tenho dinheiro suficiente” e “Escasso” que encerra respostas como “Tenho dinheiro só para o essencial” e “Tenho permanente falta de dinheiro”.

Quadro 5.32

Cruzamento de tipos de adaptação com situação material

Tipos de adaptação	Abundante ou suficiente		Escasso		Total de respostas	
	N	%	N	%	N	%
I	4	12,9	27	87,1	31	7,6
II	20	13,8	125	86,2	145	35,5
III	42	44,2	53	55,8	95	23,2
IV	69	50	69	50	138	33,7
Total	135	33,0	274	67,0	409	100,0

A maioria dos inquiridos responde à questão da sua situação material escolhendo a resposta que corresponde ao estado de “escassez”, são 67,0% dos que se pronunciaram. Os *Inadaptados* e os *Lutadores* apresentam a mesma estrutura das auto-avaliações: entre 12,9 e 13,8% dos que se pronunciaram nos respectivos grupos sentem-se confortáveis com a sua situação financeira e os restantes, entre 86,2 a 87,1% – queixam-se da escassez do dinheiro. Uma situação semelhante é identificada entre os *Estabilizados* e *Vencedores*, onde aproximadamente metade dos respectivos grupos encontra-se em cada uma das situações.

Contudo, a análise das diferenças entre os valores observados e esperados entre tipos de situação material, expostas no quadro 5.32. A (abaixo), permitiu verificar, com uma grande probabilidade, que os tipos I- *Inadaptados*, II-*Lutadores* e IV-*Vencedores*, foram muito mais expressivos na sua avaliação da situação material e apresentaram diferenças importantes face a ambos os casos – abundancia e escassez - do que os indivíduos do tipo de adaptação III-*Estabilizados*; este último grupo aparece como estatisticamente menos significativo.

Quadro 5.32A

Duas situações materiais: abundante ou suficiente e escassa

Diferença entre os valores observados e os valores esperados em percentagem do número de respostas expressas por tipo de adaptação

Tipos de adaptação	Abundante ou suficiente	Escasso
I	-20,0	20,0
II	-19,2	19,2
III	11,2	-11,2
IV	17,0	-17,0

Com intenção de reforçar a argumentação dos imigrantes dos diferentes tipos de adaptação, cruzamos estes grupos com as posições que os indivíduos assumem perante a pergunta de aspecto mais amplo, uma vez que não são identificados os critérios de avaliação: “Como avalia a sua situação em Portugal?”. Para simplificar a análise, agrupámos as respostas relativas às 10 posições correspondentes à amplitude entre situação péssima e excelente, em 4 categorias intermédias, como ilustra o quadro 5.33.

Quadro 5.33

Como avalia a sua situação em Portugal?

Tipos de adaptação	Boa		Razoável		Má		Total do tipo	
	N	%	N	%	N	%	N	%
I	4	11,8	12	35,3	18	52,9	34	8,1
II	23	15,9	93	64,1	29	20,0	145	34,7
III	26	25,7	73	72,3	2	2,0	101	24,2
IV	54	39,1	83	60,2	1	0,7	138	33,0
Total	107	25,6	261	62,4	50	12,0	418	100,0

Os dados obtidos não deixam a dúvida que para a maioria esmagadora dos inquiridos (368 pessoas, 88% de todos os quatro tipos) a situação em Portugal não se apresenta como negativa. Entre 418 indivíduos abrangidos pelo agrupamento conforme o tipo de adaptação, mais do que um quarto (25,6%) avaliam a sua situação como “boa”. Contudo, uma avaliação negativa da sua situação em Portugal prevalece entre os indivíduos do tipo *Inadaptados* (52,9% do grupo), enquanto para os restantes tipos de adaptação a situação dominante é razoável: assim a avaliam 64,1% dos *Lutadores*, 72,3% dos *Estabilizados* e 60,2% dos *Vencedores*.

A análise das diferenças entre os valores observados e esperados entre tipos de adaptação, Quadro 5.33A (abaixo), permitiu verificar, que há diferenças estatisticamente significativas (para um nível de significância de 0,000) entre o tipo I - Inadaptados e outros grupos quanto a situações financeiras designadas como *razoável* e *má*.

Quadro 5.33A

Como avalia a sua situação em Portugal?

Diferença entre os valores observados e os valores esperados em percentagem do número de respostas expressas por tipo de adaptação

Tipos de adaptação	Boa	Razoável	Má
I	-13,8	-27,2	41,0
II	-9,7	1,7	8,0
III	0,1	9,8	-10,0
IV	13,5	-2,3	-11,2

p<0,0000

Outra questão parece pertinente para o problema que procuramos abordar é a existência ou não do sentimento de liberdade, sendo este visto como uma forma de satisfação. Com esta intenção realizou-se o cruzamento dos quatro tipos de adaptação com as respostas obtidas à pergunta: Sente-se uma pessoa livre em Portugal?

Quadro 5.34

Sente-se livre em Portugal?

Tipos de adaptação	Sim*		Não**		Total do tipo	
	N	%	N	%	N	%
I	12	40,0	18	60,0	30	88,2
II	129	89,0	16	11,0	145	100,0
III	99	98,0	2	2,0	101	100,0
IV	128	97,7	3	2,3	131	94,9
Total	368	90,4	39	9,6	407	100,0

A resposta *"Sim" compreende: "Sim" e "Mais sim do que não"

A resposta ** "Não" compreende: "Não" e "Mais não do que sim"

Os dados obtidos no quadro 5.34 mostram que no grupo I – *Inadaptados*- 60% dos imigrantes não se sentem livres em Portugal. Estes resultados contrastam com os já verificados no caso dos outros tipos de adaptação – os *Lutadores* mostram maior número de pessoas que se sentem livres – 89% e os outros tipos de adaptação apenas

ficam ligeiramente atrás - *Vencedores* com 97,7% e *Estabilizados* com 98%. É de sublinhar que a questão colocada não provocou dificuldade em responder às pessoas que se enquadram nos grupos do tipo II e III (responderam 100% do grupo), apenas no caso dos indivíduos dos grupos I (11,8% do tipo) e IV (5,1% do tipo) houve respostas que não entraram nas categorias de “Sim” ou “Não”.

Quadro 5.34A

“Sente-se livre em Portugal?”

Diferença entre os valores observados e os valores esperados em percentagem do número de respostas expressas por tipo de adaptação

Tipos de adaptação	Sim	Não
I	-50,3	50,3
II	-1,5	1,5
III	7,6	-7,6
IV	7,3	-7,3

A análise das diferenças entre os valores observados e esperados entre tipos de adaptação confirmou a diferença estatisticamente significativa (para um nível de significância de 0,000) entre o tipo I - *Inadaptados* e todos os outros grupos, face a ambas as respostas, *sim* e *não*.

Uma mesma interrogação foi feita aos imigrantes em relação ao seu país de origem, ou seja, “Sentiam-se livre no seu país?”

Quadro 5.35

Sente-se uma pessoa livre no seu país?

Tipos de adaptação	Sim		Não		Total	
	N	%	N	%	N	%
I	23	88,5	3	11,5	26	6,8
II	87	69,0	39	31,0	126	33,0
III	55	59,8	37	40,2	92	24,1
IV	127	92,0	11	8,0	138	36,1
Total	292	76,4	90	23,6	382	100,0

Os dados obtidos mostram que o grupo dos *Inadaptados*, ao contrário daquilo que foi verificado no caso do país de acolhimento, sentia-se maioritariamente livre no seu país de origem. O grupo dos *Vencedores* é único grupo que manteve os resultados manifestados em relação a Portugal, 92% dos indivíduos sentiam-se igualmente livre em ambos os contextos. No caso dos grupos II e III a situação difere, apenas metade dos *Lutadores* e 67% dos *Estagnados* partilharam o sentimento de liberdade.

O cálculo da diferença entre valores observados e esperados, do quadro 5.31.A permite verificar que há diferenças estatisticamente significativas (para um nível de significância de 0,000) entre o tipo II - *Lutadores* e outros grupos quanto a confirmação e a negação do sentimento de liberdade

Quadro 5.35A

Sente-se uma pessoa livre no seu país?

Diferença entre os valores observados e os valores esperados em percentagem do número de respostas expressas por tipo de adaptação

Tipos de adaptação	Sim	Não
I	12,0	-12,0
II	-7,4	7,4
III	-16,6	16,6
IV	15,6	-15,6,

Atribui-se a cada uma das respostas colocadas nos quadros 5.34 e 5.35 um “peso”: a cada resposta favorável o peso 1 e a cada resposta desfavorável o peso 0. Assim obtivemos o seguinte resultado em contexto de Portugal e de país de origem para 407 pessoas que deram uma resposta relativamente ao sentimento de liberdade:

Quadro 5.36

Matriz de sentimento de liberdade em contextos de Portugal e país de origem

Cá	Lá	Total	
		N	%
1	1	284	70,0
0	0	18	4,0
0	1	20	5,0
1	0	85	21,0

O quadro evidencia que os inquiridos que deram a resposta, na sua maioria, (70% das respostas), sentem-se livres tanto cá como lá. Desta forma, parece lógico pensar que essas pessoas, nos seus países de origem dispunham dos requisitos de socialização que lhes permitiam realizar a sua vida sem se sentirem oprimidos¹³⁸.

¹³⁸ Também sabemos que a necessidade de liberdade, em contraste com as necessidades fisiológicas, é induzida pela sociedade e sua elite, e a maioria simplesmente não sente qualquer desconforto por falta de

Também cá, essa socialização permitiu-lhes um grau de adaptação que os leva a sentirem-se livres neste novo contexto. Este resultado permite que se questione até que ponto a socialização os marcou de forma definitiva, usando a seguinte pergunta: “O que preferia ter se pudesse escolher?”

Quadro 5.37

Orientação para o trabalho, segundo os tipos de adaptação

O que preferia ter, se pudesse escolher?

Tipos de adaptação	Salario pequeno e tempo livre		Salario pequeno garantido e confiança no futuro		Trabalhar bastante, mas ganhar bem, mesmo sem garantias especiais no futuro		Ter negócio próprio, mantê-lo por sua conta e risco		Total de respostas
	N	%	N	%	N	%	N	%	
I	4	11,8	27	79,4	3	8,8	0	0	34
II	0	0	114	79,7	5	3,5	24	16,8	143
III	0	0	54	59,3	2	2,2	34	37,4	91
IV	0	0	66	47,8	12	8,7	60	43,5	138
Total	4	1,0	261	64,4	22	5,4	118	29,1	405

Os dados mostram que o grupo dos *Inadaptados* foi o único em que nenhum dos inquiridos preferisse ter um negócio próprio e mantê-lo por sua conta, correndo os consequentes riscos. Em todos os outros grupos de adaptação regista-se a presença de indivíduos cuja preferência passa por essa forma de actividade económica: de 16,6% nos *Lutadores* até 43,5% nos *Vencedores*, com 33,7% nos *Estabilizados*.

Quadro 5.37A

Diferença entre os valores observados e os valores esperados em percentagem do número de respostas expressas por tipo de adaptação

Tipos de adaptação	Salario pequeno e tempo livre	Salario pequeno garantido e confiança no futuro	Trabalhar bastante, mas ganhar bem, mesmo sem garantias especiais no futuro	Ter negócio próprio, mantê-lo por sua conta e risco
I	10,8	15,0	3,4	-29,1
II	-1,0	15,3	-1,9	-12,4
III	-1,0	-4,4	-3,2	8,6
IV	-1,0	-16,6	3,3	14,3

liberdades civis no país. Vários estudos realizados nos países da ex-URSS mostram como atitude ambígua dos povos perante a liberdade sustenta esta tese (Shlyapentokh, 2006).

$$p < 0,001$$

Como o propósito deste estudo é o de testar as alterações nas características identitárias “herdadas” pelos imigrantes da ex-URSS, da sua experiência da vida e da socialização socialista, apresenta-se como pertinente analisar as suas opiniões sobre o fim do regime socialista a partir do tipo da sua adaptação em Portugal.

Quadro 5.38

Valorização do regime soviético, segundo os tipos de adaptação
“Seria melhor se tudo permanecesse como era antes de 1985?”

Tipos de adaptação	Discordo*		Concordo**		Total respostas	
	N	%	N	%	N	%
I	17	73,9	6	26,1	23	6,3
II	65	51,6	61	48,4	126	34,7
III	73	83,9	14	16,1	87	24,0
IV	96	75,6	31	24,4	127	35,0
Total	251	69,1	112	30,9	363	100,0

A resposta “Discordo”* compreende “discordo” e “discordo totalmente”

A resposta “Concordo”** compreende “concordo” e “concordo totalmente”

Todos os inquiridos que deram uma resposta (com diferentes percentagens, mas nunca abaixo de 51%) não consideram que a preservação do sistema soviético seria melhor. No grupo dos *Estabilizados* encontra-se o maior número dos que manifestaram o desacordo com a manutenção do sistema – 83,9%. A percentagem das pessoas com essa opinião diminui ligeiramente nos grupos I – *Inadaptados* e IV – *Vencedores*, enquanto no grupo II – *Lutadores* as opiniões dividiram-se de forma praticamente igual entre as que valorizam e as que desvalorizam o regime (51,6 – 48,4%). Vale a pena lembrar que foi designado assim o grupo de pessoas que caracterizam a sua adaptação como “*Agarro qualquer trabalho, tudo para garantir uma vida razoável para a minha família*”.

Teste estatístico dos dados obtidos no quadro 5.38. A mostra que só os Lutadores é que mantêm uma tendência maior para a valorização positiva da URSS. Isso distingue-os dos Inadaptados, que tendem a rejeitar o regresso ao passado.

Quadro 5.38A

Valorização do regime soviético, segundo os tipos de adaptação

“Seria melhor se tudo permanecesse como era antes de 1985?”

Diferença entre os valores observados e os valores esperados em percentagem do número de respostas expressas por tipo de adaptação

Tipos de adaptação	Discordo	Concordo
I	4,8	-4,8
II	-17,5	17,5
III	14,7	-14,7
IV	6,5	-6,5

$p < 0,001$

Para fortalecer a informação adquirida, realizou-se um cruzamento entre os diferentes tipos de adaptação e argumentação a favor da preservação do sistema soviético.

Quadro 5.39

Se concorda porquê?

Tipos de adaptação		País forte	Havia ordem	Melhores relações pessoais	Confiança no futuro	Sem desigualdade	Preocupavam-se com cultura	Vida interessante	Total respostas
I	N	11	9	6	6	3	4	7	46
	%	23,9	19,6	13,0	13,0	6,5	8,7	15,3	100,0
II	N	44	24	45	47	13	45	50	268
	%	16,4	9,0	16,8	17,5	4,9	16,8	18,7	100,0
III	N	14	11	9	12	9	9	18	82
	%	17,1	13,4	11,0	14,5	11,0	11,0	22,0	100,0
IV	N	10	17	11	16	0	5	26	85
	%	11,8	20,0	12,9	18,8	0	5,9	30,6	100,0
Tota l	N	79	61	71	81	25	63	101	481

O Quadro 5.39 evidencia que o argumento que reuniu mais votos, aparentemente sem nenhuma carga ideológica ou política – é “vida mais interessante e alegre” - cerca de um quinto das respostas escolhidas. Vista sob a perspectiva dos tipos de adaptação,

esta resposta foi mais popular para os indivíduos do tipo II – *Lutadores*, do tipo III *Estabilizados* e do tipo IV – *Vencedores*, enquanto as pessoas do tipo I – *Inadaptados* deram mais valor ao argumento “País forte”. Outro argumento que reuniu muitas preferências dos inquiridos foi a questão da confiança no futuro. Neste caso a distribuição pelos tipos de adaptação evidenciou a “liderança” dos *Vencedores* (18,8% optaram por este argumento), seguidos por *Lutadores*, com 17,5% de respostas, enquanto *Inadaptados* e *Estabilizados* importam-se menos com este princípio fundamental do socialismo (13,0 e 14,5% respectivamente). O argumento menos preferido pelos inquiridos foi o de “não haver desigualdades” – também um dos postulados fundamentais do socialismo: esta questão não suscitou interesse dos indivíduos do tipo IV – *Vencedores* e um interesse pouco significativo entre os inquiridos dos outros tipos de adaptação (de 4,9% nos *Lutadores* a 11% nos *Estabilizados*). O segundo argumento menos escolhido foi outra aposta do socialismo – a ordem. Os tipos de adaptação que valorizam mais esta conquista do *antigo regime* são os *Vencedores* (20% do grupo) e os *Inadaptados* (19,6%).

Da mesma forma, reunimos os argumentos manifestados pelos diferentes tipos de adaptação contra a manutenção do regime soviético no Quadro 5.40.

Quadro 5.40

Se de alguma forma discorda, indique porquê?

Tipos de adaptação		Isolamento cultural e informativo	Pobreza e falta de bens e produtos	Sem alternativas políticas	Sem possibilidade de ganhar dinheiro	Sem liberdade de expressão e de circulação	Vida monótona e sem perspectiva	Total
I	N	12	16	13	5	8	0	54
	%	22,2	29,6	24,1	9,3	14,8	0	100,0
II	N	51	60	48	35	61	13	268
	%	19,0	22,4	17,9	13,1	22,8	4,8	100,0
III	N	19	28	31	15	77	9	179
	%	10,6	15,6	17,3	8,4	43,1	5,0	100,0
IV	N	31	24	57	9	39	4	164
	%	18,9	14,6	34,8	5,5	23,8	2,4	100,0
Total	N	113	128	149	64	185	26	665

O argumento que reuniu maior número de concordância, foi a impossibilidade de livre circulação para fora de país e de liberdade de expressão (27,8% das respostas). Levando em conta que a maioria dos inquiridos se sentia livre nos seus países de origem, lógico será supor que neste argumento os indivíduos referem mais a impossibilidade de circulação, do que a de expressão livre. Na argumentação contra o sistema soviético, os quatro tipos de adaptação mostraram algumas diferenças. Assim,

os *Inadaptados* lamentam antes de mais a pobreza e falta de bens e produtos (29,6% das respostas) e com menor adesão, falta de alternativas políticas (24,1%) e o isolamento cultural e informativo (22,2% do grupo). São também únicos que não consideraram a questão de perspectiva da vida. Os *Lutadores* lamentam mais a falta de liberdade de circulação (22,8%) e de bens e produtos (22,4%), enquanto 43,1% do grupo dos *Estabilizados* indicam a impossibilidade de circulação como problema principal. Os indivíduos do tipo da adaptação designada como *Vencedores* (34,8% do grupo), são que lamentam mais as limitações políticas do regime soviético.

Para completar a análise que visa procurar as alterações nas preferências valorativas dos inquiridos pareceu-nos oportuno testar as preferências dos indivíduos com diferentes tipos de adaptação em Portugal face a alguns pilares em que assentava o modelo político e organizacional do sistema soviético, susceptíveis de se tornarem resistentes ou se desvalorizarem no contexto da sociedade de acolhimento com um modelo político diferente.

No Quadro 5.41 são apresentados os resultados obtidos do cruzamento entre tipos de adaptação e as respostas a pergunta “Um bom líder pode dar mais do que uma boa lei?”, a qual responderam 386 indivíduos da amostra.

Quadro 5.41

Liderança forte vs Estado de direito

Um bom líder pode dar mais do que uma boa lei?

Tipos de adaptação	Discordo		Concordo		Total
	N	%	N	%	
I	7	26,9	19	73,1	26
II	26	19,5	107	80,5	133
III	45	45,9	53	54,1	98
IV	30	23,3	99	76,7	129
Total	108	28,0	278	72,0	386

Verifica-se que a maioria dos inquiridos (72% dos que responderam) concorda com a questão, acreditando na liderança mais do que na lei. O resultado visto a partir dos tipos de adaptação mostra que o nível mais elevado de concordância para o conjunto de quatro tipos de adaptação é no grupo dos *Lutadores*; 80,5% dos que deram a resposta concordam com a afirmação que um bom Líder forte é mais importante do que uma boa lei. Uma tendência mantém-se em todos os outros tipos de adaptação, menos o dos *Estabilizados*, cujas opiniões quês se dividem entre concordância e desacordo. No

quadro 5.41A que segue são apresentados os índices de significância estatística considerando as respostas expressas por tipo de adaptação.

O quadro evidencia que só os *Estabilizados* tendem claramente mais a optar pela “boa lei” contra a “liderança forte”. Nos outros tipos de adaptação as diferenças aos valores esperados são proporcionalmente baixas. Os *Lutadores* tendem um pouco mais a preferir a liderança forte, mas a diferença percentual é pequena.

Quadro 5.41A

Liderança forte vs Estado de direito

Um bom líder pode dar mais do que uma boa lei?

Diferença entre os valores observados e os valores esperados em percentagem do número de respostas expressas por tipo de adaptação

Tipos de adaptação	Discordo	Concordo
I	-1,1	1,1
II	-8,4	8,4
III	17,9	-17,9
IV	-4,7	4,7

$p < 0,00$

Outra interrogação, que visa identificar a hierarquia das preferências dos inquiridos, surge do cruzamento dos tipos de adaptação com a contraposição da segurança material e os direitos políticos, é apresentada no Quadro 5.42

Quadro 5.42

Bem-estar material vs Democracia

(Concorda que)“Em primeiro lugar é preciso alcançar o bem-estar material e depois pensar na democracia”

Tipos de adaptação	Discordo		Concordo		Total
	N	%	N	%	
I	13	65,0	7	35,0	20
II	37	27,8	96	72,2	133
III	45	52,3	41	47,7	86
IV	61	47,3	68	52,7	129
Total	156	42,4	212	57,6	368

O Quadro 5.42 mostra que apesar da maioria dos indivíduos que deram a resposta “Concordo”, ou seja, que acreditam que o bem-estar precisa de ser alcançado antes das mudanças democráticas, a diferença entre posições opostas não é marcante (57,6 contra 42,4%). As opiniões entre os grupos dividiram-se: os *Lutadores* tendem concordar em número mais alto do que todos os outros grupos com a questão colocada a

favor do bem-estar material (72,2% das respostas do tipo), enquanto os indivíduos do grupo de *Inadaptados* foram que concordaram menos (35,0%). Este último resultado é particularmente interessante, visto que os *Inadaptados* foram os que mais lamentaram a pobreza material e a falta de bens e produtos existentes na sociedade soviética, ultrapassando o grupo de *Lutadores* (29,6 contra 22,4%, quadro 5.40). No quadro 5.42A são apresentados os índices de significância estatística considerando as respostas expressas por tipo de adaptação.

Quadro 5.42A

Bem-estar material vs Democracia

(Concorda que) “Em primeiro lugar é preciso alcançar o bem-estar material e depois pensar na democracia”

Diferença entre os valores observados e os valores esperados em percentagem do número de respostas expressas por tipo de adaptação

Tipos de adaptação	Discordo	Concordo
I	22,6	-22,6
II	-14,6	14,6
III	9,9	-9,9
IV	4,9	-4,9

$p < 0,001$

O quadro mostra diferenças significativas entre tipos de adaptação face a questão de Bem-estar material vs Democracia: os *Inadaptados* (e em menor proporção os *Estabilizados* e os *Vitoriosos*) tendem mais a afastar-se da concordância, enquanto os *Lutadores* são os únicos que tendem significativamente concordar e preferir a segurança material aos direitos políticos, ou seja, subsistem semelhanças com o padrão soviético.

5.5. Conclusão

Este capítulo analisou os dados obtidos no inquérito tomando como referência os dois propósitos da investigação enunciados:

1. Identificar o perfil das características identitárias dos indivíduos da amostra, com base nos valores e preferências consistentes com o “padrão soviético” ou dele divergentes;

2. Entender que significados assumem estas características para diferentes tipos de imigrantes originários da ex-URSS.

Além da exploração descritiva de várias orientações dos inquiridos face a valores e símbolos específicos, relativos ao poder e ao Estado, à história e à Nação, que haviam sido identificados na análise dos manuais escolares da disciplina de História como estruturantes do núcleo identitário do Homem Soviético transmitido pelo sistema de ensino, procurámos aferir mais sistematicamente as preferências axiológicas dos inquiridos em torno de indicadores estratégicos, “separadores de águas”: os valores da “segurança material” vs. “democracia”; “salário pequeno garantido” vs. “risco e empreendedorismo”; da segurança da “liderança forte” vs. um “Estado de direito”; viabilidade ou inviabilidade do sistema soviético (“responsabilização dos dirigentes” vs. “responsabilização do sistema”); e “valorização” vs. “rejeição” do sistema soviético face à situação presente.

Os resultados expostos apontam para uma centralidade de dois tipos de preferências compartilhadas pelos imigrantes inquiridos:

- Solicitados a responder de forma directa sobre o regime soviético, os inquiridos maioritariamente rejeitam-no, considerando incapaz, preferindo adoptar uma atitude de afastamento dos atributos e requisitos de um Estado associado à ideologia socialista e à dominação política, optam por substituí-los pelos factores de identificação tradicional, como o lugar de nascimento, a história, as tradições, etc., isentos de carga ideológica explícita mas, como vimos, profundamente incrustados na concepção identitária da Nação Soviética expressa nos manuais de História.

- Mas levados a posicionar-se face aos valores relacionados com aspectos fundamentais da sua vida, os indivíduos manifestam nas suas respostas uma predilecção pelos valores de base característicos da socialização socialista: enfatizam a segurança material, a estabilidade individual e colectiva, a ordem nacional, reservam um papel determinante aos líderes fortes para com quais nutrem sentimentos positivos, orgulham-se dos acontecimentos marcantes do percurso histórico socialista do seu país de origem.

No entanto, os grupos de indivíduos constituídos com base na idade diferem substancialmente na importância que atribuem aos valores testados. Assim, para os imigrantes com idade entre 41 e 45 anos (que, lembremos, são a classe etária com maior peso relativo na amostra), a tendência para aderir aos valores do padrão “soviético” é

surpreendentemente alta, enquanto para os outros grupos etários, os mais velhos (maiores de 46, com menor peso relativo na amostra e um menor nível de instrução) e principalmente o dos mais novos (36-40 anos), as prioridades axiológicas tendem mais a recair, ainda que não maioritariamente, sobre valores adversos ao perfil socialista. Como podemos compreender esta diferença nas prioridades?

O núcleo identitário dos indivíduos, aquele que nos permite falar de um certo padrão valorativo, é considerado menos controlável pelo indivíduo, já que depende das representações colectivas profundamente assumidas sobre as relações entre o individual e o social (Duveen & Lloyd, citados por Molpeceres, et al., 2005, p. 243) inculcadas através dos processos educativos, como é o caso da escola e da socialização familiar e comunitária. Portanto, é lógico procurar compreender as diferenças nas prioridades valorativas dos grupos dos inquiridos através desses processos. Este efeito não é o resultado de diferentes orientações da socialização escolar a que poderiam ter sido submetidos, uma vez que todos eles foram instruídos nas escolas da ainda União Soviética, cuja estabilidade nas orientações programáticas já sublinhámos.

Hipoteticamente, poder-se-á compreender esta diferença das preferências face ao socialismo soviético com base nas experiências de vida em diferentes períodos políticos e sociais na história da União Soviética em que ocorreu a sua socialização: o grupo mais novo não teve a experiência de vida do período de “*estagnação*” do socialismo soviético. As suas recordações estão relacionadas com situações e acontecimentos no seu país de origem quando as alterações políticas e sociais já tinham posto em causa a estabilidade do sistema e dos seus valores básicos, quando a propaganda pró-soviética, ou as tentativas da manutenção do regime provocavam o efeito oposto ao desejado. O grupo de inquiridos com idade entre 41 e 45 anos, pelo contrário, passou a infância e a adolescência ou seja, o período da sua escolarização e socialização comunitária, na época em que o socialismo soviético apresentava a sua forma mais pujante e estável, que por isso se afigurava como menos prejudicial em termos de liberdades individuais, com a propaganda política orientada para a formação de jovens com fortes valores ideológicos, mas elaborada e realizada de forma cada vez mais ténue. Ao mesmo tempo, estas pessoas concluíram a sua formação no período mais caótico dos primeiros anos de *Perestroika*, quando se assistiu a um processo de privatização selvagem, a enriquecimentos rápidos mas questionáveis, acontecimentos e comportamentos incompatíveis com os anos anteriores. Por seu lado, a experiência de vida dos grupos

dos mais velhos desenrolou-se sobretudo durante os períodos em que o regime soviético era mais fechado, com uma forte dicotomia entre URSS e o mundo capitalista, muito exigente do ponto de vista ideológico, quando provavelmente os desejos de libertação poderiam ser sentidos com maior intensidade. Possivelmente, esta experiência pré-migratória terá tido uma importância crucial para a construção da sua identidade e da sua maneira de ver o mundo.

Contudo, há no mínimo dois argumentos que reduzem a plausibilidade desta hipótese de compreensão das diferenças nas preferências valorativas dos grupos de idade através dos períodos políticos e sociais na história da URSS: 1) o facto de o grupo etário ser de apenas 5 anos, que é significativamente inferior à fase de estabilização; 2) apesar de existir uma vasta bibliografia repleta de afirmações teóricas sobre o padrão valorativo soviético, não existem estudos que relacionem a formação deste padrão com diferentes períodos históricos no percurso da União Soviética. De qualquer maneira os dados do inquérito realizado não permitem apurar estas questões ou apresentar uma explicação alternativa consistente, deixando para um trabalho posterior a percepção dos aspectos aqui não averiguados.

Outra hipótese complementar que poderia lançar alguma luz para a compreensão procurada é a socialização parental. No que diz respeito à socialização familiar, os investigadores, de modo incisivo, afirmam não haver diferença significativa entre os valores pessoais e os valores educativos dos pais; os pais tendem a incutir nos filhos metas e valores que consideram importantes para si mesmos (Kohn & Slomczynski; Whitbeck & Gecas, citados por Molpeceres, et al., 2005, p. 245). Assim, os pais dos indivíduos mais velhos da amostra eram pessoas que em princípio participaram na guerra e/ou conheceram directamente os processos que a acompanharam, os quais, pelo menos até à *Perestroika*, permaneciam como manchas brancas na mitologia histórica oficial. Esta experiência podia exercer uma influência significativa ao ponto de ser responsável, por exemplo, pela relativamente pouca importância que o grupo de maiores de 50 atribuiu à vitória na II Grande Guerra, em relação aos outros grupos etários.

Apesar da explicação dos resultados com base exclusivamente na socialização socialista parecer mais natural e esperada, outros aspectos da vida dos indivíduos inquiridos, nomeadamente a influência do contexto migratório, a sua adaptação ao país de acolhimento, revelam a sua importância e clarificam algumas mudanças de

identificação dessas pessoas, inseridos, para efeitos da análise, em quatro tipos ideais de adaptação.

Inadaptados – são indivíduos (na sua maioria mulheres) que pioraram a sua situação profissional, sentem-se cansados e sem esperança, com pouco dinheiro, a sua avaliação da vida em Portugal balança entre razoável e má, metade deles não se sente livre em Portugal, apesar de se sentirem livre no seu país. Também são relativamente menos instruídos e oriundos, maioritariamente, das zonas rurais e da província, com um clima social mais propício para a conservação do *status quo*. Não têm uma posição definida perante a questão do sistema soviético: aparentemente rejeitam o regime, mas aspiram à segurança material e às garantias salariais, valorizam a democracia mas também a ordem e estabilidade de outrora; lamentam a pobreza e a falta dos bens com que viveram, mas desejariam manter as garantias e a estabilidade no futuro.

Nas ciências sociais considera-se que a importância atribuída a um valor depende da facilidade da sua obtenção, assim como o bloqueio à expressão de um valor diminui a sua importância (Schwartz & Bardi, citados por Tamayo, 2005, p. 69). No entanto, quando se trata dos valores da segurança material, esta atribuição de preferencial de importância aos valores possíveis de serem alcançados não se aplica. Assim, quando estes valores se encontram bloqueados a sua importância relativa para o indivíduo aumenta, mas se eles são atingíveis facilmente, diminui. Segundo Inglehart (1991), os indivíduos que sofrem dificuldades financeiras e privações sociais, como parece ser o caso dos indivíduos do tipo designado *Inadaptados*, tendem a atribuir maior importância à segurança e à estabilidade, que neste caso remetem para as garantias de segurança e estabilidade, ainda que medíocres, do regime soviético.

Lutadores – estes indivíduos pioraram a sua situação profissional; contudo, a esperança prevalece entre os sentimentos que nutrem, e apesar de terem pouco dinheiro, avaliam a sua situação em Portugal como razoável com tendência para boa. Sentem-se totalmente livres em Portugal, enquanto metade deles não se sentia livre no seu país de origem. Apesar de se encontrarem divididos em relação ao desfecho do regime socialista, manifestam preferências fortemente consistentes com o “padrão soviético” e a sua orientação para as realizações futuras conquistadas pelo sacrifício do presente: valorizam garantias de salário e segurança, a sua *preocupação com a cultura e ciência*, e *confiança no futuro* assegurada por um *país forte* e um *bom líder*, acreditam no que a “vida era mais alegre”, com *melhores relações entre pessoas*, dos anos *dourados* do

socialismo. Apesar de se sentirem cansados, são portadores de esperança num futuro melhor em Portugal. Este perfil axiológico não lhes impede de mostrarem um certo interesse em arriscar num negócio próprio com esperança de ganhar dinheiro, talvez por considerarem um dos principais problemas do antigo regime: a falta de bens e a pobreza.

A hipótese que parece pertinente no caso deste tipo de adaptação, é que apesar de não manifestarem um corte, nem um grande afastamento dos valores tradicionais adquiridos durante a sua experiência quotidiana no contexto do socialismo soviético, os indivíduos mostram-se mais abertos às exigências do meio português, o que talvez constitua uma força complementar na sua adaptação e inserção socioeconómicas; a própria consistência de um conjunto de valores persistentes da sua socialização soviética poderá ser neste caso um factor de resiliência e adaptação face às dificuldades do novo ambiente, contrariamente ao tipo antecedente.

Estabilizados – talvez devido a sua alta instrução, mantiveram a sua situação profissional, que provavelmente exigiu um esforço acrescentado, acompanhado por um natural sentimento de cansaço, mas no balanço dos sentimentos provocados, prevalece o sentimento de esperança. Avaliam a situação material como razoável, tendendo para boa. Sentem-se livres neste país, contudo um terço não se sentia livre na URSS. É o grupo de pessoas que manifesta preferências mais fortemente adversas ao “padrão soviético”: rejeitam o regime, que acusam do isolamento cultural e informativo, da falta de liberdade de circulação e de alternativas políticas em que viveram; valorizam a democracia mais do que a liderança forte; mostram-se mais abertos a uma mudança na sua actividade económica no sentido do risco e da iniciativa. Tal como o tipo anterior, não negam que a URSS tenha sido um *país forte, sem desigualdade*, garante de *confiança no futuro* e fornecedor de uma *vida mais interessante* e com *melhores relações entre pessoas*. Contudo, é possível constatar que as preferências axiológicas destas pessoas dão sinais de um claro afastamento do padrão soviético em direcção aos valores individualistas, inerentes às sociedades capitalistas.

Vencedores – as pessoas deste grupo mantiveram a sua situação profissional, com uma tendência geral para um melhoramento. Cheios de esperança e confiança no futuro, cerca metade já considera possuir uma situação material relativamente abundante, o que lhes permite avaliar a sua situação geral como razoável com forte tendência para ser

boa. A esmagadora maioria sente-se livre tanto cá, como lá. Manifestam preferências adversas ao padrão socialista: rejeitam o regime socialista, não tanto devido à escassez material, como, principalmente, pelas suas limitações à iniciativa individual, à circulação, pela *falta de alternativas políticas* e pelo *isolamento informativo*. Lamentam a vida interessante e alegre que perderam, mas não acentuam preocupações com a desigualdade que emergiu com o seu fim. Orientam-se para alcançar recursos materiais graças a sua iniciativa nos negócios, mostrando já não ter medo de arriscar mesmo sem garantias no futuro. Este tipo parece manifestar um maior afastamento dos valores e atributos do sistema socialista e uma maior abertura para o mundo capitalista.

Capítulo VI

Conclusões

A história de um povo pode ser muito instrutiva. Ignorar a dimensão temporal da sua experiência política, económica e cultural ou vê-la de forma isolada é reforçar a tendência para imaginar o global como “uma combinação de retalhos desconexos” (Elias, 2002). Na realidade, a questão de como a dinâmica dos contextos económicos, políticos, culturais e dos processos que nestas áreas são gerados estão interligados entre si é importante para encontrar uma resposta satisfatória na investigação de um fenómeno social tão complexo como a identidade. Tendo como objectivo central analisar as alterações no núcleo identitário dos indivíduos socializados na ex-URSS e imigrantes em Portugal, a pesquisa agora finalizada evidenciou que a identidade dos ex-cidadãos soviéticos, uma vez construída, não é permanente, não perdura infinitamente, nem resiste completamente às mudanças do real social. Apesar de, em alguns aspectos essenciais, parecer bastante “adequada” nos seus contornos originais, como os que foram inculcados pelo processo da socialização e pela experiência de vida no contexto político e económico socialista; contudo, a diversidade da realidade social, a experiência de vivência em Portugal e o percurso de vida destes indivíduos, inevitavelmente provocaram neles variações e mudanças, no sentido de uma adaptação às diversas situações com que acabaram por se confrontar, na busca de um melhor futuro. A emergência dessas mudanças identitárias é considerada aqui como o resultado e ao mesmo tempo como um processo contínuo de modificação dos modos de identificação (individual e social), das opiniões e preferências, dos valores e consequentemente, comportamentos.

A complexidade do fenómeno da identidade, assim como da sua dinâmica, em que a intervenção de múltiplas variáveis torna difícil a sua compreensão estrita, fez com que fosse posta em relevo nas opções teóricas tomadas neste estudo a possibilidade de corresponderem às exigências da pesquisa, ou seja, à capacidade de interpretar, analisar e intervir na realidade que se pretende compreender através dessas teorias. Apesar de dar um destaque especial ao conceito de ideologia como uma noção matricial, uma ferramenta analítica fundamental para a explicação da emergência e da essência da identidade soviética, este não foi assumido nem considerado único; apenas, parafraseando Vermeulen (2010) “algo que explica mas também precisa de ser

explicado”, acentuando deste modo o carácter instrumental das interpretações teóricas deste trabalho. Estas revelaram-se apropriadas, na medida em que não só ofereceram algum esclarecimento acerca das interrogações colocadas neste estudo, como também que permitiram articular a influência da socialização socialista dos indivíduos da amostra com o quadro institucional que a originou, integrados num projecto comum – a construção de uma identidade soviética – que a URSS defendeu para os seus cidadãos durante o domínio do regime comunista.

Empiricamente o estudo incidiu sobre um grupo de ex-cidadãos da URSS que em diferentes períodos no tempo foram sujeitos ao mesmo processo de socialização escolar, sustentada em crenças, valores e numa “rede de significados” (Geertz) compartilhados e que, acredita-se, constituiu factor decisivo na formação do seu núcleo identitário, e que sofreu modificações quando os pressupostos do projecto social socialista foram abandonados. Neste trabalho procuramos perceber essencialmente dois aspectos.

Em primeiro lugar, tentámos encontrar no ensino ministrado durante o regime soviético a presença de uma proposta de identidade, analisar os seus postulados e descrever os seus aspectos essenciais, utilizando como material de análise os manuais de História vigentes na União Soviética nos anos 70-80 do século XX.

Em segundo lugar, procurámos compreender as alterações no núcleo identitário dos imigrantes da ex-URSS residentes em Portugal, ou seja, as alterações nas características estruturais da sua identidade absorvidas durante os processos da escolarização e socialização na União Soviética, tendo em conta as transformações políticas e sociais resultantes do colapso do sistema e da desintegração da URSS que os levaram à emigração, provocando a necessidade da adaptação ao meio sociocultural português.

Para respondermos à primeira interrogação, utilizámos a metodologia da análise de conteúdo aplicada aos manuais escolares de História, obrigatórios em todo o território da URSS, em vigor nos anos da escolarização dos indivíduos da amostra desta pesquisa. Esta análise permitiu pôr em evidência a proposta identitária soviética baseada num sistema único de valores *intemporais*, “com pretensões monistas e implicações colectivistas que a este [sistema] associam” (Berlin, 1998, p. 34) que tentou incrementar um único modo de pensar e um certo padrão de atitudes e condutas. Concentrámo-nos

em mostrar como a identidade soviética se encontra no cerne dos textos dos manuais e se afirma, a par com o nascimento e fortalecimento dos mitos do Estado Soviético, processos repletos de feitos classificados como extraordinários realizados pelos heróis da nação guiados pelos postulados ideológicos do comunismo ou pelos seus antepassados patrióticos. A adesão ao projecto soviético e a partilha da sua visão do mundo foram os aspectos que delinearam as fronteiras da identidade soviética.

Para respondermos à segunda interrogação, que é a traduz a questão central desta investigação, realizámos um inquérito por questionário que partiu da ideia de que “cada indivíduo é o *depositário* de disposições de pensamento, sentimentos e acções, que são produtos das suas experiências socializadoras múltiplas, mais ou menos duradouras e intensas, em diversos grupos e em diferentes formas de relações sociais” (Lahire, 2004, p. x). O questionário mobilizou, para a sua construção, as formulações da proposta identitária encontrada nos manuais de História e documentos oficiais da época em questão e todo o conhecimento sistematizado ao longo da pesquisa levada a cabo, visando traçar um quadro possível entre as actuais configurações das identificações dos indivíduos provenientes da ex-URSS e a presença que nela se fazem sentir as manifestações de cariz socialista. A sua análise permitir alcançar os seguintes resultados gerais:

O estudo da identidade dos imigrantes da ex-URSS permitiu identificar nas metas e nos objectivos gerais, nas preferências e orientações valorativas dos imigrantes, no seu sistema de referências e de avaliação, a combinação dos elementos da identidade herdada do passado soviético que perduram e das formas que surgiram em conflito com as novas exigências do meio com uma diferente racionalização económica e social. Estas formas mistas de permanência e de mudança, do antigo e do novo, da realidade estável que deixou de ser desejável e da instável que começou a ser valorizada, constituem uma característica específica das mudanças identitárias que foram postas em evidência neste trabalho de investigação.

Assim, independentemente das diferenças registadas entre os indivíduos da amostra, no que respeita à idade, à formação, à mobilidade profissional e ao tipo de adaptação ao país de acolhimento, é possível afirmar que a socialização soviética comum actua como um factor de coesão para este conjunto de população. Com uma notável homogeneidade e apesar das transformações e mudanças que sofreram, detecta-

se nela um sentido de “nós”, que se destaca na valorização positiva do seu país de origem, mas principalmente no plano temporalmente distante da realidade actual. A identificação com o grupo nacional de que já fizeram parte, ainda significa a sua vinculação com uma história comum, a sua participação na reprodução dos mitos colectivos, contribuindo assim para a manutenção da *tradição* desse grupo nacional já inexistente. Um exemplo disso é a convicção da grandiosidade do passado da URSS, da sua vitória na II Guerra Mundial e das suas conquistas espaciais, reconhecida pelos imigrantes da amostra, e que não está relacionado, como confirmou a pesquisa, com uma percepção do seu próprio sucesso em Portugal, parecendo antes uma tentativa de recuperação de um sentimento de respeito entretanto ameaçado¹³⁹.

Contudo, a influência da crença no ideal comunista que postulou o socialismo soviético e serviu para formar o código simbólico dominante, apresenta algum paradoxo. Por um lado, o estudo evidenciou o facto de esta crença ter sido posta de lado de forma aparentemente fácil e definitiva pelos indivíduos questionados. Esta identificação aparentemente esgotou-se e deixou de servir como orientação, visão do mundo e, sobretudo, de projecção para o futuro; deixou de se acreditar e admitir a hipótese de que o ideal do comunismo possa servir de fundamento para a elaboração de um projecto nacional. Todavia, a procura de um fio condutor de uma renovação e consolidação nacional, seja qual for o seu país actual, chama-nos atenção para a importância que a “conduta organizada para atingir fins específicos” (Schutz, citado por Velho, 1994, p. 107) representa para os imigrantes inquiridos, levando a pensar que a dimensão colectivista continua a ser vista como condição da procura e escolha individual. Com efeito, dispomos de dados que demonstram que os valores tradicionais socialistas, que estavam profundamente enraizados nesta crença, perduraram de forma persistente. Os inquiridos, num dos eixos principais que orienta as suas identificações, optam pela estabilidade, ordem e segurança de outrora que se traduz não só nos fragmentos da memória colectiva que evocam, como nas práticas que procuram desenvolver na sociedade portuguesa e nas expectativas face ao futuro que pretendem criar. Maioritariamente, privilegiam-se as relações que proporcionam maior estabilidade e segurança e que envolvem uma forte presença do Estado, quer se trate do sistema político ou económico, quer se trate da dimensão nacional ou individual.

¹³⁹ Weinreich, citado por Veumenem (2001, p. 152), chama esse sentimento de “grande orgulho defensivo”.

A presença da matriz identitária adquirida nos seus países de origem não foi a única evidência deste estudo. Foi-nos possível observar, principalmente nos casos de maior sucesso de adaptação em Portugal, mudanças que reflectem a transferência importante do eixo central identitário socialista para o eixo central identitário da sociedade de acolhimento sustentado sobretudo em valores liberais e individualistas. Muitos destes imigrantes que anteriormente concebiam a obtenção do sucesso individual somente como resultado do esforço colectivo, buscam agora o sucesso individual em função do seu próprio desempenho, mas estão longe ainda da emancipação das autoridades e da percepção da democracia participativa e outras formas da regulação fora da responsabilidade do Estado.

Muito provavelmente, os ideais políticos outrora defendidos e que determinaram a sociedade colectivista de origem, progressivamente deixaram de orientar a sua vida quotidiana uma vez que não correspondem às exigências dos novos contextos sociais e políticos em que ingressaram. Mas, se, como afirma Kristeva (1987), a identidade “ [...] supõe que o sujeito escolha uma identificação e renuncie às outras, que ele aceite a separação, uma ruptura” (1987, p. 53), os indivíduos vindos da ex-URSS e que fizeram parte da amostra da pesquisa agora finalizada estão ainda longe de renunciar à sua identidade “soviética”. Assim, a identidade do tipo colectivista com ainda forte cariz socialista continua a orientar as metas e preferências das pessoas na sua vida quotidiana, contudo há aspectos de mudança na direcção de um individualismo lento, mas emergente, restando saber – o que só seria possível numa pesquisa comparativa de muito maior ambição – em que medida a persistência desse adquirido interage com eventuais orientações no mesmo sentido presentes na sociedade portuguesa e é favorecido por elas.

Apesar das considerações aqui apresentadas, que de longe não exploram este campo de estudo em toda a sua amplitude, esta pesquisa deixa uma quantidade considerável de interrogações. Pode-se afirmar que ele constitui um ponto de partida para a pesquisa das alterações identitárias, no sentido de apresentar modelos, instrumentos e sugestões para estudar a relação entre o processo da socialização, prioridades axiológicas e comportamentos dos indivíduos em diferentes contextos socioculturais. O trabalho aqui apresentado suscita muitas perguntas, cujas respostas só

poderiam ser encontradas se o desenvolvimento da problemática referida for acompanhado ao longo do tempo.

Será que a mudança identitária, motivada pela procura da inserção no país de destino, está necessariamente comprometida com o enfraquecimento ou a dissolução das características identitárias de partida; ou sendo um processo, pode ser adquirida pela interação permanente com a diversidade presente no seio da própria sociedade de acolhimento, o que poderá significar que não estará comprometida com um *resultado final* nem na esfera cultural nem social?

Os indivíduos que vieram do Leste da Europa não divergem apenas pela língua ou pela passada associação à ideologia comunista. São portadores de uma identidade específica, originária de um modo de vida singular e de uma crença que serviu de suporte às suas convicções ideológicas e sociais, e que se encontra em adaptação na sociedade de acolhimento. Nesta perspectiva seria interessante testar a hipótese, assente no conceito de distância cultural, de existência ou não de grandes diferenças ao nível do núcleo identitário entre ex-soviéticos e portugueses, particularmente nas actuais condições de instabilidade política e crise económica.

Outro aspecto que reclama novas contribuições é o da dimensão geracional; actualmente os estudos limitam-se a analisar o desempenho dos filhos dos imigrantes ao frequentarem o sistema educativo português, sem questionar a influência da família. Esta influência poderá ser vista como uma espécie de confronto entre todo o processo de socialização a que os pais foram sujeitos, originariamente sob o signo da identidade soviética, depois submetidos às exigências de vida impostas nos países de destino e a socialização dos filhos, operada já segundo os padrões de uma sociedade ocidental organizada economicamente segundo um modelo de mercado e em que a matriz de valores, princípios, desejos, motivações, ambições e comportamentos são manifestamente diferentes da assumida pela antiga sociedade soviética.

Os descendentes destes imigrantes que acompanharam os seus progenitores nesta diáspora são colocados perante duas forças sociais de grande peso, a saber: a família com toda a sua acção socializante, que por sua vez se apresenta muito dividida entre os efeitos do processo de socialização gerado debaixo do regime socialista soviético e as consequências da sua adaptação ao país que os acolheu, produzindo, como já foi referido, alterações identitárias, e a sociedade portuguesa, por intermédio

das suas instituições educativas que exigem destes uma interiorização das orientações, condutas, disposições, diferentes das adquiridas pelos seus pais, levando-os a definirem um novo padrão contendo inevitavelmente elementos de ambas as realidades.

Esta situação, cujo pressuposto é a diversidade, relativiza o processo da socialização escolar e comunitária tradicional; já não se acredita numa forma única de se tornar membro de uma sociedade, que se apresenta diversa em todos os seus aspectos e características: tipos de vida, de pertença, de culturas dos seus membros. A socialização escolar como projecto e como uma prática não procede de uma definição universal das necessidades de uma sociedade, uma vez que “existem tantas concepções de educação como representações da ordem social e do lugar do indivíduo no sistema social” (Montadon, 2001, p. 5). Contudo, compreendida assim, a socialização escolar apresenta-se como um desafio não só para os filhos dos imigrantes, mas também para a escola portuguesa, porque: 1) contribui para relativizar, sem pôr inteiramente em causa, valores, cultura e o próprio processo da socialização; 2) permite aos descendentes mover-se num outro “código cultural” (Carvalho, 2001) que não é construído só a partir dos valores isolados da família de origem, mas que assuma a forma “[...] de um compromisso entre as necessidades e os desafios do indivíduo e os valores dos diferentes grupos com os quais ele se relaciona [...]” (Percheron, citado por Dubar, 1997, p. 309).

No entanto, os estudos recentes (Mendes, 2010, Mirotshnik, 2008) revelam uma certa crítica dos imigrantes relativamente ao funcionamento da escola portuguesa, quer no plano dos objectivos e procedimentos, quer no do seu nível de exigência e de responsabilização, comparativamente ao que acontecia nas escolas que estes frequentaram na União Soviética. Este fenómeno tem conduzido ao aparecimento de diversas instituições de ensino de raiz eslava que têm tido como um dos objectivos, provavelmente o mais importante, a preservação de muitos dos elementos identitários relacionados com a sua origem, nomeadamente a língua, a história e as tradições, mas também os níveis de exigência no plano pedagógico e científico, numa tentativa de colmatar as insuficiências atribuídas ao sistema português.

Neste contexto, e com o conhecimento adquirido no final deste estudo, permanece desconhecida esta face da imigração em que se torna visível o confronto entre diferentes processos de socialização que se entrecruzam, de matrizes identitárias

que se fundem e reconstroem face a mudanças de realidades sociais, de construções de expectativas e projectos de futuro que inevitavelmente serão influenciados por todo este complexo mar de estímulos, pressupostos, adversidades e conflitos sobre que urge obter um nível de conhecimento mais aprofundado que possibilite um melhor entendimento das relações que se desenvolvem no seio destes processos migratórios, que colocam os seus actores perante a necessidade de definirem rumos alternativos às suas vidas e dos seus descendentes.

Bibliografia

- ADORNO, T. (1990). *Dialéctica Negativa*. Madrid: Taurus.
- ADORNO, T. (1995). *O que significa elaborar o passado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- ADORNO, T., & et.al. (1950). *The authoritarian personality*. New York: Harper.
- ALMOND, G., & VERBA, S. (1989). *The Civic Culture : Political Attitudes and Democracy in Five Nations*. New York: Sage.
- ALTHUSSER, L. (1980). *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Lisboa: Presença/Martins Fontes.
- AMARO, R. (1992). *Iniciativas de desenvolvimento local: caracterização de alguns exemplos*. Lisboa: ISCTE.
- AMIN, S. (2000). *Os desafios da mundialização*. Lisboa: Edições Dinossauro.
- ANDERSON, E. A. (2005). Backwards, Foewards od Both? Moldovan Teachers' Relationships to the State and the Nation. *European Educatiion*, 37, pp. 53-67.
- ANDREEVA, E. (30 de 08 de 2009). *Миф о построенном на костях Петербурге*. Obtido de История государства: <http://statehistory.ru/5/Mif-o-postroennom-na-kostyakh-Peterburge/>
- ANDRÉIEV, I. (1980). A concepção do individuo e o ideal estético na literatura soviética. *Revista da Secção de Ciências Sociais da Academia das Ciências da URSS*, nº 4, 69-81.
- ANTONIOU, V., & SOYSAL, Y. (2005). Nation and the Other in Greek and Turkish History Textbooks. In H. S. Schissler, *The Nation, Europe and the World: Textbooks and Curricula in Transition* (pp. 105-122). New York and Oxford: Berghahn Books.
- APPLE, M. (1993). *Official Knowledge: Democratic Education in a Conservative Age*. Londres: Routledge.
- APPLE, M. (2002). *Manuais escolares e trabalho docente: uma economia política de relação de classe e de género na educação*. Lisboa: Didáctica.
- ARENDT, H. (1978). *O sistema totalitário*. Lisboa: Dom Quixote.
- ARENDT, H. (2005). *Entre o passado e o futuro*. Brasil: Edições Perspectiva.
- ARENDT, H. (2006). *As origens do totalitarismo*, 2ª ed. Lisboa: Dom Quixote.
- ARON, R. (1966). *Democracia e Totalitarismo*. Lisboa: Presença.
- ASSMANN, A. (2005). Grenzen des Verstehens. Generationsidentitäten in der neuen deutschen Erinnerungsliteratur. *Familiendynamik* 30, n. 4, 270-389.
- ATCHASOV, V. (2001). Россия как разрушающееся традиционное общество. *Полис*, № 3, 79-84.
- AZINHAL, M. (2007). Eurasismo:o fascínio das fantasias imperiais. *Alameda digital. Actualidade, ideias e cultura*, Março/Abril 2007, www.alamedadigital.com.pt/n7/eurasismo.php.

- BAGANHA, M., & et.al. (2010). *Imigração ucraniana em Portugal e no sul da Europa*. Lisboa: ACIDI.
- BAGDASSARIAN, V., & et al. (2009). *Школьный учебник истории и государственная политика*. М: Научный эксперт.
- BAKHTIN, M. (1992). Os gêneros do discurso. In M. Bakhtin, *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes.
- BAKHTIN, M. (1997). *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. São Paulo: Annablume Hucitec.
- BALCEROWICZ, L. (1995). *Socialism, capitalism, transformation*. Budapest: Central European University Press.
- BANKS, M. (1996). *Ethnicity: Anthropological Constructions*. London: Routledge.
- BARCA, I. (2000). *O pensamento Histórico dos Jovens*. Braga: CEEP, Universidade do Minho.
- BARLETT, E. (1995). *Remembering: A study in experimental and social psychology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BARROS, M. (1989). Memória e Família. *Estudos Históricos*, vol. 2, n.3, 29-42.
- BARRY, B. (1995). Nationalism versus Liberalism? In D. Miller, *On Nationality*. Oxford University Press.
- BARTHES, R. (1979). *Mitologias*. Lisboa: Edições 70.
- BARTHES, R. (2007). *Elementos de semiologia*. Lisboa: Edições 70.
- BARTON, K. C. (2009). Social studies, history and geography. In R. A. Shweder, *The child: An encyclopedic companion* (pp. 924-925). Chicago: University of Chicago Press.
- BAUMAN, Z. (1989). *A Liberdade*. Lisboa: Estampa.
- BAUMAN, Z. (2000). *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Zahar.
- BAUMAN, Z. (2007). *A vida fragmentada*. Lisboa: Relógio D'Água.
- BAZCKO, A. (1986). A imaginação social. In *Enciclopédia Einaud* (pp. 328-356). Lisboa: Antropos-Homem.
- BECK, U. (1999). *O que é globalização?* São Paulo: Paz e Terra.
- BECKER, H. (1992). *Dynamics of Cohort and Generation research*. Amsterdam: Thesis Publishers.
- BENEDICT, P. (2000). *Padrões de cultura*. Lisboa: Edição "Livros do Brasil".
- BENEDICT, P. (2005). *The chrysanthemum and the sword: patterns of Japanese culture*. New York: First Mariner Books.
- BENNETT, J. D. (1998). *Classic anthropology: Critical essays, 1944-1996*. New Brunswick, NJ: Transaction.
- BEREDAY, G., & PENNAR, J. (1960). *The Politics of Soviet Education*. New York: Praeger University Series.
- BERGMAN, J. (1997). The ideal of individual Liberation in Bolshevik Vision of the New Soviet Man. *European History Quarterly*, 27, 1, 57-92.

- BÉRIOT, D. (1997). *Mudança na Empresa. Uma abordagem sistémica*. Lisboa: Instituto Piaget.
- BERLIN, I. (1998). *A busca do ideal*. Lisboa: Bizâncio.
- BERNSTEIN, B. (1971). *Class, codes and control*. Londres: Routledge & Kegan Pul.
- BERSHTEIN, A. (2008). *Razionalnoe upravlenie ubiistvami. Izdatelstvo vremia*. Obtido em 18 de Novembro de 2010, de <http://www.vremya.ru/2008/154/51/211168.html>.
- BERTRAND, Y., & GUILLEMET, P. (1994). *Organizações: Uma abordagem Sistémica*. Lisboa: Instituto Piaget.
- BESSA, A. (1997). *O trabalho das ideias*. Lisboa: ISCTE.
- BILLIG, M. (1996). *Banal Nationalism*. London: Sage.
- BILLINGTON, J. (1970). *The icon and the axe*. Nova York: Vintage Books.
- BIRMAN, D., & TRICKETT, E. (2001). The process of acculturation in first generation Immigrants: A study of Soviet Jewish refugee adolescents and parents. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 32(4), 456-477.
- BLANK, S. (1994). *The Sorcerer as Apprentice: Staline as Commissar of Nationalities, 1917-1924*. Westport.
- BOFFA, G. (1995). *Dall'URSS Alla Russia: Storia Di Una Crisi Non Finita 1964-1994 Italia*. Laterza.
- BOOBBYER, P. (2000). *The Stalin Era*. london: Routledge.
- BOURDIEU, P. (2001). *Razões práticas. Sobre a Teoria da Acção*. Oeiras: Celta.
- BOURDIEU, P. (2007). *A Distinção: Crítica social do julgamento*. Lisboa: Zouk.
- BOYM, S. (2001). *The Future of Nostalgia*. New York: Basic Books.
- BRAITHWAITE, V., & BLAMEY, R. (2005). Consenso, estabilidade e significado nos valores sociais abstratos. In M. G. Ros, *Psicologia social dos valores humanos* (pp. 181-206). São Paulo: Senac.
- BRANDENBERGER, D. (2002). *National Bolshevism, Stalinist Mass Culture and Formation of Modern Russian National Identity*. Cambridge: Harvard University Press.
- BRAWN, B., & CONWAY, C. (2000). Bakhtin and the nation. *Bucknell Review*, 43.
- BREJNEV, L. (1970). *К столетию со дня рождения В.И.Ленина*. М: Просвещение.
- BROUÉ, P. (1973). *El partido bolchevique*. Editorial Ayuso.
- BRUBAKER, R. (1992). *Citizenship and Nationhood in France and Germany*. Cambridge: Cambridge Mass Press.
- BRUBAKER, R. (1993). Political Dimensions of Migration From and Among Soviet States. In M. Weiner, *International Migration and Security* (pp. 39-64). San Francisco: Oxford.
- BRUBAKER, R. (1994). Nationhood and the national question in the Soviet Union and post-Soviet Eurasia: an institutionalist account. *Theory and Society*, 23, 47-72.

- BRUBAKER, R. (1996). *Nationalism Reframed: Nationhood and the National Question in Europe*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BRUBAKER, R. (1998). *Myths and Misconceptions in the Study of Nationalism*. Cambridge: Cambridge Press.
- BUKH, A. (2009). *Japan's Identity and Foreign Policy: Russia as Japan's 'Other'*. Londres: Routledge.
- BUNCE, V. (2005). The National Idea: Imperial Legacies and Post-Communist Pathways in Eastern Europe. *East European Politics and Societies*, 19, 406-442.
- BURIAK, A. (2002). *Evolução dos significados sociais da educação soviética*. Obtido de <http://www.alexander-bouryak.com/page-pub.html>
- BURKE, P. (1990). *Sociologia e História*. Porto: Afrontamento.
- BURKE, P. (1992). *O mundo como teatro. Estudos de antropologia histórica. Memória e Sociedade*. Lisboa: Difel.
- BUTTERFIELD, H. (1960). *Man on his past: The study of the history of historical scholarship*. Boston: Beacon Press.
- CAEIRO, A. (2004). *Emigrantes do Leste na área norte do concelho: Realidade Recente Perspectivas Futuras*. Obtido de GARSE/Loures Observa: http://www.cm-loures.pt/aa_ASocial_IC.asp
- CALHOUN, C. (1997). *Nationalism*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- CAMILLERI, C. (1989). La culture et l'identité culturelle: champ national et devenir. In C. Camilleri, *Chocs de Cultures*. Paris: L'Harmattan.
- CANDEIAS, A. (2005). Modernidade, educação, criação de riqueza e legitimação política nos séculos XIX e XX em Portugal. *Análise Social*, XI (176), 477-498.
- CARDOSO, J. (2006). *Portugal como Problema*. Lisboa: Fundação Luso-Americana.
- CARVALHO, A. (. (2001). *Filosofia da educação: temas e problemas*. Porto: Edições Afrontamento.
- CASTEL, R. (2003). *L'insécurité sociale: Qui est-ce être protégé?* Paris: Editions du Seuil.
- CASTELLS, M. (2003). *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. 2ª ed. (Vol. 2º v.: O poder da identidade). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CASTLES, S. (2001). *Migration and Community under Condition of Globalisation*. London: Pluto Press.
- CASULA, P. (2008). Authoritarian Modernization or no Modernization at all? 12 th EADI General Conference. *Global Governance for Sustainable Development*, (pp. 3-22). Geneva.
- CENSOS, U. (1989). *Институт демографии Национального исследовательского университета "Высшая школа экономики"*. Obtido de Всесоюзная перепись населения: http://demoscope.ru/weekly/ssp/sng_nac_89.php?reg=2
- CERRI, L. (2001). Os conceitos de consciência histórica e os desafios da didática da história. *Revista de Historia Regional*, 6(2), 93-112.

- CERRI, L. (2002). Ensino de História e Nação na Propaganda do "Milagre Económico". *Revista Brasileira de História*, 22, 195-224.
- CHARTIER, R. (1990). *A história cultural – entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel.
- CHOPPIN, A. (1992). *Les manuels scolaires: histoire et actualité*. Paris: Hachette.
- COHEN, L., MANION, L., & MORRISON, K. (2000). *Research Methods in Education*, 5ª ed. (Vol. I). London: Routledge/Falme.
- COHEN, S. (1985). *Rethinking the Soviet Experience: Politics and History Since 1917*. Oxford: Oxford University Press.
- CONNERTON, P. (1993). *Como as sociedades recordam*. Oeiras: Celta.
- CONQUEST, R. (1986). *The Harvest of Sorrow: Soviet Collectivisation and the Terror-Famine*. London.
- CONQUEST, R. (1993). *Stalin: Breaker of Nations*. London.
- CORDEIRO, J. (2009). Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. *Estudos Históricos*, vol. 22, nº 43.
- CORREIA, J., & MATOS, M. (2001). Da crise da escola ao escolarcentrismo. In J. Correia, & M. Matos, *Transnacionalização da educação: crise da educação e educação da crise*. Porto: Afrontamento.
- COUTINHO, C. (2005). *Percursos da Investigação em Tecnologia Educativa em Portugal: uma abordagem temática e metodológica a publicações científicas (1985-2000)*. Braga: Universidade do Minho. Série "Monografias em Educação".
- CRAWFORD, K. (2000). Researching the Ideological and Political Role of the History Textbook - Issues and Methods. *International Journal os History Learning, Teaching and Research Volume 1, Number 1*, 81-91.
- CRAWFORD, K., & JINGJING, S. (2007). The Nanjing Massacre: official remembrance and history textbooks in the People's Republic of China. *IARTEM E-Journal*, 1, nº 1, http://biriwa.com/iartem/ejournal/volume1.1/crawfordjingjing_abstract.pdf.
- DAHRENDORF, R. (1990). *Reflections on the revolution in Europe*. London: Chatto & Windus.
- DARSVELIDZE, N. (11 de 2007). *Память и памятники*. Obtido de Znamia: <http://magazines.russ.ru/znamia/2007/11/da19.html>
- DAVID, O., & BAR-TAL, D. (2009). A Sociopsychological Conception of Collective Identity: The Case of National Identity as an Example. *Personality and Social Psychology Review*, 13, 354-82.
- DEIRÓ, M. (2005). *As Belas Mentiras. A ideologia Subjacente aos Textos Dacácticos*. São Paulo: Centauro Editora.
- DELRUELLE, E. (2009). *Metamorfoses do sujeito. A ética filosófica de Sócrates a Foucault*. Lisboa: Instituto Piaget.
- DIJK, T. (1998). *Ideology: A Multidisciplinary Approach*. London: Sage.

- DIJK, T. (1999). El análisis crítico del discurso. *Anthropos*, 186 (Set- Out), 22-36.
- DINIZ, M. (1998). *As fadas não foram à escola: a literatura de expressão oral em manuais escolares do ensino primário (1901-1975)*. Porto: ASA.
- DIX, S. (2006). Varieties of Religion Today: William James Revisited. *Análise Social*, vol. 180, 180, 898-902.
- DOLUTZKII, I. (1994). *Otetcesnvennaia istoria XX vek (Manual de História para o 10º ano de escolaridade. Recomendado pelo Ministério da Educação da Federação Russa)*. M.
- DOMENACH, J. M. (1997). *Abordagem à modernidade*. Lisboa: Instituto Piaget.
- DORNELES, V. (2007). A nação eleita: a ideologia do messianismo americano como um sistema da cultura. *XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Santos: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.
- DOUGLAS, M. (2004). *Como pensam as instituições*. Lisboa: Instituto Piaget.
- DRAGUNSKY, D. (6 (50) de 2006). *Утро туманное. Современная Россия в поисках национальной идеи*. Obtido de NZ: <http://magazines.russ.ru/nz/2006/50/dd8.html>
- DU BOAIS, C. (1961). *The people of Alor : a social-psychological study of an East Indian island*. New York: Harper & Row.
- DUBAR, C. (1997). *A socialização. Construção das identidades sociais e profissionais*. Porto: Porto Editora.
- DUBET, F. (1996). *Sociologia da Experiência*. Lisboa: Instituto Piaget.
- DUBET, F. M. (1997). A socialização e a formação escolar. *Lua Nova*, 40-41, 241-266.
- DUFRENNE, M. (1966). *La Personnalité de base*. Paris: P.U.F.
- DURAND, G. (1982). *Os grandes textos da Sociologia Moderna*. Póvoa de Varzim: Edições 70.
- DURKHEIM, E. (1989). *A divisão do trabalho social*. Lisboa: Editorial Presença.
- DURKHEIM, E. (1993). *As regras do método sociológico*. Lisboa: Editorial Presença.
- DURKHEIM, E. (2002). *As formas elementares da vida religiosa*. Oeiras: Celta.
- DURKHEIM, E. (2007). *Educação e Sociologia*. Lisboa: Edições 70.
- DZERJINSKI, F. (1984). *Дневник заключенного. Письма*. Москва: Молодая Гвардия.
- EASTON, D. (1965). *A system analysis of political life*. New York: Wiley.
- EDGAR, A. (2006). Bolshevism, Patriarchy and the Nation: The Soviet "Emancipation" of Muslim Women in Pan-Islamic Perspective. *Slavic Review*, 65, 252-272.
- EGAN, K. (1992). *O desenvolvimento educacional*. Lisboa: Dom Quixote.
- EISENSTADT, S. (1991). *A Dinâmica das civilizações. Tradição e modernidade*. Lisboa: Edições COSMOS.
- EISENSTADT, S. (2007). *Múltiplas Modernidades: Ensaios*. Lisboa: Livros Horizonte.

- EISENSTADT, S. (2011). *As grandes revoluções e as civilizações da modernidade*. Lisboa: Edições 70.
- EKLOF, B., & SHONIA, O. (2006). Old Wine in New Bottles? The National Project on Education. *Cronicle of Russian and Eurasian Education*(formerly *ISRE Newsletter*), Vol.13, nº1.
- ELIAS, N. (2002). *Teoria simbólica*. Oeiras: Celta.
- EMERSON, R. (s.d.). *Representative man* (3ª ed.). Edições e publicações Brasil Editora.
- ESTRELA, M. (1992). *Relação pedagógica, disciplina e indisciplina na aula*. Porto: Porto Editora.
- EVANS, R. J. (2003). Redesigning the Past: History in Political Transitions. *Journal of Contemporary History*. Vol. 31 (1), 38, 5-12. Obtido de <http://jch.sagepub.com>
- EWING, T. E. (2002). *The Teachers of Stalinism: policy, practice and power in soviet schools of the 1930*. Nova York: Peter Lang Publishing.
- FABRE, D. (1998). L'Atelier des héros. In P. F. Centlivres, *La fabrique des héros* (pp. 233-318). Paris: Éditions de la Maison des sciences de l'homme.
- FAUSTO, R. (2008). Em torno da pré-história intelectual do totalitarismo igualitarista. *Lua Nova, São Paulo*, 75, 143-198.
- FENTON, S. (2005). *Etnicidade*. Lisboa: Instituto Piaget.
- FENTRESS, J. W. (1994). *Memória Social*. Lisboa: Teorema.
- FERNANDES, L. (2000). *O enigma do socialismo real: um balanço crítico das principais teorias marxistas e ocidentais*. Rio de Janeiro: Mauad.
- FERREIRA, G. (1998). URSS: mito, história e utopia. *Tempo*, 3, 75-103.
- FERRETTI, M. (2-3 (40-41) de 2005). *Непримиримая память: Россия и война*. Obtido de NZ: magazines.russ.ru/nz/2005/2/fere8.html
- FILIPPOV, A. (2007). *Istoria Rossii (1945-2007) - (История России 1945— 2007)*. Moscovo: Prosvetshenie.
- FILIPPOV, A. (01 de Dezembro de 2009). Russian books - an attempt to rewrite history. (J. Sweeney, Entrevistador) The Times – UK. Obtido em Julho de 2010 de www.inopressa.ru/article/01Dec2009/times/history.html.
- FILIPPOV, A. (2009a). *Istoria Rossii (1900-1945) - (История России: (1900-1945). Просвещение*. Moscovo: Prosvetshenie.
- FITZPATRICK, S. (1979). *Education and Social Mobility in the Soviet Union, 1921–1934*. Cambridge: Cambridge University Press.
- FITZPATRICK, S. (2007). Revisionism in Soviet History. *History and Theory*, 77-91.
- FLACH, E. (2009). A diplomacia da unificação: as relações germano-soviéticas e a dissolução da RDA. *Ciências & Letras, Porto Alegre*, nº46, 31-49.
- FOKIN, A. (2008). *Начало или конец времени? Восприятие хронологии в связи с принятием III Программы КПСС // Время в координатах истории*. М.

- FOMENKO, V. (24 de Agosto de 1937). Сталинский подарок советским школьникам. *Известия*.
- FOSTER, N., & NICHOLLS, J. (2004). Quem ganhou a 2ª Guerra Mundial? *Currículo sem Fronteiras*, v. 4, n. 2, 51-70.
- FOSTER, S. (2005). The British Empire and Commonwealth in World War II: Selection and Omission in English History Textbooks. *The International Journal Volume 5 Number 2*.
- FOUCAULT, M. (1977). *História da Sexualidade*. Lisboa: Edições António Ramos.
- FRANCLIN, S., & WIDDIS, E. (2004). *National Identity in Russian Culture: An Introduction*. Cambridge: Cambridge University Press.
- FREIRE, A., & et al. (2003). *Thinner than Thin? Political Culture and Political Action in Portugal*. University of Tokyo: IOC Discussion Papers 18, Institute of Oriental Culture.
- FRIEDRICH, C., & BRZEZINSKI, Z. (1965). *Totalitarismo e autocracia*. Rio de Janeiro: Edições GRD.
- FROMM, E. (1976). *Humanismo Socialista*. Lisboa: Edições 70.
- FROMM, E. (1983). *O Medo à Liberdade*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- FURET, F. (1988). *Pensar a Revolução Francesa*. Lisboa: Edições 70.
- GALBRAIT, J. (1995). *Viagem através da economia do nosso século*. Lisboa: Editorial Presença.
- GARAGOZOV, R. (2002). Collective Memory and the Russian‘ Schematic Narrative Template. *Journal of Russian and East European Psychology*, 40 - nº 5, 55-89.
- GARAGOZOV, R. (2005). *Metamorfozy kollektivnoy pamiati v Rossii i na Tsentral'nom Kavkaze*. Baku: Nurlan Publishers.
- GARNIRA, R., & OLIVERIRA de, F. (2008). Manuais didáticos como forma simbólica: considerações iniciais para uma análise hermenêutica. *Horizontes*, vol.26, n.1, 26, 31-43.
- GEERTZ, C. (1973). *The interaction of cultures*. New York: Basic books.
- GEERTZ, C. (1989). *Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- GELLNER, E. (1994). *Условия свободы. Гражданское общество и его исторические соперники*. Москва.
- GEROVITCH, S. (2007). New Soviet Man” Inside Machine: Human Engineering, Spacecraft Design, and the Construction of Communism. *OSIRIS. The University of Chicago Press*, 135-157.
- GHIGLIONE, R. M. (2001). *O Inquérito. Teoria e Prática*. Oeiras: Celta.
- GIDDENS, A. (1991). *Modernity and self-identity in the late modern age*. Cambridge: Cambridge University Press.
- GIDDENS, A. (2005). *O Mundo na Era da Globalização* (5ª ed.). Lisboa: Editorial Presença.
- GIDE, A. (1937). *De volta do URSS*. Rio de Janeiro: Vecchi.

- GIGANTE, L. (2009). Conhecimento e interesse. O papel das idéias em Marx e em Weber. *XIV Congresso Brasileiro de Sociologia*. Rio de Janeiro: www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com...
- GIRARDET, R. (1987). *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras.
- GOLOVATINA, P. (2008). *Проблема национальной идентичности*. Екатеринбург: Уральский государственный университет им. А.М. Горького.
- GOLOVCHENKO, E. (Abril de 2009). *Пропагандистское воздействие на советское население в начале Великой Отечественной войны*. Obtido de <http://pish.ru/category/articles>
- GOLUBOVI, Z. (1998). O problema da personalidade no pensamento marxista. *Lutas Sociais*, 4, 91-98.
- GOMES, J., & MAGALHÃES, R. (2008). MAX WEBER E A RACIONALIDADE: Religião, Política e Ciência. *Juiz de Fora*, vol. 3, nº 1/2, 79-92.
- GONÇALVES, M. (29 de 06 de 2006). *A voz da identidade nacional*. Obtido de Pontifícia da Universidade católica do Rio de Janeiro - PUC - RIO: http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/Busca_etds.php?strSecao=resultado&nrSeq=8604@1
- GORER, G. (1964). *The American people: A study in national character*. New York: Norton.
- GORER, G., & RICKMAS, J. (1963). *The People of Great Russia, a Psychological Study*. London: Cresset.
- GOSHULAK, G. (2003). Soviet and Post-Soviet. Challenges to the study of nation and state building. *Ethnicities*, 3, 491-507.
- GRAMSCI, A. (1991). *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GREENFELD, L. (1998). *Nacionalismo. Cinco caminhos para a Modernidade*. Lisboa: Publicações Europa-America.
- GROPPO, B. (2008). O comunismo na história do século XX. *Lua Nova*, 75, 115-141.
- GUALLE, C. d. (1959). *Mémoires de Guerre*. Paris: Plon.
- GUARDO, C. J. (1982). Student Generations and value change. *The Personel and Guidance Journal*, 80, 500-503.
- GUDKOV, L. (2004). *Негативная идентичность. Статьи 1997-2002 годов*. М: Новое литературное обозрение.
- GUDKOV, L. (2-3 (40-41) de 2005). *"Память" о войне и массовая идентичность россиян*. Obtido de NZ: <http://magazines.russ.ru/nz/2005/2/gu5.html>
- GUDKOV, L. a. (2008). *Постсоветский человек и гражданское общество*. М: Московская школа политических исследований.
- GUERRA, I. (2006). *Participação e Acção Colectiva*. Estoril: Principia.
- GUERRA, I. C. (2006a). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo. Sentidos e formas de uso*. Estoril: Príncipeia.

- GUIMARÃES, A. (2005). *A dinâmica da violência escolar: conflito e ambiguidade*. Campina: Autores Associados.
- GUIMARÃES, M. (Dezembro de 2000). *Usos da história: refletindo sobre identidade e sentido*. Obtido de História em revista, nº 6: http://www.ufpel.edu.br/ich/ndh/hr/hr_06/historia_em_revista_06_manuel.html
- GUNTHER, H. (2006a). *Архетипы советской культуры*. М: Соцреалистический канон.
- GUNTHER, H. (2009). Пути и тупики изучения искусства и литературы сталинской эпохи. *Новое литературное обозрение*, nº 95.
- GUNTHER, H., & HANSGEN, S. (2006). *Sovietskaia vlast i media*. Sankt Peterburg: Akademicheskii projekt.
- HACKING, I. (2000). *Múltipla personalidade e as ciências da memória*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio.
- HAGEN von, M. (2004). Empires, Borderlands, and Diasporas: Eurasia as Anti-Paradigm for the Post-Soviet Era. *The American Historical Review* 109.2, <http://www.historycooperative.org/journals/ahr/109.2/hagen.html>.
- HALBWACHS, M. (1990). *A memória colectiva*. São Paulo: Vértice.
- HALL, J. (1998). *The State of the Nation: Ernest Gellner and the Theory of Nationalism*. Cambridge: Cambridge Press.
- HALL, S. (1998). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.
- HALL, S. (2000). Quem precisa da identidade? In T. Silva, *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Rio de Janeiro-Petrópolis: Vozes.
- HALSTEAD, J. (1994). Moral and spiritual education in Russia. *Cambridge Journal of Education*, 24, 423-439.
- HANNOUN, H. (1997). *Nazismo: Educação? Domesticação? Fundamentos ideológicos da formação nazi*. Lisboa: Instituto Piaget.
- HAYEK, F. (1977). *O caminho para a servidão*. Lisboa: Teoremas.
- HELLER, A. (1993). *Uma teoria da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- HELLER, M. (1988). *Cogs in the Wheel: The Formation of Soviet Man*. New York: Knopf.
- HOBSBAWM, E. (1992). *A era das revoluções*. Lisboa: Editorial Presença.
- HOBSBAWM, E. R. (1984). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HOFSTEDE, G. (1984). *Culture's Consequences: International Differences in Work relates Values*. Beverly Hills: Sage.
- HOFSTEDE, G. (2003). *Culturas e organizações. Compreender a nossa programação mental*. Lisboa: Edições Sílabo.
- HOLLY, L. (1996). *The little Czech and the great Czech nation: National identity and the post-communist transformation of society*. New York: Cambridge University Press.
- HOPF, T. (2002). *Social Construction of International Politics: identities and foreign policies, Moscow 1955-1999*. Ithaca: Cornell university Press.

- HOSKING, G. (1985). *A History of the Soviet Union*. London.
- HOSKING, G. (2006). *Rulers and Victims: The Russians in the Soviet Union*. London: Harvard University Press.
- HOSKING, G. A. (1987). *Homo Sovieticus or Homo Sapiens? Perspectives from the Past*. London: School of Slavonic and East European Studies. University of London.
- HOSLE, V., & NORA, K. (2003). *O café dos filósofos mortos*. Editora Angra.
- HOSLER, J. (2-3 (40-41) de 2005). *Что значит "Проработка прошлого"? Об историографии Великой Отечественной войны в СССР и России*. Obtido de NZ: <http://magazines.russ.ru/nz/2005/2/he10.html>
- HROCH, M. (2005). *Das Europa der Nationen*. Gottingen: Vandenhoeck & Ruprecht.
- HUBERMAN, A., & MILES, M. (1994). *Qualitative Data Analysis: An Expanded Sourcebook*. London: SAGE.
- HUBNER, K. (1991). *Das Nationale. Verdrängtes, Unvermeidlic Erstrebenswertes*. Graz: Styria.
- HULEWAT, P. (1991). Dynamics of the Soviet Jewish family: Its impact on clinical practice for the Jewish family agency. *Journal of Jewish Communal Service*, 58 (1), 53-60.
- HUMPHREY, C. (2002). Does the category "postsocialist" still make sense? In C. Hann, *Postsocialism* (pp. 12-15). London, New York: Routledge.
- HUNTINGTON, S. (1996). *O Choque de Civilizações e a Recomposição Da ordem Mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- IHRIG, S. (2007). Democracy (dis)connected - Discourses of Democracy and of the inter-war period as (mis)guiding lights in the history textbooks in the republic of Moldova and Romania. *CEU Political Science Journal. The Graduate Student Review*, 27-43.
- INGLEHART, R. (1979). The Silent Revolution. In M. Rokeach, *The Great American Value Test*. London: The Free Press.
- INGLEHART, R. (2001). *Modernización y posmodernización : el cambio cultural, económico y político en 43 sociedades*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas.
- INGLEHART, R., & CATTERBERG, G. (2004). *Trends in Political Action: The Developmental Trend and the Post-Honeymoon Decline*. Ontario: Sitter Publications.
- INGLEHART, R., & WELZEL, C. (2005). *Modernization, Cultural Change, and Democracy : The Human Development Sequence*. Cambridge: Cambridge University.
- INKELES, A., & LEVINSON, D. (1969). National Character: The study of Modal Personality and Sociocultural Systems. In L. C. E.(eds.), *The Handbook of Social Psychology* (p. Vol. IV). Massachusetts (Calif.), London, Ontario: Addison-Wesley.
- INNERARITY, D. (2010). *O novo espaço público*. Lisboa: Teorema.

- IOFFE, G. (2003). Understanding Belarus: Questions of Language. *Europe-Asia studies*, nº 7, 55, 1009-1047.
- JANMAAT, J. (2004). The Nation in Ukraine's History Textbooks: A Civic, Ethnic or Cultural Cast? *Educate*, No. 1, 8-15.
- JANMAAT, J. (2007). The ethnic "other" in Ukrainian history textbook: the case of Russia and Russians. *The Compare: a Journal of Comparative Education*, Vol 37, nº 3 (June), 307-324.
- JEDLOWSKI, P. (2000). La sociología y la memoria colectiva. In A. B. Rosa, *Memoria colectiva e identidad nacional* (pp. 123-134). Madrid: Biblioteca Nueva.
- JEDLOWSKI, P. (2003). Memórias: temas e problemas da sociologia da memória no século XX. *Pro-posições*, v. 14, n.1, 217-234.
- JENKINS, K. (1995). *On 'What is History?'*. London: Routledge.
- JESI, F. (1977). *O mito*. Lisboa: Presença.
- JESSE, E. (1996). *Totalitarismus im 20. Jahrhundert. Eine Bilanz der internationalen Forschung*. Bonn: Bundeszentrale für politische Bildung.
- JUKOVSKAIA, I. (06 de 2003). *Чему мы учим, преподавая историю*. Obtido de "История". Издательский дом "Первое сентября": <http://his.1september.ru/2003/06/1.htm>
- JUNG, C. (1983). *Fundamentos da psicologia analítica*. Petrópolis: Vozes.
- KALUTSKAIA, E. (2008). *Metodika prepodavania istorii v 1920 gg: osmyslenie opyta proshlogo v novyh usloviiah V: Prepodavanie istorii v shkole*. Obtido em Maio de 2010, de Nauchno-teoreticheskii I metodicheskii jurna: <http://pish.ru/articles/articles2008/153>
- KAMERNSKY, A. (03 de 2000). *Zametki ob istorii i istorikah*. Obtido de NZ: magazines.russ.ru/nz/n11/gent_main4.html
- KAPLAN, V. (1999). The Reform of Education in Russia and the Problem of History Teaching. *Education in Russia, the Independent States and Eastern Europe*, 17, 1, 3-19.
- KAPPELER, A., & KOHUT, Z. (2003). *Culture, nation and identity: the Ukrainian-Russian encounter, 1600-1945*. Canada: Canadian Institute of Ukrainian Studies Press.
- KARDINER, A., & PREBLE, E. (1961). *They studied man*. London: Secker & Warburg.
- KELLY, C. (60, de 2003). *Маленькие граждане большой страны»: интернационализм, дети и советская пропаганда*. Obtido de НЛЮ: <http://magazines.russ.ru/nlo/2003/60/katrimon.html>
- KELLY, C. (2005). *Comrade Pavlik: The Rise and Fall of a Soviet Boy Hero*. London: Granta Books.
- KELLY, C., & KALININ, I. (02 (64) de 2009). *Советская память / память о советском*. Obtido de NZ: <http://magazines.russ.ru/nz/2009/2/pa1.html>
- KHARKHORDIN, O. (1999). *The Collective and the Individual in Russia: A Study of Practices*. Berkeley: Berkeley University Press.

- KIVINEN, M. (2002). *Progress and Chaos. Russia as a Challenge for Sociological Imagination*. Helsinki: Kikimora Publications.
- KNAFO, A., & SCHWARTZ, S. (2001). Value socialization in families of Israeli-born and Soviet-born adolescents in Israel. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 32, 213-228.
- KOHN, H. (1944). *The Idea of Nationalism: A Study in its Origins and Background*. New York: Macmillan.
- KOHN, H. (1962-1963). *Nationalism, Anticolonialism, Neutralism, Industrial college of the armed forces*. Washington D.C.
- KOHN, H. (1994). Western and Eastern Nationalism'. In J. Hutchinson, A. Smith, & eds., *Nationalism*. Oxford: Oxford University Press.
- KOLONITSKII, B. (2003). "Русская идея" и Идеология Февральской революции. Obtido de Toronto Slavic Quarterly: <http://www.utoronto.ca/tsq/18/kolonitsky18.shtml>
- KOLONITSKII, B. (02 (64) de 2009). Память о первой российской революции в 1917 году. Obtido de NZ: <http://magazines.russ.ru/nz/2009/2/ko3.html>
- KONRADOVA, N. (2-3 de 2005). Герои и жертвы. Мемориалы Великой Отечественной. Obtido de NZ: magazines.russ.ru/nz/2005/2
- KONSTANTINOV, N. (1982). *История педагогики*. Москва: Просвещение.
- KOROSTELEVA, E., & HUTCHSON, D. (2006). *The Quality of Democracy in Post-Communist Europe*. London: John Harper Publishing.
- KORZUN, V. (2005). *Очерки истории отечественной исторической науки XX века*. Омск: ОмГУ.
- KOTKIN, S. (1998). 1991 and the Russian Revolution: Sources, Conceptual Categories, Analytical Frameworks. *Journal of Modern History*, Vol. LXX. № 2.
- KOULOURI, C. (2001). Introduction: The Tyranny of History. In C. Koulouri, *Teaching the History of South-Eastern Europe*. Thessaloniki: Center for Democracy and Reconciliation in Southeast Europe.
- KOZLOVA, N. (2005). *Советские люди. Сцены из истории*. М: Европа.
- KRISTEVA, J. (1987). Le réel de l'identification. In M. S. David-Ménard, *Les Identifications: confrontation de la clinique et de la théorie de Freud à Lacan* (pp. 47-77). Paris: L'espace analytique, Denoël.
- KRUPSKAIA, N. (1986). *Sobre a educação*. Moscovo: Edições Progresso.
- KRUPSKAIA, N. K. (1923). K voprosy o tzelyah shkoly. In G. & Grekova, N. K. *Krupskaya o kommunisticheskom vospitanii shkolnikov* (pp. 23-24). Moskva: Prosveshenie.
- KUMLICKA, W., OPALSKY, M., & (Ed.). (2001). *Can liberal Pluralism be Exported? Western Political Theory and Ethnic Relations in Eastern Europe*. New York: OUP.
- KUZIO, T. (02 de 2002). *History, Memory and Nation Building in the Post-Soviet Colonial Space*. Obtido de Carfax Publishing:

- www.taraskuzio.net/Nation%20and%20State%20Building.../national-colonial.pdf
- LAHIRE, B. (2001). *O Homem plural*. Lisboa: Instituto Piaget.
- LAHIRE, B. (2004). *Retratos sociológicos*. Porto Alegre: ArtMed.
- LAHIRE, B. (2006). *A cultura dos indivíduos*. Porto Alegre: ArtMed.
- LATSISSE, O. (1995). *Куда идет Россия? Альтернативы общественного развития*. М: Аспект Пресс.
- LAUFER, R., & BENGSTONE, V. (1974). Generations, Aging and Social Stratification: on the Development of Generational Units. *Journal of Social Issues*, 30, 181-205.
- LAVILLE, C. (1999). A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de História. *Revista Brasileira de História*, 19(38), 125-138.
- LE GOFF, J. (1984). Memória- História. In *Enciclopédia Einaudi. V.1. Verbetes "História", "Memória", "Documento/Monumento"* (pp. 39-106). Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- LEFEBVRE, G. (1981). *O nascimento da Moderna Historiografia*. Lisboa: Sá da Costa Editora.
- LENINE, V. (1979). Проект программы РКП (б). In М. Grudzev, В. Ленин о воспитании и образовании (pp. 222-224). Москва: Просвещение.
- LENINE, V. (1981). *A Instrução Pública*. Moscovo: Edições Progresso.
- LENINE, V. (1986). *Obras Escolhidas*. Lisboa-Moscovo: Edições "Avante!".
- LESSARD-HÉBERT, M. (1996). *Pesquisa em Educação*. Lisboa: Instituto Piaget.
- LEVADA, I. (2000). Homo Post-Soveticus. *Общественные науки и современность*, nº 6, 5-24.
- LEVADA, I. (2004). "Человек советский". Четвертая волна: Функции и динамика общественных настроений. *Вестник общественного мнения*, nº 4 (72), 8-18.
- LEVADA, I. (2006). *Ищем человека. Социологические очерки*. М: Новое издательство.
- LEVADA-CENTER. (2008). *Annual Report of Levada Center*. М: Levada Center.
- LEVINTOVA, E., & BATERFIELD, J. (2009). Как формируется история и отношение к ней: школьные учебники о современной российской истории. *Vestnik Obtshestvenogo mnenia*, nº3, (101), 103-115. Obtido de www.polit.ru/article/2010/03/11/uchebniki/
- LIEVEN, D. (2000). *Empire. The Russian empire and its rivals*. London: John Murray.
- LIN, L., ZHAO, Y., OGAWA, M., & et al. (2009). Whose History? An Analysis of the Korean War in History Textbooks from the United States, South Korea, Japan, and China. *The Social Studies*, 100:5, 222-232.
- LINTON, R. (1959). *Fondement culturel de la personalite*. Paris: Dunod.
- LINTON, R. (1962). *O Homem: uma Introdução à Antropologia*. São Paulo: Martins.
- LINTON, R. (1967). *Cultura e Personalidade*. São Paulo: Mestre Jou.

- LINZ, J., & STEPEN, A. (1996). *Problems of democratic transition and consolidation: Southern Europe, South America and post-communist Europe*. Baltimore, L.: The John Hopkins University Press.
- LIU, J. (1999). Social representations of history: Preliminary notes on content and consequences around the Pacific Rim. *International Journal of Intercultural Relations*, 23, 215-236.
- LIU, J., & et al. (2005). Social representations of events and people in world history across twelve cultures. *Journal of Cross Cultural Psychology*, 36, 171-191.
- LLOYD, G. (1993). *Pour en finir avec les mentalités*. Paris: Gallimard.
- LOBOK, A. (1997). *Антропология мифа*. Екатеринбург: Отдел образования.
- LOCCHI, G. (1990). *La esencia del facismo*. Buenos Aires: Ed. Tizona.
- LORENTZEM, S. (September 2007). War, Peace and Nationality - How history textbooks in Norway have used war and peace in the construction of changing national identities. *Peace, Democratization and Reconciliation in Textbooks and Educational Media* (pp. 31-43). Tonsberg Norway: Ninth International Conference on Textbooks and Educational Media.
- LOTMAN, I. (1981). *Ensaaios de semiótica soviética*. Lisboa: Livros Horizonte.
- LOTMAN, I. (1996). *La Semiosfera: semiótica de la cultura e del texto*. Frónesis Cátedra: Universitat de Valencia.
- LOTMAN, J., & USPENSKII, B. (1984). *Semiotics of Russian culture* (A. Shukman Ed.). Michigan, EUA: Department of Slavic Languages & Literatures, The University of Michigan.
- LUNATCHARSKI, A. (1988). *Sobre a Instrução e a Educação*. Moscovo: Edições Progresso.
- LURIE, C. (2005). *Психологическая антропология*. М: Академический проспект.
- MAARIADA, D. (1979). The Foundation of the Russian Education System by Catherine II. *Slavic and East European Review*, 57, 369-395.
- MACHKUV, E. (2000). Преобразование коммунистического тоталитаризма и посткоммунистическая системная трансформация: проблемы, концепции, периодизация. *Полис (Политические исследования)*, nº 4, 38-59.
- MAGUN, V. (2005). Трудовые ценности экономически активного населения. In A. M. B. May, *Мы и они. Россия в сравнительной перспективе* (pp. 117-156). М: Институт экономики переходного периода.
- MAIDANIK, K. (1998). Depois de Outubro? E agora? *Tempo*, vol.3, nº 5, 3, 9-43.
- MAIER, R. (2000). Роль учебников на уроках истории в современной Европе. *Роль, место и цели учебников и других средств обучения нового поколения в системе школьного исторического образования в Российской Федерации*. Российская Федерация, Республика Карелия, Петрозаводск: Council of Europe.
- MAKARENKO, A. (1978). *Problemas da educação escolar soviética*. Lisboa: Seara Nova.

- MALIA, M. (1990). *Russia under western eyes: from the Bronze Horseman to the Lenin Mausoleum*. Cambridge: University Press.
- MALIA, M. (1994). *The Soviet tragedy: a history of socialism in Russia 1917-1991*. New York, Toronto.
- MALIA, M. (2006). *History's locomotives: revolutions and the making on the modern world*. New Haven: Yale.
- MALINOWSKI, B. (2009). *Uma teoria científica da cultura*. Lisboa: Edições 70.
- MAMATOVA, L. (1990). Модел киномифов 30-х годов. *Искусство кино*, nº 11.
- MANNHEIM, K. (1976). *Ideologia e utopia*. Rio de Janeiro: Zahar.
- MANNHEIM, K. (1982). O problema sociológico das gerações. In M. Foracchi, *Karl Mannheim* (pp. 67-95). São Paulo: Ática.
- MARGOLINA, S. (2002, nº2, 22). *Конец прекрасной эпохи. О немецком опыте осмысления национал-социалистической истории и его пределах*. Obtido de NZ: <http://magazines.russ.ru/nz/2002/22/mar-pr.html>
- MARTIN, T. (2001). *Affirmative Action Empire: Nations and Nationalism in the Soviet Union, 1923-1939*. Inthaca and London.
- MARX, K. . (1982). *Obras escolhidas*. Lisboa, Moscovo: Avante, Progresso.
- MARX, K. (1975). *Escritos de juventude: manuscritos de 1844*. Lisboa: Edições 70.
- MARX, K. (2008). *Para a crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. Covilhã: LusoSofia Press.
- MARX, K., & ENGELS, F. (1980). *A ideologia Alemã I, II*. Lisboa: Editorial Presença.
- MASLOW, A. (1970). *Motivation and personality*. New York: Harper Row Publishers.
- MASTYEVA, E. (1994). *Emigre Training Institute*. New York: Grand Round Pubhcations, JBFCs.
- MATOS, S. (1988). *História, mitologia e imaginário nacional*. Lisboa: Tese de mestrado, FCSH UNL.
- MATZ, U. (1986). *Die Bedeutung der Ideologien in der heutigen Welt*. Koln: Neymann.
- McFARLAND, S., & et al. (1992). Authoritarianism in the Former Soviet Union. *Journal of Personality and Social Psychology*, Vol. 63, No. 6, 1004 -1010.
- McKINNON, A. (2010). Martin Riesebrodt, the Promise of Salvation: A Theory of Religion. *Canadian Journal of Sociology*. Vol. 35, Issue 3. Summer, 432-464.
- MEAD, M. (1979). *Soviet Attitudes Toward Authority: An Interdisciplinary Approach to Problems of Soviet Character*. New York: Greenwood Press.
- MEDLIN, W. K. (1960). The teaching of history in Soviet schools: a study in methods. In G. Bereday, & J. Pennar, *The Politics of Soviet education* (pp. 192-218). New York: Praeger.
- MENDES, M. (2010). Representações e estereótipos face à maioria. In M. Baganha, *Imigração ucraniana em Portugal e no Sul da Europa: a emergência de uma ou várias comunidades?* (pp. 145-186). Lisboa: ACIDI.

- MERRIDALE, C. (1999). War, death, and remembrance in Soviet Russia. In J. S. Winter, *War and Remembrance in the Twentieth Century* (pp. 61-83). Cambridge: Cambridge University Press.
- MERRIDALE, C. (2003). Redesigning History in Contemporary Russia. *Journal of Contemporary History*, Vol 38 No 1, 13-28.
- MEUNIER, O. P. (2010). Considerações epistemológicas em educação intercultural. *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 37, n. 23, 9-47.
- MEYLAKHS, P. (02 de 2006). *Отдавая Родине должное*. Obtido de Ab Imperio: http://www.cisr.ru/files/publ/Meylakhs/Meylakhs_AbI_Homeland.pdf
- MIAGKOV, M. (2 de 09 de 2005). *Обзор учебников истории стран бывшего СССР: Россия предстаем оккупантом*. Obtido de NEWSru.com: www.newsru.com/arch/world/.../fsu.html
- MILLER, A. (2003). *The Ukrainian question*. Budapest, New York: Central European University Press.
- MILLER, N. (2003a). Uses of the Paste in Castro's Cuba. *Journal of Contemporary History*, 38(1), 147-162.
- MILLS, C. (1984). *Caracter y Estructura Social*. Buenos Aires: Paidós.
- MIROTSNIK, V. (2008). *Integração e escola em populações imigrantes da ex-URSS*. Lisboa: Editorial do Ministério da Educação.
- MISZTAL, B. (2003). *Theories of Social Remembering*. Maidenhead, Philadelphia: Open University Press.
- MOISÉS, J. (2005). Cidadania, confiança e instituições democráticas. *Lua Nova*, 71-94.
- MOLPECERES, M. (2005). Internacionalização de valores sociais e estratégias educativas parentais. In M. G. Ros, *Psicologia social dos valores humanos* (pp. 239-268). São Paulo: Senac.
- MOMMSEN, M. (2010, nº74 (6)). *Российский политический режим: несоветский авторитаризм и патронажное президентство*. Obtido de NZ: <http://www.www4.com/w1798/1070182.htm>
- MÓNICA, M. (1981). *Escola e Classes Sociais (Ontologia)*. Lisboa: Editorial Presença.
- MONTADON, C., & PERRNOUD, P. (2001). *Entre Pais e professores, Um Diálogo Impossível?* Oeiras: Celta.
- MORAVSKA, E. (2008). East European Westbound Income-Seeking Migrants – Some unwelcome effects on Sender and Receiver Societies. *Working paper 16/2008*. Essex: University of Essex.
- MORIN, E. (1984). *Da natureza da URSS. Complexo totalitário e novo império*. Lisboa: Europa-América.
- MORIN, E. (s.d.). *O paradigma perdido. A natureza Humana* (5 ed.). Lisboa: Europa-América.
- MORISON, J. (1987). Recent developments in political education in the Soviet Union. In G. Avis, *The making of the Soviet citizen: Character formation and civic training in soviet education* (pp. 23-49). New York: Croom Helm.

- MOSCA, G., & BOUTHOU, G. (s.d.). *Histoire des Doctrines Politiques*. Paris: Payot.
- MOTYL, A. (1998). After Empire: Competing Discourses and Inter-state conflict in post-imperial eastern Europe. In B. R. (eds), *Post-Soviet Political Order. Conflict and State-Building* (pp. 14-33). New York: Routledge.
- MULLER, E., & SELIGSON, M. (1994). Civic Culture and Democracy: The Question of Causal Relationships. *American Political Science Review*, 88(3), 635-654.
- MURPHY, K. (2008). Podemos escrever a história da Revolução Russa? *Revista Outubro*, 43-67.
- MURTEIRA, M. (1997). *Economia do mercado global*. Lisboa: Editorial Presença.
- NADKARNI, M., & SHEVTCHENKO, O. (2004). Политика ностальгии: сравнительный анализ постсоциалистических практик. *Ab Imperio*, nº2.
- NAIFF, L., SÁ, C., & NAIFF, D. (2008). Preciso estudar para ser alguém: Memória e representações sociais da educação. *Paidéia*, 18 (39), 125-138.
- NAKOU, I. (2007). EDUCAÇÃO HISTÓRICA: o uso de ferramentas culturais relacionadas com a diversidade de experiências e atitudes dos estudantes. *Currículo sem Fronteiras*, v.7, n.1, 137-159.
- NETO, O. (Jan/Jun de 2004). O Conceito de Desvio na Teoria Social Contemporânea: modernidade e controle. *Rev. Teor. Pol. soc. Cidad.*, Salvador, v.1, nº 1, 1-36. Obtido de DOMUS ON LINE.
- NEUMANN, I. (1999). *Uses of the Other: The "East" in European Identity Formation*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- NOAH, H. (21 de Agosto de 1965). Soviet Education's Unsolved Problems. *Saturday Review in CERC's Electronic Book*, pp. 54-56, 64-65.
- NORA, P. (1993). Entre Memória e História: A Problemática dos Lugares. *Projeto História n.10. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História*, São Paulo.
- NORA, P. (1997). *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard.
- NORA, P. (2010). Расстройство исторической идентичности. *Вестник Российской Науки*, nº 1/2, 181-188.
- NORRIS, P. (2002). *Democratic Phoenix: Political Activism Worldwide*. Cambridge: University.
- NÓVOA, A. (2000). Tempos da escola no espaço Portugal-Brasil-Moçambique: dez digressões sobre um programa de investigação. In A. Nóvoa, & J. Scriver, *A difusão mundial da escola* (pp. 121-142). Lisboa: Educa.
- O'CONNOR, K. (2006). *Intellectuals and Apparatchiks: Russian nationalism and the Gorbachev revolution*. Lanham: Lexington Books.
- OFFE, C. (1992). Capitalismo democraticamente planejado? A tríplice transição no Leste Europeu. *Lua Nova*, nº 27, 93-116.
- OLIVEN, R. (2009). *Metabolismo social da cidade e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais – www.bvce.org.

- OLSON, M. (1999). *A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais*. São Paulo: EDUSP.
- OPELLO, W. (1979-3.º). Administração local e cultura política. *Análise Social*, Vol. XV (59), 655-672.
- ORLOV, I. (2006). *"Кривое зеркало" теории модернизации // Задавая вопросы прошлому....* М.
- ORTHER, S. (2007). *Subjectividade e crítica cultural*. *Horizonte Antropológicos*. (Vol. 13). Porto Alegre: Horizontes.
- OVERY, R. (1999). *Russia's War*. London: Penguin.
- PADILLA, B. (2007). A imigrante brasileira em Portugal: considerando o género na análise. In J. Malheiros, *A Imigração Brasileira em Portugal* (pp. 113-135). Lisboa: ACIDI.
- PÁEZ, D., & ZUBIETA, E. (2005). Dexcrições das culturas, indicadores psicológicos e macrosociais comparados com as posições em valores das nações. In M. G. Ros, *Psicologia social dos valores humanos* (pp. 351-393). São Paulo: Senac.
- PANARIN, A. (2006). *Народ без элиты*. М: Алгоритм.
- PARETO, V. (1987). *Manual de economia política* (2ª ed.). São Paulo: Nova Cultural.
- PATROCÍNIO, A. (24 de 05 de 2010). EUA: Conselho Educativo do Texas decide reescrever a história do país. *Agência Lusa*.
- PEABODY, D., & SHMELYOV, A. (1996). Psychological Characteristics of Russians. *European Journal of Social Psychology*, nº 26, 507-512.
- PEHLIVANOVA, P. (2009). The Decline of Trust in Post-communist Societies: The Case of Bulgaria and Russia. *The political science research centre, CONTEMPORARY issues*, vol.2, nº 1, 32-47.
- PERALTA, E. (2007). Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica. *Antropologia, Escala e Memória*. *Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa*, nº 2 (Nova Série), 4 -23.
- PERRENOUD, P. (2004). *Escola e Cidadania*. Porto Alegre: ArtMed.
- PETIT, F., & DUBOIS, M. (2000). *Introdução à psicossociologia das organizações*. Lisboa: Instituto Piaget.
- PINGEL, F. (1999). *UNESCO Guidebook on Textbook Revision*. Hannover: Hahn.
- PINGEL, F. (Julho de 2007). *UNESCO Guidebook on Textbook Research and Textbook Revision*. Obtido em 20 de Setembro de 2009, de UNESCO: <http://unesdoc.unesco.org>
- PIPES, R. (1981). *Russia under the old regime*. London: Penguin Books.
- PIPES, R. (1993). *Russia under the Bolshevik regime*. New York.
- PIPES, R. (1997). *The Formation of the Soviet Union: Communism and Nationalism, 1917-1923*. Cambridge: Cambridge University Press.
- PLATT, K. (2011). *Terror and Greatness: Ivan and Peter as Russian Myths*. New York: Cornell University Press.

- PLEKHANOV, G. (1977). *O papel do indivíduo na história*. Lisboa: Antídoto.
- POKROVSKY, M. (1933). *Brief History of Russia. Vol. I, Vol. II*. New York: International Publishers.
- POLANYI, K. (2000). *A grande transformação. As origens da nossa época*. S. Paulo: Folha de S. Paulo.
- POLLAK, M. (1992). Memória e identidade Social. *Estudos Históricos, Rio de Janeiro*, vol. 5, n. 10, 200-212.
- PONS, S. (2008). Império, Estado e Ideologia na URSS Stalinista. *Lua Nova, São Paulo*, 75, 99-113.
- POPPER, K. (2003). *Conjecturas e Refutações*. Coimbra: Almedina.
- PORTES, A. (1999). *Migrações Internacionais - Origens, tipos e modos de incorporação*. Oeiras: Celta.
- PROKOFIEVA, M. (1985). *Narodnoe obrazovanie v SSSR: 1917-1967*. Moscovo.
- PROKUDINA, D. (2004). Особенности теоретико-методологических подходов к социологическому анализу ценностей. *Ломоносовские чтения 2004* (p. Т. 1). М: МАКС Пресс.
- PUTNAM, R. (1993). *Making democracy work*. Princeton: Princeton University Press.
- PUTNAM, R. (1995). Bowling Alone: America's Declining Social Capital. *Journal of Democracy*, 6, 1, 65-78.
- RASSADINA, T. (2006). Трансформация традиционных ценностей россиян в постперестроечный период. *Социологические исследования*, nº 9, 95-101.
- REISINGER, W. M. (1994). *Political Values in Russia Ukraine and Lithuania: Sources and Implications for Democracy*. Obtido em 2010, de Iowa Research Online: http://ir.uiowa.edu/polisci_pubs/16
- REITZ, J. (1980). *The survival of ethnic groups*. Toronto: McGraw-Hill.
- RENAN, E. (1992). *Qu'est-ce que c'est une nation?* Paris: Presses Pocket.
- RICHIN, M., & LIVINGSTON, J. (1991). *Jew of the American West*. Wayne: University Press.
- RICOEUR, P. (1976). *Teoria da Interpretação*. Lisboa: Edições 70.
- RICOEUR, P. (1991). *Ideologia e Utopia*. Lisboa: Edições 70.
- RODDEN, J. R. (s.d.). Leo Tolstoy's War and Peace. *Paradigm* 3/3, 10-14.
- RODRIGUES, R. (2006). *O colapso da URSS: um estudo de causas. Tese de doutoramento*. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- ROEDER, P. (2007). *Institutional Change in the Age of Nationalism*. Princeton: Press.Princeton.Edu.
- ROKEACH, M. (1973). *Nature of Human Values*. New York: Free Press.
- ROKEACH, M. (1979). Understanding Human values: individual and societal. In M. Rokeach, *Introduction* (pp. 1 -11). New York: Free Press.
- ROS, M., & GOUVEIA, V. (2005). *Psicologia social dos valores humanos*. São Paulo: Senac.

- RUCKSTADTER, F., & TOLEDO, C. (2006). Análise da construção histórica da figura “heróica” do padre José de Achieta. *Cadernos de História da Educação*, nº 5, Jan.-Dez.
- RUSEN, J. (2001). *Razão Histórica. Teoria da história: Os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Ed. UnB.
- RUSSEL, B. (1958). *Retratos de memória e outros ensaios*. São Paulo: Companhia Nacional.
- RYVKINA, R. (2006). *Igualitarismo da consciência de massas da população da Rússia como critério de conflitabilidade da sociedade*. Ciências sociais e actualidade.
- SÁ, C. (2007). Sobre o Campo de estudo da memória social: uma perspectiva psicossocial. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 290-295.
- SÁ, C., CASTRO, P., & (Eds.). (2005). *Memórias do descobrimento do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora do Museu da República.
- SAHANOVICH, H. (2002). The War Against Belarusian History. *Education in Russia, the Independent States and Eastern Europe*, vol. 20, nº 1, 18-27.
- SANI, F., & et al. (2007). Perceived collective continuity: Seeing group as entities that move through time. *European Journal of Social Psychology*, 37, 1118-1134.
- SANTOS, M. (2011). *O pesadelo da amnésia colectiva: um estudo sobre os conceitos de memórias, tradição e traços de passado*. Portal das Ciências Brasileiras.
- SARBEI, V. (1996). *Istoria Ukrainy: XIX - Nachalo XX Veka*. Kyiv: Heneza.
- SCHERRER, J. (06 de 2005). *A revolution without revolutionaries. 1905 in today's Russian school textbooks*. Obtido em Junho de 2010, de NZ: <http://magazines.russ.ru/nz/2005/6/sh6.html>
- SCHMITT, C. (1992). *O conceito de Político*. Petrópolis: Vozes.
- SCHOENER, A. (s.d.). *De-constructing historical narrations in history-textbooks: Approach, method and relevance of categorical textbook analyses*. (C. U. Eichstaett-Ingolstad, Ed.) Obtido em Maio de 2010, de <http://www1.kueichstaett.de/GGF/Didaktik/Projekt/Files/English%20Abstract20%Textbokk.pdf>
- SCHOPFLIN, G. (1995). Nationalism and Ethnicity in Europe, East and West. In C. Kupchan, *Nationalism and Nationalities in the New Europe* (pp. 37-65). Ithaca, New York: Cornell University Press.
- SCHOPFLIN, G. (1996). Nationalism and Ethnic Minorities in Post-Communist Europe's New Nationalism. In R. F. Caplan, *Europe's New Nationalism* (pp. 109-164). New York: Oxford University Press.
- SCHWARTZ, B. (2000). *Abraham Lincoln and the Forge of National Memory*. Chicago: Chicago University Press.
- SCHWARTZ, S. (2005). Há aspectos universais na estrutura e no conteúdo dos valores humanos? In M. Ros, & V. Gouveia, *Psicologia social dos valores humanos* (pp. 55-85). São Paulo: Senas.
- SEDAS NUNES, A. (1991). *Questões preliminares sobre as ciências sociais*. Lisboa: Editorial Presença.

- SEDOV, L. (1995). Перемены в стране и в отношении к переменам. In Т. Заславская, *Куда идет Россия? Альтернативы общественного развития* (pp. 192-201). М: Аспект Пресс.
- SEF. (2008). *Relatório sobre Imigração, Fronteiras e Asilo*. Lisboa: ACIDI.
- SEGRILLO, A. (2010). Historiografia da Revolução Russa: antigas e novas abordagens. *Projecto História*(41).
- SEKULIC, D., MASSEY, G., & HODSON, R. (1994). Who were the Yugoslavs? Failed sources of a common identity in the former Yugoslavia. *American Sociological Review*, 59, pp. 83-97.
- SENIYAVSKAYA, E. (1999). *Психология войны в XX веке*. М: РОССПЭН.
- SENNETT, R. (2007). *A cultura do novo capitalismo*. Lisboa: Relógio d'Água Editores.
- SHERIDAN, M. (1968). The Emulation of Heroes. *The China Quarterly*, 33, 47-72.
- SHLAPENTOKH, V. (1989). *Public and Private Life of the Soviet People: Changing Values in Post-Stalin Russia*. New York: Oxford University Press.
- SHLYAPENTOKH, V. (23 de 11 de 2006). *Reflections on the Book*. Obtido de Федеральный образовательный портал: <http://ecsocman.hse.ru/data/538/991/1219/08shlyapentoh-42-48.pdf>
- SHNEIDMAN, N. (1973). *Literature and Ideology in Soviet Education*. Toronto.
- SHNIRELMAN, V. A. (1996). *Who gets the past? Competition for ancestors among non-Russian intellectuals in Russia*. Baltimore: Woodrow Wilson Center Press and John Hopkins University Press.
- SHPAKOVSKAYA, L. (2009). A política de educação soviética. *The journal of Social Policy Studies*, 7(1), 39-64.
- SILVA, T. (2000). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes.
- SKOTCHILOVA, V. (2011). Динамическая Модель Идеологии. *Вестник Томского Государственного Университета. Философия. Социология. Политология*, nº 3 (15) 111-119.
- SLATER, J. (1990). Methodologies of textbook analysis : report on an educational research workshop of history and social studies. *International Yearbook of History Education*, vol.1, 179 – 189.
- SLEZKINE, Y. (1994). The USSR as a Communal Apartment, or How a Socialist State Promoted Ethnic Particularism. *Slavic Review* 53, nº 2, 414-452.
- SMIRNOV, G. (1978). *Советский человек. Формирование социалистического типа личности*. Москва: Политиздат.
- SMIRNOVA, A. (2001). Формирование национальной идентичности в России: легко ли быть русскими? *Философский Век. АЛМАНАХ 16* (pp. 201-215). St.Petersburg: Center for History of the ideas.
- SMITH, A. (1986). *The Ethnic Origins of Nations*. Oxford: Blackwell.
- SMITH, A. (1997). *Identidade Nacional*. Lisboa: Gradiva.
- SMITH, A. (1999). *Nações e Nacionalismo numa era Global*. Oeiras: Celta.

- SMITH, B. H. (1981). Narrative Versions, narratives theories. In W. Mitchell, *On narrative*. Chicago: University of Chicago Press.
- SMITH, J. (2004). Оценка советской национальной политики. In I. G. Gerassimov, *Новая советская история постсоветского пространства* (pp. 353-408). Казань: Центр исследований национализма и империи.
- SMOLENSKY, N. (2008). *Teoria e metodologia da história* (2 ed.). Academica.
- SNYDER, M., & DEBONO, K. (1989). Understanding the Functions of Attitudes: Lessons Learned from Personality and Social Behaviour. In A. e. Pratkanis, *Attitude Structure and Function* (pp. 339-359). Hillsdale: LEA.
- SOKOLOV, N. (2006). Выбирая свою историю. In I. Karatsuba, *Выбирая свою историю. "Развилки" на пути России: от рюриковичей до олигархов*. М: КоЛибри. Obtido de Polit.ru.
- SOKOLOV, N. (15 de 10 de 2008). Век сурка, или Краткая история коловращения российских учебников истории. Obtido de Полит.Ру: <http://www.polit.ru/article/2008/10/15/history/>
- SOYSAL, Y., & SCHISLER, H. (2005). 'Introduction: Teaching beyond the National Narrative. In H. Schissler, & Y. Soysal, *The Nation, Europe and the World: Textbooks and Curricula in Transition*. New York and Oxford: Berghahn Books.
- STEPHANENKO, T. (2004). *Этнопсихология*. М: Аспект Пресс.
- STRADA, V. (1998). *О проекте Россия*. М.
- SUNY, R. G. (1993). *The Revenge of the Past; Nationalism, Revolution, and the Collapse of the Soviet Union*. Stanford: Stanford University Press.
- SUNY, R. G. (2003). *The Structure of Soviet History. Essays and Documents*. New York and Oxford: Oxford University Press.
- SZTOMPKA, P. (1996). *Sociology of Social Change*. Moscow: Aspect Press.
- SZTOMPKA, P. (1999). *Trust - A sociological theory*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SZTOMPKA, P. (2004). *From East Europeans to Europeans*. Antwerpen: Wassenaar.
- TAKI, V. (2009). In search of true monarchy: Montesquieu, Speranskii, Karamzin and the politics of reform in early nineteenth-century Russia. *European Review of History, Volume 16, Issue 1 February*, 125 – 149.
- TAMAYO, A. P. (2005). *Valores e comportamentos nas organizações*. Rio de Janeiro: Vozes.
- TEDESCO, J. (1999). *O novo pacto educativo: educação, competitividade e cidadania na sociedade*. Vila Nova de Gaia:: Fundação Manuel Leão.
- TEDESCO, J. (2009). Conflitos de memória e de identidades no cenário rural. *Estudos Históricos, vol. 22, nº 4*, 258-277.
- THOMPSON, J. (1998). *Ideologia e cultura moderna*. Brasil: Vozes.
- TIKHONOV, J. (s.d.). *The Russian State and the Interpretation of History during the Second World War: the Impact of B. I. Syromyatnikov's The 'Regulated' State of*

- Peter the Great and its Ideology*. Obtido em Abril de 2010, de CULTURE: www.cliohtvit.ru/files/CULTURE_11_Tikhonov_1B.pdf
- TIKHONOVA, N. (2005). *Российская идентичность в условиях трансформации: опыт социологического анализа*. М: Наука.
- TIKHONOVA, N. (2010). Особенности российского низшего класса. *Общественные науки и современность*, nº5, 31-44.
- TIMOFEEV, I. (01 de 10 de 2010). *Российская политическая идентичность сквозь призму интерпретации истории*. Obtido de Вестник МГИМО-Университета, nº 3 (12): www.vestnik.mgimo.ru/index.php?option
- TISHKOV, V. (1997). *Ethnicity, Nationalism and Conflict in and after the Soviet Union*. Oslo: International Peace Research Institute.
- TITARENKO, L. (2007). Post- soviet national identity: Belarusian approaches and paradoxes. *FILOSOFIJA. SOCIOLOGIJA*, T.18, nº 4, 79-90.
- TODD, E. (1996). *O Destino dos Imigrados*. Lisboa: Instituto Piaget.
- TODOROV, T. (2000). *Los abusos de la memoria*. Barcelona: Paidós.
- TODOROV, T. (2002). *Memória do bem, tentação do mal*. Lisboa: Edições ASA.
- TORCAL, M., & MAGALHÃES, P. (February de 2009). *Political Culture in Southern Europe: Searching for Exceptionalism*. Obtido em 2010, de <http://pmdccm.googlepages.com/PoliticalCultureinSouthernEuropemarc.pdf>
- TORGAL, L. R. (1996). Ensino da história: o despertar para um campo de investigação. In L. R. Torgal, Mendes, J. A., & F. Catroga, *História da história em Portugal*. [Portugal]: Círculo de Leitores e Autores.
- TORGAL, L., & HOMEM, A. (1982). Ideologia salazarista e "cultura popular": análise da biblioteca de uma casa do povo. *Análise Social, 3 série, 18* (72-73-74), 1437-1464.
- TOSTES, A. (2006). Por que não uma constituição europeia? *Dados, Rio de Janeiro*, vol. 49, nº 2.
- TRAVERSO, E. (2001). *Le Totalitarisme. Le XX ème siècle em débat*. Paris: Seuil.
- TUCKMAN, B. (2000). *Manual de Investigação em Educação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- TURCHENKO, F. (1994). *Noveishaia Istoria Ukrainy: Chast' Pervaia (1917-1945 gody)*. Kyiv: Haneza.
- VAIL, P., & GENIS, A. (2001). *60-е. Мир советского человека*. М: НЛЮ.
- VAISANEN, J. (2005). *Murros oppikirjojen teksteissä vai niiden taustalla? (Transition within the texts of history textbooks or behind them? History textbooks of the 1960s 1990s in the light of critical discourse analysis)*. Joensuu: University of Joensuu.
- VALA, J., & (org.). (2003). *Desigualdades sociais e percepções de justiça*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- VELHO, G. (1994). *Projecto e Metamorfose: antropologia das sociedade complexas*. Rio de Janeiro: Zahar Editora.

- VELICHENKO, S. (1993). *Shaping Identity in Eastern Europe and Russia: Soviet-Russian and Polish Accounts of Ukrainian History 1914–1991*. New York: St. Martin's Press.
- VENTURI, F. (1981). *El populismo ruso*. Madri: Alianza Universidad.
- VERMEULEN, H. (2001). *Imigração, integração e a dimensão política da cultura*. Lisboa: Edições Colibri.
- VIANNA, A. (Abril de 2004). *Estado-Nação, Razão e identidade*. Obtido de Revista Espaço Académico, n° 35: <http://www.espacoacademico.com.br/035/35evianna.htm>
- VICENTE, P., & et al. (1996). *Sondagens – A amostragem como factor decisivo de qualidade*. Lisboa: Edições Sílabo.
- VOLKOGONOV, D. (1998). *ЛЕИИИ*. М: АСТ НОВОСТИ.
- VYZOVIK, T. (2008). *Нормативно-символические структуры и идеологическая интегративность*. М.
- WEBER, M. (2004). *Economia e Sociedade* (Vol. 1). São Paulo: Imprensaoficial.
- WEBER, M. (2004a). *Estudos políticos, Rússia 1905 e 1917*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial.
- WEBER, M. (2006). *Sociologia de religião*. Lisboa: Relógio D'água.
- WERTH, N. (2008). Violências de baixo, violências de cima na Revolução Russa. *Lua Nova*, n° 75, 27-28.
- WERTSCH, J. (03 de 1999). *Revising Russian History*. Obtido de Writing Communication: <http://wcx.sagepub.com/cgi/content/abstract/16/3/267>
- WERTSCH, J. (2002). *Voices of Collective Remembering*. Cambridge: Cambridge University Press.
- WERTSCH, J. (2008). Blank Spots in Collective Memory: A Case Study of Russia. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, 58-71.
- WERTSCH, J. (2010). Texto e dialogismo no estudo da memória coletiva. *Educação e Pesquisa*, Vol. 36,, 121-130.
- WIKMAN, T. (2006). "The answer is found in the history book" - an analysis of the rhetoric of a textbook. *Caught in the Web or Lost in the Textbook?* Paris: Jouve. Eighth International Conference on Learning and Educational Media.
- WILLIAMS, R. (1979). Change and Stability in Value and Value Systems: a Sociological Perspectives. In M. Rokeach, *Understanding Human Values* (pp. 15-46). New York: Free Press.
- WORTMAN, R. (1976). *The development of a Russian legal Consciousness*. Chicago: University of Chicago Press.
- WORTMAN, R. (03 de 2001). *Национализм, народность и российское государство*. Obtido de NZ: magazines.russ.ru/nz/2001/3/vort.html
- YADOV, V. (1994). *National identity: peculiarities of evolution. The Annual report on year 1994 on the section subprograms "Alternative social changes in Russian society"*. М.

- YAKOVLEVA, V. (2006). *Presentatsia amerikanskih e europeiskih obrazovatelnyh praktik v sovetskoi shkole 1920 godov*. Obtido em Maio de 2020, de <http://maiskoechtivo.pstu.ru/2006/2/5.html>
- YURCHAK, A. (2006). *Everything Was Forever, Until It Was No More: The Last Soviet Generation*. Princeton: Princeton University Press.
- ZANER, L. (1994). Падение коммунизма. Что дальше? *Социологические исследования*, nº 3, 143-149.
- ZAJACKOWSKI, W. (1991). *Социальное самосознание татар, бурятов и башкир в России и СССР – преемственность или разрыв традиции?* Warszawa.
- ZAJDA, J. (1980). *Education in the USSR*. New York: Pergamon Press.
- ZAJDA, J. (2007). The new history school textbook in the Russian Federation: 1992-2004. *Compare*, 37, Nº 3, 291-306.
- ZAJDA, J. (s.d.). *History, Ideology and Citizenship: New History Textbook in Russia*. Obtido de <http://www.aare.edu.au/04pap/zaj04757.pdf>
- ZASLAVSKAIA, T. (2003). *Социетальное пространство трансформационного процесса // Россия, которую мы обретаем*. Новосибирск: Труды Новосибирской экономико-социологической школы.
- ZINOVIEV, A. (1980). *Homo Sovieticus*. Atlantic Monthly Press.
- ZUBOK, V. (1996). *Inside the Kremlin's Cold War. From Stalin to Khrushchev*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.

Anexo

Questionário aplicado aos imigrantes russos em Portugal

(tradução da língua russa)¹⁴⁰

A. Características dos inquiridos

Idade

menos de 30	<input type="checkbox"/>
30 - 35	<input type="checkbox"/>
36 - 40	<input type="checkbox"/>
41 - 45	<input type="checkbox"/>
46 - 50	<input type="checkbox"/>
mais de 50	<input type="checkbox"/>

Sexo:

Masculino	<input type="checkbox"/>	Feminino	<input type="checkbox"/>
-----------	--------------------------	----------	--------------------------

Há quantos anos está em Portugal?

Menos de 2	<input type="checkbox"/>
de 2 a 5	<input type="checkbox"/>
mais de 5	<input type="checkbox"/>

Nível de instrução obtida no país de origem:

Escolaridade obrigatória	<input type="checkbox"/>	Curso médio	<input type="checkbox"/>
Secundário completo	<input type="checkbox"/>	Curso superior	<input type="checkbox"/>
Curso tecnológico	<input type="checkbox"/>	Doutoramento	<input type="checkbox"/>

¹⁴⁰ Foram aplicados aos indivíduos da nacionalidade ucraniana, bielorrussa e moldava questionários semelhantes, mas com questões diferenciadas relativamente aos factos históricos inerentes a cada um dos actuais países.

Nacionalidade:

Russa
 Ucraniana
 Moldava
 Bielorrussa
 Outra

Qual a sua profissão antes de emigrar?

--

Qual a sua actual profissão, em Portugal?

--

Tem filhos a frequentar a escola portuguesa?

Sim

☐

Não

☐

Se respondeu Sim, qual o ano de escolaridade que os seus filhos frequentam na escola portuguesa: _____ ano e _____ ano

Onde vivia antes de emigrar para Portugal?

Moscovo	
S. Petersburgo	
Kiev	

Kichinev	
Minsk	
Outra	

B. Questões Gerais

1

Com quem se associa, mais fortemente, a ideia que tem do seu povo?

(assinale com X nas colunas à direita as respostas que quer dar)

O nosso passado, a nossa história	
Nossas terras e territórios	
A nossa Natureza	
Lugar onde eu nasci e cresci	
País onde vivi	
Língua do meu povo	
Grandes personalidades da minha nacionalidade	
Nossa força militar	
Nossa religião	
Bandeira, hino	
Gosto pelo trabalho	
Nossa música, festas e costumes	
Nossos monumentos	
Qualidades mentais do nosso povo	

2

Desde que época ou acontecimento começa, na sua opinião, a história do seu país?

Desde tempos imemoriais	
Desde Rússia Kievana	
Desde o baptismo da Rússia	
Desde o reinado do Pedro Grande	
Desde a Revolução Socialista de 1917	
Desde o colapso da URSS e criação do Estado soberano Russo (1991)	
Difícil de responder	

3

Indique, na sua opinião, os acontecimentos mais importantes do século XX ?

(assinale com X nas colunas à direita as respostas que quer dar)

Queda de Murro de Berlim	<input type="checkbox"/>
Revolução de Outubro de 1917	<input type="checkbox"/>
Colectivização	<input type="checkbox"/>
Repressões dos anos 30	<input type="checkbox"/>
Vitória na Grande Guerra Patriótica	<input type="checkbox"/>
Criação do bloco socialista	<input type="checkbox"/>
Morte de Estaline	<input type="checkbox"/>
Voo de Gagarine	<input type="checkbox"/>
Perestroika	<input type="checkbox"/>
Colapso da URSS	<input type="checkbox"/>
Primeiras eleições multipartidárias (1993)	<input type="checkbox"/>

4

Qual das opções lhe dá um sentimento de orgulho pelo seu país?

(assinale com X nas colunas à direita as respostas que quer dar)

Vitória na Grande Guerra Patriótica	<input type="checkbox"/>
Liderança na exploração espacial	<input type="checkbox"/>
Êxito da ciência	<input type="checkbox"/>
Literatura russa	<input type="checkbox"/>
Qualidades morais do homem russo – simplicidade, paciência, resistência	<input type="checkbox"/>
Transformação do país após a Revolução numa nação industrializada forte	<input type="checkbox"/>
Gloria militar russa	<input type="checkbox"/>
Amor à liberdade dos russos	<input type="checkbox"/>
Intelectuais russos	<input type="checkbox"/>
Perestroika	<input type="checkbox"/>
Nada provoca em mim o sentimento de orgulho	<input type="checkbox"/>

5

Que factos ou acontecimentos da história russa do século XX provocam em si um sentimento de tristeza e vergonha?

(assinale com X nas colunas à direita as respostas que quer dar)

Grande povo, país rico e vive em eterna pobreza	
Maneiras grosseiras, brutalidade, falta de respeito para com os outros	
Colapso da URSS	
Repressões, terror dos anos 30-50	
Preguiça, inércia	
Atraso permanente em relação ao Ocidente	
Herança da escravidão, espírito do escravo, hábito de trabalho forçado	
Derrotas militares da Rússia	
Poder incompetente e corrupto	
Exercício da força para impor o seu sistema a outros povos	
Orgulho nacional	
Nada provoca em mim um sentimento de tristeza e vergonha	

6

Em primeiro é preciso alcançar-se o bem-estar material e só depois pensar na democracia.

(assinale com um X o número associado à resposta que quer dar)

Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente

7

Um líder forte pode dar mais ao país do que uma boa lei?

(assinale com um X o número associado à resposta que quer dar)

Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente

8

Seria melhor se tudo permanecesse como era antes de 1985.

(assinale com um X o número associado à resposta que quer dar)

1	2	3	4	5
Discordo totalmente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente

9

Se de alguma forma concorda com a afirmação anterior, indique porquê?

Era um país unido e forte	<input type="checkbox"/>
Havia ordem no país	<input type="checkbox"/>
As relações entre pessoas eram melhores	<input type="checkbox"/>
As pessoas tinham confiança no futuro	<input type="checkbox"/>
Os preços eram baixos e estáveis e não havia desigualdade	<input type="checkbox"/>
Preocupavam-se mais com a cultura, a educação e a ciência	<input type="checkbox"/>
A vida era mais interessante e mais alegre	<input type="checkbox"/>

10

Se de alguma forma discorda, indique porquê?

O país vivia num isolamento cultural e informativo	<input type="checkbox"/>
O país era pobre e havia falta de bens e de produtos	<input type="checkbox"/>
As pessoas não tinham alternativas políticas	<input type="checkbox"/>
Não havia possibilidade de ganhar muito dinheiro	<input type="checkbox"/>
Não havia liberdade de expressão nem livre circulação para fora de país	<input type="checkbox"/>
A vida era monótona e sem perspectivas	<input type="checkbox"/>

11

O que preferia ter, se pudesse escolher?

Salário pequeno, mas muito tempo livre	<input type="checkbox"/>
Salário pequeno, mas garantido e confiança no futuro	<input type="checkbox"/>
Trabalhar bastante, mas ganhar bem, mesmo sem garantias especiais no futuro	<input type="checkbox"/>
Ter negócio próprio, mantê-lo por sua conta e risco	<input type="checkbox"/>
Difícil de responder	<input type="checkbox"/>

12

Pode-se dizer que esteja orgulhoso de...?

Respostas	Muito orgulhoso	Em geral, sim	Pouco orgulhoso	Não estou orgulhoso	Nada disso me interessa
Seu país					
Sua família					
Ser cidadão russo					

13

Que ideia poderia unir povo russo?

(assinale com X nas colunas à direita as respostas que quer dar)

Riqueza e prosperidade	
Estabilidade	
Liberdade	
Vida digna	
Nação forte	
Aproximação ao Ocidente	
Igualdade e justiça	
Renascimento da Rússia	
Lei e ordem	
Família unida	
Segurança social	
Fé ortodoxa	
Comunismo	

14

Os imigrantes adaptam-se ao país de acolhimento de maneiras diferentes. Como caracteriza a sua adaptação?

Não consigo me adaptar	
Agarro qualquer trabalho, tudo para garantir uma vida razoável para a minha família	
Vivo como viva antes da emigração, pouca coisa mudou	
Tenho tido oportunidades novas; comecei algo novo; já consegui mais do que tinha antes da emigração	
Difícil de dizer	

15

Como é a sua vida em termos materiais?

Não me privo de nada por falta de dinheiro	
Tenho dinheiro suficiente	
Tenho pouco dinheiro	
Tenho-o só para o essencial	
Tenho permanente falta de dinheiro	
Difícil de dizer	

16

Como avalia a sua situação em Portugal?

1 - Excelente	
2	
3	
4	
5	
6 -	
7	
8	
9	
10 - Péssima	

17

Sente-se uma pessoa livre... ?

Sim	Mais “sim” do que não	Mais “não” do que sim	Não	Difícil de dizer
1	2	3	4	5

Em Portugal	1	2	3	4	5
Na Rússia	1	2	3	4	5

18

Que direitos humanos considera mais importantes?

Muito importante	Bastante importante	Pouco importante	Nada importante	Difícil de dizer
1	2	3	4	5

Direito à vida e à segurança	1	2	3	4	5
Trabalho e salário garantidos	1	2	3	4	5
Direito à educação e serviços de saúde gratuitos	1	2	3	4	5
Direito à habitação	1	2	3	4	5
Direito de propriedade	1	2	3	4	5
Direito de garantias sociais	1	2	3	4	5
Direito à privacidade	1	2	3	4	5
Direito a salário mínimo garantido	1	2	3	4	5
Direito de escolher sítio para viver	1	2	3	4	5
Liberdade de religião	1	2	3	4	5
Liberdade de expressão	1	2	3	4	5
Direito de eleger o poder	1	2	3	4	5
Direito da circulação livre	1	2	3	4	5
Direito de ter acesso à informação	1	2	3	4	5

19

Que sentimentos provocam em si pessoas com poder?

(assinale com X nas colunas à direita as respostas que quer dar)

Desconfiança	<input type="checkbox"/>
Interesse	<input type="checkbox"/>
Respeito	<input type="checkbox"/>
Antipatia	<input type="checkbox"/>
Esperança de obter ajuda	<input type="checkbox"/>
Consciência da sua importância	<input type="checkbox"/>
Constrangimento	<input type="checkbox"/>
Compaixão	<input type="checkbox"/>
Confiança	<input type="checkbox"/>
Receio	<input type="checkbox"/>
Admiração	<input type="checkbox"/>
Inveja	<input type="checkbox"/>
Não provocam nada	<input type="checkbox"/>

20

Causas do colapso do sistema soviético

Sistema não foi capaz	<input type="checkbox"/>
Os dirigentes não conseguiram preservá-lo	<input type="checkbox"/>
É difícil de dizer	<input type="checkbox"/>

Que sentimentos surgiram e/ou fortaleceram durante a sua permanência em Portugal

(assinale com X nas colunas à direita as respostas que quer dar)

Cansaço, indiferença	
Esperança	
Medo	
Ressentimento	
Desespero	
Vergonha	
Confiança no futuro	
Sentimento de liberdade	
Sentimento de dignidade	
Solidão	
Inveja	
Responsabilidade por acontecimentos na Rússia	
Indiferença aos acontecimentos na Rússia	
Orgulho nos russos	
Difícil de dizer	